

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO À
VIOLÊNCIA**

GLAUBER VIANA PEREIRA

**A INTERSECCIONALIDADE E OS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA, CLASSE E
GÊNERO NAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DE
CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
2020

Glauber Viana Pereira

**A INTERSECCIONALIDADE E OS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA, CLASSE E
GÊNERO NAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS
DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção à Violência da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Alzira de Oliveira Jorge

Coorientadora: Vitória Régia Izaú

Linha de Pesquisa:

Organização dos serviços de saúde e suas relações com a violência

Belo Horizonte
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA**

Reitora

Profa. Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor

Prof. Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Fabio Alves da Silva Junior

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Mário Fernando Montenegro Campos

Diretor da Faculdade de Medicina

Prof. Humberto José Alves

Vice-Diretora da Faculdade de Medicina

Profa. Alamanda Kfoury Pereira

Coordenador do Centro de Pós-Graduação

Prof. Tarcizo Afonso Nunes

Subcoordenadora do Centro de Pós-Graduação

Profa. Eli Iola Gurgel Andrade Chefe do

Departamento de Medicina Preventiva e Social

Prof. Raphael Augusto Teixeira de Aguiar

Subchefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social

Adalgisa Peixoto Ribeiro

**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da
Violência**

Prof^ª. Elza Machado de Melo

**Subcoordenadora Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da
Violência**

Prof.^a. Cristiane de Freitas Cunha Grillo

**Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da
Violência**

Prof.^a Andrea Maria Silveira (Titular)
Prof.^a Alzira de Oliveira Jorge (Suplente)
Prof.^a Cristiane de Freitas Cunha Grillo (Titular)
Prof.^a Maria Monica Freitas Ribeiro (Suplente)
Prof.^a Eliane Costa Dias Macedo Gontijo (Titular)
Prof. Marcelo Grossi Araújo (Suplente)
Prof. Tarcísio Marcio Magalhães Pinheiro
Prof.^a Myrian de Fatima Siqueira Celani (Suplente)
Prof.^a Elza Machado de Melo (Titular)
Prof.^a Graziella Lage Oliveira (suplente)
Prof.^a Palmira de Fátima Bonolo (Titular)
Prof.^a Ulysses de Barros Panisset (Suplente)

Representantes discentes

Cláudia Sueli da Rocha
Rômulo de Oliveira Radicchi

P436i Pereira, Glauber Viana.
A interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários dos Centros de Referência de Assistência Social do município de Belo Horizonte [manuscrito]. / Glauber Viana Pereira. -- Belo Horizonte: 2020. 218f.
Orientador (a): Alzira de Oliveira Jorge.
Coorientador (a): Vitória Régia Izaú.
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Política Pública. 2. Grupos de Populações Continentais. 3. Interseccionalidade. 4. Análise de Gênero. 5. Classe Social. 6. Dissertação Acadêmica. I. Jorge, Alzira de Oliveira. II. Izaú, Vitória Régia. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WA 300



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA/MP

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO GLAUBER VIANA PEREIRA

Realizou-se, no dia 18 de novembro de 2020, às 14:00 horas, Online, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *A INTERSECCIONALIDADE E OS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE*, apresentada por GLAUBER VIANA PEREIRA, número de registro 2018711754, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Alzira de Oliveira Jorge ORIENTADORA - Orientador (UFMG), Prof(a). Vitoria Regia Izau COORIENTADORA (Faculdade de Educação da Universidade do Estado de), Prof(a). André Luiz Freitas (FAFICH/UFMG), Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo (UFMG), Prof(a). Elza Machado de Melo (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

Prof(a). Alzira de Oliveira Jorge ORIENTADORA (Doutora)

Prof(a). Vitoria Regia Izau COORIENTADORA (Doutora)

Prof(a). André Luiz Freitas (Doutor)

Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo (Doutora)

Prof(a). Elza Machado de Melo (Doutora)

Aos meus avós, aos meus pais e ao meu filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Samara pela companhia, compreensão e apoio incondicional. Esta conquista só se faz possível com você.

Agradeço aos meus pais pelo esforço de toda uma vida na valorização da educação e no incentivo para que sempre buscasse minhas conquistas.

Agradeço aos meus avós que, ainda que com pouca escolaridade, vindos do interior, pavimentaram com inteligência e coragem os caminhos para as diversas gerações vindouras. São eles os seres mais sábios com quem tenho/tive a oportunidade de conviver e aprender.

Aos colegas da Prefeitura de Belo Horizonte e aos colegas da Assistência Social agradeço pela companhia nesta árdua responsabilidade de, enquanto agentes públicos, atuar com compromisso social e ética no provimento dos serviços socioassistenciais e na garantia de direitos à população belorizontina.

Aos colegas das Medidas Socioeducativas agradeço pelo incentivo para realização do mestrado e estímulo para enfrentar os desafios de conciliar pesquisa acadêmica e trabalho nos serviços socioassistenciais do SUAS. Agradeço especialmente à Luciane Pereira, Josiane Agapito e Vivane Cunha, que tiveram papel fundamental enquanto incentivadoras e mediadoras do meu acesso à Faculdade de Medicina, ao Ateliê Redução de Danos e ao Ambulatório Para Elas.

Meu profundo agradecimento aos colegas e usuários dos CRAS nos quais atuei e atuo. Foram as nossas reflexões, trocas e aprendizados que possibilitaram este trabalho.

Agradeço à profa. Alzira, minha orientadora, pela acolhida, confiança e companheirismo durante este percurso.

Agradeço à profa. Vitória, minha coorientadora, que com sua escuta e perspicácia ampliou os horizontes dessa pesquisa.

A generosidade e sensibilidade de vocês fizeram deste caminho uma jornada de grandes aprendizados e um trajeto um pouco menos tortuoso, ainda que fosse preciso enfrentar uma pandemia no meio desta rota.

Agradeço à profa. Elza por ser uma mulher realizadora que, com seu trabalho vigoroso e com sua humildade, faz reverberar em várias vidas o seu desejo de um mundo melhor. Agradeço, professora, pela oportunidade do mestrado, pela oportunidade do trabalho no Ambulatório Para Elas e pelas ocasiões para o aprendizado com as mulheres atendidas.

Aos colegas da turma do mestrado, fica meu agradecimento e o desejo da confraternização adiada pela pandemia, além da certeza da construção de importantes vínculos pessoais e profissionais.

*Eu quero a palavra que rasga a orelha do livro
Palavra que finca bandeira no tronco da história
Na dobra da esfera
Palavra que dura e supera a agonia do agora
Por fora do esquema
Palavra que queima a revanche, destrói as correntes
E quebra o dilema
E não se amedrontará*

*Quero a palavra que move a engrenagem do tempo
Que cria memória
Palavra que empurra a canoa e alimenta a fogueira
Que limpa a sujeira
Palavra que brota da boca de um santo guerreiro
E varre a maldade
Palavra que escreve esperança no céu da cidade
Vibrando na nova era*

*Palavra que ri no silêncio do gato
Que canta uma reza na água da cachoeira
Palavra que é planta no meio do mato
E que reverbera a beleza*

*Quero a palavra que veste uma capa de estrelas
Que preste pras curas
Palavra que acende figuras no céu da caverna
Que é mãe do poema
Palavra que é Sol e cinema, que é filha das luzes
Maior do que as cruzes
E sílaba a sílaba a fala será feito ilha
Deserta do que é ruim*

*Quero a palavra que cala em respeito ao silêncio
Que serve o que vibra no alto
Por baixo das águas, por cima das nuvens
E é só gentileza
Partilha do pão sobre a mesa, do céu sobre os ombros*

*Que vence os escombros
Palavra que brota do corpo feito tatuagem
E ensina o que é coragem
Palavra que ri do silêncio do gato
E reverbera a beleza*

Música “Prólogo” – Luiz Gabriel Lopes

RESUMO

Com a Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social é elevada à política pública de Seguridade Social, passando, portanto, a constituir-se enquanto um direito dos cidadãos e dever do Estado. Desta forma, a proteção social passa a se materializar no país enquanto uma responsabilidade pública, compartilhada com a sociedade - em especial, com as famílias. Neste contexto, o Estado, por meio da Política de Assistência Social, passa a reconhecer as inseguranças e desproteções sociais que fragilizam os cidadãos, implementando formas de minimizá-las, por meio do acesso dos sujeitos às seguranças socioassistenciais. Destaca-se que tais inseguranças e desproteções impactam de maneira mais severa pessoas e grupos sociais que apresentam características socialmente desvalorizadas e discriminadas, como características relacionadas à raça, classe, gênero, geração, orientação sexual, regionalidade, deficiência, entre outras. Tais desproteções se somam às contradições dos processos de implementação da Política de Assistência Social, ocasionando diversas dificuldades dos sujeitos em terem garantidos seus direitos sociais. Tem-se em vista que, baseando-se em perspectivas conservadoras que atribuem compulsoriamente às mulheres o papel de mães, cuidadoras e protetoras do grupo familiar, o Estado tem colocado em seu horizonte de provisão dos serviços socioassistenciais a corresponsabilização das famílias, principalmente de mulheres negras pobres, na proteção social dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Desta forma, arranjos estamentais muitas vezes se relacionam com a reprodução de desigualdade sociais, de maneira a construir uma cidadania fragilizada às mulheres, principalmente as mulheres negras, e a outros grupos sociais subalternizados (FRASER, 2001; RIBEIRO, 2017). Neste sentido, políticas públicas que deveriam estar atreladas à produção de autonomia, de proteção social e de possibilidades de modos de existência, por muitas vezes reproduzem discriminações e reiteram a invisibilidade das desigualdades sociais, condição que acaba por aprofundá-las ainda mais. Com o objetivo de compreender e analisar as percepções de trabalhadores e usuários de dois CRAS da cidade de Belo Horizonte acerca deste contexto, buscou-se estudar as concepções e práticas sociais destes atores quanto aos marcadores sociais de raça, classe e gênero. Do mesmo modo, buscou-se investigar os intercruzamentos de tais marcadores sociais a partir das vivências dos participantes relacionadas ao cotidiano dos CRAS e a suas interações com os serviços públicos. Assim, fez-se necessária uma perspectiva teórico-metodológica que propusesse uma lente

analítica atenta às múltiplas identidades, aos intercruzamentos das categorias sociais e seus efeitos sociais e políticos na vida dos sujeitos. Neste sentido, a perspectiva interseccional, cunhada por Crenshaw (2002), a qual é adotada neste trabalho e a partir da qual é produzido o esforço de reflexão e análise em torno dos achados da pesquisa, se fez de fundamental importância. Ressalta-se que, como será abordado, a interseccionalidade, além de propor uma atenção ao intercruzamento das categorias sociais, busca tratar da maneira como ações e políticas específicas produzem opressão e desempoderamento. Da mesma maneira, será discutido como tal perspectiva permite compreender as formas de enfrentamento e agenciamento dos sujeitos frente às situações de vulnerabilidades e desigualdades sociais. Tendo em vista os marcadores sociais de raça, classe e gênero, foi possível observar em diversas ocasiões relatadas pelos participantes, o intercruzamento das posições sociais dos sujeitos, que expunham estas pessoas a situações de discriminação, com agravamento da vulnerabilidade social, a partir de situações de racismo, homofobia e machismo, vivenciadas de maneira simultânea. O que se observou foi a reprodução das hierarquizações sociais nas instituições, de modo a naturalizar relações de poder desiguais e interações sociais que promovem a exclusão dos acessos dos cidadãos a seus direitos. Foi também bastante significativo os relatos dos trabalhadores sobre o empenho das equipes de trabalho em, a partir de suas atuações profissionais, incidirem nas comunidades de atuação no sentido da promoção da justiça social. O que se observou com este trabalho foi a convivência de perspectivas engajadas com a garantia dos direitos sociais, com perspectivas que alimentam práticas sociais e concepções conservadoras e baseadas em estereótipos.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; CRAS; Interseccionalidade; Mulher negra.

ABSTRACT

The 1988 Constitution's elevated the Social Assistance Policy to the public Social Security policy, considering, therefore, to constitute itself as a citizen's right and duty of the State. Thus, social protection starts to materialize in the country as a public responsibility, shared with society - in particular, with families. In this context, the State, through the Social Assistance Policy, starts to recognize the social insecurities and deprotections that weaken citizens, implementing ways to minimize them, through the access of subjects to social assistance security. Among the insecurities and deprotections that stand out most are the severe way that impact people and social groups that have socially devalued and discriminated characteristics, related to race, class, gender, generation, sexual orientation, regionality, disability, etc. Such deprotections are added to the contradictions in the implementation processes of the Social Assistance Policy, causing several difficulties for the subjects in having their social rights guaranteed. It has in view that, based on conservative perspectives that compulsorily attribute to women the role of mothers, caregivers and protectors of the family group, the State has placed in its horizon of provision of social assistance services the responsibility of families, mainly women poor black women, in the social protection of subjects in situations of social vulnerability. In this way, state arrangements are often related to the reproduction of social inequality, to build a weakened citizenship for women, especially black women, and other subordinated social groups (FRASER, 2001; RIBEIRO, 2017). In this sense, public policies that should be linked to the production of autonomy, social protection and possibilities of ways of existence, often reproduce discrimination and reiterate the invisibility of social inequalities, a condition that ends up further deepening them. In order to understand and analyze the perceptions of workers and users of two CRAS in the city of Belo Horizonte about this context, we sought to study the social concepts and practices of these actors regarding the social markers of race, class and gender. In the same way, we sought to investigate the intercrossing of such social markers from the participants' experiences related to the daily life of the CRAS and their

interactions with public services. Thus, a theoretical-methodological perspective was needed that proposed an analytical lens attentive to the multiple identities, the intercrossing of social categories and their social and political effects on the subjects' lives. In the regard, the intersectional perspective, coined by Crenshaw (2002), which is adopted in this work and from which the effort of reflection and analysis around the research findings is produced, was of fundamental importance. It should be noted that, as will be addressed, intersectionality, in addition to offering attention to the intersection of social categories, seeks to address the way in which specific actions and policies produce oppression and disempowerment. In the same way, it will be discussed how such a perspective allows to understand the ways of coping and managing subjects in the face of situations of social vulnerabilities and inequalities.

Keywords: Social Assistance Policy; CRAS; Intersectionality; Black woman.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IVS – Índice de Vulnerabilidade da Saúde

LGBTQI+ - lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e intersexuais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNEP – Política Nacional de Educação Permanente

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMASAC – Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SMSA – Secretaria Municipal de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TSF – Trabalho Social com Famílias

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	15
2. A PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL... 26	
2.1 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	30
3. INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A BUSCA POR UM CONCEITO QUE TRADUZA AS VIVÊNCIAS E DESTAQUE AS OPRESSÕES ARTICULADAS	35
3.1 INTERSECCIONALIDADE E MULHERES NEGRAS: HISTÓRIAS, VIVÊNCIAS E OPRESSÕES.....	35
3.2 RAÇA, CLASSE E GÊNERO: DESESTABILIZANDO CATEGORIAS.....	39
3.3 AS INSTITUIÇÕES E AS HIERARQUIZAÇÕES SOCIAIS: A DOMINAÇÃO NÃO POSSUI AUTORIA ÚNICA	42
3.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O BUROCRATA DO NÍVEL DE RUA.....	44
4. A RELAÇÃO DAS MULHERES E DAS FAMÍLIAS COM O ESTADO: ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO.....	48
4.1 A IDEOLOGIA DA MULHER-DONA DE CASA E SUAS CONTRADIÇÕES.	48
4.2 MULHER NEGRA: O OUTRO DO OUTRO	55
4.3 ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A FAMÍLIA O PATRIARCADO PRIVADO.....	58
4.4 O PATRIARCADO PÚBLICO E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO	64
4.5 AS CONCEPÇÕES SOBRE AS FAMÍLIAS E AS MULHERES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	67
5. METODOLOGIA	76
5.1 O CRAS CAPÃO E O CRAS ROLA MOÇA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE	84
6. REFLEXÕES SOBRE OS ACHADOS	93
6.1 RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA VOZ DOS SUJEITOS PESQUISADOS: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS DE USUÁRIOS E TRABALHADORES	94
6.1.1. RAÇA.....	95
6.1.1.1. Violência simbólica.....	97
6.1.1.2. O Outro do Outro	101
6.1.1.3. Empregada doméstica	103
6.1.1.4. Agência.....	106
6.1.1.5. Concepções.....	109
6.1.1.6. Racismo institucional	111
6.1.2. GÊNERO.....	119
6.1.2.1. Público usuário do CRAS.....	119
6.1.2.2. Concepções e práticas	120
6.1.2.3. Quem mais acessa os serviços.....	123

6.1.2.4. Ações afirmativas – Olhar atento	125
6.1.2.5. Violência	127
6.1.2.6. Interseccionalidades de Raça e Gênero	129
6.1.2.7. Estereótipos de família	131
6.1.2.8. Público LGBTQI+	135
6.1.2.9. Nome social	138
6.1.2.10. Transfobia	140
6.1.3. CLASSE	145
6.1.3.1. Pobreza e exclusão	146
6.1.3.2. Interseccionalidades de Classe e Raça	152
6.1.3.3. Interseccionalidades de Classe e Gênero	154
6.1.3.4 Responsabilização da mulher	159
6.2. AS PROTEÇÕES E DESPROTEÇÕES NO SUAS A PARTIR DOS VÍNCULOS ENTRE USUÁRIOS E TRABALHADORES	160
6.2.1. Os encontros e o protagonismo de usuários e trabalhadores	161
6.2.2. Assistência Social: baixa programabilidade e alta interação	164
6.2.3. A prática profissional individualizante técnico-burocrática e a prática profissional crítica e emancipatória	165
6.2.4. As relações institucionais entre os CRAS e as famílias	168
6.2.5. Estrutura de oportunidades e trabalho relacional	172
6.2.6. As insuficiências do Estado e os desafios do trabalho cotidiano	173
6.3 DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERSECCIONALIDADE E INTEGRALIDADE	175
6.3.1. O compromisso do Estado e a indivisibilidade dos direitos	176
6.3.2. Integralidade na organização dos serviços e renovação das práticas profissionais	180
6.3.3. Intersetorialidade e integralidade	184
6.3.4. Assistência Social e Integralidade	187
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
APÊNDICES	211

1. APRESENTAÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem se consolidado e se capilarizado no país enquanto política pública de Seguridade Social, a partir de uma atuação articulada com outras políticas setoriais, buscando a garantia dos direitos sociais e a provisão das seguranças socioassistenciais. Tratando-se de um sistema público de proteção social, sua implantação é muito recente, uma vez que somente a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social foi instituída enquanto política de seguridade não-contributiva com vistas a garantia das necessidades básicas dos cidadãos, formando com a política de Saúde e a Previdência Social, o tripé da Seguridade Social brasileira (BRASIL, 1988; BRASIL, 1993; BRASIL, 2011).

Resultado de disputas e conquistas sociais no país, a Constituição Cidadã institui a Política de Assistência Social, a qual é regulamentada posteriormente a partir de legislações como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 1993; BRASIL, 2005; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2014).

Diante da noção de proteção social instituída na Constituição é que se constrói no país meios para a garantia dos Direitos Humanos e dos direitos sociais. Neste sentido, uma vida digna, na qual é garantida aos sujeitos proteção social e qualidade de vida, necessariamente, precisa contemplar os mínimos sociais, o provimento público para enfrentamento das contingências sociais, além da universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1988; BRASIL, 1993; BRASIL, 2011).

Tendo-se em vista a primazia do Estado e o alcance dos diversos âmbitos das vidas dos sujeitos, a proteção social se materializa no país enquanto uma responsabilidade pública, compartilhada com a sociedade e, especialmente, com as próprias famílias que carecem dela. A proteção social se constitui, portanto, de um conjunto de estratégias para o enfrentamento das situações de insegurança social e acesso a direitos sociais, considerando-se para isso as distintas demandas da sociedade e de seus grupos.

Há neste contexto um elemento inovador na proteção social de assistência social relacionado ao reconhecimento de inseguranças e desproteções sociais, as quais impactam de maneira mais severa pessoas e grupos familiares que apresentem características socialmente

desvalorizadas e discriminadas, como características relacionadas à raça, classe, gênero, geração, orientação sexual, regionalidade, deficiência, entre outras. Tais posições sociais podem ocasionar privação de renda, condições de vida precárias, além de dificuldade de acesso aos serviços públicos e desproteções sociais diversas (TORRES E GOUVEIA, 2013).

Portanto, o enfrentamento e a minimização de tais situações de privação e discriminação requerem serviços, programas, projetos e benefícios integrados e continuados, ofertados pelo poder público. Além da construção de práticas profissionais livre de preconceitos, é fundamental que os agentes públicos considerem os saberes, as capacidades de respostas e estratégias de proteção desenvolvidas pelas famílias, bem como estabeleçam entre usuários e trabalhadores relações baseadas na participação social, no diálogo e na autonomia. Considera-se que, desta maneira, torna-se possível o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e aquisições sociais, além do fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e vínculos sociais amplos, que permitam o exercício da cidadania e o enfrentamento das vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2005; BRASIL, 2012b; PINHEIRO, 2014; RIBEIRO E MIRANDA, 2019).

Contudo, destacam-se as contradições dos processos de implementação da Política de Assistência Social e as dificuldades das famílias em terem garantidos seus direitos sociais. Marcada por avanços e retrocessos, a proteção social brasileira é resultado de disputas políticas e de relações de poder existentes na sociedade, de maneira que tais dificuldades e contradições relacionadas à proteção social precisam ser consideradas para a compreensão do histórico da política pública, bem como para análise do seu desenvolvimento atual (MIOTO E DAL PRÁ, 2015; OTA, 2014).

Neste sentido, destaca-se o fato de que o importante marco da CF/88, que instituiu a proteção social pública brasileira e instituiu princípios de universalização de direitos sociais, tenha ocorrido em um período de difusão do neoliberalismo e de ataques aos gastos sociais em muitos países do mundo. Como se refere Mariano (2009), “a efetivação dos preceitos constitucionais de direitos sociais é algo ainda em disputa no Brasil” (p. 37).

Neste aspecto, faz-se necessário considerar que as políticas públicas no Brasil, e em especial a Assistência Social, tem um processo de desenvolvimento cuja origem está relacionada aos interesses de classes dominantes, ao clientelismo, às ações de boa vontade e ao assistencialismo. De maneira que sua origem e desenvolvimento se dão de maneira distante da perspectiva dos direitos sociais (GASPAROT O, 2017).

A partir da CF/88 há um importante rompimento com práticas filantrópicas, assistencialistas e clientelistas, instalando-se a partir da Carta Magna a perspectiva do reconhecimento e da garantia dos direitos do cidadão, como dever do Estado. Contudo, convivem com esta perspectiva concepções e práticas calcadas na matriz da troca de favores, da benemerência, do apadrinhamento e do mando e obediência que povoam o aparato estatal brasileiro e configuram um padrão enraizado na cultura política do país (GASPAROTTO, 2017; AGUIAR, 2000). Neste sentido, conforme indica Gasparotto (2017), a Assistência Social se constitui historicamente como uma *não política*, secundária e marginal no conjunto das políticas públicas.

Neste contexto, a autora ressalta que a proteção social é marcada por contradições e por um dualismo entre responsabilidade pública e responsabilidade privada, referindo-se a como o Estado compartilha suas responsabilidades com a sociedade, em especial com as próprias famílias que demandam proteção. Ao longo deste trabalho será discutido como tal responsabilidade voltada à família se traduz, na maioria das vezes, em sobrecarga à mulher, a qual é a principal representante do grupo familiar na mediação das demandas da família junto ao Estado. Soma-se a este cenário a visão conservadora da mulher, enquanto agente passivo restrito ao ambiente doméstico e garantidor, quase exclusivo, dos cuidados e proteção dos membros familiares (BOURDIEU, 2002b; SAFFIOTI, 2004).

Considera-se, desta forma, que o Estado tem em seu horizonte de atuação a corresponsabilização da mulher baseando-se em perspectivas conservadoras que atribuem compulsoriamente a elas o papel de mães, cuidadoras e protetoras do grupo familiar. Tal conservadorismo, na realidade, isenta o poder público e promove a privatização da proteção social a partir da vida das mulheres. As discussões deste contexto de organização da Assistência Social e das práticas profissionais nesta política, representam reflexões essenciais e serão aprofundadas nos capítulos a seguir (GASPAROTTO, 2017; CARLOTO E SILVIANO, 2008; CARLOTO E NOGUEIRA, 2018).

Busca-se neste trabalho ampliar olhares e perspectivas no sentido de se considerar, além das questões de gênero, as articulações dos marcadores sociais de raça e classe na vida dos usuários da Assistência Social; assim como analisar como se configuram as concepções e práticas sociais cotidianas dos participantes a respeito de tais marcadores sociais. Para tal investigação, considerou-se usuários e trabalhadores de dois Centros de Referência da Assistência Social/CRAS na cidade de Belo Horizonte.

Parte-se da noção de que usuários e trabalhadores podem vir a vivenciar e/ou reproduzir preconceitos e estereótipos no dia-a-dia de suas interações, de maneira a promover ou impossibilitar o acesso dos sujeitos aos seus direitos sociais (GASPAROTTO, 2017; CARLOTO E SILVIANO, 2008; CARLOTO E NOGUEIRA, 2018; PINHEIRO, 2014). Neste sentido, é também objeto de investigação deste trabalho, analisar como se dão as situações de machismo, racismo, classismo, homofobia e outras formas de opressão correlatas, nas interações entre usuários e os serviços públicos, bem como compreender de que maneira usuários e trabalhadores enfrentam tais formas de discriminação.

Carneiro (2011) aponta que é fundamental, sobretudo em sociedades latino-americanas, ter em vista o histórico e as reminiscências do período colonial e escravocrata. Haja vista, como indica a autora, que tal histórico permanece vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funcionalidades na atual ordem social. Desta forma, Carneiro (2011) destaca que permanecem inalteradas, desde a escravidão, as relações de gênero segundo a raça. Com isso, a autora ressalta que a experiência histórica de mulheres negras se diferencia da experiência da mulher, sujeito universal do feminismo - como será discutido no terceiro capítulo do trabalho. Desta maneira, a autora indica que se faz necessário um reconhecimento das diversas identidades e da articulação de opressões que são pouco consideradas e que vulnerabilizam sobremaneira determinados grupos sociais.

Desta forma, Carneiro (2011), assim como Davis (2016), Kilomba (2019), Ribeiro (2017), Akotirene (2019) e Crenshaw (2002), propõem como principal eixo articulador das posições sociais dos sujeitos, o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero e classe, uma vez que, como aponta a autora, é o racismo que determina a própria hierarquia social em contextos de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como a brasileira.

As autoras ressaltam a necessidade premente de articular as posições sociais de raça, classe e gênero, de maneira que seja possível identificar, por exemplo, como aspectos de raça produzem gêneros subalternizados, tanto com relação às mulheres negras quanto aos homens negros. Ressaltam a importância de uma perspectiva teórica que articule as posições sociais e permita compreender que o racismo, assim como rebaixa, supervaloriza o status dos gêneros, privilegiando determinados grupos sociais em detrimento da exploração e exclusão de outros grupos subalternizados.

Como se refere Davis (2016), “é preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe e raça é a maneira como a classe é

vivida.” (p. 1) Neste sentido, é essencial o empenho constante nas análises e reflexões a respeito das intersecções entre raça, classe, gênero e outros marcadores sociais no sentido de perceber como tais articulações e intercruzamentos impactam as experiências dos sujeitos, produzindo exclusão e hierarquizações sociais.

Por isso, a importância da perspectiva interseccional, cunhada por Crenshaw (2002), a qual é adotada neste trabalho e a partir da qual é produzido o esforço de reflexão e análise em torno dos achados junto aos sujeitos da pesquisa. Como ressalta a autora, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p. 177). Desta maneira, considera-se como sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam posições e hierarquias sociais que atingem determinados grupos e sujeitos com maior intensidade que outros.

Como será discutido ao longo do trabalho, a perspectiva interseccional recusa a redução das subjetividades a categorias identitárias fixas. Tem-se em vista que, como indica Rios e Silva (2015), as desigualdades e discriminações vivenciadas pelos sujeitos revelam maneiras particulares de opressão e de privilégios, bem como revelam identidades fluidas que caracterizam a concretude de cada vivência e realidade social.

Neste sentido, as diversas autoras citadas denunciam a fragilidade de análises centradas em uma única categoria social, diante de toda a complexidade da realidade social. Assim, faz-se necessária uma perspectiva teórico-metodológica, como a interseccionalidade, que proponha uma lente analítica que destaque as múltiplas identidades e os intercruzamentos das categorias sociais, assim como seus efeitos sociais, políticos e legais.

Como ressaltam Mayorga e Prado (2010), Akotirene (2019) e Ribeiro (2017), não se trata de simplesmente afirmar a multiplicidade de diferenças que acometem os sujeitos, mas sim de compreender a interseção produzida a partir dessas diferenças e as consequentes desigualdades e discriminações decorrentes destas interseções.

Como será discutido, a interseccionalidade permite compreender como os sistemas discriminatórios produzem opressões e preconceitos a partir do cruzamento dos marcadores sociais, assim como permite compreender “onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

A interseccionalidade é, neste sentido, o que possibilitaria alcançar quais os sujeitos que, como as mulheres negras, são aqueles mais acidentados pelas matrizes de opressões; além de apontar possibilidades quanto a como realizar a sua promoção e resgate diante das discriminações (AKOTIRENE, 2019).

Do ponto de vista das políticas públicas, considera-se relevante a reflexão sobre como o racismo no Brasil e suas formas articuladas de opressão colocam em xeque a concepção universal de cidadania. Tal reflexão se faz essencial, haja vista, que, na realidade, as políticas sociais universais não abarcam de formas iguais os grupos sociais diversos (BRONZO; 2009; MAYORGA E PRADO, 2010).

Faz-se importante ressaltar que a interseccionalidade, além de propor uma atenção ao inter cruzamento das categorias sociais, sem hierarquizá-las, também busca tratar da maneira como ações e políticas específicas produzem opressão e desempoderamento, como a reprodução de racismo, sexismo e exclusão social (AKOTIRENE, 2019).

Também neste sentido, Mayorga e Prado (2010) apontam que a articulação das categorias sociais tem ainda uma funcionalidade subordinada à desigualdade, quando naturaliza a produção e reprodução de hierarquias sociais, bem como quando negligencia as origens e consequências do poder que produz as discriminações.

Neste contexto, o Estado se constitui de concepções preconceituosas que se expressam em seus processos de formulação, implantação e avaliação de políticas públicas, assim como se apresentam nas práticas profissionais cotidianas.

Desta maneira, considerando que concepções tem o poder de orientar decisões e ações (MINAYO, 2010; BRONZO, 2009), foi realizado o presente trabalho de pesquisa, tendo em vista o objetivo de compreender e analisar as concepções e práticas sociais de trabalhadores e usuários dos dois CRAS investigados, considerando as percepções destes atores sociais quanto aos marcadores sociais de raça, classe e gênero. Da mesma maneira, constituiu-se enquanto proposta a investigação sobre o inter cruzamento de tais marcadores sociais a partir das concepções e práticas relacionadas ao cotidiano dos CRAS e de outras instituições trazidas à pesquisa a partir da fala dos participantes.

Para além de falar de identidade, como ressalta Ribeiro (2017), é essencial desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se busca, como

se refere a autora, é “entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos” (p. 31).

Tendo em vista o Estado brasileiro, o que se observa é a formação de um Estado patriarcal, patrimonialista, organizado a partir de privilégios e alianças familiares e voltado para a manutenção de determinada ordem social (ALMEIDA, 2007; AGUIAR, 2000; SAFFIOTI, 2004). Neste sentido, o Estado brasileiro historicamente tem se desenvolvido enquanto gera grandes processos de iniquidades de raça, classe e gênero, os quais deseja-se analisar a partir desta pesquisa.

Também se destacam neste trabalho as discussões acerca de como as políticas públicas, em especial as políticas sociais, concebem as mulheres, sobretudo as mulheres negras. Será discutido como arranjos estamentais muitas vezes estão relacionados à reprodução de desigualdades e à construção de uma cidadania fragilizada às mulheres e a outros segmentos sociais (FRASER, 2001). Como ressaltam Gasparotto e Grossi (2017), Medrado e Lyra (2008), as mulheres estão submetidas não só aos desígnios dos homens, mas também sofrem subordinação com relação ao capital e ao Estado.

Como será problematizado ao longo do trabalho, o Estado brasileiro historicamente se volta às mulheres para se apropriar de seu trabalho não remunerado na maternagem das crianças, nos cuidados com os idosos e pessoas com deficiência e na reprodução da família de uma maneira geral. Desta maneira, a proteção social a qual deveria ser prestada de forma pública, com primazia da responsabilidade do Estado, é terceirizada às mulheres usuárias das políticas públicas.

Neste sentido, são as mulheres, especialmente as mulheres negras, que atuam junto aos membros familiares mais vulneráveis construindo estratégias de proteção, fazendo mediações para acesso dos familiares a seus direitos e construindo por conta própria estratégias de articulação das políticas públicas para assegurar o atendimento de suas demandas (MIOTO *et al.*, 2015; CARLOTO E NOGUEIRA, 2018; GASPAROTTO E GROSSI, 2017; GASPAROTTO, 2017; SCHÜTZ E MIOTO, 2011). Desta forma, o que se observa, e será abordado adiante, é que o Estado lança mão de arranjos nada públicos para possibilitar uma proteção social mínima aos mais vulneráveis. Como será aprofundado, a crise aguda do Estado brasileiro só não é mais grave porque se reprivatizam-se no âmbito doméstico, ou seja, a partir da vida da mulher, obrigações e competências relacionadas à proteção social pública (CARLOTO E SILVANO, 2008; CARLOTO E NOGUEIRA, 2018).

Desta forma, este trabalho volta-se, principalmente, para as mulheres negras e outros grupos sociais subalternizados, considerando-os sujeitos de direitos que, em função de preconceitos e hierarquizações sociais, são os principais atingidos pela precarização das relações de trabalho e pelo desemprego, além de serem aqueles que mais sofrem com discriminações e com lógicas de subordinação nas interações com as políticas públicas.

Cabe ressaltar, como indica Minayo (2010), que a escolha de um tema de pesquisa não emerge espontaneamente, assim como o conhecimento não é espontâneo. Tendo em vista que esta escolha surge de circunstâncias socialmente condicionadas, resultado de determinada inserção na realidade social, cumpre, desta forma, descrever um pouco da trajetória deste pesquisador na construção de seu objeto de estudo ao longo de sua trajetória pessoal e das carreiras profissional e acadêmica.

A fim de delimitar certo percurso traçado por mim relacionado aos temas desta pesquisa, pode-se destacar algumas oportunidades que foram diferenciais para minha formação e para um caminho que desemboca nesta pesquisa.

Uma delas foi a oportunidade de realizar estágio supervisionado e iniciação científica com a professora Sandra Azeredo, psicóloga feminista que coordenava a atuação dos estudantes na Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher de Belo Horizonte na Psicologia/UFMG. Sob sua orientação pude realizar atendimentos às mulheres em situação de violência no Plantão de Psicologia da Delegacia, além de poder acompanhá-la na condução do grupo de mulheres que ocorria semanalmente na Delegacia, o grupo “As Faladeiras”.

A proposta de atendimento em grupo era relacionada à perspectiva de que o enfrentamento da violência precisa ser feito coletivamente, tanto no que dizia respeito às redes entre as diversas organizações de atendimento às mulheres, quanto na perspectiva de criação de laços de amizade e solidariedade entre as participantes. Percebíamos o grupo como um espaço que, partindo de reflexões no coletivo, que problematizavam o lugar subalterno das mulheres na sociedade e nas relações violentas, possibilitava o enfrentamento da violência de maneira singular, no cotidiano relacional de cada participante.

De maneira concomitante, tive a oportunidade de realizar estágio de Psicologia no CRAS, que, assim como para os usuários, me serviu de “porta de entrada” para o SUAS. O CRAS marca profundamente minha carreira profissional e minhas perspectivas enquanto psicólogo, de maneira que quase 15 anos depois, após diversas outras experiências no SUAS, encontro-me neste momento na coordenação do CRAS Vila CEMIG.

Tal posição enquanto trabalhador e gestor de um serviço da Assistência Social, impõe determinada condição de mistura com os sujeitos estudados, de maneira a me constituir, conforme indica Abrahão (2013), enquanto um pesquisador in-mundo, um pesquisador no mundo, implicado intrinsecamente com os sujeitos e com a produção do conhecimento. Neste sentido, não se trata de uma prática de pesquisa neutra, uma vez que, como pesquisador, estou imbuído da realidade pesquisada, de maneira que tal produção de conhecimento se processa também como ativadora e produtora de intervenções na vida. Da mesma maneira como as vivências no campo de trabalho repercutem nos conhecimentos produzidos.

Cabe ressaltar, como indica Haraway (1995), “que saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão” (p. 23) são a alternativa aos relativismos ou à produção de conhecimento desde um lugar universal, não localizável e acrítico. Corroboramos com a perspectiva da autora que indica que posicionar-se é a prática chave para a produção de um conhecimento responsável, político e ético. Como se refere, Haraway (1995) “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (p. 33).

Desta forma, retomando a trajetória que me leva à presente pesquisa, destaco neste itinerário as oportunidades de compor o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial e também o Conselho Municipal de Assistência Social na Prefeitura de Belo Horizonte. Tais experiências me trazem de maneira muito patente a importância da participação e do protagonismo dos usuários para o avanço das políticas públicas, além de me indicarem a relevância do olhar para as diversas realidades e para os diversos marcadores sociais na busca pela garantia dos direitos sociais na cidade.

Tais atividades profissionais e acadêmicas se complementavam com minha atuação na capoeira angola, no grupo Eu Sou Angoleiro, que me permitiu uma vivência riquíssima a respeito dos saberes populares, do notório saber dos mestres e uma nova relação com meu corpo e com minha ancestralidade. A proximidade com a cultura popular e com os saberes tradicionais, a partir da capoeira angola, permitiu me posicionar como parte de um processo histórico de resistências e lutas junto dos movimentos sociais organizados. Da mesma forma que me permitiu reconhecer processos macro sociais de reprodução de preconceitos e hierarquizações sociais, me possibilitou conhecer interessantes estratégias de enfrentamentos às vulnerabilidades e às violências por meio da cultura e das artes.

Neste sentido, como se refere Minayo (2010) “a construção do objeto é labor teórico que requer esforço prático de construção de informação, crítica e experiência.” (p. 174)

Esforços estes que podem envolver uma vida inteira e se expandirem para além da academia e do rigor do trabalho de pesquisa.

Em todo este percurso, sempre me chamou muito a atenção o abismo social instaurado no país a partir das desigualdades sociais, bem como as opressões sociais sofridas por determinados grupos sociais, excluídos dos processos societários e alvos de discriminações e cerceamento de direitos. Tais provocações e a escassez de estudos produzidos no âmbito da Assistência Social acerca da interseccionalidade, me levaram a este tema de pesquisa, o qual apresento nesta introdução.

O presente trabalho foi dividido em capítulos que abordam diferentes aspectos do trabalho de pesquisa. No primeiro capítulo é apresentada a construção da proteção social, bem como a implementação do SUAS no país. Também será apresentado o CRAS, equipamento público, no qual se inserem os sujeitos da pesquisa e a partir do qual se busca realizar as análises sobre como se apresentam os marcadores sociais e seus inter cruzamentos no cotidiano do trabalho social com famílias (TSF).

No capítulo seguinte serão aprofundadas as discussões a respeito da noção de interseccionalidade, assim como serão abordadas como se dão as articulações entre os marcadores sociais na produção e agravamento de vulnerabilidade sociais. Neste capítulo também será abordado como as lógicas institucionais e as práticas profissionais dos agentes públicos podem reproduzir preconceitos e desigualdades sociais a partir do aparato estatal. Serão discutidas ainda o papel de tais agentes públicos enquanto sujeitos que, a partir de suas decisões e posturas profissionais, facilitam ou cerceiam o acesso dos usuários a seus direitos.

No terceiro capítulo será abordada a relação das mulheres e das famílias diante do Estado ao longo da história. Será destacado como tais interações são atravessadas pelos marcadores sociais de raça, classe e gênero e como as mulheres, principalmente mulheres negras, sofrem com opressões que abarcam além do Estado, os homens, as mídias, a educação, o mercado de trabalho, entre outros âmbitos da sociedade. Nestas discussões serão abordadas as noções de patriarcado público e patriarcado privado, os quais se complementam enquanto lógicas que submetem as mulheres e outros grupos sociais.

O quarto capítulo trata da metodologia de pesquisa, no qual serão explicitadas as perspectivas que embasam o trabalho, as ferramentas teórico-metodológicas utilizadas, a visão a respeito dos sujeitos da pesquisa enquanto agentes ativos de produção de conhecimentos e saberes, além da discussão sobre o lugar do pesquisador e sobre as relações pesquisador-participantes da pesquisa.

No capítulo de discussão serão apresentadas as categorias de análise constituídas para discussão dos achados da pesquisa e as referidas análises considerando raça, classe, gênero e seus inter cruzamentos, de acordo com as falas apresentadas pelos participantes do trabalho. Também neste capítulo será abordada a importância das relações estabelecidas entre usuários e trabalhadores para garantia dos direitos sociais e será apresentada a perspectiva da integralidade, enquanto pressuposto a ser adotado pelas políticas públicas como estratégia para um olhar interseccional dos sujeitos atendidos nos serviços públicos.

No último capítulo serão apresentadas as considerações finais sobre o trabalho e conclusões que foram se delineando ao longo da pesquisa. Neste capítulo são feitos alguns apontamentos a respeito do CRAS, das práticas profissionais, bem como sobre educação permanente no âmbito do SUAS.

2. A PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com vistas a apresentar o CRAS, equipamento no qual ocorre a pesquisa, serão abordados a seguir aspectos da construção e implantação da Seguridade Social, bem como serão apresentados os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social. Destacam-se neste percurso as contradições e limites das políticas públicas, tendo em vista as características da proteção social brasileira e do contexto de difusão do neoliberalismo, no qual se insere a Política de Assistência Social, e que repercutem nas formas de organização e oferta dos serviços públicos.

Neste sentido, ressalta-se o importante marco representado pela Constituição Federal promulgada em 1988, que determina a primazia do Estado como garantidor de proteção social, e inaugura a perspectiva da garantia dos direitos sociais aos cidadãos brasileiros enquanto propõe o rompimento com práticas assistencialistas, baseadas no favor e na benemerência. Neste contexto, de redemocratização do país após o período militar, destaca-se o papel dos movimentos sociais que emergiram na cena política nacional e contribuíram com a elaboração da Carta de Direitos brasileira (BRASIL, 1988; BRASIL, 2013).

A partir da CF/88, a Assistência Social é elevada à política pública de Seguridade Social, passando, portanto, a constituir-se enquanto um direito dos cidadãos e dever do Estado. Desta maneira, busca-se romper com a origem histórica da política relacionada às práticas assistencialistas, paternalistas, baseadas na caridade, no voluntariado e na benesse. Sua regulamentação posterior decorre da publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e suas atualizações, assim como está atrelada aos procedimentos, instrumentos, princípios e diretrizes propostos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). A partir de então a Assistência Social passa a contar com importante arcabouço normativo e ganha configuração institucional de sistema, descentralizado e participativo (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2005; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2013).

Além de tais características, o SUAS se consolida e se capilariza a partir de sua rede socioassistencial, na qual órgãos governamentais e entidades socioassistenciais ofertam à população serviços, benefícios, programas, projetos e transferências de renda, voltados à garantia da proteção social e ao atendimento das necessidades básicas da população (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2013).

Neste sentido, enquanto política pública de caráter estatal, conforme indica a CF/88, em seu Art. 203, “a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social”. (BRASIL, 1988, p. 122). Assim, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, o SUAS busca afiançar as seguranças socioassistenciais de acolhida, de renda, de convívio e de autonomia visando a proteção social, a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos pessoais e sociais aos sujeitos atendidos pela política pública (BRASIL, 1988; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2011a).

Neste período de consolidação, o SUAS atribuiu responsabilidades e competências, estabeleceu normativas e orientações para o atendimento, organizou o cofinanciamento, além de ter estabelecido mecanismos para provisão de recursos necessários para o funcionamento do sistema. Desta maneira, expandiu-se a presença dos equipamentos públicos de Assistência Social nos territórios mais vulneráveis do país, consolidando-se a possibilidade de atendimento social às famílias como um direito.

No entanto, é importante uma contextualização histórica da Assistência Social no país que destaque o desenvolvimento da política, pós-Constituição de 88, no cenário de difusão do neoliberalismo, abordando alguns dos impactos deste modelo econômico para as políticas públicas.

Como citado, a Assistência Social no Brasil tem sua origem relacionada ao clientelismo, ao paternalismo e à caridade, principalmente de instituições religiosas ou de benemerência, a partir de iniciativas descontínuas, fragilizadas, de caráter compensatório e filantrópico (IAMAMOTO, 2001; CARMONA, 2019a). Neste sentido, a partir da década de 30 até a CF/88, a Assistência Social foi predominantemente ofertada pelo setor privado, com participação do Estado no apoio às entidades, baseando-se em uma prática relacionada ao favor e ao merecimento, distante da perspectiva dos direitos.

Neste sentido, é importante se ter em vista que o processo de construção do SUAS se dá no período de ampliação do capitalismo financeiro, no qual o “universo do trabalho é ofuscado, em razão do intenso investimento na busca pelo enfraquecimento das classes trabalhadoras, que experimentam a radicalização dos processos de exploração, expropriação e opressão” (GASPAROTTO, 2017, p. 25).

Castilho e Carloto (2010) indicam que a partir dos anos de 1990, com a adoção de políticas neoliberais, começa-se a observar no campo da proteção social os chamados esquemas pluralistas de bem-estar e a prática de parcerias das políticas públicas com o mercado e a

sociedade. Tais esquemas de proteção preveem a descentralização das políticas públicas, no sentido da redefinição do papel do Estado e da divisão de sua responsabilidade de garantidor de direitos com a sociedade civil (organizações não governamentais, comunidades, famílias e beneficiários dos programas) e com o mercado. Como se referem as autoras, “Neste esquema o mercado ocupa-se em proteger os que possuem empregos estáveis e com boa remuneração e o Estado ‘abre mão’ do papel de principal provedor de bem-estar social” (p. 16).

Tal organização conta consideravelmente com voluntarismos e solidarismos das famílias e de suas redes de sociabilidade, assim como conta com iniciativas das empresas privadas. Como se refere as autoras, neste contexto a Assistência Social desenvolve-se

Figurando, portanto, entre a caridade (mercantil e privada) e ações públicas com conotação de ajuda. Tendo assim, um histórico de contar com a benemerência de instituições caritativas de cunho confessional, com os apelos de solidariedade e voluntarismo da sociedade e das empresas e com “algumas poucas” ações do Estado “repassadas” como ajuda para aquele indivíduo ou família pauperizada que falhou na provisão de seu sustento (CASTILHO E CARLOTO, 2010, p. 16).

Desta forma, as autoras apontam o quanto as políticas públicas no contexto de expansão do neoliberalismo se desenvolvem em meio ao desmonte dos sistemas de proteção social, os quais mal alcançaram sua consolidação. Neste contexto, intensas desigualdades sociais aprofundam-se, principalmente, aquelas relacionadas às questões de raça, classe e gênero (CASTILHO E CARLOTO, 2010; GASPAROTTO, 2017).

Neste panorama, observa-se a submissão dos direitos sociais à disponibilidade orçamentária e aos interesses econômicos do grande capital. Desta forma, a partir de ajustes econômicos, a política social sofre recorrentes cortes nos investimentos em função dos ditames da política econômica, que impactam suas ofertas e a garantia de direitos à população.

Diante deste contexto, somente em 2004 e 2005 que a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica do SUAS, respectivamente, são publicadas com um desenho do que seria a Política de Assistência Social a partir da materialização das diretrizes da LOAS. De forma que, como será discutido no próximo capítulo, convivem nas instituições, práticas profissionais que carregam os resquícios de tal contexto histórico, com práticas preconceituosas e estereotipadas; do mesmo modo que, por outro lado, se apresentem visões progressistas e emancipatórias acerca da política pública e seus usuários.

Como ressalta Gasparotto (2017), a implementação do SUAS exige movimentos muito mais amplos que a existência de legislações, normativas e orientações técnicas – ainda que estas

representem fundamental avanço. A autora indica que é necessário se ter em vista os processos macro econômicos que impactam nas possibilidades e estratégias de provisão de proteção social enquanto oferta pública aos cidadãos.

Como discutido, a autora aponta a importância de se destacar o quanto as políticas de proteção social brasileiras são produto de lutas entre forças antagônicas da sociedade. Neste sentido, Gasparotto (2017) destaca que, contraditoriamente, as políticas públicas se constituem “enquanto conquista das classes trabalhadoras, mas também integram o elenco de estratégias de exploração e expropriação utilizadas pelas classes dominantes” (GASPAROTTO, 2017, p. 28).

Desta forma, as políticas de proteção social são resultados de disputas existentes entre projetos societários antagônicos, que tem enquanto protagonistas as classes sociais que constituem a sociedade. Neste sentido, as estratégias de proteção social de uma sociedade são produtos históricos das contradições existentes em seu interior e das relações estabelecidas entre os diversos grupos sociais com o Estado. Gasparotto (2017) cita Mota *et al* (2008) para indicar que, nas sociedades capitalistas,

as políticas de proteção social expressam as contradições e os antagonismos de classes. Independente de seus objetivos específicos de intervenção, essas políticas dependem tanto do nível de socialização da política, conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital, na incorporação das necessidades do trabalho, consideradas as particularidades históricas que definem cada formação social (MOTA *et al*, 2008 *apud* GASPAROTTO, 2017, p. 28).

Em síntese, a existência da Assistência Social como política pública que compõe a Seguridade Social brasileira representa conquistas históricas e lutas diárias para alcance dos direitos sociais. Tais processos se dão em um cenário de redução de direitos, desinvestimento em políticas sociais e fortalecimento de políticas de austeridade, de maneira a enfraquecer a proteção social e agravar as condições sociais dos cidadãos, principalmente aqueles de grupos sociais subalternizados (CARMONA, 2011a; CASTILHO E CARLOTO, 2010; GASPAROTTO, 2017).

Diante deste contexto, complexo e desfavorável para as políticas públicas, é importante se ter em vista aquilo que Gasparotto (2017) aponta com relação a primazia da responsabilidade do Estado frente às vulnerabilidades e risco sociais:

Em contraponto à concepção neoliberal, é indispensável apreender que o risco é social e não individual, reconhecendo-se como necessário o investimento coletivo e a indispensável responsabilidade Estatal, num padrão de socialização da vida, onde a intervenção estatal busque de fato assegurar a redução de riscos sociais na defesa de um padrão básico de vida, distanciando os conceitos de proteção social das práticas

assistencialistas, clientelistas e patriarcais, que acabam contribuindo para a perpetuação das desigualdades (p. 28).

Partindo-se desta perspectiva, tem-se em vista neste trabalho a importância das intervenções estatais a partir das políticas sociais, mediante esforço organizado e pactuado, de maneira a atender as necessidades sociais, independentemente da iniciativa privada, individual e espontânea. Neste sentido, uma perspectiva ampliada de cidadania só é possível a partir das políticas sociais e da materialização dos direitos sociais na vida dos sujeitos (CASTILHO E CARLOTO, 2010).

Como indica Pereira (2016 *apud* CASTILHO E CARLOTO, 2010) tal perspectiva de proteção social “requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos.” (p. 16)

Neste contexto a proteção social a ser garantida pela Política de Assistência Social à população, conforme as diretrizes da NOB-SUAS,

se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. A proteção social de assistência social através de suas ações produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para: suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (BRASIL, 2012a, p. 16).

Desta maneira, a Política de Assistência Social visa a garantia dos direitos sociais e a superação dos resquícios de política clientelista, assistencialista e filantrópica. O SUAS, neste sentido, propõe a proteção social baseada na garantia de direitos, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na coconstrução da autonomia dos sujeitos atendidos. O SUAS também deve propor ações conjuntas com as demais políticas e sistemas de garantia e defesa de direitos, buscando o enfrentamento da desigualdade social, da vulnerabilidade e da violação dos direitos de indivíduos, famílias e coletividades. (BRASIL, 2004a)

2.1 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com relação à organização da oferta dos serviços socioassistenciais, o SUAS conta com dois níveis de proteção social: a proteção social básica, na qual se localiza o CRAS enquanto equipamento público mais representativo; e a proteção social especial, que se subdivide em média complexidade, na qual seu principal equipamento é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e alta complexidade, na qual se encontram os abrigos e instituições de longa permanência (BRASIL, 2004a).

No CRAS, o principal serviço executado é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual desenvolve o TSF a partir da perspectiva da promoção da autonomia, da convivência e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com vistas à prevenção às vulnerabilidades e violações de direitos. Já o CREAS, atua a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e de outros serviços tipificados que trabalham no sentido das superações de situações de violação de direitos das famílias/indivíduos e no enfrentamento à fragilização dos vínculos familiares. Com relação à alta complexidade, este nível de proteção trabalha com processos de institucionalização de indivíduos em situação de violação de direitos, os quais os vínculos familiares foram determinantemente rompidos (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2009b; CARMONA, 2017a).

O SUAS busca articular e coordenar de maneira integrada serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais dos diferentes níveis de proteção para a garantia dos direitos socioassistenciais da população. (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2009b; BRASIL, 2011).

A seguir, as discussões serão focadas nos serviços executados pelo CRAS, tendo em vista o campo de pesquisa desenvolvido neste trabalho. Desta forma, destaca-se o PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ambos atuam na perspectiva da prevenção às situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Tais serviços do nível de proteção social básico são destinados à população que convive com situações de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda e de precário ou nulo acesso aos serviços públicos; além de se destinar aos sujeitos que vivenciam situações de fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, assim como discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências (BRASIL, 2004).

Os equipamentos locais de Assistência Social tiveram sua implantação em âmbito nacional nos anos 2000, sendo a cidade de Belo Horizonte uma das pioneiras com a implantação no município dos Núcleos de Apoio à Família (que mais tarde se tornariam os CRAS) ainda em

2002. Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Social lança o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família e, posteriormente, o Programa de Atenção Integral à Família, que embasaram a atuação dos CRAS neste período. Com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em 2009, o Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) é instituído enquanto serviço obrigatório e exclusivo dos CRAS, o que consolida a importância do equipamento na proteção social e garante o seu caráter continuado e público (SILVA, 2017).

Com relação ao SCFV, este é realizado a partir de encontros grupais organizados por ciclos de vida e percursos formativos dos usuários. O serviço tem o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenindo situações de vulnerabilidades sociais, por meio da promoção da convivência, da autonomia e do desenvolvimento de pertencimentos grupais e comunitários. Com ações de caráter preventivo e proativo frente às vulnerabilidades sociais, o serviço se organiza com grupos de diversas faixas etárias e com grupos intergeracionais, nos quais participam os usuários inseridos no CRAS. As iniciativas do SCFV se articulam ao PAIF no sentido de complementar e favorecer o atendimento e acompanhamento das famílias, bem como contribuir na promoção da autonomia e da convivência das famílias dos territórios atendidos (SILVA, 2017; TORRES E GOUVEIA, 2013).

Com relação à oferta dos CRAS na cidade de Belo Horizonte, destaca-se que os territórios de abrangência dos CRAS de Belo Horizonte foram elencados por meio do Mapa da Exclusão Social, elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000. Como se refere a publicação, neste mapa os bairros da cidade são classificados em 5 níveis, sendo 1 os mais vulneráveis e 5 os menos vulneráveis, conforme seus índices de educação, saúde, infraestrutura básica, renda e acesso a serviços (RIBEIRO E MIRANDA, 2009).

Como também será apontado nos relatos dos participantes, Bronzo (2016) considera a capacidade de atendimento dos CRAS pequena, tendo em vista o grande número de famílias que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social nos territórios de referência. Segundo a autora, para ampliação dessa capacidade de atendimento dos CRAS, seria necessário, entre outros pontos, considerável aumento da cobertura dos equipamentos, além de informatização do atendimento e ampliação do financiamento.

A autora apresenta um diagnóstico da Política Municipal de Assistência Social de 2011, no qual se previa 75 CRAS em Belo Horizonte até 2015. Tal quantidade de equipamentos seriam suficientes para a cobertura de todas as áreas mapeadas como territórios de vulnerabilidade social no município. No entanto, de 2014 à 2019 a prefeitura manteve o

funcionamento de 33 CRAS na cidade, tendo sido o trigésimo quarto CRAS inaugurado somente em 2019. Desta maneira, conforme indica a autora,

A baixa cobertura dos CRAS em relação à população demandante dos serviços é um fato e um desafio para a efetivação das diretrizes da política de proteção social. A oferta insuficiente dos serviços socioassistenciais é um poderoso obstáculo à integração pretendida na política (BRONZO, 2016, p. 113).

Como discutido, o CRAS tem a possibilidade de promover o acesso aos direitos sociais e às seguranças socioassistenciais aos usuários, de maneira a promover a proteção social das famílias e aumentar as suas capacidades de respostas diante das adversidades. No entanto, há um contexto político e socioeconômico desfavorável para a ampliação das políticas públicas, de maneira que a manutenção dos serviços já implantados representa um grande desafio.

Por fim, cabe apontar alguns aspectos da Política de Assistência Social, os quais serão abordados de maneira aprofundada nos próximos capítulos, a respeito da responsabilização das famílias acerca de sua própria proteção social.

Neste aspecto, o princípio da matricialidade sociofamiliar, que aponta a família como núcleo a ser protegido e com o qual a Política de Assistência Social irá trabalhar, representa importante avanço quanto a superação de perspectivas individualizantes e descontextualizadas da realidade social dos cidadãos. No entanto, a matricialidade sociofamiliar também demarca determinada responsabilização das famílias quanto a proteção de seus membros, conforme aponta a NOB/SUAS (2012a):

A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência (p. 17).

Com discutido, no modelo pluralista de bem-estar social, no qual se insere a Política de Assistência Social, a família, junto com o mercado e o Estado, é uma “responsável nata” e incontestada da proteção de seus membros. Neste sentido, como enfatizam Castilho e Carloto (2010), a família é a principal responsável nesta tríade protetiva entre família, mercado e Estado. Desta maneira, enquanto o Estado reduz a oferta dos serviços públicos, as famílias são sobrecarregadas com demandas de cuidados e proteção dos membros familiares mais frágeis. É denominada familismo esta perspectiva de desresponsabilização do Estado, que conta com recorrente apelo ao solidarismo e ao voluntarismo da sociedade e das redes de sociabilidade da

família, colocando o grupo familiar como o pilar central da proteção social (CASTILHO E CARLOTO, 2010; MIOTO *et al*, 2015).

Neste sentido, Castilho e Carloto (2010) apresentam um exemplo com relação a perspectiva familista apontado de que maneira se organizam os critérios e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - o qual possui a mesma lógica que o Programa Bolsa Família:

O papel da família neste modelo protetivo, como exemplificação da corporificação desta responsabilidade considerada “nata” da família na proteção dos seus membros mais fragilizados é o BPC (Benefício de Prestação Continuada) que antes de ser um direito do indivíduo (idoso sem renda ou à pessoa com deficiência), recorre-se ao papel protetor da família. Somente se esta família enquanto “grupo” possuir uma *percapita* inferior à $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (considerada incapaz de garantir o sustento deste membro fragilizado) é que o Estado “socorre” via recurso monetário esta família, por meio de um benefício socioassistencial de (1 salário mínimo) ao seu membro “fragilizado” (CASTILHO E CARLOTO, 2010, p. 17).

As autoras destacam que este modelo de proteção social devolve à família os encargos situados na esfera dos cuidados, ou seja, devolvem-se às mulheres demandas que deveriam serem assumidas pelas políticas sociais. Como indicam as autoras, “esta devolução de encargos exige um maior tempo da mulher em casa, restaurando, por esse meio, a desigualdade de gênero” (CASTILHO E CARLOTO, 2010, p. 18).

Neste contexto, ainda que a Política de Assistência Social se proponha a reconhecer as situações de desproteção social, que impactam de maneira mais intensa pessoas ou grupos sociais que apresentam características socialmente desvalorizadas (como raça, gênero, deficiência, religião, orientação sexual, regionalidade, etc.), a própria política reproduz em suas diretrizes e práticas preconceitos e hierarquizações sociais, como a reificação das desigualdades de gênero.

Tais aspectos das políticas públicas serão abordados mais detidamente nos capítulos seguintes a partir das discussões a respeito de como os marcadores sociais de raça, classe e gênero atravessam a construção e as ofertas das políticas públicas, do mesmo modo, serão discutidos aspectos do patriarcado privado e do patriarcado público, bem como serão abordados os preconceitos e estereótipos reproduzidos no interior das políticas sociais, em especial, na Política de Assistência Social a respeito das famílias e das mulheres.

3. INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A BUSCA POR UM CONCEITO QUE TRADUZA AS VIVÊNCIAS E DESTAQUE AS OPRESSÕES ARTICULADAS

Neste capítulo será apresentado o conceito de interseccionalidade, a sua relação com as perspectivas do feminismo negro, bem como aspectos históricos e sociais das vidas das mulheres negras que justificam abordagens teóricas e metodológicas que possam considerar o inter cruzamento dos marcadores sociais de raça, classe e gênero na produção de desigualdades e opressões sociais.

3.1 INTERSECCIONALIDADE E MULHERES NEGRAS: HISTÓRIAS, VIVÊNCIAS E OPRESSÕES

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela advogada americana Kimberlé Crenshaw, em 1989, e ganhou popularidade após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001 (AKOTIRENE, 2019; RIBEIRO, 2016). Como propôs Crenshaw (2002),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 177).

Como aponta Akotirene (2019), a partir da Conferência Mundial de Durban se buscou cruzar as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (1979), a fim de instrumentalizar especialistas quanto as especificidades das experiências de mulheres negras e de outros grupos sociais subalternizados pelas diversas formas de opressão que, de maneira articulada, atingem as vidas destes sujeitos.

Em 1995, como destaca Rios e Silva (2015), também houve por parte das Nações Unidas a preocupação com relação a noção de discriminação múltipla. O que fez com que na Conferência Mundial sobre Mulheres Presas fosse discutida a noção de “múltiplas barreiras” sofridas pelas mulheres, conforme consta nesta conferência busca-se:

intensificar os esforços para garantir o exercício, igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as mulheres e meninas que enfrentam múltiplas barreiras para seu fortalecimento e avanço por causa de fatores como raça, idade, idioma, etnia, religião, cultura ou deficiência ou porque são povos indígenas (Nações Unidas *apud* RIOS E SILVA, 2015, p. 25).

Ainda que se destaque a importância da sistematização do conceito por Crenshaw e os esforços das Nações Unidas nas Conferências Mundiais nos séculos XX e XXI, a vivência de situações de dominação em que diversos eixos de subordinação se cruzam para impor discriminação e violência é conhecida dos sujeitos há muito tempo.

A expressão do reconhecimento desta realidade é também registrada a partir do discurso de Sojourner Truth, ex-escrava americana que se tornou ativista e escritora e que, em 1851, proferiu o discurso “E não sou eu uma mulher?” em um encontro de mulheres relacionado à primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres nos EUA (AKOTIRENE, 2019; RIBEIRO, 2017; DAVIS, 2016).

Davis (2016) aponta que o discurso de Sojourner sinalizava a implicação das mulheres negras na luta pelo direito ao voto e representava o desejo de liberdade frente à opressão racista e à dominação sexista. Diante de uma plateia de homens e mulheres, Sojourner protagonizou este importante momento histórico para as mulheres negras, para o feminismo negro e para os estudos sobre interseccionalidade. Este momento é descrito por Davis (2016) da seguinte maneira:

Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando uma lógica irrefutável. O líder dos provocadores afirmou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem. Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. “Não sou eu uma mulher?” Com uma voz que soava como “o eco de um trovão”, ela disse: “Olhe para mim! Olhe para o meu braço”, e levantou a manga para revelar a “extraordinária força muscular” de seu braço. Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (DAVIS, 2016).

Segundo Davis (2016), estas palavras de ordem “E não sou eu uma mulher?” continuaram a ecoar no movimento de mulheres do século XIX e promoveram de maneira indelével as discussões sobre os vieses de classe e de raça no seio das lutas feministas. A ativista expôs de maneira muito pertinente que nem todas as mulheres do movimento de mulheres eram

brancas ou de classe média, tendo denunciado a partir daí o risco da construção da categoria mulher a partir de uma visão universal destes sujeitos.

Nesses fragmentos a intelectual pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela o destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados (AKOTIRENE, 2019, p. 21).

Como ressaltam Akotirene (2019) e Ribeiro (2017), a universalização da categoria mulher ignora as diversas possibilidades de ser mulher e desconsidera as intersecções como as de raça, classe, gênero, orientação sexual e geração, invisibilizando as experiências e as opressões que constituem a vida da maioria das mulheres. Mayorga *et al* (2013) indicam a necessidade de se denunciar essa perspectiva universal da mulher e do conceito de gênero, tendo em vista os efeitos normativos e as invisibilidades produzidas com relação, por exemplo, às mulheres negras, lésbicas e do Terceiro Mundo. Segundo as autoras, a proposta para o feminismo seria a de “um sujeito que não estaria baseado em uma identidade que predetermina uma união e semelhança *a priori*, mas sim no fato de compartilhamento de uma experiência histórica e cotidiana de opressão e de um sonho comum da emancipação” (MAYORGA *et al*, 2013, p. 478). O sujeito do feminismo seria marcado, segundo elas, pelas contingências de lutas e pelos seus antagonismos políticos, bem como pela contínua reflexão sobre a correlação e a interseção das diversas posições de poder vivenciadas pelas mulheres (MAYORGA *et al*, 2013).

Segundo Akotirene (2019), a ausência de articulação entre raça, classe e gênero promoveu alarmantes cenários de violência institucional contra as mulheres negras, por exemplo, com relação às primeiras delegacias da mulher nos anos 80. Neste sentido, referindo-se a como tais concepções sobre as mulheres no movimento feminista impactam a política pública, Akotirene (2019) destaca que “o Estado, por sua vez, se alimentava destas concepções para formulação e avaliação de políticas públicas (AKOTIRENE, 2019, p. 50)”.

O que ocorre é que sujeitos que vivenciam determinadas posições sociais enfrentam graves restrições diante da possibilidade de ocuparem lugares de cidadania, que deveriam ser garantidos pelo Estado. Como indica Ribeiro (2017):

quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades (RIBEIRO, 2017, p. 35).

Neste contexto, as perspectivas feministas que se limitavam ao discurso hegemônico e que buscavam emancipar mulheres brancas, burguesas, de classe média e donas de casa, contribuíram para o delineamento dos contornos universais da categoria mulher, favorecendo a pretensa homogeneização das experiências, a invisibilização de diferenças e a reprodução de hierarquizações (RIOS E SILVA, 2015; RODRIGUES, 2015).

Já o Estado, no que lhe diz respeito, expressava a reprodução de tal realidade que ignora a diversidade das mulheres – além de reiterar a ausência de políticas públicas específicas, sensíveis às questões de raça, classe, geração, entre outras condições sociais articuladas vivenciadas pelas mulheres e por outros grupos subalternizados - incorrendo na produção de uma cidadania fragilizada a estes sujeitos, conforme aponta Carloto e Silvano (2008).

As misturas entre público e privado, entre direito e favor, entre direito e obrigação e a fixação da mulher à maternidade definem os contornos desta cidadania fragilizada e sexuada. (...) as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando aí sua atuação (CARLOTO E SILVANO, 2008, p. 162).

Segundo Ribeiro (2017), a insistência em falar de mulheres como universais contribuem para a falta de um olhar étnico racial no momento de se pensar e se implementar políticas públicas. Akotirene (2019) também destaca que a falta de metodologias adequadas às realidades das mulheres negras e a dificuldade de consideração à marcação social de raça, favorece a dificuldade das políticas públicas em abordar a realidade de mulheres negras e de outros grupos sociais subalternizados. Ribeiro (2017) aponta que “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2017, p. 25).

O problema das políticas públicas com relação à diversidade dos sujeitos e o perigo da universalização de categorias é ressaltado por Ribeiro (2017) quando esta se refere ao fato de que por muitas vezes “o mulheres” se refere, majoritariamente, às mulheres brancas.

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo (RIBEIRO, 2017, p. 25).

Tais apontamentos quanto a ausência de política públicas específicas é corroborado pelos dados do Atlas da Violência e tantos outros mapeamentos. O Ministério da Saúde apontou, a partir de dados compilados pelo Atlas da Violência de 2019 (IPEA, 2019), o registro

de 4.936 assassinatos de mulheres, em 2017, no Brasil. O Atlas calcula que aumentou em 20,7% a taxa nacional de homicídios femininos entre 2007 e 2017. Importante ressaltar que esse aumento se dá sobretudo entre mulheres negras, que viram o número de homicídios crescer mais de 60% em uma década, em comparação com um crescimento de 1,7% nos assassinatos de mulheres não negras (IPEA, 2019).

Com relação ao Disque 180, em 2015, do total de atendimentos, 63.090 foram relatos de violência, dos quais 58,55% foram cometidos contra mulheres negras (BRASIL, 2015).

Tais dados são alarmantes e indicam a importância de se atentar para a produção dos sujeitos do feminismo, bem como para a produção dos sujeitos das políticas públicas. Rodrigues (2015) aponta, ao estudar a Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e os serviços de atendimento à mulher em situação de violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que muitas políticas sociais que se baseiam na lógica identitária, tendem a universalizar e uniformizar seus sujeitos a partir de uma única categoria, o que gera impactos significativos em quem acessará ou não os serviços.

por mais que haja discursos que considerem as interseções importantes, as práticas são voltadas para um sujeito universal, ou quando muito, se refere a mulheres pobres, pouco escolarizadas, heterossexuais, casadas, mães, sem haver explicitamente consideração da relação entre esses atravessamentos (RODRIGUES, 2015, p. 39).

Como discutido, não considerar a interseccionalidade, a articulação de categorias sociais e a consequente opressão vivenciada pelos sujeitos, em função da invisibilidade, da uniformização e universalização das vivências perante as políticas públicas, tende a restringir acesso e proteção social, principalmente de mulheres negras e outros grupos subalternizados.

Como aponta Mayorga e Prado (2010), o racismo no Brasil e as formas articuladas de opressão colocam em xeque a concepção universal de cidadania e indicam que as políticas sociais universais não abarcam de formas iguais os grupos sociais diversos. Aprofundar tais reflexões é o objetivo da próxima seção, para que seja possível compreender os mecanismos relacionados às opressões reproduzidas pelas instituições e pelas políticas públicas.

3.2 RAÇA, CLASSE E GÊNERO: DESESTABILIZANDO CATEGORIAS

Após as décadas de 80 e 90, tais discussões sobre as concepções acerca das mulheres e a construção dos sujeitos do feminismo possibilitaram um alargamento teórico e político do

pensamento e do ativismo feminista, que passou a desenvolver estratégias para analisar as relações entre as diferentes categorias sociais, atentando para os diferentes marcadores de desigualdade e opressão - o que, como discutido, também impacta nas concepções que estruturam as políticas públicas (DINIZ, 2013).

Como propõe Creenshaw (2002), essas categorias são diferenças cruciais nas formas pelas quais os sujeitos, principalmente as mulheres, vivenciam a discriminação. Diniz (2013) e Mayorga e Prado (2010), de maneira complementar, indicam que as teorias da interseccionalidade buscam a desestabilização das categorias sociais, pois denunciam a fragilidade destas diante da realidade empírica dos sujeitos e da impossibilidade de análises complexas da realidade social a partir de uma categoria específica.

Segundo Rios e Silva (2015), a perspectiva interseccional recusa a redução das subjetividades a categorias identitárias fixas, buscando considerar as subjetividades e as diversas identidades dos sujeitos. Os autores apontam que as desigualdades e discriminações vivenciadas por estes sujeitos revelam maneiras particulares de opressão e de privilégios, bem como revelam identidades fluidas que caracterizam a concretude de cada vivência e realidade social (RIOS E SILVA, 2015).

Ribeiro (2017) indica que, do ponto de vista feminista, não existe uma identidade única, e ressalta que “a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas” (RIBEIRO, 2017, p. 40). É por tais motivos que Rios e Silva (2015), citando Fredman (2011) e referindo-se à perspectiva jurídica, destacam:

Não por acaso, é a partir da experiência histórica das mulheres negras estadunidenses que a expressão “discriminação interseccional” surge de modo pioneiro. Na concretude da vida delas é que ficou patente a desatenção para a interseccionalidade, na medida em que, ao se invocar a proibição por motivo de sexo, a única referência era a discriminação sofrida por mulheres brancas, sem abarcar as experiências das mulheres negras (Fredman, 2011 *apud* RIOS E SILVA, 2015, p. 19).

Ainda que se faça tal discussão a respeito das identidades dos sujeitos, tem-se em vista o que é destacado por Akotirene (2019, p. 58): “frequentemente e por engano, pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais.” A autora faz uso de uma metáfora que facilita a compreensão destes aspectos do conceito indicando que é a partir da noção de interseccionalidade que se faz possível revelar como e quando mulheres negras são discriminadas “e estão mais vezes posicionadas em avenidas

identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 58).

Segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade enxerga a colisão e a interação simultânea das estruturas de racismo, sexismo, capitalismo, machismo e colonialismo, que são os “produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). A interseccionalidade é, neste sentido, o que possibilitaria alcançar quais os sujeitos, que como as mulheres negras, são aqueles mais acidentados pelas matrizes de opressões; além de apontar possibilidades quanto a como realizar a sua promoção e resgate diante das discriminações.

Mayorga e Prado (2010) afirmam que não se trata de simplesmente afirmar a multiplicidade de diferenças que acometem os sujeitos, mas sim de compreender a interseção produzida a partir dessas diferenças e as consequentes desigualdades e discriminações decorrentes destas interseções. Segundo os autores, é fundamental capturar os processos de racialização de gênero e classe, presentes em cada contexto social e que provocam vulnerabilidades sociais, para, por exemplo, garantir a provisão de serviços públicos de proteção social (MAYORGA E PRADO, 2010; RIOS E SILVA, 2015).

Considerando a presença do classismo constitutivo da sociedade brasileira, Mayorga e Prado (2010) indicam que as desigualdades de classe e raça operam de formas distintas – as quais serão discutidas mais adiante -, ocasionando diferentes consequências quanto ao que se refere ao acesso dos sujeitos aos direitos sociais.

Desta maneira, os autores destacam a raça como uma categoria de análise das desigualdades fundamental. Do mesmo modo, Akotirene (2019), tendo em vista a interseccionalidade, ressalta que é preciso se atentar para “o que classe pode dizer da raça, da mesma forma que raça informa sobre classe.” Também neste sentido, Bairros (2002) destaca que a interseccionalidade revela os aspectos raciais da discriminação de gênero, sem deixar de contemplar os aspectos de gênero da discriminação racial. Akotirene (2019, p. 23), articulando as posições de gênero e raça, indica que “gênero inscreve o corpo racializado”.

Sobretudo em sociedades latino-americanas, Carneiro (2011) propõe como principal eixo articulador das posições sociais dos sujeitos o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que, como aponta a autora, é o racismo que determina a própria hierarquia de gênero em contextos de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como a brasileira. É

em função destas circunstâncias que Akotirene (2019, p. 19) afirma que “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade.”

A perspectiva de tais autoras é de que não pode haver hierarquia ou competição de opressões. “Pois, sendo estruturais, não existe “preferência de luta”. (...) Portanto, é preciso combatê-las de forma indissociável” (RIBEIRO, 2017, p. 41). Também neste sentido, Davis (2011), discutindo em conferência no Brasil sobre a invisibilidade da mulher negra e a relação entre mulheres negras de classe média e mulheres negras pobres nos EUA, aponta que:

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011).

Como pode ser visto, se faz importante delinear os contornos do conceito de interseccionalidade com o qual se buscou trabalhar nesta pesquisa, bem como apontar as consequências da ausência de políticas públicas sensíveis à diversidade de vivências dos sujeitos e que sejam voltadas para o enfrentamento das formas articuladas de opressão que cristalizam as posições dos sujeitos a partir de hierarquizações sociais.

Neste sentido, se faz importante aquilo que Diniz (2013) e Prado e Mayorga (2010) indicam enquanto um esforço de desestabilizar as categorias sociais e se voltar para as vivências dos sujeitos e as opressões articuladas que enfrentam. A proposta da próxima seção é, considerando a interseccionalidade, discutir como são (re)produzidas desigualdades e hierarquias sociais nas instituições sociais e o papel dos agentes institucionais, como os profissionais das políticas públicas, na construção da equidade.

3.3 AS INSTITUIÇÕES E AS HIERARQUIZAÇÕES SOCIAIS: A DOMINAÇÃO NÃO POSSUI AUTORIA ÚNICA

Faz-se importante ressaltar que a interseccionalidade, além de propor uma atenção ao intercruzamento das categorias sociais, sem hierarquizá-las, busca tratar da maneira como ações e políticas específicas produzem opressão e desempoderamento com a reprodução de racismo, sexismo e exclusão social (AKOTIRENE, 2019).

Mayorga e Prado (2010) apontam que a articulação das categorias sociais tem ainda uma funcionalidade subordinada à desigualdade, quando naturaliza a produção e reprodução de hierarquias sociais, bem como quando obscurece as origens e consequências do poder que produzem as discriminações.

Na lógica da subordinação, a ordem social não é tomada como uma ordem historicamente construída e contingente à ação humana, portanto ela aparece como sendo consequência natural da organização social e da gestão classificatória dos corpos, mostrando-se como uma hierarquia necessária para a produção e reprodução da sociedade, fazendo com que alguma reciprocidade simbólica entre os agentes sociais seja garantida e mantida (MAYORGA E PRADO, 2010, p. 58).

Para os autores, trata-se de compreender que “as instituições são relativamente democráticas quando revelam no espaço público a sua contingência histórica, portanto assumem para si o papel de repensar suas relações de poder inevitáveis para os processos de objetivação em disputa” (MAYORGA E PRADO, 2010, p. 58).

Refletindo-se detidamente sobre a (re)produção de desigualdades a partir das instituições que promovem a naturalização de hierarquias sociais que atingem recorrentemente determinados grupos, faz-se necessário considerar que a discriminação e as consequências da articulação de categorias sociais estão relacionadas a diversos âmbitos tanto da vida pública quanto da esfera privada. Uma série de instituições e dispositivos sociais exercem tal subjugo, muito além da dominação de homens brancos de uma elite econômica, como aponta Medrado e Lyra (2008), a respeito das questões de gênero:

A dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, os sistemas de saúde, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas. Em outras palavras, partimos da perspectiva de que o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como os homens o interiorizam, individualizam e reforçam, mas também nas instituições sociais (MEDRADO E LYRA, 2008, p. 826).

Tratando especificamente da situação da mulher e destacando as relações de gênero, Bourdieu (2002), em seu livro *Dominação Masculina*, se refere ao fato de que a unidade doméstica é uma das instâncias em que a dominação masculina se expressa de forma mais contundente. No entanto, ele destaca que o princípio da perpetuação das relações de poder simbólicas e materiais relativas à unidade familiar “se colocam essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas” (BOURDIEU, 2002).

Almeida (2007) também reforça tal ponto de vista quando, discutindo a matriz hegemônica de gênero, aponta que as concepções dominantes de feminilidades e masculinidades fundam-se e fecundam-se a partir de disputas simbólicas e materiais que se processam no interior das instituições em seus movimentos de reprodução social, de atualização e naturalização de hierarquias e formas de subordinação.

marcadamente, a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação – e materializadas [as práticas sociais], ainda, nas relações de trabalho, no quadro político-partidário, nas relações sindicais e na divisão sexual do trabalho operada nas diversas esferas da vida social, inclusive nas distintas organizações da sociedade civil. É nesses espaços que práticas que vão se produzindo, reatualizando e naturalizando hierarquias, mecanismos de subordinação, o acesso desigual às fontes de poder e aos bens materiais e simbólicos. É também nesse registro que vai se consolidando, para a mulher, a jornada extensiva de trabalho, a maior superposição de tempos e espaços nas dimensões pública e privada da vida, as menores possibilidades de investimento em qualificação, as maiores cobranças quanto à sua responsabilidade na reprodução familiar (ALMEIDA, 2007, p. 28).

Bourdieu (2002) discute que a história das relações entre os sexos – e aqui se faz possível complementar, a história das relações entre as raças, entre as classes, entre as gerações e etc. – é a história de combinações sucessivas de mecanismos estruturais de subordinação. Segundo ele, “por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos [entre as raças, classes e gerações]” (BOURDIEU, 2002, p. 102).

Tendo apontado alguns aspectos do papel das instituições e como elas colaboram na (re)produção de desigualdades por meio da perpetuação de hierarquias sociais, se faz interessante abordar a dimensão dos agentes sociais inseridos nos contextos institucionais, principalmente os burocratas do nível de rua, como se refere Oliveira (2012), a fim de compreender de que forma as suas concepções e práticas sociais compõem o contexto das instituições, em especial as políticas públicas, e como valores, crenças e comportamentos delineiam as suas estruturas, promovendo ou dificultando acesso aos direitos e às oportunidades.

3.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O BUROCRATA DO NÍVEL DE RUA

Bourdieu (2002) e também Souza (2016), que discute o contexto brasileiro, ressaltam que há nas instituições e entre os seus agentes uma prática social e institucional incorporada de modo pré-reflexivo e não consciente no sujeito, mas, que, ainda assim, comanda

silenciosamente o seu comportamento concreto e sua prática social. Considerando esta perspectiva, e tratando especificamente das políticas sociais, o Ministério do Desenvolvimento Social em sua publicação *Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados* (2008) cita Nogueira e destaca que

Os sujeitos que agem não estão inteiramente livres das circunstâncias em que agem. Se agem dentro de organizações, digamos, têm de se compor com regras e rotinas que freiam sua liberdade, mas ao mesmo tempo lhes fornecem parâmetros de atuação. Além do mais, as circunstâncias são amplas e complexas: têm a ver com legados históricos, tradições, culturas e também com correlações de forças. (...) Os sujeitos, por sua vez, movem-se animados por muitas coisas: pela posição objetiva no processo produtivo e por interesses (econômicos ou políticos), mas também, e talvez sobretudo, por valores, ressentimentos, paixões e utopias. (Nogueira *apud* BRASIL, 2008, p. 16).

Da mesma forma, Souza (2016) indica que a instituição impõe parâmetros e delimita um horizonte que compõe uma margem de ação possível aos profissionais. Concomitantemente, de maneira dialética, como indicam Nogueira e Miotto (2006 *apud* MIOTO E SCHULTZ, 2011), as ações profissionais também moldam as instituições a partir do cotidiano do trabalho profissional e traduzem o aparato institucional em suas interações com os destinatários de seus atendimentos:

Assim, ações profissionais e institucionais caminham juntas, embora não se confundam, pois têm naturezas distintas, porém complementares. O caráter institucional coloca um relativo limite ao recorte do objeto da ação profissional, na apreensão das demandas e definição de objetivos, condicionando, ainda, os resultados do trabalho. Por sua vez, as ações profissionais moldam comportamentos institucionais em uma relação dialética, assimétrica e determinada pelo jogo de interesses e forças condensadas em espaços sócio-ocupacionais (NOGUEIRA & MIOTO, 2006 *apud* MIOTO & SCHULTZ, 2011).

A respeito das ações profissionais que também modelam as instituições, faz-se interessante citar Costa (2016), que pesquisou a implementação da política pública de Assistência Social e do PAIF em Belo Horizonte, considerando a atuação dos burocratas do nível de rua (OLIVEIRA, 2012) e sua implicação na materialização das provisões sociais da política pública. Segundo a autora, é o burocrata do nível de rua que dá corpo à política pública e às instituições por meio da sua atuação junto aos cidadãos, enquanto processa, ressignifica e traduz as normas e regras institucionais:

o burocrata de nível de rua é aquele que se encontra na “ponta” da execução de serviços públicos, em relação direta com o cidadão e que, no exercício de sua discricionariedade, elege prioridades, define intervenções e executa suas tarefas cotidianamente, contribuindo sobremaneira para o caráter que a intervenção pública irá assumir junto ao público atendido (COSTA, 2016, p. 33).

Segundo Costa (2016), tais sujeitos acabam por redefinir a oferta das políticas e dos serviços, frente às contingências das instituições, o que pode interferir na produção de resultados, ocasionando, por exemplo, diferentes ofertas, acessos e alcances de uma mesma política em realidades diferentes. Oliveira (2012) também aponta que os executores das políticas públicas precisam ir além das regras e procedimentos formais da organização, pois muitas vezes estes são vagos quanto ao que significam e os resultados que almejam. De maneira que, quanto mais imprecisa a definição dos objetivos de uma política pública e dos meios para alcançá-los, maior será o exercício discricionário por parte do agente institucional em fixar esses objetivos e, conseqüentemente, os modos mais adequados para atingi-los (COSTA, 2016; OLIVEIRA, 2012).

Os burocratas públicos, de nível de rua, assumem, dessa forma, grande relevância no processo de implementação ao se constituírem no principal elo entre o Estado e o cidadão. Esses são capazes de transformar, adaptar as políticas e conformar os resultados das mesmas, uma vez que realizam, no trabalho cotidiano, a mediação necessária entre o acesso aos direitos por parte dos usuários e a capacidade estatal instalada para fazer frente a seu dever (COSTA, 2016, p. 32).

Neste sentido, como ressalta Oliveira (2012), a ação profissional destes sujeitos que atuam na linha de frente das políticas públicas toma um caráter de extrema relevância para a configuração e delineamento que as provisões do Estado assumem concretamente. O autor destaca que políticas nas quais os agentes de linha de frente atuam com alta discricionariedade, invariavelmente, contam em grande medida com a “consciência individual” dos sujeitos. Ou seja, “um forte componente pessoal relacionado ao conjunto de valores e princípios do profissional que também irá compor o repertório de fatores que complementam o cenário de provisão de políticas públicas” (COSTA, 2016, p. 55).

Costa (2016) discute este aspecto da atuação dos sujeitos nas instituições e políticas públicas, indicando que o agente em interação direta com o usuário se vê diante da urgência da tomada de decisões, de maneira que essa tomada de decisão é ao mesmo tempo informada e orientada pelos objetivos da política pública, pelas capacidades e recursos institucionais instalados e, como está sendo destacado, pelo arbítrio do burocrata de nível de rua. No entanto, como em muitas situações, tal representante institucional se encontrará frente às indefinições quanto aos objetivos e operacionalizações da política ou frente a problemas complexos, inclusive aqueles não previstos.

Neste contexto, Lipsky citado por Costa (2016), destaca que tal agente pode ser colocado em uma cadeia de tomada de decisões, que podem chegar a descaracterizar os objetivos de determinada política.

a depender do ambiente organizacional no qual se processa o trabalho desses profissionais, da complexidade de tarefas envolvidas, da baixa programabilidade presente na política em questão, o exercício da discricionariedade coloca o burocrata de nível de rua em uma cadeia de tomada de decisões que irá inevitavelmente ressignificar a própria natureza da política em questão (Lipsky *apud* COSTA, 2016, p. 50).

De maneira que na medida em que a aplicação de normas e regras perpassam pela autonomia e por cadeias de tomadas de decisões do burocrata do nível de rua, as contingências das instituições e as situações problemas irão interferir determinadamente nos resultados alcançados junto aos cidadãos. Ou seja, quando o burocrata de nível de rua “pode selecionar os eventos que merecem sua atenção; quando o processo de trabalho é mais importante do que o produto; e, sobretudo, quando os princípios e os valores individuais e de grupo jogam papel relevante na execução do ofício” (OLIVEIRA, 2012. p. 1.559), faz-se importante a discussão acerca da discricionariedade dos agentes nas instituições.

Esta discussão se faz especialmente importante nas políticas públicas, tendo em vista a promoção ou o cerceamento de direitos e a reprodução ou problematização de lógicas de discriminação e subordinação a partir da atuação profissional.

Tal aspecto das políticas públicas se faz ainda mais relevante em políticas com características de baixa programabilidade das tarefas e alta interação entre técnicos e usuários, como é o caso da Política de Assistência Social.

O que ocorre com políticas com tais características é a forte influência da consciência individual (OLIVEIRA, 2012), de maneira que componentes pessoais relacionados ao conjunto de valores e princípios dos agentes institucionais irão compor de maneira determinante as contingências da provisão da política pública. Tais aspectos serão também discutidos no próximo capítulo sobre as relações entre as mulheres, as famílias e o Estado.

4. A RELAÇÃO DAS MULHERES E DAS FAMÍLIAS COM O ESTADO: ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO.

Compreender as dinâmicas de funcionamento das instituições e alguns aspectos acerca da discricionariedade e seus efeitos nas políticas públicas, leva a refletir sobre quais concepções e práticas sociais podem ser observadas historicamente nos cenários das instituições e principalmente na Política de Assistência Social. Aproximar-se das concepções e representações que fazem parte do repertório dos agentes públicos e da sociedade quanto a mulher, a maternidade e a família, é o esforço deste capítulo que tem o objetivo de discutir a relação destas categorias com as política pública de Assistência Social.

4.1 A IDEOLOGIA DA MULHER-DONA DE CASA E SUAS CONTRADIÇÕES.

Como pode ser visto, o exercício da discricionariedade não acontece a despeito do conjunto de regras, valores e princípios propostos pelas organizações e pela sociedade, as quais os agentes estão vinculados. Haja vista que a redefinição de normas e a ressignificação das práticas institucionais a partir da ação profissional tem como base o arcabouço regulatório e normativo existente na instituição, bem como estão também relacionadas a como se dá a organização social, as hierarquias sociais e relações de poder em determinada sociedade.

A discussão que se segue está relacionada à construção das políticas sociais no Brasil e as concepções acerca das mulheres, em destaque as mulheres negras, na sociedade e no Estado. Serão discutidas as práticas e relações sociais a partir de uma perspectiva de gênero e seus inter cruzamentos com raça e classe. Da mesma maneira, serão abordados como estes arranjos estão relacionados com a organização do Estado e das políticas públicas, que por vezes reproduzem desigualdades e propõe uma cidadania fragilizada às mulheres e a outros segmentos sociais (FRASER, 2001).

Gasparotto e Grossi (2017), assim como discutido anteriormente, destacam como as mulheres estão submetidas não só aos desígnios dos homens, mas também sofrem subordinação com relação ao capital e ao Estado. As autoras discutem como estereótipos de gênero, que desqualificam a mulher e legitimam a sua opressão, impactam de forma extremamente negativa em diversos âmbitos da vida social.

O mito do amor e instinto maternos, conforme formulado por Badinter (1985 apud GASPAROTTO E GROSSI, 2017), associado às ideias retrógradas e conservadoras do tempo livre da mulher, da docilidade e do sexo frágil, são algumas das formas pelas quais as mulheres são expostas a sucessivas investidas no sentido de submeter-se aos desígnios não somente dos homens, mas do capital e também do próprio Estado,

através das prescrições comportamentais e das responsabilizações pelas diversas expressões por meio das quais a questão social se materializa na vida das famílias (GASPAROTTO E GROSSI, 2017, p. 220).

Gasparotto e Grossi (2017) apontam que esse Estado que se volta às mulheres “é o mesmo Estado patriarcal que se apropria do trabalho doméstico não remunerado das mulheres na maternagem das crianças, no tratamento dos idosos, doentes e deficientes, na reprodução da família, na superação de carências materiais.” (p. 221) Desta forma o Estado lança mão de arranjos nada públicos para possibilitar uma proteção social mínima aos mais vulneráveis. As autoras destacam que esta apropriação do trabalho da mulher só é possível porque a divisão social e sexual do trabalho é fundada em diferenças anatômico-biológicas que constituem tais diferenças enquanto desigualdades.

Bourdieu (2002) indica que as mulheres estiveram e muitas ainda estão confinadas ao universo doméstico e às unidades familiares, sendo excluídas dos assuntos públicos, especialmente, dos temas econômicos. De forma que suas atividades estão associadas à reprodução biológica e social da descendência. Segundo o autor, “atividades principalmente maternas que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção”, já que apenas estas são verdadeiramente reconhecidas econômica e socialmente (BOURDIEU, 2002, p. 116).

Diversos estudiosos da temática discutem como permanece sob o domínio do homem o espaço público, as áreas de poder econômico e técnico. Fortalecendo, desta maneira, os valores culturais do machismo e do androcentrismo (FRASER, 2001), que promovem os traços associados ao masculino e desvalorizam aqueles associados ao feminino. Enquanto isso, as mulheres estão destinadas ao espaço privado, doméstico e ao lugar da reprodução - se fazendo presentes nestes espaços de execução de funções de cuidado e atenção ao outro, como os contextos hospitalares e educativos, ou universos de produção simbólica como áreas literárias e artísticas (BOURDIEU, 2002; FRASER, 2001; SAFFIOTI, 2004; CARLOTO E NOGUEIRA, 2018; CARLOTO E SILVANO, 2008).

Como explicita, Bourdieu (2002):

(...) as funções que convêm às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviço; uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e tem, portanto, todas as possibilidades de, sendo todas as coisas em tudo iguais, ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser relegada a funções subordinadas, de auxiliar; o que confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas (BOURDIEU, 2002, p. 112-113)

O autor indica que, em função deste contexto de subordinação, as mulheres serão sempre mais atingidas pelo desemprego e pela precariedade das relações de trabalho, e conseqüentemente, serão excluídas dos jogos de poder e das perspectivas de carreira. Bourdieu (2002) destaca ainda que, em função destas relações de poder, as mulheres serão as principais vítimas da política neoliberal, tal como observa-se na atualidade:

Daí, pelo fato de estarem ligadas ao Estado social e às posições “sociais” dentro do campo burocrático, bem como aos setores das empresas privadas mais vulneráveis às políticas de “precarização”, tudo permite prever que elas serão as principais vítimas da política neoliberal, que visa a reduzir a dimensão social do Estado e favorecer a “desregulamentação” do mercado de trabalho (BOURDIEU, 2002, p. 111).

Sobretudo quando se tem em vista a mulher negra, o que se observa é um quadro ainda mais grave. Referindo-se a esta discussão sobre gênero e trabalho, Fraser (2001) aponta que gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho “produtivo” remunerado e trabalho “reprodutivo” do âmbito doméstico, não remunerado. Assim como também estrutura, segundo a autora, a divisão interna ao trabalho remunerado e as ocupações, indicando que em funções de remuneração mais alta predominam homens, enquanto em serviços domésticos, ocupações de “colarinho rosa” (p. 233), predominam mulheres com ganhos significativamente inferiores.

As mulheres são, portanto, menos remuneradas, ocupam cargos menos elevados e, sobretudo, são mais atingidas pelo desemprego, precariedade do trabalho e relegadas à cargos de trabalho parcial (FRASER, 2001; BOURDIEU, 2002; SAFFIOTI, 2004). Segundo Fraser (2001), “o resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especialmente marcados pelo gênero” (p. 233).

Da mesma forma, a autora discute os aspectos de raça que estruturam a divisão capitalista do trabalho. Raça também estrutura a divisão dentro do trabalho remunerado, e pessoas negras estão mais sujeitas a baixa remuneração, às funções de baixo *status*, sujas e domésticas, conforme discute Fraser (2001). Enquanto as funções de “colarinho branco”, trabalhos técnicos e gerenciais são mantidos desproporcionalmente por pessoas brancas. De maneira que, conseqüentemente, a população negra venha a compor parcela significativa do subproletariado ou subclasse, como se refere a autora em relação àqueles sujeitos totalmente excluídos do sistema produtivo, os quais não valeria a pena serem explorados.

Tal divisão racial contemporânea do trabalho é parte de um legado histórico de colonialismo e escravidão, que, conforme ressalta a autora, elaborou categorizações para legitimar formas brutais de subordinação e exploração, que repercutem especialmente na vida

de mulheres negras. Desta forma, o resultado, assim como em relação a gênero, “é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especialmente marcados pela ‘raça’” (FRASER, 2001, p. 235). Desta forma, considerando a questões de gênero e as questões de raça, a autora destaca as condições sociais estruturais enfrentadas pela mulher negra em relação ao mercado de trabalho.

Além de serem as mulheres as principais atingidas pela precarização das relações de trabalho, Gasparotto e Grossi (2017), Carloto e Nogueira (2018) e Carloto e Silvano (2008) destacam que a crise aguda do Estado brasileiro só não é mais grave porque se reprivatizam-se no âmbito doméstico, ou seja, a partir da vida da mulher, obrigações e competências relacionadas a proteção social, que há muito deveriam ser assumidas pelas políticas públicas.

No contexto da pobreza, e mais especificamente das vulnerabilidades acentuadas, as mulheres acabam tecendo redes de apoio, em geral com outras mulheres, para driblarem as inseguranças sociais e, por meio dessas relações sociais com os mais próximos, ocupam o lugar onde o Estado e o mercado não chegam, prestando relevantes serviços no enfrentamento das condições de pobreza (AZEREDO, 2010).

Angela Davis (2016), destacando aspectos históricos acerca das mulheres no âmbito doméstico familiar, ressalta, a respeito das mulheres americanas, que o lugar da mulher sempre tinha sido a casa, no entanto, na era pré-industrial a própria economia estava centralizada na casa e nas terras de cultivo ao seu redor. Segundo ela, “enquanto os homens lavravam o solo (frequentemente com a ajuda da esposa), as mulheres eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família.” (p. 50). De forma que, no contexto de economia doméstica, elas eram trabalhadoras produtivas e seu trabalho era tão respeitado quanto de seus companheiros.

Discutindo a ideologia relacionada a mulher dona de casa, a autora ressalta que, por volta dos anos 1830, a Revolução Industrial modificou profundamente as circunstâncias da vida das mulheres americanas. Neste resgate histórico, Davis (2016) indica que o sistema fabril absorveu muitas das atividades econômicas tradicionalmente exercidas pelas mulheres. Desta forma, “a incipiente industrialização da economia minou o prestígio que as mulheres tinham no lar – um prestígio baseado no caráter *produtivo* e absolutamente essencial de seu trabalho doméstico até então” (p. 50). Segundo a autora, foi a partir deste período que a condição social das mulheres começou a se degradar e ganhou força a perspectiva ideológica que remete a mulher ao lugar da casa e à família, contrapondo tais espaços ao universo público e produtivo.

Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é em casa” (DAVIS, 2016).

Davis (2016) aponta que, com a transferência da produção da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade produziu a mãe e a esposa como modelos ideais a serem alcançados por todas as mulheres. A autora destaca que as mulheres “como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana.” (p. 50) A autora indica que, neste contexto, muitas mulheres de classe média começaram a perceber tais contradições e o fato de que, como donas de casa, na nova era do capitalismo industrial, elas tinham perdido sua importância econômica e se deteriorado a sua condição social como mulheres.

Voltando-se a mulher para a dinâmica familiar, para criação dos filhos e manutenção da casa, foi possível aos outros membros de sua família trabalharem e trocarem sua força de trabalho por salários. Segundo Davis (2016), os reais beneficiários dos serviços exercidos pelas mulheres no âmbito doméstico, “são o atual empregador de seu marido e os futuros empregadores de suas crianças” (DAVIS, p. 221). A autora aponta que, com a separação estrutural entre a economia doméstica e a economia pública, a atividade doméstica passa a não poder ser caracterizada como componente da produção capitalista.

Entretanto, Davis (2016) e Saffioti (2004) discutem que o trabalho doméstico está relacionado com a produção como uma pré-condição ou um pré-requisito, de forma que a produção capitalista pressupõe a existência do trabalho da mulher, da mesma maneira que pressupõe a disponibilidade de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis para sua reprodução.

Desta forma, o surgimento da “dona de casa”, segundo Davis (2016), é um subproduto ideológico desta transformação econômica, que redefiniu as mulheres como as guardiãs da desvalorizada vida doméstica, condição a qual reverbera na vida das mulheres até os tempos atuais, bem como impactam nas concepções que orientam o mercado de trabalho, as organizações sociais e as políticas públicas (DAVIS, 2016).

A autora ressalta que era inevitável que houvesse resistência frente a degradação da posição da mulher na sociedade. Neste sentido, as mulheres brancas de classe média nos EUA iniciaram os movimentos de mulheres por reformas sociais e pelo abolicionismo. Segundo a

autora, a campanha abolicionista possibilitava às mulheres a oportunidade de iniciar um movimento implícito também contra a opressão relacionada ao seu papel no lar (DAVIS, 2016).

No entanto, Davis (2016) destaca que, nos Estados Unidos, enquanto se fortalecia a ideologia em que mulher se tornaria sinônimo de mãe e dona de casa, de forma a reiterar a dominação e inferioridade das mulheres, entre as mulheres negras se observava outra realidade. Segundo ela, os arranjos econômicos e sociais na escravidão não condiziam a esta nova ideologia dominante acerca da mulher.

Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 28).

No contexto americano, tais perspectivas da mulher-mãe e dona de casa não se aplicavam às mulheres imigrantes, trabalhadoras da indústria, e a milhões de mulheres que exerciam trabalho forçado na economia escravagista. Davis (2016) problematiza a universalidade que ganhou a ideologia da mulher, mãe, dona de casa, voltando-se para tais contingentes de mulheres e destacando como tal perspectiva favoreceu o domínio do homem no espaço público, além de servir a interesses econômicos, que não podem ser desconsiderados.

A “dona de casa” refletia uma realidade parcial, pois ela era, na verdade, um símbolo da prosperidade econômica de que gozavam as classes médias emergentes. Embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. Como a propaganda popular representava a vocação de *todas* as mulheres em função dos papéis que elas exerciam no lar, mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública. Fora de sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. O preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. A exploração que sofriam era ainda mais intensa do que a de seus colegas homens. Nem é preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas (DAVIS, 2016, p. 218).

Sueli Carneiro (2011), discutindo o contexto latino americano, ressalta que no Brasil, a miscigenação resultante da violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas está na origem de todas as construções da identidade social nacional. Segundo a autora, “essa violência sexual colonial é, também, o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (p. 1). Segundo ela, o que poderia ser a história longínqua do período colonial, permanece vivo no imaginário social e se atualiza

diante da ordem social supostamente democrática, “mantendo intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão” (p. 1).

Carneiro (2011), desta forma, problematiza as perspectivas que se referem à fragilidade feminina ou à ideologia da mulher, mãe, dona de casa, desconsiderando-se a experiência histórica das mulheres negras, suas opressões e seus efeitos na sociedade e em suas identidades.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. (...) São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular (CARNEIRO, 2011, p. 1).

Davis (2016) se refere ao histórico de opressões à mulher negra indicando que elas estavam presas por um grilhão triplo de opressão, sendo estas triplamente exploradas, “como negras, como trabalhadoras e como mulheres” (p. 163).

Referindo-se às diferenças das vivências da mulher negra escravizada, a autora indica que, no interior da comunidade escrava, a mulher negra e o homem negro eram socialmente iguais, sendo que elas eram iguais a seus companheiros na opressão que viviam e resistiam cotidianamente da mesma maneira. Ironicamente, destaca Davis (2016), “criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência” (p. 37).

Cabe ressaltar, no entanto, que a autora aponta tal situação de igualdade das mulheres negras em relação aos homens negros no interior da comunidade escrava, ainda que destaque a opressão do estupro sofrido frequentemente pela mulher negra como “uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (p. 37-38).

Davis (2016) discute que tal realidade relacionada ao trabalho escravo da mulher negra deu às atividades domésticas outros contornos durante a escravidão. Sendo o trabalho doméstico o único trabalho significativo para a comunidade escrava, foi a partir dele que a mulher negra escravizada preparou o alicerce para a construção de sua autonomia, tanto para elas quanto para os homens.

Como discutido, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa que mulheres brancas, além disto a ideologia e o estereótipo de mulher, as relacionando às funções domésticas e ao papel de dona de casa, é ainda mais incoerente quando se tem em vista a mulher negra. Segundo Davis (2016), o espaço que o trabalho ocupa atualmente na vida das mulheres negras, “reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (p. 24).

De maneira similar, com relação ao contexto brasileiro, Ângela Gilliam, citada por Cordeiro (2011), destaca que a hierarquia social de gênero e raça no Brasil dá origem à formação nacional brasileira e estabelece da seguinte maneira o lugar da mulher na sociedade:

O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance (GILLIAM, s/d, *apud* CORDEIRO, 2011, p. 1).

Esta invisibilidade, o não lugar e a falta de reconhecimento da mulher, sustentados pela situação de desigualdade e submissão da mulher negra em relação aos homens e também às mulheres brancas, é o objeto de discussão da seção que se segue, na qual será pensada a mulher enquanto o Outro do homem e a mulher negra enquanto o Outro do Outro, como indicam Ribeiro (2017) e Kilomba (2019). Tais discussões se fazem importantes para se compreender quais as concepções e práticas sociais que compõe o repertório das instituições e de seus profissionais, e são estabelecidas nas políticas públicas em relação às mulheres e suas famílias. Além disto, como indica Ribeiro (2016), tais reflexões possibilitam romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras e pode provocar construções atentas a suas especificidades e necessidades.

4.2 MULHER NEGRA: O OUTRO DO OUTRO

Fazem-se importantes as discussões a respeito do lugar das mulheres nas relações sociais estabelecidas no cotidiano e também suas posições na estrutura social, de maneira a se buscar romper com a invisibilidade das opressões que se articulam nas vidas destes sujeitos e problematizar a reprodução de tais hierarquizações nos diversos âmbitos, inclusive nas políticas públicas.

Fazendo tal discussão, Simone de Beauvoir se refere a mulher como um sujeito que não é pensado a partir de si, mas em comparação ao homem, como uma oposição ou como aquela que não é o homem. A mulher neste sentido seria o Outro do homem (RIBEIRO, 2017; DAVIS, 2016; AKOTIRENE, 2019). Ribeiro (2017) aponta que, “segundo o diagnóstico de Beauvoir, a relação que os homens mantêm com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estariam enredadas na má-fé dos homens, que as veem e as querem como um objeto” (p. 22).

A partir desta perspectiva, as autoras apontam que a mulher está presa a um lugar hierarquizado e de submissão em relação ao homem. A mulher, enquanto o Outro ou enquanto um ser que não é considerado a partir de si, é tomada nas relações enquanto um objeto do qual não se reconhece a humanidade e com o qual se estabelece uma relação instrumental de dominação e submissão (RIBEIRO, 2017; RIBEIRO, 2016).

Aprofundando tal reflexão a respeito da mulher enquanto o Outro na relação com os homens, Grada Kilomba (2019) irá discutir a situação da mulher negra e como ela está em uma condição de ainda mais difícil reciprocidade. Segundo a autora, a mulher negra é o Outro do Outro, posição ainda mais subalterna em relação ao homem e também subjugada, tendo em vista a mulher branca. Kilomba (2019) e Ribeiro (2017) se referem a uma espécie de vácuo ou espaço vazio ocupado pelas mulheres negras, que não são nem homens, nem brancas e que, além disso, não serão tomadas, segundo as autoras, como uma categoria de análise pertinente. Segundo Kilomba (2019),

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “Outro” do Outro (p. 124).

As mulheres negras consideradas desta forma estão em um não lugar, quando o debate sobre o racismo considera como sujeito o homem negro; quando a discussão de gênero toma como sujeito a mulher branca; e quando as reflexões sobre classe desconsideram a raça. (RIBEIRO, 2017) Mais uma vez, ter em vista tal perspectiva indica a pertinência da noção de interseccionalidade e do intercruzamento das categorias e modos de opressão, inclusive para que seja possível considerar aquilo que Ribeiro (2017; 2016) e Kilomba (2019) apontam como

status oscilante e dialético da mulher branca - que são brancas, mas mulheres - e do homem negro – que são homens, mas negros.

Ribeiro (2017), discutindo a perspectiva de Kilomba, destaca a maneira como a autora rompe com a universalidade também em relação aos homens, ressaltando que a realidade de homens negros e homens brancos não é a mesma. Neste sentido, existiria uma reciprocidade entre mulher branca e homem branco e entre mulher branca e homem negro, no entanto, não há fixidez neste status e é oscilante a possibilidade destes se colocarem enquanto sujeitos nas relações.

A autora aponta que assim como em relação às mulheres, se faz importante perguntar: de quais homens se está falando. E ressalta: “É muito importante perceber que homens negros são vítimas do racismo e, inclusive, estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social. Trazer à tona essas identidades passa a ser uma questão prioritária” (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Ainda que mulheres brancas e homens negros possam ser vistos enquanto sujeitos em determinadas circunstâncias, Ribeiro (2016) destaca que, sendo a mulher negra o Outro do Outro e a antítese da branquitude e da masculinidade, ela está impossibilitada de ser vista como sujeito. Os olhares de homens brancos, homens negros e mulheres brancas a confinam em um lugar de subalternidade difícil de ser ultrapassado.

Segundo Akotirene (2019), através da articulação da raça, gênero, classe e território, e em função da ocupação deste não lugar, as mulheres negras tem suas identidades revertidas à de “mães solteiras, chefas de família desestruturadas, ‘mulheres da paz’, efetivas no resgate de jovens criminosos.” (p. 55) Neste sentido, não se trata de falar meramente de identidades, mas buscar entender como poder e identidades estão relacionados, e como as relações de poder se dão pelo modo como estão articuladas tais identidades, ocasionando que determinados grupos sejam privilegiados em detrimento de outros.

Após as discussões acerca da mulher, importante agente que compõe a Política de Assistência Social e relevante categoria de análise, e ainda empreendendo o esforço da compreensão acerca das concepções, valores e crenças que compõe o contexto social brasileiro, e que alimentam a atuação das políticas públicas e as práticas sociais de usuários e trabalhadores, tem-se em vista as reflexões acerca da família, suas relações com o Estado, com a reprodução de relações de poder e de opressão. As mulheres compõem majoritariamente o público da Política de Assistência Social e a família é focada pelas políticas sociais como o âmbito de intervenção, com qual se buscará atuar. Neste sentido, destaca-se a importância de

se tratar a respeito da dimensão familiar e de que forma a intervenção estatal aborda o âmbito doméstico, a mulher e a família em suas ofertas de proteção social pública.

4.3 ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A FAMÍLIA O PATRIARCADO PRIVADO.

Dando continuidade às reflexões acerca das concepções que estão relacionadas às políticas públicas, especialmente à Política de Assistência Social, acerca da mulher, da família e o papel destes elementos na reprodução de estereótipos e relações de poder, faz-se importante ressaltar as perspectivas a respeito das famílias que são apontadas nas normativas, bem como destacar algumas discussões que alertam para uma tendência tradicional-conservadora, que considera a mulher de forma equivalente à família. Tais perspectivas reduzem a autonomia e desconsideram a mulher enquanto sujeito de direitos (CARLOTO e NOGUEIRA, 2018; CARLOTTO e SILVANO, 2008; GASPAROTTO, 2017; SAFFIOTI, 2004; BOURDIEU, 2002).

A Política Nacional de Assistência Social está baseada na centralidade da família para concepção e implementação de seus benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004, p.33). De forma que a matricialidade sociofamiliar é um aspecto estruturador da política pública e da oferta de proteção social dos serviços. Neste sentido, faz-se interessante refletir sobre quais noções de família norteiam a política e podem fazer parte das concepções de trabalhadores e usuários relacionadas com os serviços da Assistência Social. Neste sentido, segundo a Norma Operacional Básica do SUAS:

A família é o núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento *per capita* e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou a unidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (NOB/SUAS, 2012, p. 90).

A PNAS (BRASIL, 2004) discute as mudanças no interior das famílias e suas dinâmicas associadas às realidades sociais contemporâneas. No documento é destacado o caráter contraditório da família, espaço de proteção de seus membros e também de reprodução de conflitos, desigualdades e violências.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como

um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (BRASIL, 2004).

Almeida (2007) destaca a importância desta discussão quando aponta que a família é um âmbito privilegiado para reprodução de preconceitos e violências, bem como para internalização de hierarquizações, posições subalternizadas e a vivência de relações de poder.

Segundo Bourdieu (2002), a reprodução das relações de dominação esteve garantida pelo trabalho de algumas instâncias principais, a saber, a família, a igreja, a escola e o Estado. O autor, tratando sobre as relações entre os sexos, afirma que a história das sociedades é a história de combinações sucessivas de reprodução de mecanismos estruturais que asseguram a manutenção de relações de poder que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuam a estrutura das relações de dominação.

No entanto, Bourdieu (2002) ressalta que não se tratam de estruturas de dominação a-históricas. Conforme discute o autor:

Ora, longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são *produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado (BOURDIEU, 2002, p. 46).

Neste sentido, a respeito da família, o autor indica que, sem dúvida, é à família que cabe “o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (BOURDIEU, 2002, p. 103). Tratando as relações de poder e a hierarquização encontrada na família, Almeida (2007) aponta que a violência, sobretudo a violência simbólica, atinge em diferentes níveis e intensidades os membros da família que se encontram em posições subalternizadas, principalmente as gerações imaturas, os idosos e a mulher, sejam enquanto vítimas ou testemunhas.

A autora, ainda tratando os aspectos simbólicos da violência, aponta que a família e o espaço doméstico apresentam-se como território propício para a reprodução de violências, pois neste âmbito a ordem simbólica favorece o exercício da exploração e da dominação, “por limitar a possibilidade de apreensão de novos referenciais simbólicos e de construção de alianças” (ALMEIDA, 2007, p. 30).

Foucault (1979), em *Microfísica do Poder*, discutindo as transformações das formas de governo no capítulo sobre governamentalidade, se refere à família apontando que ela é um segmento privilegiado quando se busca obter algo da população, como comportamentos sexuais, controle demográfico, consumo, etc. Segundo ele, é pela família que se deve passar para o governo da população, sendo a família, portanto, instrumento privilegiado de reprodução das relações de poder. Foucault (1979) aponta que “é a partir da metade do século XVIII que a família aparece nesta dimensão instrumental em relação à população, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as campanhas de vacinação, etc.” (p. 289).

Segundo Saraceno (1995) citado por Carloto e Nogueira (2018), é preciso reconhecer que a família, além de espaço primário de reprodução social, é reprodutora de desigualdades. O autor indica que essa desigualdade relacionada a divisão sexual do trabalho, a qual é reproduzida pela família, é peça-chave para compreender a construção ou a negação da cidadania da mulher.

Aguiar (2000), discutindo a patriarcalidade na pesquisa sociológica, também aponta que a organização do grupo doméstico tem grande incidência nas relações de poder e nas desigualdades sociais. Segundo ela, os estudos da estratificação social vão, de forma crítica, apontar as visões acerca do homem provedor e a posição em que é colocada a mulher, não em relação ao mercado de trabalho, mas em relação ao seu marido. Tal organização social do grupo doméstico e tais concepções acerca da família, segundo Aguiar (2000), estão relacionadas ao patriarcalismo instalado no país ainda no Brasil colônia e a suas marcas que perduram ainda hoje.

Se o homem é o provedor e a posição dos demais membros do grupo doméstico no sistema de estratificação social é representada a partir desse lugar – uma vez que ao papel social do homem, exclusivamente, caberia participar do mercado de trabalho –, tem-se que o lugar da mulher no sistema de estratificação social é dado por sua posição, não com relação ao mercado, mas com relação ao seu marido. A participação das mulheres no mercado de trabalho é desconsiderada, ou porque estas exercem atividades que propiciam menores rendimentos à família, ou porque não possuem rendimentos, ou, ainda, por suas várias entradas e saídas do mercado de trabalho derivadas de suas obrigações domésticas. Esta situação equivale à de *patria potestas* [poder do pai], uma vez que os recursos da família são detidos por um chefe, representante e gestor dos bens do domicílio. A única vez, em que a posição das mulheres é considerada em si, consiste na situação onde não há um homem a quem se atribua o lugar de chefe, o que ocorre quando ela reside só, ou com a família, sem cônjuge (AGUIAR, 2000, p. 187).

Segundo Aguiar (2000), o patriarcalismo embasa em grande medida as relações sociais no Brasil, e está relacionado com a visão patrimonial do Estado brasileiro. Aprofundando as

discussões acerca desse modelo de organização social, Aguiar (2000) cita Weber (1947), que indica que o poder patriarcal é caracterizado como um sistema de normas baseado na tradição. As decisões são sempre tomadas de um mesmo modo a partir da autoridade patriarcal. Ou seja, a obediência ao senhor e a fidelidade à tradição são elementos básicos dessa organização social. O poder patriarcal é inquestionável, mesmo que por meio da justiça, sendo que a dominação patriarcal se baseia na autoridade pessoal do patriarca.

As relações de poder na dominação patriarcal fundamentam-se na autoridade pessoal. Weber (1947) contrasta esta forma de poder com a que ocorre nas sociedades capitalistas, quando o processo de racionalização, resultante do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dá origem a um sistema de normas abstratas e impessoais, sob as quais os funcionários das burocracias se organizam. Essas normas estabelecem que a pessoa no poder possui autoridade legítima para acionar regras em circunstâncias determinadas. Já no sistema patriarcal, a autoridade é garantida pela sujeição pessoal (AGUIAR, 2000, p. 314).

Saffioti (2004), que também discute o patriarcado, compreende a dominação das mulheres como parte da estrutura social de exploração patriarcal, que está vinculada ao sistema capitalista, ao racismo e é realizada por homens, e também (re)produzida pelas mulheres. A autora descreve patriarcado “como um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres” (p. 104). De forma que o uso arbitrário da força e da violência contra as mulheres estão previamente justificados e naturalizados enquanto recursos para manutenção de privilégios.

Com relação ao controle da família e aos papéis sociais de homens e mulheres, os códigos de comportamento da sociedade patriarcal estão relacionados com a reclusão das mulheres no âmbito doméstico, a consideração da mulher enquanto prestadora de serviços do homem, sendo que expectativas relacionadas à proteção e ao cuidado no âmbito familiar são legitimadas e naturalizadas enquanto tarefas da mulher. Neste contexto, recai sobre elas as obrigações com relação às famílias e seus membros (AGUIAR, 2000). Ainda que a reclusão doméstica se abrande com o ambiente das cidades, como indica Aguiar (2000, p. 321), “a prepotência do pai-de-família dá lugar à função econômica de provedor.”

Ainda ressaltando o sistema patriarcal, a reprodução de relações de poder por meio da família e a posição social da mulher, Akotirene (2019) define o patriarcado brasileiro da seguinte maneira:

O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas (p. 112).

Segundo Aguiar (2000), deriva deste modelo de organização social as problemáticas situações relativas aos âmbitos público e privado na sociedade brasileira. Conforme a autora, tendo em vista que a dominação e as relações de poder se reproduzem na dimensão privada, se fez essencial levantar na esfera dos direitos civis a reivindicação de uma atuação mais efetiva do Estado no âmbito doméstico.

Destacando que o privado também é público, os movimentos feministas ressaltam a necessidade de redefinição destas relações. Conforme Aguiar, “com isto as feministas querem dizer que suas dificuldades políticas ocorrem quando elas se deparam com o outro, com o qual mantém diferenças derivadas de sua condição de subordinação, enquanto privado” (AGUIAR, 2000, p. 167).

Mayorga e Prado (2010) e Aguiar (2000) discutem que é necessário desnaturalizar as desigualdades e politizar os limites do público e do privado, pois tem-se em vista que as mudanças nas relações privadas ocasionariam a transformação do arbítrio observado no poder do homem no espaço doméstico, tornando-se possível relações mais democráticas e de diálogo. Afirmado tal possibilidade, Aguiar (2000) indica que “as práticas relacionais de dependência econômica e de sujeição sexual seriam substituídas por relações democráticas, de diálogo e comunicação” (p. 28). Neste sentido, ressalta-se que a violência doméstica, os serviços domésticos, a autonomia acerca da sexualidade e da reprodução da mulher precisam ser abordados de forma que se torne possível transformações no âmbito da vida das famílias e que essas possam reverberar nas esferas públicas da sociedade.

A respeito da formação do Estado brasileiro, Aguiar (2000) aponta o patriarcalismo como a estratégia da colonização portuguesa, sendo as bases institucionais dessa forma de dominação, o grupo doméstico rural e o regime de escravidão. Conforme indica a autora, é uma marca desse processo a dominação dos homens pelo uso de sua sexualidade e da violência como recurso para subjugo da mulher, especialmente a mulher negra, a fim de aumentar a população escrava e também aumentar a família sob a qual exerce domínio. “A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra trabalhadora para gerar riquezas” (AGUIAR, 2000,

p. 190). Segundo a autora, a relação entre homens e mulheres neste cenário é mediada pelo “arbitrio másculo no uso sexo” (p. 190).

Aguiar (2000) indica que o patriarcado no contexto brasileiro, mesmo com o processo de modernização do país advindo do desenvolvimento capitalista e da industrialização, gerou grandes iniquidades de gênero e raça. A autora ressalta que “normas particularistas continuam a rebaixar os salários femininos, a incluir as mulheres em um número restrito de ocupações e a negar-lhes acesso às funções de poder, apesar das importantes mudanças culturais” (p. 322), de forma que a racionalidade no contexto do Estado ou as relações de trabalho capitalistas não representaram a superação do patriarcado. Como ressalta Saffioti (2004), na realidade, a industrialização que surge com a ordem capitalista resulta em aumento das desigualdades sociais e aumento das disparidades entre homens e mulheres.

Além disto, refletindo acerca da família nuclear e do patriarcado encontrado na sociedade brasileira, Aguiar (2000) aponta que a família nuclear burguesa não era o modelo de família encontrado majoritariamente no país. A autora destaca as relações familiares constituídas a partir de uniões consensuais ou relações conjugais não contratuais, as quais eram majoritárias na sociedade do século XIX e que marcam a constituição da organização social no país, principalmente tendo em vista o histórico de escravidão que compõe a história das famílias brasileiras.

Desde a abolição da escravatura, boa parte da população negra migrou para as cidades, numa situação caracterizada por grande desequilíbrio entre os sexos, baixa taxa de nupcialidade e alta taxa de nascimentos ilegítimos, alta proporção de solteiros e baixo número de famílias com casamento regularizado, quando a união consensual sem legitimação jurídica consiste em um padrão de comportamento comum. Ao lado de famílias nucleares regularmente constituídas, encontra-se grande proporção de domicílios com uniões consensuais, isto é, com relações conjugais não contratuais. Chegamos, portanto a uma nova concepção de patriarcado para a análise da sociedade brasileira (AGUIAR, 2000, p. 326).

Interessante retomar novamente as pesquisas históricas de Davis (2016) no contexto americano, pois estas apontam com base em cartas e certidões de nascimento, que crianças, filhos de escravos, traziam tanto o nome do pai quanto o da mãe, indicando que estes sujeitos, apesar das agruras da escravidão, aderiam às normas que regulavam seus arranjos familiares. Segundo a autora, “interdições matrimoniais, práticas de nomeação e costumes sexuais – que, aliás, sancionavam a relação sexual antes do casamento – diferenciavam a população escravizada de seus senhores” (DAVIS, 2016, p. 31). Como discutido, Davis (2016) aponta que a atividade doméstica de escravos e escravas tinha uma imensa importância em suas vidas, já

que era nesse âmbito que conseguiam vivenciar suas experiências como seres humanos. Segundo a autora, escravos e escravas exerciam imenso esforço cotidiano para a manutenção das vidas familiares, “usufruindo o máximo possível da autonomia de que conseguiam se apoderar, escravos e escravas manifestaram um talento impecável para humanizar um ambiente criado para convertê-los em uma horda subumana de unidades de força de trabalho” (DAVIS, 2016, p. 31).

Após destacar aspectos do patriarcado na constituição das famílias brasileiras, discutindo sobre algumas concepções de famílias que compõe a sociedade e a formação do Estado no Brasil, tem-se em vista abordar o chamado patriarcado público (AGUIAR, 2000; SAFFIOTI, 2004; BOURDIEU, 2002), relacionado ao espaço público e à esfera estatal. Construindo-se, desta maneira, a reflexão sobre de que forma são consideradas as mulheres e as famílias nas políticas públicas, em especial na Assistência Social, e como tais perspectivas se fazem presentes nas práticas sociais e concepções de usuários e trabalhadores do SUAS.

4.4 O PATRIARCADO PÚBLICO E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO

Como discutido, os autores estudados se propõem a analisar duas formas de patriarcado que se condicionam: uma privada, baseada nas famílias e em grupos domésticos, abordada na seção anterior, e outra pública, correspondente ao Estado e outros âmbitos do espaço público. Neste sentido, aprofundando as reflexões acerca do patriarcado público, tem-se em vista que este, além de se relacionar com o Estado, se endereça ao mercado de trabalho, à sexualidade, à educação, às mídias, e outros âmbitos da vida, e se estrutura a partir de mecanismos de poder e dominação (MEDRADO E LYRA, 2008; BOURDIEU, 2002; SAFFIOTI, 2004; AGUIAR, 2000).

No Brasil, apesar da atenuação do patriarcado a partir da constituição das cidades, como aponta Angela Alonso (apud AGUIAR, 2000, p. 315), “o patriarcalismo aparece como herança rural e o Estado patrimonial paulatinamente se edifica aprisionado nas teias familiares, isto é, o público permanece prisioneiro do âmbito privado”. Nesta perspectiva, uma teia de vínculos particularistas, diferentemente daqueles baseados no princípio da impessoalidade e da racionalidade, reúne soberano e funcionários estamentais, formando um Estado patrimonialista baseado em privilégios e alianças familiares por meio de casamentos e uniões que mantém benefícios e compõem o processo político brasileiro (AGUIAR, 2000).

Esclarecendo a relação entre patrimonialismo e patriarcado, Aguiar (2000) aponta que “o patrimonialismo é uma transformação do patriarcado pelo processo de diferenciação, que se constrói a partir das relações de dependência entre o senhor e seus familiares, ou entre o soberano e os funcionários burocrático-estamentais” (AGUIAR, 2000, p. 316). Segundo a autora, consolidado o poder dos chefes de parentela no século XIX, o Estado patrimonial brasileiro irá se delinear mais como um patrimonialismo patriarcal do que um patrimonialismo estamental.

As relações patrimoniais desintegram o patriarcalismo puro, pois a organização doméstica que se reproduz na ordem política o faz dentro de um quadro burocrático-administrativo. Como derivação da organização doméstica, (...) o patrimonialismo se aproxima do patriarcado, se destacando também, por outro lado, da burocracia impessoal, produto da transformação do feudalismo em capitalismo, uma vez que o funcionário burocrático-patrimonial considera o cargo como direito pessoal e não como posição associada a normas objetivas e impessoais (AGUIAR, 2000, p. 313).

Faz-se interessante destacar que as relações de poder patriarcal foram apenas parcialmente transformadas pelos sistemas políticos de credo liberal, como ressalta Aguiar (2000), seguindo mantida a autoridade e o poder dos patriarcas e chefes de família. Desta forma, perdura a subordinação das mulheres e a reprodução de relações de poder e hierarquizações por meio das instituições e do núcleo familiar. Aguiar (2000) e Safiotti (2004) destacam que, ainda que a noção de patriarcado se refira a um estágio anterior ao advento do sistema capitalista, o feminismo pontua que a racionalidade econômica relacionada à ordem capitalista pode acentuar a dominação patriarcal no campo privado. Segundo Safiotti (2004), o ingresso em atividades capitalistas não elimina o trabalho doméstico, de maneira que os dois âmbitos se condicionam. Também neste sentido, aponta Aguiar (2000):

É importante observar que a perspectiva teórica inspirada pelo feminismo para a análise sobre as formas de dominação masculina nos países industrializados, regidos por um sistema democrático-liberal, distingue que o patriarcado permanece e se acentua com o avanço do capitalismo, embora este adquira características distintas, no novo contexto. Desta forma o patriarcado deixa de ser uma dimensão das sociedades tradicionais e passa a ser uma característica das sociedades modernas, ou do processo de modernização, observado como um capitalismo patriarcal ou um patriarcalismo do Estado-de-bem-estar-social (p. 177).

Segundo a autora, a racionalização econômica da sociedade e a separação entre a produção para o mercado e a esfera doméstica, agravou o processo de dominação masculina nas instituições sociais. De forma que particularismos, visões conservadoras e que reproduzem hierarquizações baseadas na ordem patriarcal persistem sob a forma de discriminações e

violências. (AGUIAR, 2000). Carloto e Nogueira (2018) ressaltam que é importante desvelar os nexos entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo, se deseja-se considerar a necessidade de reconhecer o valor econômico gerado pelo trabalho não remunerado das mulheres. Segundo a autora:

Desvelar, nesse sentido, significa demonstrar o quanto esse trabalho é essencial para o processo de acumulação capitalista e que, enquanto o Estado não intervir para reduzir a divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados, as mulheres continuarão esbarrando nos mesmos entraves para obtenção de renda própria (CARLOTO, 2018, p. 55).

Neste sentido, Aguiar (2000) ressalta que a revolução liberal que garantiu liberdades individuais, que emancipou os filhos adultos do subjugo doméstico, não alterou a condição de subordinação das mulheres com relação a autoridade dos chefes de família e dos papéis tradicionais de esposa e mãe. Segundo a autora, a separação das esferas públicas e privada é o eixo principal do problema das relações patriarcais. Neste sentido, Paterman (1988 *apud* AGUIAR, 2000) destaca que países que garantem pactos sociais que estabelecem liberdades individuais deixam de fora as relações do âmbito doméstico, de maneira a favorecer a persistência de relações de subordinação com relação às mulheres.

A separação entre as esferas privada e pública deixa intocado o arbítrio nas relações de poder dentro de casa, dominadas pelo homem, membro do grupo doméstico que também prepondera na alocação de sua força de trabalho no mercado. Esta alocação diferencial representa, na esfera doméstica, maior autonomia masculina e subordinação feminina. Como o sistema capitalista sofre crises periódicas, as mulheres, nessas ocasiões, podem ser duplamente restringidas: pelas atribuições domésticas e, em condições adversas, pela busca de trabalho remunerado (PATERMAN, 1988 *apud* AGUIAR, 2000, p. 160).

Tal histórico de relações de poder sustentadas por mecanismos de reprodução de situações de opressões e desigualdades sociais se mantem na sociedade e, como citado, se faz presente de maneira patente no Estado e demais instituições sociais. Segundo Aguiar (2000), os particularismos baseados no poder e autoridade patriarcal sustentam sistemas de privilégios políticos e reproduzem a dominação masculina nas instituições públicas. De forma que, “na sociedade brasileira predominam a patronagem e o clientelismo político, derivados da importância pregressa do patriarcado na vida social” (AGUIAR, 2000, p. 176).

Bourdieu (2002), também abordando a noção de patriarcado público, aponta que o Estado reforça as prescrições do patriarcado privado. O autor ressalta que os Estados modernos

inscreveram no direito de família, todos os fundamentos da visão androcêntrica, e destaca que, em estados paternalistas e autoritários, a família patriarcal se faz o “modelo da ordem social como ordem moral, fundamentada na preeminência absoluta dos homens em relação às mulheres, dos adultos sobre as crianças e na identificação da moralidade com a força” (BOURDIEU, 2002, p. 105).

Conforme discutido na seção a respeito da discricionariedade, o que se reproduz no Estado, é a ausência de normas impessoais que regulem as relações de poder, tal como se observa no patriarcado. Aguiar (2000) aponta que se mantem por parte dos agentes públicos “um certo grau de arbítrio, derivado do afeto particularista, em detrimento de práticas que garantam a eficiência e o tratamento igualitário a todo e qualquer cliente dos serviços públicos.” (p. 169) Tal arbítrio resulta em reprodução de hierarquizações, estereótipos, preconceitos e violências por parte do Estado na sua interação com os cidadãos. Neste sentido, destaca-se a importância das discussões sobre patriarcado no contexto das relações sociais e das políticas públicas no país, haja vista como este conceito impacta e extrapola a vida doméstica, a sexualidade e as organizações das famílias e se relaciona com o âmbito do Estado e os arranjos de políticas públicas no Brasil.

4.5 AS CONCEPÇÕES SOBRE AS FAMÍLIAS E AS MULHERES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tratando-se especificamente da Política de Assistência Social, o que se observa, assim como discutido, é a histórica fragilidade da proteção social no país e a ausência de responsabilidade coletiva e estatal frente às vulnerabilidades e desigualdades sociais. Neste sentido, as famílias e organizações da sociedade civil, assumem um papel de proteção e provisão das necessidades básicas de grupos sociais subalternizados.

Como se refere Mariano (2009), “de certo modo, historicamente no Brasil a sociedade é a provedora – incluindo-se as famílias – e não o Estado” (p. 36). Neste sentido, Míoto e Dal Prá (2015) e também Castilho e Carloto (2010) indicam que, no modelo de proteção social brasileiro familista, cabe ao Estado intervir somente quando a família falha em sua capacidade protetiva.

Além disto, diversos autores ressaltam que as políticas públicas são materializadas a partir de um padrão burguês de família, de maneira a reproduzirem a divisão sexual do trabalho, valores tradicionais e conservadores, assim como preconceitos que relegam à mulher a

responsabilidade exclusiva pelas tarefas domésticas, pelo cuidado e proteção dos membros familiares (BANDEIRA, 2014; MIOTO E DAL PRÁ, 2015; CASTILHO E CARLOTO, 2010).

Neste sentido, apesar das mudanças nas estruturas e composições familiares, os papéis de cada membro familiar ainda se encontram intocados nas concepções de muitos agentes públicos. De maneira que esse modelo familista das políticas públicas aumenta a responsabilidade da mulher na função de proteção familiar, sem que, para isso, ela conte com o amparo do Estado (BANDEIRA, 2014; MIOTO DAL PRÁ, 2015). Neste contexto, de responsabilização das famílias pela proteção social, destaca-se o lugar de referência da mulher nas configurações familiares e nas interações com o poder público.

Do ponto de vista do poder público, no atual período do neoliberalismo, como indica Gasparotto (2017), é mais interessante aos governos manterem as atividades de reprodução social sob a responsabilidade exclusiva da mulher, enquanto o próprio Estado se desobriga da garantia das condições necessárias para tal reprodução - o que, conseqüentemente, reforça as desigualdades.

Além disto, como indicam Mayorga e Prado (2010), essa organização social, baseada nas desigualdades de gênero e sua articulação com os demais marcadores sociais, serve a uma “funcionalidade subordinada à desigualdade” (p. 58), ou seja, serve à naturalização da atual ordem social, principalmente quando desconsidera a sua historicidade e a sua contingência humana. Como discutido na seção 3.3, a partir deste mecanismo, permanecem obscuros as relações de poder que produzem e mantêm as hierarquizações sociais.

Neste sentido, o aparato estatal organiza sua proteção social contando com o trabalho feminino, isto é, “o Estado sistematicamente estruturou a provisão de bem-estar social por meio do trabalho invisível da mulher” (GASPAROTTO E GROSSI, 2017, p. 219).

Desta maneira, as perspectivas acerca das opressões e desigualdades de gênero impactam diretamente nas estratégias de provisão dos serviços socioassistenciais, repercutindo nos modelos de garantia de direitos ofertados aos sujeitos atendidos.

Da mesma forma, a escassez de tais discussões permite que se reitere no cotidiano dos serviços socioassistenciais estereótipos e papéis sociais tradicionais atribuídos aos sujeitos. Como indica Gasparotto (2017),

Em que pese as desigualdades sociais serem agravadas por questões de gênero e raça/etnia, o que implica ainda mais o adensamento das situações de vulnerabilidades às quais as mulheres, e especialmente as mulheres negras, estão sendo expostas, essa situação ainda é discutida de maneira muito tímida na esfera do Sistema Único de

Assistência Social. O fato de as mulheres estarem mais suscetíveis à vivência de situações de vulnerabilidades sociais é pouco debatido, assim como as discriminações e opressões às quais vêm sendo expostas, em decorrência do gênero, também são pouco abordadas no âmbito da Política de Assistência Social (GASPAROTTO, 2017, p. 24).

Neste sentido, o que se observa é que, políticas públicas que deveriam estar atreladas à produção de autonomia, de proteção social e de possibilidades de modos de existência, por muitas vezes reproduzem discriminações e reiteram a invisibilidade das desigualdades sociais, condição que acaba por aprofundá-las ainda mais (GASPAROTTO, 2017; MAYORGA E PRADO, 2010).

Além disso, Detoni *et al* (2012, p. 3) apontam que “verdades legitimadas nas regulamentações do SUAS dizem sobre as formas de ser homem, mulher, criança, idoso/a, adolescente”, o que estigmatiza e reafirma papéis esperados socialmente. Tal reprodução de expectativas tradicionais colabora na reprodução de machismo, racismo, homofobia e violências nas vidas dos usuários da política pública.

Ainda que seja incipiente essa discussão na política, o que se observa é, como também será apontado pelas equipes de trabalho participantes da pesquisa, a predominância das mulheres enquanto usuárias dos serviços da Assistência Social, assumindo o papel de referências familiares e também de titulares de benefícios de transferência de renda (CASTILHO E CARLOTO, 2010; MARIANO, 2009; GASPAROTTO, 2017; GASPAROTTO E GROSSI, 2017; CARMONA, 2019b).

Como indica Carmona (2019b), predominam nos serviços socioassistenciais mulheres/mães, chefes de famílias, que, morando sozinhas com os filhos, se responsabilizam pela manutenção da vida familiar e pela mediação do acesso dos familiares às políticas sociais.

Por isto, a PNAS (BRASIL, 2004a) aponta a mulher como público prioritário para acesso à segurança de sobrevivência, destacando mulheres chefes de famílias e seus filhos, além de idosos, pessoas com deficiência e vítimas de calamidades e emergências, enquanto beneficiários prioritários de benefícios eventuais e de transferência de renda. Também a respeito do público de mulheres na Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2009c) indica que 95% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), contam com a mulher como responsável legal para o recebimento do benefício.

Com relação aos programas de transferência de renda, estes têm enquanto concepção que as mulheres-mães “gerem” melhor os recursos da casa, portanto, sendo o benefício

destinado a elas, o dinheiro será aplicado em objetivos, vantagens e melhorias para a casa e para os filhos - uma vez que é a mulher a principal responsável pela vida doméstica e pelos demais familiares. Como indica Carmona (2019b), a partir dos programas de transferência de renda passou-se a “considerar as mulheres como cuidadoras na administração do benefício em prol da família, que pensam no futuro e passam a ter visibilidade como consumidoras, correntistas bancárias e cidadãs” (p. 83).

Tal perspectiva de transferência de renda voltada às mulheres também é justificada por Novellino (2004) que indica que há estreita relação entre a chefia familiar feminina e pobreza, de maneira que estabelecer as mulheres enquanto público preferencial para transferência de renda pode levar à redução da pobreza entre elas, com significativo benefício para as crianças.

Neste sentido, há importantes contribuições dos programas de transferência de renda no sentido do empoderamento das mulheres pobres, a partir do acesso à segurança de renda e da construção de autonomia individual, relacional e comunitária.

Contudo, diversos autores também discutem as contradições dessa referência feminina em relação aos programas de transferência de renda, destacando que a inclusão preponderante das mulheres nos programas tem um caráter “generificador”, que pode, por exemplo, reforçar a exclusão do homem das funções de cuidados dos filhos e do domicílio (MARIANO, 2009; CARLOTO E NOGUEIRA, 2018; CARLOTO E SILVANO, 2008). Ou seja, tais programas sociais podem cristalizar posições sociais de gênero, reforçar hierarquias culturalmente consolidadas e reforçar o “*status* desigual das mulheres atadas aos papéis tradicionais relacionados à esfera reprodutiva, em oposição às funções masculinas projetadas, idealmente, para a esfera produtiva” (MARIANO, 2009, p. 49).

O que se observa a partir da perspectiva de gênero é que há nas políticas públicas um modelo de família tradicional, em que está definido previamente os papéis de cada um dos membros familiares - os quais não condizem com a realidade das famílias contemporâneas atendidas pelas políticas sociais. Desta maneira, os programas de transferência de renda “instauram-se sobre as famílias que são atendidas com um ‘espírito de família’ correspondente a apenas *um* tipo idealizado de família, uma construção social naturalizada” (CARLOTO E NOGUEIRA, 2018, p. 60), principalmente, em relação ao papel das mulheres no grupo familiar.

Neste contexto, os programas de transferência de renda responsabilizam a mulher pelos cuidados com os familiares e também pelo cumprimento das condicionalidades relacionadas aos critérios para manutenção do benefício. De maneira que, caso sejam descumpridas as condicionalidades que decorrem da inserção no programa, é a mulher que é chamada a

responder frente às políticas públicas acerca dos filhos que estão infrequentes na escola ou que não cumpriram devidamente com os acompanhamentos de saúde.

Neste sentido, a respeito do acesso das famílias à saúde e à educação, Carlotto e Nogueira (2018) indicam que

a incorporação destas áreas [na proteção social] não se deu na forma de melhorias e expansão dos serviços que envolvem a prevenção e promoção de saúde e/ou criação de creches, escolas, universidades. O caminho encontrado para diminuir os gastos com serviços sociais sem que a população sucumbisse a níveis ainda mais alarmantes de miséria foi a criação de Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) destinados às famílias que estavam abaixo da linha de pobreza. Sob estas justificativas, o Estado se desonerava dos encargos que deveria prover, principalmente na área social, e assim dificultava cada vez mais o acesso das mulheres à cidadania real (CARLOTO E NOGUEIRA, 2018, p. 59).

Neste sentido, sem que o Estado garanta o bem-estar da população, por meio de serviços de Saúde, Educação, além de benefícios monetários que contemplem os diversos membros das famílias, as mulheres continuarão socialmente desprotegidas e presas aos papéis tradicionais de cuidadoras na esfera doméstica.

As crianças das famílias beneficiárias dos programas sociais necessitam, além de recursos financeiros, de políticas públicas estruturadas para que possam desenvolver suas capacidades e romper com os ciclos de pobreza. De maneira a ser possível desconstruir a realidade de que “além de serem as mulheres a maioria da população pobre mundial, elas também são responsabilizadas por serem as mães dos futuros pobres” (CARLOTO E NOGUEIRA, 2018, p. 60).

Neste sentido, além do enfoque nas vivências das famílias que sofrem com as opressões, faz-se necessário considerar como se dá a inserção social destes grupos familiares neste contexto de desigualdade e exclusão. Pois, do contrário, fortalece-se, como se refere Miotto (2004), a visão da família como a “produtora de patologia” (p. 4) e para a qual se busca a “pacificação artificial” (p. 4).

Ainda a respeito dos programas de transferência de renda e a perspectiva de gênero, Gasparotto e Grossi (2017) destacam o papel da mulher enquanto parceira da política pública. As autoras destacam como a mulher é vista como a mediadora do acesso aos direitos dos membros da família, o que, como indicam as autoras, é também uma função derivada de concepções conservadoras de gênero nas políticas públicas:

Considera-se que a aceção de gênero, tendo a perspectiva de cultura tradicional, é reproduzida nessa perspectiva, quando é atribuída à mulher a função de cuidadora e

parceira da política pública, que, em reconhecimento, provê transferência econômica, para o enfrentamento da fome e da pobreza (GASPAROTTO *et al*, 2007, p. 221).

Também neste sentido Carloto e Silvano (2008) indicam que o papel educativo e moral que está no centro da família moderna, diz respeito à mãe como educadora e como sujeito a educar por vocação natural. Neste sentido, há na Assistência Social uma expectativa em relação à mulher para que esta seja uma multiplicadora de informações, conhecimentos e orientações que receberá nas ações socioeducativas, bem como espera-se que ela seja a transmissora de oportunidades e perspectivas de vida para seus familiares (AZEREDO, 2010; GASPAROTTO E GROSSI, 2017; CARLOTO E SILVIANO, 2008).

No entanto, Carloto e Silvano, (2008) destacam que esta abordagem promove “uma naturalização das funções maternas/maternagem e uma essencialização da identidade feminina” (p. 159). De forma que programas sociais que buscam trazer a mulher à esfera pública o fazem lançando mão de papéis relacionados à vida doméstica e às lógicas conservadoras. Como ocorre com relação às profissões de cuidado e educação, o espaço público para as mulheres se dá como um desdobramento das atribuições domésticas (OTA, 2014).

Como se referem Gasparotto (2017), Castilho e Carloto (2010) e Carmona (2019a), além dos programas de transferência de renda, os serviços socioassistenciais de proteção social também tem se direcionado no sentido da responsabilização da mulher em detrimento do trabalho com vistas à centralidade da família e ao reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos.

Neste sentido, a visibilidade da mulher nos serviços socioassistenciais se dá quase que exclusivamente em razão das responsabilidades colocadas pelos serviços, considerando a mulher a representante e a responsável pela família. Como se refere Gasparotto (2013 apud GASPAROTTO, 2017, p. 95), “ainda visualiza-se a reiteração da cultura de responsabilização das mulheres pela falta de participação nas atividades na condição de representantes das famílias junto aos serviços executados”.

De acordo com a autora, observa-se a condição da mulher “subsumida ao papel ocupado por ela no grupo familiar” (GASPAROTTO, 2017, p. 96). Neste contexto os serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS não tem conseguido considerar as desigualdades de gênero e seus intercruzamentos com raça e classe. Diante desta incapacidade, a política acaba por contribuir com a ampliação e o aprofundamento das desigualdades nas vidas das mulheres, que não conseguem alcançar seus direitos sociais e o exercício da cidadania.

Neste sentido, a sobrecarga da mulher, como responsável familiar, cuidadora, transmissora de informações e conhecimentos e ainda mediadora do acesso aos direitos dos demais membros familiares, decorre do papel ocupado por elas na família e na sociedade, que anula as questões de gênero e invisibiliza as suas demandas próprias como cidadãs. Como refere Gasparotto (2017):

É possível afirmar que, em detrimento da centralidade na família e da matricialidade sociofamiliar, o que vem ocorrendo é a centralização na mulher, que tem corporificado a família junto aos serviços socioassistenciais, além de assumir o encargo de responsável familiar, e, em consequência, a responsabilização pela superação das dificuldades vivenciadas pela família. Além disso, vem sendo reproduzido o atendimento às demandas apresentadas de forma individual, o que reforça a lógica de segmentos e grupos sociais, ficando em segundo plano, ou a cargo da própria mulher, o enfrentamento das diferentes situações adversas materializadas no cotidiano da família (p. 98).

Desta maneira, são reforçados os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres na sociedade e, conseqüentemente, se alargam ainda mais as desigualdades de gênero presentes nas políticas públicas, na sociedade e nas famílias.

Como discutido, diversos autores avaliam que a vinculação da mulher aos serviços ofertados pelo SUAS tem tido como objetivo a consolidação do cumprimento de seu papel de mãe e cuidadora familiar, ao invés de contribuir para o reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos, fortalecendo a sua autonomia e colaborando no enfrentamento das desigualdades sociais (GASPAROTTO E GROSSI, 2017; CARLOTO E SILVANO, 2008; CASTILHO E CARLOTO, 2010; MIOTO, 2004). Neste sentido, Carlotto e Silvano (2008) asseveram que não é porque o foco do trabalho são mulheres, que há de fato a perspectiva de gênero na política pública

Consideramos que as políticas públicas de governo incluem uma perspectiva de gênero quando existe uma vontade explícita, de parte das autoridades, de promover uma redistribuição entre os gêneros em termos de destinação de recursos, direitos civis e de participação, posições de poder e autoridade e valorização do trabalho de homens e mulheres (p. 156).

Como refere Ota (2014), as políticas para mulheres no país, não levam em consideração a complementariedade entre a autonomia pública e autonomia privada. Segundo a autora, neste modelo de política pública, ora são ofertados programas que incentivam a participação da mulher na esfera pública sem o devido suporte doméstico, ora busca-se combater a violência doméstica sem o necessário suporte para melhor inserção da mulher na esfera pública. A autora indica que “essas duas esferas precisam ser pensadas como interdependentes e complementares,

sendo que o combate às desigualdades em ambas só pode ser pensado simultaneamente” (p. 54).

Políticas para mulheres, segundo Novellino (2004), seriam políticas voltadas para as mulheres enquanto mães, tendo em vista que este é a função principal e exclusiva da mulher. Nestes casos, são centradas intervenções nas funções reprodutivas das mulheres, constituindo-se programas especialmente relacionados à orientação nutricional, planejamento familiar, provisão de ajuda alimentar, programas de renda mínima e programas de bolsa-de-estudos para as crianças. Conforme a autora, “sua principal preocupação é atender às necessidades práticas das mulheres relacionadas às suas funções reprodutivas” (p. 11).

Nesta perspectiva as mulheres são tomadas como beneficiárias passivas das ofertas dos serviços socioassistenciais e dos programas de transferência de renda. Nestes casos, constituem-se práticas assistencialistas voltadas para a família e para a maternidade como o papel mais relevante na vida das mulheres.

Segundo Novellino (2004), políticas públicas de gênero devem centrar esforços em mulheres de baixa renda, buscando uma diversidade de abordagens com vistas a valorizar as atividades produtivas e de geração de renda das mulheres.

Como indica a autora, “uma verdadeira política de gênero deve aumentar a participação das mulheres no desenho dessas políticas ao invés de vê-las simplesmente como beneficiárias dos programas e serviços” (p. 11). Ou seja, nas políticas de gênero é também fundamental a perspectiva da participação e da atuação política das mulheres no planejamento de políticas públicas.

Políticas de gênero são políticas públicas sensíveis às questões de gênero. Políticas de gênero têm como objetivo contribuir para o empoderamento das mulheres e para a erradicação da desigualdade de poder entre mulheres e homens. Em países como o Brasil, políticas de gênero deveriam ser um instrumento contra as desigualdades de gênero bem como desigualdades sociais e étnicas. As principais questões de gênero, sociais e étnicas são: direitos sexuais, acesso à serviços de saúde, violência doméstica e na rua, creches e escolas maternas, distribuição de propriedades, reforma agrária, educação e programas de emprego, representação política e participação política, desregulamentarização da legislação trabalhista, e privatização da seguridade social (p. 10).

Neste sentido, ainda que exista importante esforço para a incorporação da transversalidade de gênero na Política de Assistência Social, este empenho ainda se mostra insuficiente para alterar as concepções sobre “família” e sobre “mulher” nos serviços socioassistenciais.

Ignorar tal cenário impede o rompimento com a ordem social patriarcal e o necessário enfrentamento das desigualdades. Desta maneira, são fundamentais trabalhos que reflitam sobre os padrões das relações de gênero nos serviços socioassistenciais, bem como as suas articulações com os marcadores de raça e classe, a fim de qualificar a oferta da proteção social no país.

Neste sentido, diversos estudos indicam a potencialidade dos programas de transferência de renda e dos serviços socioassistenciais na redução das desigualdades quando estes passam a incorporar concepções críticas sobre as relações de gênero, que fogem à cristalização de papéis de homens e mulheres e que apontam para problemática da apropriação do trabalho não remunerado das mulheres como parte da proteção social nas políticas públicas.

5. METODOLOGIA

Para os fins desta pesquisa realizou-se um estudo qualitativo com a utilização de entrevistas em profundidade com usuários dos CRAS e grupos focais com trabalhadores(as) destes equipamentos. Buscou-se compreender e analisar criticamente as concepções e as práticas de tais atores relacionadas aos marcadores sociais de raça, classe e gênero, e verificar de que forma o conceito de interseccionalidade se expressa no cotidiano de trabalho deste serviço e no dia-a-dia da vida destes usuários, principalmente em suas interações com as políticas públicas. Foi também interesse desta pesquisa verificar de que forma situações de preconceito e violência são vivenciadas e reproduzidas por estes atores em seus cotidianos de atuação, bem como suas respectivas formas de resistência e agenciamento frente as opressões.

Para tal finalidade, teve-se em vista a abordagem da pesquisa qualitativa da realidade, considerando, conforme Minayo e Deslandes (2002, p. 24), que

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Minayo (2010), é a partir desta abordagem que se faz possível incorporar na pesquisa significados e intencionalidades que dizem respeito aos atos, às relações e às estruturas sociais que fazem parte do contexto dos sujeitos pesquisados. Tendo em vista que este modelo de pesquisa considera as vivências, experiências e o cotidiano, assim como busca a compreensão das instituições e das estruturas sociais como resultantes da “ação humana objetivada” (MINAYO E DESLANDES, 2002, p. 24), a pesquisa qualitativa se apresentou como a mais pertinente para os objetivos da presente investigação.

Buscou-se, conforme aponta a autora, a compreensão das lógicas intrínsecas às relações sociais e às instituições pesquisadas, no que se refere a “valores culturais e representações sobre sua história (...); relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais” (MINAYO, 2010, p. 23).

A autora destaca alguns pontos para os quais se deve atentar no desenvolvimento desta modalidade de pesquisa. Uma de suas discussões é a necessidade de se buscar um entendimento dos discursos considerando as relações sociais e o contexto de produção e reprodução nos quais estão inseridos os sujeitos. Da mesma forma, a autora destaca a importância de se atentar para a relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados, entendendo que “o cientista que analisa as questões sociais nunca poderá se esquecer de que os seres humanos não são só objeto de investigação, são também sujeitos de relações” (MINAYO, 2010, p. 348).

Neste sentido, tendo em vista os sujeitos da pesquisa, parte-se do pressuposto que estes são atores ativos na construção do mundo e na transformação de suas realidades. Destaca-se o fato de que, neste trabalho, também se buscou dar ênfase aos processos de agenciamentos e resistências dos sujeitos, como será analisado no capítulo de discussão dos achados da pesquisa. Paralelamente, considera-se que, assim como se tratam de sujeitos ativos na construção e transformação do mundo, estes mesmos agentes sociais constroem por meio da cultura e das normas sociais, suas crenças, valores e visões de mundo, que são reproduzidos e que exprimem determinados entendimentos e perspectivas de ordenamentos do mundo.

Tendo em vista as noções de sujeitos e agências propostas por Butler (2013), é possível considerar que os sujeitos estão sempre em construção, o que não ocorre independentemente das contingências sociais. Os sujeitos se constituem, portanto, em interação com tais estruturais sociais, que podem tanto limitar como possibilitar estratégias resignificadoras ou subversivas (BUTLER, 2013; FURLIN, 2013).

Neste sentido, para Butler o sujeito é performativo, ou seja, o sujeito para a autora é “uma produção ritualizada, uma reiteração ritual de normas, que não o determinam totalmente. Essa incompletude possibilita o processo de ruptura e a inscrição de novos significados e, conseqüentemente, a mudança de práticas e contextos” (BUTLER, 2009 *apud* FURLIN, 2013).

Neste sentido, para a autora a possibilidade de agência, como capacidade de ação, encontra-se também na sujeição e na subordinação, de maneira que “a mudança se dá dentro da própria dinâmica do poder, que pode reiterar formas de resignificação, produzindo novos efeitos” (FURLIN, 2013).

Como refere Furlin (2013), a respeito da perspectiva de Butler, ainda que os sujeitos sejam constituídos no contexto das relações de poder, é também a partir delas que se fazem possíveis novas construções e resignificações:

Com isso, ela não desconsidera a ação das dinâmicas microssociais do poder sobre a constituição dos sujeitos, mas mostra que estes, além de serem constituídos pelo poder, ao mesmo tempo encontram nele as possibilidades de uma nova construção da subjetividade. Sua teoria dá ênfase à condição de resistência política dos sujeitos no interior de contextos normatizados por convenções sociais hegemônicas, o que representa uma ruptura com a visão de um sujeito totalmente construído e determinado (p. 399).

Esta perspectiva tem suma importância quando se considera as possibilidades emancipatórias e transformadoras frente à reprodução de estereótipos e desigualdades, como será abordado na presente pesquisa.

Minayo (2010) propõe que deve ser condição *sine qua non* da pesquisa o reconhecimento de que a relação entre o sujeito investigador e os sujeitos investigados, assim como a visão de mundo de ambos, estão completamente atreladas ao processo de produção de conhecimento, “desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho” (p. 42).

Abrahão *et al* (2014) postulam acerca do pesquisador que este deve ser um pesquisador no mundo ou pesquisador in-mundo, misturando-se com os sujeitos estudados. Tal proposição se refere ao fato de que a implicação do pesquisador é intrínseca à produção do conhecimento, ou seja, produz ação política de forma ativa e depende de um posicionamento. Este pressuposto indica a importância de que o sujeito pesquisador possa se implicar com múltiplos processos de subjetivações e de fabricação de mundos dos sujeitos investigados e possa se atentar aos seus próprios processos de subjetividade diante dos sujeitos investigados e dos objetivos da pesquisa (ABRAHÃO *et al*, 2014; MENDES, 2018).

A construção do conhecimento se processa como ativadora e produtora de intervenção na vida e acontece nesta mistura, neste tingimento do pesquisador com o campo. A vida como algo capital, a vida como produção e expressão de subjetividades (ABRAHÃO *et al*, 2014 p. 157).

Para a presente pesquisa tal perspectiva pode se traduzir no fato do pesquisador também trabalhar em um equipamento como aqueles pesquisados, compartilhar em muitos momentos das mesmas reflexões, dificuldades e enfrentamentos que usuários e que, principalmente, os trabalhadores trazem frente aos desafios das políticas públicas de proteção social e que compõem o objeto da pesquisa. Desta maneira, as perspectivas do pesquisador e dos sujeitos pesquisados se entrecruzam e se complementam em muitos aspectos e compõe, desta forma, o conhecimento produzido neste trabalho.

Tais perspectivas apresentadas dialogam com a proposta de Donna Haraway, autora feminista, que, por uma questão de ética e de política, propõe que é necessário atribuir um estatuto de agente/ator aos “objetos” da pesquisa.

Os atores existem em muitas e maravilhosas formas. Explicações de um mundo "real", assim, não dependem da lógica da "descoberta", mas de uma relação social de "conversa" carregada de poder (HARAWAY, 1995, p. 37).

Alinhando-se a essa proposição de Haraway (1995), que também afirma que o lugar de onde se vê e se fala é carregado de poder e determina a visão e a fala do mundo dos sujeitos, a

presente pesquisa tem como pressuposto que “a perspectiva dos subjugados representa uma visão privilegiada da realidade” (HARAWAY, p. 14).

Toma-se como premissa tal perspectiva, sem se perder de vista uma possível contradição para qual alerta Spivak (2010) aos intelectuais pesquisadores:

Mantém-se, por meio de um deslize verbal, a contradição não reconhecida de uma posição que valoriza a experiência concreta do oprimido, ao mesmo tempo que se mostra acrítica quanto ao papel histórico do intelectual (Spivak, 2010, p. 38).

Assim, para esta pesquisa manteve-se a tensão quanto ao apontamento citado de Spivak (2010) e as pontuações de Haraway (1995) de que “o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo” (p. 10). De forma que se faz importante compreender os interesses e visões de mundo traduzidas pela investigação.

Por parte desta pesquisa, há um esforço de privilegiar a fala dos sujeitos muitas vezes excluídos dos processos hegemônicos de validação de discursos e de vivências, compreendendo que “genocídio e epistemicídio são estruturas modernas inseparáveis tais quais sexismo e racismo são” (AKOTIRENE, 2019, p. 34).

Tal ponto de vista que busca considerar as implicações do conhecimento produzido e o papel dos sujeitos investigadores e investigados, é discutido por Minayo (2010) da seguinte forma: “não se pode pensar num trabalho de campo neutro. (...) o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem dinamicamente no conhecimento da realidade (MINAYO, 2010, p. 203).

Neste sentido, refletindo sobre o papel do investigador no desenvolvimento da pesquisa, a autora destaca que “tanto na observação como na interlocução com os atores, o investigador é um ator ativo, que indaga, que interpreta, e que desenvolve um olhar crítico” (p. 6).

Assim, busca-se neste trabalho lançar mão de perspectiva de uma ciência responsável e que alcança determinada objetividade buscando localizar pontos de vista, pressupostos e fundamentos, valorizando a fala e as vivências dos sujeitos pesquisados (HARAWAY, 1995; MINAYO, 2010; 2012).

Haraway (1995) aponta que “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (p. 33). A ciência para a autora, que parte da perspectiva feminista e busca uma objetividade que se traduz em “racionalidade posicionada” (p. 33), não deve buscar um olhar transcendental, universal ou neutro, mas sim uma ciência que represente

a “junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito (...) isto é, visões desde algum lugar” (p. 33).

Desta forma, ainda buscando estabelecer um diálogo entre as perspectivas de Haraway e Minayo, considera-se neste trabalho que “a finitude do compreender representa as limitações da consciência histórica do investigador (ou de qualquer sujeito)” (MINAYO, 2010, p. 333). Considera-se, desta maneira, que a leitura do mundo dos atores envolvidos na pesquisa se dará sempre a partir do presente, de seu contexto histórico e será guiada por interesses e pressupostos. “Essa abordagem colabora para o entendimento de que não existe ponto de vista fora da história, nada é eterno, fixo e absoluto, portanto, não há nem ideias, nem instituições, nem categorias estáticas” (MINAYO, 2010, p. 340).

O objetivo de se pesquisar as concepções e as práticas sociais produzidas pelos trabalhadores e usuários dos CRAS está relacionado à possibilidade de “decifragem”, como indica Bourdieu (2002), dos atos e posicionamentos corriqueiros, tomados como impessoais e automáticos. Tem-se em vista que, em muitas ocasiões, tais atos corriqueiros e automáticos representam a acolhida ou a exclusão dos cidadãos da proteção social pública no cotidiano dos serviços. Segundo o autor, “significantes sem intenção de significar, as condutas ordinárias da vida se prestam a uma decifragem não menos automática e impessoal e a retomada da intenção objetiva que elas exprimem” (p. 21).

Ainda que pessoais, toda vivência e todas as formas de se estabelecer relações, estão embasadas na experiência coletiva e em um “*modus operandi*” (BOURDIEU, 2002) que envolve cada agente. Como indica Bourdieu (2002),

Cada agente, quer ele saiba ou não, quer ele queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo: porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual não tem o domínio consciente, (...) que ultrapassa sempre suas intenções conscientes. (...) porque os sujeitos não sabem, propriamente falando, o que fazem, e que o que eles fazem tem mais sentido do que eles sabem (p. 22).

Buscar compreender tais *modus operandi* e os sentidos associados às vivências e às concepções de trabalhadores e usuários acerca de raça, classe e gênero e de que maneira se dão suas relações com as políticas públicas – em especial com o CRAS - se constituem os esforços desta pesquisa. Neste sentido, faz-se importante um destaque para o fato de que tais vivências e concepções estarão sempre relacionadas à determinadas estruturas sociais que contextualizam e conformam a vida dos sujeitos.

É sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo tempo e lugar, sob a forma de

habitus. Os indivíduos "vestem" os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas (BOURDIEU, 2002, p. 24).

Também neste sentido, Sapir (*apud* MINAYO, 2010) aponta que o indivíduo materializa “ideias e modos de comportamentos implicitamente inerentes às estruturas ou às tradições de uma sociedade dada” (p. 207). De forma que as práticas dos sujeitos refletem a totalidade da sociedade, bem como os seus segmentos e posições sociais, por exemplo, de raça, classe e gênero. Tais posições e estruturas sociais se expressam por meio dos indivíduos e representam uma organização social e o caráter histórico de uma determinada sociedade. Desta forma, como indica Minayo (2010),

ao mesmo tempo que os modelos culturais interiorizados são revelados numa entrevista, por exemplo, eles refletem o caráter histórico mais geral e específico de um grupo. (...) os depoimentos provenientes das várias modalidades de interação têm de ser contextualizados: de forma histórica e sociológica, dentro de uma análise de classe ou de segmentos sociais, de etnia (se for o caso), de gênero e por grupos étnicos. Essas quatro balizas (classe ou segmento, gênero, faixa etária e etnia) constituem hoje os parâmetros para qualquer tipo de olhar sobre a complexidade da realidade social, devendo ser complementados por variáveis como profissão, religião, filiação política ou outras, em cada caso específico de pesquisa. Assim, cada ator social se caracteriza por sua participação, no seu tempo histórico, num certo número de grupos sociais, informa sobre a cultura e sobre uma “subcultura” que lhe é específica e tem relações diferenciadas com a cultura dominante de seu tempo (MINAYO, 2010, p. 209).

Neste sentido, busca-se adotar nesta pesquisa uma perspectiva histórica e sociológica que considera as concepções e as práticas de usuários e trabalhadores, tendo em vista para estas análises as condições e os entrecruzamentos de raça, classe e gênero compreendendo, como indica Minayo (2010), que as condições de vida e de trabalho delineiam de formas diferenciadas como estas raças, classes e gêneros pensam, sentem, agem e vivenciam a realidade social (MINAYO, 2010).

Bourdieu (2002), considerando as semelhanças e diferenças relativas às condições de vida dos sujeitos, propõe que membros de determinados grupos vivenciam um mesmo *habitus*, compartilhando concepções, visões de mundo, práticas sociais e lugares na estrutura social.

Pelo fato de que a identidade das condições de existência tende a produzir sistemas de disposições semelhantes (pelo menos parcialmente), a homogeneidade (relativa) dos *habitus* que delas resulta está no princípio de uma harmonização objetiva das práticas e das obras, harmonização esta própria a lhes conferir a regularidade e a objetividade que definem sua "racionalidade" específica e que as fazem ser vividas como evidentes ou necessárias, isto é, como imediatamente inteligíveis e previsíveis, por todos os agentes dotados do domínio prático do sistema de esquemas de ação e de interpretação. (...) Enquanto ignorarmos o verdadeiro princípio dessa orquestração

sem maestro que confere regularidade, unidade e sistematicidade às práticas de um grupo ou de uma classe, e isto na ausência de qualquer organização espontânea ou imposta dos projetos individuais, nos condenamos ao artificialismo ingênuo que não reconhece outro princípio unificador da ação ordinária ou extraordinária de um grupo ou de uma classe a não ser o da concertação consciente e meditada do complô (BOURDIEU, 2002, p. 28).

O esforço analítico desta pesquisa também está relacionado à tentativa de considerar os efeitos da articulação destas categorias sociais na vida dos sujeitos investigados. Busca-se compreender como o entrecruzamento destas identidades sociais pode provocar nos sujeitos produção/reprodução de vivências de preconceitos, desigualdades e violências, bem como podem provocar a dificuldade de acesso às políticas públicas e aos direitos sociais. Além disto, tem-se em vista as formas por meio das quais os trabalhadores da Política de Assistência Social têm lidado com estes sujeitos que representam grupos sociais que se constituem a partir da articulação de diversas opressões atreladas as suas posições sociais. Como refere Mayorga e Prado (2010), tais categorias devem ser entendidas a partir de suas especificidades, mas se faz fundamental o esforço analítico que considere o entrecruzamento das mesmas e os distintos processos pelos quais ele ocorre. Os autores pontuam que “não se trata simplesmente de afirmar a necessidade de trabalhar com a multiplicidade de diferenças que acometem os sujeitos, mas de compreender como essas diferenças estão em interseção” (MAYORGA E PRADO, 2010, p. 52).

Raça, classe e gênero fazem parte destas categorias que articuladas estão relacionadas à subordinação dos sujeitos a processos de hierarquização social. Tais sujeitos compartilham determinadas experiências históricas e cotidianas de subordinação, que representam reiteradas situações de violência e preconceitos em suas histórias de vidas.

(...) aqui cabe ressaltar que os processos de hierarquização, que tem como funcionalidade a classificação do outro em posições de inferioridade para manutenção de posições de superioridade de privilégios, podem ser compreendidos através das lógicas de subordinação, motivos pelo qual se utilizam da naturalização das desigualdades (MAYORGA E PRADO, 2010, p. 57).

A busca por compreender as relações entre as categorias sociais e os processos de manutenção de desigualdades e privilégios produziu, por parte do feminismo negro, a noção de interseccionalidade, como uma perspectiva para abordagem destas vivências pouco consideradas ou mesmo silenciadas. E é a partir da noção de interseccionalidade que as feministas buscaram compreender, conforme destaca Diniz (2018), “a sexualização da raça e a racialização da sexualidade na América Latina e Caribe, a racialização do gênero e da

etnicidade em experiências de diáspora (...), a feminização da pobreza no Brasil e em países periféricos” (p. 33).

Também neste sentido Mayorga *et al* (2013) descrevem que “o sexismo é um sistema de subordinação atravessado e articulado necessariamente com o racismo, o classismo e a heterossexualidade obrigatória” (p. 478).

A respeito da interseccionalidade, Akotirene (2019) destaca o conceito enquanto uma ferramenta teórico-metodológica que viabiliza o trabalho com a inseparabilidade das categorias sociais e com as formas associadas de violência e preconceito.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetida vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Buscou-se trabalhar na pesquisa esta perspectiva analítica que considera nos sujeitos investigados as posições de subordinação a partir dos diversos contextos, tendo em vista compreender os seus efeitos de acúmulo e a análise dos efeitos somatórios da subordinação, com o cruzamento de dois ou mais marcadores num mesmo sujeito ou grupo social (MAYORGA E PRADO, 2010; AKOTIRENE, 2019). Neste sentido, Akotirene (2019) aponta

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (...) na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento estar interceptado pela estrutura (p. 41).

Para realização da pesquisa foram elencados dois CRAS da cidade de Belo Horizonte, conforme a disponibilidade da equipe de trabalho dos equipamentos. A proposta da pesquisa foi apresentada a todos os CRAS da cidade, via contato com os 34 coordenadores(as) dos serviços. Destes, 9 sinalizaram interesse em conhecer melhor como se daria o trabalho de pesquisa, tendo ao final 2 coordenadores retornando que haviam discutido com as equipes de trabalho e estes profissionais acenado positivamente quanto a possibilidade de participação na pesquisa.

Os dois CRAS serão nomeados no trabalho como CRAS Capão e CRAS Rola Moça, da mesma maneira serão preservadas as identidades de trabalhadores e usuários participantes.

5.1 O CRAS CAPÃO E O CRAS ROLA MOÇA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Com relação ao CRAS Capão, este está localizado em um bairro do vetor Norte da cidade de Belo Horizonte e faz divisa com bairros de outras cidades da região metropolitana da capital. Conforme os dados da Gerência de Vigilância Socioassistencial da Subsecretaria de Assistência Social, no documento “Informações socioterritoriais e dos serviços socioassistenciais para o Plano de Ação da Proteção Social Básica de Março de 2019”, o equipamento referencia 4.979 domicílios, de acordo com o Censo 2010 (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

Serão descritos, a seguir, alguns dados sociodemográficos sobre o território para compreensão do contexto social no qual estão inseridos o equipamento e os sujeitos pesquisados. De início cabe ressaltar que os setores censitários que compõem os territórios de abrangência dos CRAS em Belo Horizonte são classificados a partir do Índice de Vulnerabilidade da Saúde – IVS 2012, conforme se segue:

O IVS, indicador utilizado desde 1998 pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA de Belo Horizonte, tem como objetivo discriminar populações com maior risco de adoecer e morrer para direcionar melhor os recursos. Foi atualizado em 2012, utilizando os dados do Censo de 2010. É composto por oito indicadores em duas dimensões: Saneamento (percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo inadequado ou ausente) e Socioeconômica (razão de moradores por domicílio, percentual de pessoas analfabetas, de domicílios particulares com rendimento per capita até ½ salário mínimo, de pessoas de raça/cor parda, preta ou indígena e rendimento nominal mensal médio das pessoas responsáveis invertido) (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

Neste sentido, o CRAS Capão, conta com 61% dos setores censitários com a classificação de risco Elevado, 4% de risco Muito Elevado e 35% de risco Médio. Assim, somados os setores censitários que possuem classificação de risco Muito elevado e risco Elevado chega-se ao percentual de 65%, o que indica se tratar de um território de significativa presença de risco e vulnerabilidade social. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019)

A população deste território era, conforme o Censo 2010 (IBGE, 2010), de 16.818 pessoas, sendo que deste total, 8.772 (52%) eram do sexo feminino e 8.046 (48%) do sexo masculino. Com relação à cor ou raça, conforme o IBGE (2010), a maioria da população do território do CRAS (54,2%) se declarou como sendo da raça/cor parda, 29,6% como da raça/cor branca e 14,1% como da raça/cor preta. Já a raça/cor de pessoas indígenas e amarelas, representou 0,2% da população.

Com relação às faixas etárias, se pode observar que a população de 0 a 6 anos representava 9,27% da população deste território, a de 7 a 15 anos 15,35%, a de 16 a 18 anos 5,21% e a de idosos acima de 60 anos 9,32%. Os segmentos de jovens (de 19 à 29 anos) e adultos (de 30 à 59 anos), os quais se destacam, representam respectivamente, 20,97% e 39,88% do total da população do território.

Com relação à renda deste público referenciado pelo CRAS Capão, tem-se que a maior concentração se encontrava na faixa de renda de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, perfazendo 36% dos domicílios. A faixa de rendimento de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, representava 19% dos domicílios. Somando-se estas duas faixas de rendimento, 55% da população tinha entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo de renda. Considerando-se os 5% da faixa até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e 4% da faixa de famílias sem rendimento, tem-se um quantitativo de 64% de domicílios cujos rendimentos variam entre sem rendimento a 1 salário mínimo, o que indica se tratar de uma população em considerável situação de vulnerabilidade econômica.

Em dezembro de 2018, conforme o relatório de vigilância socioassistencial, 2.301 pessoas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo 60,71% (1397) do sexo feminino e 39,29% (904) dos beneficiários do programa do sexo masculino (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

No território se encontram ainda um centro de saúde, três escolas municipais, duas escolas estaduais, uma escola municipal de educação infantil, creches, um parque de preservação ecológica, quatro centro de inclusão digital, campos de futebol e organizações da sociedade civil.

A respeito do CRAS Rola Moça, pode-se considerar que o equipamento está localizado em regional mais próxima da região central da cidade e o território referenciado pelo equipamento compreende 4.301 domicílios (IBGE, 2010). Conforme o IVS 2012, verifica-se que 43% de seus setores censitários possuíam a classificação de risco Elevado, 18% de risco Muito Elevado, 18% de risco Médio e 21% de risco Baixo. Somando-se os setores censitários com risco Elevado e Muito Elevado, chega-se a um percentual de 61% do território, o que indica se tratar de uma região com significativa presença de risco e vulnerabilidade social. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019)

De acordo com os dados do CENSO 2010 (IBGE, 2010), a população presente no território referenciado pelo CRAS Rola Moça totalizava 13.933 pessoas, sendo 7.395 (53%) do sexo feminino e 6.538 (47%) do sexo masculino. Em relação à raça/cor, a maior parte desta

população, ou seja, 44,1%, declarou-se como sendo da raça/cor parda, 39,9% como raça/cor branca e 15% como da raça/cor preta. Quanto a raça/cor de pessoas indígenas e amarelas, esta população representou um quantitativo de 0,2% em relação às demais. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019)

Quanto às faixas etárias, os dados mostram que a população de 0 a 6 anos representava 8,81% da população deste território, a de 7 a 15 anos 14,15%, a de 16 a 18 anos 4,57% e a de idosos acima de 60 anos 10,50%. Contudo, foram os segmentos de jovens (de 19 à 29 anos) e adultos (de 30 à 59 anos) que se destacaram numericamente, representando respectivamente, 20,59% e 41,37% do total da população. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019)

Com relação às faixas de rendimento da população referenciada por este CRAS, a maior concentração se encontrava na faixa de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, perfazendo 28% dos domicílios. A faixa de rendimento de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, é encontrada em 14% dos domicílios. Somando estas duas faixas de rendimento (42%) e considerando ainda os 3% da faixa até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e os 2% da faixa sem rendimento, tem-se um quantitativo de 47% de domicílios cujos rendimentos variam entre sem rendimento a 1 salário mínimo. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019)

Em Dezembro de 2018, encontravam-se no território 946 beneficiários do Programa Bolsa Família, sendo a maioria (573), ou seja, 60,39%, representada por pessoas do sexo feminino e 373, o que corresponde a 39,43% dos beneficiários, pessoas do sexo masculino. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019)

Encontram-se no território de abrangência deste CRAS três escola municipais, duas escolas estaduais, duas escolas municipais de ensino infantil, creches, um centro municipal para práticas agroecológicas, um centro de saúde, um centro de referência da saúde mental, quatro centros de inclusão digital, além de uma cia da Polícia Militar, uma faculdade, campos de futebol e organizações da sociedade civil. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019)

Após este panorama com relação aos territórios investigados, retomando a discussão a respeito dos sujeitos da pesquisa, destaca-se a tentativa de entrevistar pessoas usuárias dos CRAS que compusessem os diversos grupos sociais que acessam os equipamentos.

A partir da apresentação dos objetivos da pesquisa e do pedido de indicação de usuários que se dispusessem a participar do estudo, os coordenadores dos serviços e suas equipes técnicas elencaram um total de 11 usuários dos CRAS, considerando suas histórias com o

serviço, suas disponibilidades e interesses em participar do trabalho. A maior parte destes sujeitos indicados são participantes regulares das atividades desenvolvidas pelos CRAS, alguns são representantes de espaços de controle social da Assistência Social e todos mantêm constante diálogo e interação com os CRAS e com as demais políticas públicas.

Destes usuários indicados foi possível entrevistar 6 sujeitos. Três mulheres cis e uma mulher trans, além de um homem cis adulto e um homem cis jovem.

Para garantia do sigilo, os participantes serão nomeados da seguinte maneira:

Do CRAS Rola Moça participaram da pesquisa Tito, homem preto de 47 anos, ensino médio completo; Nina, mulher trans preta de 35 anos, ensino superior incompleto; além de Inocência, mulher preta de 64 anos, ensino médio completo, e Regina, mulher preta de 62 anos, ensino técnico completo.

Do CRAS Capão participaram da pesquisa Ciça, mulher parda de 40 anos, ensino superior completo, e Bruno, homem pardo de 23 anos, ensino médio completo.

Cabe destacar que as entrevistas de Inocência e de Regina aconteceram em um formato em que ambas participantes foram entrevistadas ao mesmo tempo, de maneira que foram feitas as mesmas perguntas para cada uma das participantes, que responderam independentemente – ainda que, em alguns momentos, tenham dialogado e interagido durante as respostas. Tal formato foi proposto pelas participantes, pois ambas estavam disponíveis no CRAS no mesmo horário após participarem do encontro do grupo do SCFV. Aparentemente, tal formato de entrevista das duas participantes não comprometeu o desenvolvimento da pesquisa. Pelo contrário, como as participantes cultivam uma relação de amizade, a presença de uma outra pessoa conhecida pareceu estimular as falas e discussões.

Desta maneira se buscou contemplar parte dos segmentos sociais que mais recorrem ao serviço para acesso a seus direitos, bem como segmentos que mais enfrentam situações de preconceito e hierarquização social nestes espaços. Ressalta-se que estes sujeitos também apresentaram no decorrer das entrevistas diversas situações de agenciamento e enfrentamento de situações de opressão vivenciadas em seus cotidianos no território e junto às instituições.

As entrevistas buscaram acessar informações e temas relevantes para o objeto de pesquisa, sendo que foi utilizada neste trabalho as referências da entrevista aberta, na qual os sujeitos entrevistados discorrem livremente sobre os temas que lhe são propostos com perguntas para balizar as reflexões (MINAYO, 2010).

Conforme destaca Minayo (1992, p. 101), “a entrevista utiliza alguns dos traços mais característicos dos seres humanos: a linguagem e a interação social, privilegiando uma imersão na maneira como o(s) sujeito(s) percebem a situação eleita para pesquisa”.

A autora discorre sobre a entrevista apontando que esta pode ser um instrumento privilegiado de coleta de informações, além de alcançar dimensões fundamentais, que embasam as análises desta pesquisa. Segundo ela, a entrevista pode

ser reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações grupais, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO, 2010, p. 204).

Considera-se que cada grupo social e cada período histórico está relacionado a repertórios e formas de discursos específicos, determinados pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica, as quais os envolvem (MINAYO, 2010, p. 110). Desta forma,

é a constelação das diferentes informações individuais vivenciadas em comum por um grupo, que permite compor o quadro global das estruturas e das relações, onde o mais importante não é a soma dos elementos, mas a compreensão dos modelos culturais e da particularidade das determinações (MINAYO, 2010, p. 113).

Como citado a respeito das relações de poder envolvidas na produção de qualquer pesquisa, tem-se em vista que a entrevista não é apenas um trabalho de simples coleta de informações. As informações prestadas, além de serem determinadas pelos aspectos históricos e sociais vivenciados pelos sujeitos, estão intrinsecamente relacionadas à natureza da relação intersubjetiva estabelecida entre os sujeitos entrevistados e o pesquisador. Minayo (2010) aponta que a inter-relação no ato da entrevista abrange o campo afetivo, existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências e o senso comum, de forma que o êxito da pesquisa depende deste nível de abrangência da relação. Esta inter-relação, a qual é evitada pelas perspectivas mais positivistas, é também condição essencial para o desenvolvimento de pesquisas qualitativas, tal como no presente trabalho (MINAYO, 2010).

Como refere Haraway (1995), as interações pesquisador-pesquisados se dão como uma “relação social de ‘conversa’ carregada de poder” (p. 37), na qual o pesquisador busca conduzir uma “conversa com finalidade” (MINAYO, 2010, p. 190) a partir de suas ferramentas metodológicas, de sua perspectiva teórica e de seus pressupostos ético-políticos.

A conclusão inicial é de que toda entrevista, como interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na nossa sociedade. Quando se trata de uma sociedade conflitiva como a nossa, cada entrevista expressa de forma diferenciada essa luz e sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nas informações que aí são produzidas. (...) A entrevista aberta não cura as diferenças e nem diminui as distâncias estruturais. Suas qualidades para estudo da realidade social se colocam dentro das relações sociais contraditórias e submissas aos mesmos questionamentos a respeito da divisão social do trabalho e das dissimetrias socioculturais (MINAYO, 2010, p. 122).

Os roteiros para as entrevistas e para o grupo focal foram ferramentas metodológicas que permitiram delinear um fio condutor para a abordagem dos sujeitos quanto aos temas relevantes para a pesquisa e para a construção do objeto estudado. Buscou-se construir os roteiros para as entrevistas e para os grupos focais, de forma que estes permitissem ampliar e aprofundar a comunicação, ao invés de restringi-la. Da mesma forma, buscou-se a partir do roteiro contribuir para que fosse possível “emergir a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatos e das relações que compõem o objeto, do ponto de vista dos interlocutores” (MINAYO, 2010, p. 190).

Conforme apontado, além das entrevistas abertas, foram realizados dois grupos focais com os trabalhadores dos CRAS, envolvendo os(as) trabalhadores(as) analistas de políticas públicas de Psicologia e de Serviço Social, assistentes administrativos de nível médio, orientadores sociais do SCFV, porteiros e auxiliares de serviços gerais, totalizando 17 profissionais participantes.

Teve-se em vista duas condições apontadas por Minayo (2010) como imprescindíveis para a condução e desenvolvimento de um grupo focal, “ser suficientemente provocador para permitir um debate entusiasmado e participativo; e promover condições de aprofundamento, fazendo jus ao que se pretende com esta técnica” (p. 193).

Neste sentido, buscou-se com os grupos focais com os profissionais, assim como nas entrevistas abertas com os usuários, propor perguntas e intervenções que permitisse aprofundar informações e opiniões dos participantes, considerando a capacidade humana de formular posicionamentos, expor valores, crenças e atitudes a partir da interação e das relações estabelecidas com os outros sujeitos investigados e com o pesquisador (MINAYO, 2010). Encontram-se no apêndice os roteiros utilizados, que não se constituíram em amarras, mas apenas um direcionador para as conversas realizadas junto aos trabalhadores e usuários dos CRAS.

Considera-se na pesquisa, tanto nas entrevistas quanto nos grupos focais, aquilo que formula Michelat (apud MINAYO, 2010),

se consideramos que cada indivíduo, apreendido através das informações sintomáticas fornecidas pela entrevista, é uma aplicação restrita e peculiar de sua cultura e de sua subcultura, podemos dizer em consequência: (a) quanto mais importante é o material produzido na entrevista, mais ele se enriquece ao atingir níveis mais profundos; (b) a ordem afetiva e da experiência é mais determinante dos comportamentos do que o lado racional "intelectualizado"; (c) a entrevista o menos estruturada possível permite surgir e comunicar esse nível sócio-afetivo-existencial (p. 123).

Quanto ao tamanho da amostragem de participantes da pesquisa, ressalta-se que este quantitativo fez parte de um processo de reflexão desde o início do trabalho até a realização das entrevistas e dos grupos (MINAYO, 2017). Para a pesquisa empreendeu-se um esforço de contemplar os diversos grupos sociais relacionados ao CRAS, desde seus usuários mais frequentes, como as mulheres adultas negras, até aqueles sujeitos menos presentes na política pública de assistência social, como os homens jovens negros, além daqueles sujeitos por muitas vezes invisibilizados, como as pessoas trans.

Com relação aos trabalhadores, foi possível contemplar todos os sujeitos implicados com a oferta da Política de Assistência Social no equipamento, desde os analistas de políticas públicas de ensino superior aos porteiros e demais cargos de ensino médio que atuam no CRAS viabilizando (ou inviabilizando) o acesso dos usuários aos seus direitos e às seguranças socioassistenciais.

Buscou-se com esta amostra de sujeitos pesquisados, como aponta (MINAYO, 2017, p. 4), “considerar um número suficiente de interlocutores que propicie reincidência e complementaridade das informações; (...) [além de] certificar-se de que o quadro empírico da pesquisa esteja mapeado e compreendido”.

Será utilizado para análise do material coletado nos grupos focais e entrevistas a abordagem postulada por Minayo (2010) denominada hermenêutica-dialética. Busca-se, a partir desta perspectiva, considerar as condições históricas, em meio as quais acontecem as manifestações simbólicas, subjetivas, a linguagem e o trabalho do pensamento (MINAYO, 2010). “Essa compreensão tem, como ponto de partida, o interior da fala. E, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala” (MINAYO *et al*, 2002, p. 77).

(...) o exercício dialético considera como fundamento da comunicação as relações sociais historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias entre classes, grupos e culturas. Ou seja, entende a linguagem como um veículo de comunicação e de dificuldade de comunicação, pois seus significantes, com significados aparentemente iguais para todos, escondem e expressam a realidade conflitiva das desigualdades, da dominação, da exploração e também da resistência e da conformidade. Uma análise compreensiva ancorada na hermenêutica-dialética busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionadas por tal momento histórico e por

isso, podem ter simultaneamente interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem (MINAYO, 2010, p. 347).

Conforme propõe Minayo (2010), a perspectiva dialética, metodologicamente, se traduz no esforço de considerar as relações múltiplas e diversificadas das coisas, buscando explicar os fenômenos a partir de sua própria lógica, considerando suas contradições internas e trabalhando com unidades de análises e sínteses para estabelecer nexos e correlações.

Quanto ao ponto de vista da hermenêutica, este se fundamenta na perspectiva de que os seres humanos, na maioria das vezes, “fazem um movimento interior e relacional para se porem em acordo” (MINAYO, 2010, p. 329).

A hermenêutica oferece as balizas para a compreensão do sentido da comunicação entre os seres humanos; parte da linguagem como o terreno comum de realização da intersubjetividade e do entendimento; faz a crítica das pretensões do Iluminismo que leva a ciência moderna a crer na isenção do possível dos pré-juízos, colocando-se fora do mundo da vida; investe nas possibilidades de comunicação, mas a considera em seu processo finito, marcado pela história e pela cultura e, filosoficamente, propõe a intersubjetividade como o chão do processo científico e da ação humana (MINAYO, 2010, p. 343).

A fusão destas duas perspectivas a partir da abordagem hermenêutica-dialética busca uma visão crítica e, ao mesmo tempo, compreensiva da realidade social, fundada principalmente na práxis dos sujeitos, suas interações, experiências e relações estabelecidas com outros sujeitos e com as instituições no cotidiano.

Para análise e compreensão dos dados obtidos a partir da pesquisa, soma-se à perspectiva hermenêutica-dialética de Minayo (2010) a abordagem interseccional proposta por Creenshaw (2002) para que seja possível a identificação das opressões inter-relacionadas sofridas pelos sujeitos em seus cotidianos, buscando-se a crítica e a compreensão de “como todo sofrimento está interceptado pela estrutura” (AKOTIRENE, 2019, p. 41).

Segundo Akotirene (2019), a perspectiva interseccional é uma “sensibilidade analítica”, a qual busca evitar reducionismos e ressalta como estão imbricadas as estruturas que promovem a fragilidade dos sujeitos. Tal perspectiva se propõe a afastar a hierarquização de sofrimento e revelar “quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (p. 42) nas avenidas estruturadas pelo racismo, capitalismo e machismo.

Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos das colisões e fluxos entre estruturas, frequências e tipos de discriminações interseccionais (AKOTIRENE, 2019, p. 54).

Neste sentido, as análises que se seguem buscarão relacionar tais perspectivas para compreensão e crítica do material coletado nos dois CRAS pesquisados. Tem-se em vista a análise de quais as concepções e práticas dos sujeitos com relação à raça, classe e gênero, assim como analisar as vivências de situações em que o inter cruzamento destes marcadores sociais representaram preconceitos e violências. Da mesma forma, busca-se apreender as formas de enfrentamento destas situações por trabalhadores e usuários, além de refletir sobre como são estabelecidas as relações entre trabalhadores e usuários em suas interações cotidianas que promovem ou cerceiam acesso às políticas públicas.

Todas as entrevistas e grupos focais foram realizados a partir da apresentação da pesquisa aos participantes com subsequente assinatura do TCLE pelos sujeitos pesquisados. Todos os procedimentos éticos exigidos para este tipo de pesquisa foram seguidos. A presente pesquisa recebeu parecer favorável do Comitê de Ética de Pesquisa da UFMG e foi registrada sob o número CAAE 19820719.4.0000.5149. Além de ter sido aprovada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte.

6. REFLEXÕES SOBRE OS ACHADOS

Como será apresentado no presente capítulo, a partir dos grupos focais e das entrevistas se fez possível a apresentação de posicionamentos e o aprofundamento de reflexões por parte dos participantes que abordaram aspectos cotidianos do serviço, como os fluxos de acolhida dos usuários desde a recepção, a sobrecarga de atividades executadas pelas equipes, as necessidades de melhora de estrutura física e de divulgação do CRAS. Assim como também abordaram questões complexas relacionadas ao serviço e ao objeto desta pesquisa, como as condições sociais das famílias dos territórios, as vivências de violências e preconceitos por parte dos usuários e também pelas equipes de trabalho, o papel dos trabalhadores terceirizados e dos demais trabalhadores no acesso das famílias aos seus direitos, as histórias pessoais construídas a partir da relação com o CRAS e as estratégias de enfrentamentos dos preconceitos a partir do conhecimento dos direitos e da relação com o serviço.

Destaca-se como fundamental a disposição dos participantes da pesquisa em contribuir com o estudo, buscando aprofundarem suas reflexões, debatendo os temas em todos os seus aspectos sociais, afetivos e existenciais (MINAYO, 2010). A implicação dos participantes possibilitou reflexões acerca dos processos de trabalho desenvolvidos nos CRAS, reflexões acerca dos conflitos e dificuldades relacionadas às suas vivências nas políticas públicas, bem como suas estratégias de enfrentamentos de tais adversidades. Além disso, possibilitou uma abordagem sócio-histórica das temáticas discutidas, considerando-as a partir das mudanças no decorrer do tempo.

Para a discussão dos achados da pesquisa, foram construídas quatro categorias analíticas, buscando orientar as análises e elaborações acerca das concepções e práticas dos participantes no que se refere aos marcadores sociais de raça, classe e gênero; assim como para refletir sobre de que forma o conceito de interseccionalidade e integralidade se expressam no cotidiano de trabalho do CRAS e no dia-a-dia da vida dos usuários, principalmente, em relação às suas interações com as políticas públicas. Buscou-se ainda verificar de que forma situações de preconceito e violência são vivenciadas e reproduzidas por estes atores em seus cotidianos de atuação, bem como suas respectivas formas de resistências e agenciamentos frente aos desafios colocados pelas situações de opressão.

Ressalta-se que a construção das categorias de análise serve à organização do trabalho e contribui na compreensão dos conteúdos analisados, no entanto, é sabido que, na realidade, as categorias aqui destacadas são completamente inter-relacionadas e dinâmicas, de forma a

não ser possível estabelecer separações estanques diante das vivências dos participantes que são sistêmicas e fluidas.

Na primeira categoria de análise, intitulada “Raça, classe e gênero na voz dos sujeitos pesquisados: concepções e práticas sociais de usuários e trabalhadores” se busca apreender quais são as concepções e práticas dos participantes relacionadas aos marcadores sociais de raça, classe e gênero, bem como analisar como são vivenciadas as formas de preconceito e violência apresentadas pelos sujeitos da pesquisa e suas respectivas formas de enfrentamento e resistência. Também serão destacados os achados e reflexões que destacam o inter cruzamento destas posições sociais nos relatos apresentados pelos sujeitos da pesquisa. Neste sentido, buscou-se, à luz da perspectiva interseccional (CREENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019), compreender as concepções, valores e práticas que trabalhadores e usuários apresentam diante do inter cruzamento de tais categoriais sociais.

Na segunda categoria de análise, denominada “As proteções e desproteções no SUAS a partir dos vínculos e relações entre usuários e trabalhadores”, buscou-se compreender e discutir as especificidades das relações construídas entre usuários e trabalhadores na Política de Assistência Social e a importância destes vínculos enquanto promotores ou empecilhos ao acesso aos direitos socioassistenciais e à proteção social.

Por fim, na terceira categoria de análise, denominada “Desafios das políticas públicas: interseccionalidade e integralidade”, será apresentado o conceito de integralidade para, em seguida, relacioná-lo com as falas trazidas pelos participantes que apontam a importância de um olhar dos agentes públicos e das políticas públicas que contemplem uma visão integrada dos sujeitos, suas necessidades, vulnerabilidades e potencialidades. Da mesma maneira, a integralidade será relacionada com as noções de participação, intersectorialidade e interseccionalidade, enquanto aspectos fundamentais para efetivação dos direitos sociais nas políticas públicas.

6.1 RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA VOZ DOS SUJEITOS PESQUISADOS: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS DE USUÁRIOS E TRABALHADORES

Na presente categoria de análise, em primeiro lugar, buscou-se apreender quais são as concepções e práticas dos participantes relacionadas aos marcadores sociais de raça, classe e gênero. Do mesmo modo, foi interesse nesta discussão verificar de que forma situações de

preconceito e violência são vivenciadas e reproduzidas pelos participantes em seus cotidianos, assim como suas respectivas formas de resistência e agenciamento frente as opressões.

Do ponto de vista dos usuários, focou-se em compreender as concepções e práticas cotidianas relacionadas a tais marcadores sociais, considerando também suas experiências nas interações com as políticas públicas e com o CRAS. Em relação aos trabalhadores, buscou-se analisar como estes compreendem tais marcadores sociais e como lidam no cotidiano do trabalho no CRAS com as situações de preconceito, situações de violência, suas próprias vivências e com as experiências dos usuários com quem tem contato relacionadas a tais posições sociais. Busca-se ainda refletir sobre como se reproduzem as situações de preconceito no interior das instituições públicas e como as formas de opressão se inter cruzam produzindo vulnerabilidades na vida dos sujeitos em função de suas posições sociais.

6.1.1. RAÇA

Ainda que os direitos humanos garantam acessos e oportunidades independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição, pessoas negras, principalmente mulheres negras, se veem cotidianamente diante de expressões do racismo em instituições públicas e privadas, de maneira a terem acesso a direitos básicos cerceados.

Considerando-se que as concepções têm o poder de orientar decisões e ações (BOURDIEU, 2002; BRONZO, 2010; COSTA, 2016) e com objetivo de compreender concepções e práticas dos participantes em relação à categoria social raça, bem como colher relatos de experiências de racismo e de formas de agenciamentos, foram feitas as seguintes perguntas no Grupo Focal com trabalhadores: “Para vocês, o que é raça?”; “Na opinião de vocês, de que forma as pessoas negras são atendidas?” e “Vocês percebem diferenças com relação ao atendimento de pessoas negras e brancas?”.

Já nas entrevistas com usuários foi perguntado “Você já vivenciou ou observou algum tipo de preconceito ou discriminação em um atendimento ou em um grupo do CRAS? Como foi?” e “Você já vivenciou esse tipo de situação com relação a algum outro órgão público?”. Diante destas perguntas os participantes desenvolveram discussões que abarcaram diversos aspectos do racismo e das questões raciais nas políticas públicas e na sociedade brasileira.

Os trabalhadores participantes trouxeram as seguintes discussões nos grupos focais: o racismo como uma forma de violência simbólica, que se dá nas “entrelinhas” das interações sociais; a importância de se atentar para os diversos aspectos de raça, como aspectos históricos, sociais e políticos; o fato do público de pessoas negras comporem a maior parte das famílias atendidas pelo CRAS; destacaram os resquícios do histórico de escravidão da sociedade brasileira, que se refletem na desproteção das famílias atendidas pelos serviços nos dias atuais; e o fato da sociedade brasileira ser racista, reproduzir a inferiorização de pessoas negras ao mesmo tempo em que não reconhece a existência e os danos do racismo.

Os usuários, além de destacarem situações de racismo junto a órgãos públicos, também relataram situações de preconceito racial no trabalho e no âmbito privado. Todos fizeram referência ao CRAS como instituição livre de preconceitos e como local de acolhida às pessoas que tenham enfrentado histórico de violência e racismo. A respeito do atendimento prestado pelo CRAS, Tito indica que

O CRAS atende todo mundo com o mesmo potencial, o mesmo interesse, aqui não discrimina ninguém, não tem discriminação de raça, cor, sexo ou religião (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Tanto trabalhadores quanto usuários trouxeram à discussão aspectos do racismo no cotidiano dos serviços públicos e da sociedade, assim como abordaram os desafios de seu enfrentamento. Como refere Kilomba (2019), é válido considerar o cotidiano da vida das pessoas, bem como experiências individuais e relatos subjetivos acerca do racismo cotidiano para que seja possível compreender a memória histórica e coletiva de uma sociedade. A autora aponta que “analisar experiências do racismo cotidiano é estabelecer conexões entre interpretações de experiências subjetivas e a organização de categorias referentes ao racismo” (KILOMBA, p. 91).

Conforme discutido no capítulo de metodologia, Kilomba (2019), assim como Bourdieu (2002) e Minayo (2010), compartilham da noção de que todas vivências e formas de se relacionar estão embasadas na experiência coletiva e nas posições sociais dos sujeitos. De maneira que ideias e comportamentos estão imbricados à tradição de uma determinada sociedade, bem como estão implicados com a estrutura social vivenciadas por cada agente.

Kilomba (2019) destaca que o termo “cotidiano” relacionado à noção de “racismo cotidiano” enfatiza que estas experiências não são pontuais, pois não se tratam de um problema delimitado, individual ou de um “ataque único ou evento discreto” (p. 79), como ela descreve. Segundo ela, pessoas negras estão sujeitas a uma “constelação de experiências de vida”, uma

“exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” (KILOMBA, 2019, p. 79) que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, nos serviços públicos, em eventos públicos, em um jantar ou na família. Tal perspectiva de enfrentamentos constantes e cotidianos de situações de preconceito é expressa por Inocência e também enfatizada por Tito quando perguntados se já haviam sofrido algum preconceito em atendimentos no CRAS ou em outros órgãos públicos:

Que seja aqui dentro da comunidade? Não necessariamente, né. Pelo mundo afora? Pelo mundo afora quem nunca passou?! Eu creio que todo mundo negro já passou, né, como negro (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

Nos órgãos públicos a gente tem, infelizmente tem, infelizmente a gente sabe que tem. Recente tava circulando na rede social que tava precisando de uma vaga de cuidador de idosos que não podia ser negra, nem gorda. Então assim, a gente vivencia isso aí até pela informação da imprensa e circula na rede. Infelizmente pra nós afrodescendentes é muito triste, porque você vê a discriminação. Então eu acho que não deveria ter essa discriminação. (...) Infelizmente ainda é um paradigma a ser quebrado (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Com relação aos trabalhadores, estes destacam que, de forma majoritária e corriqueira, o público atendido no serviço é composto por pessoas negras, que habitualmente trazem demandas relacionadas a questões de raça, de formas diretas ou de maneiras sutis. Apesar de nem sempre serem indicadas pelos próprios usuários como problemáticas, determinadas situações são identificadas pelos técnicos como relatos de situações de racismo e de violação de direitos, como será apresentado ao longo desta seção e das falas que se seguem:

a questão do racismo a gente lida aqui muito, a grande parte da população que a gente atende é negra (Técnica 2 do CRAS Capão).

Nós atendemos uma maioria de população negra é que vem, né, com várias questões que a gente não pode ignorar e que tem a ver sim com isso. Que tem a ver sim com os fatos de ser população negra (Técnica 1 do CRAS Capão).

Eu acho que aqui é o inverso, quando entra um branco para atendimento a gente estranha. Porque sabendo a realidade do nosso país, sabendo que a maioria do nosso público de atendimento são pessoas negras, né. Então quando entra um branco a gente estranha. E hoje isso tá invertendo mesmo, diante da realidade do país, desemprego e tudo, as pessoas estão procurando mais o serviço da Assistência social e eu não sei, mas eu tenho percebido uma quantidade maior de pessoas brancas acessar o CRAS (Técnica 3 do CRAS Capão).

6.1.1.1. Violência simbólica

Como será apresentado nos relatos dos participantes, o preconceito se dá de formas simbólicas, que envolvem, por exemplo, um olhar - gesto que é muito citado no decorrer das

entrevistas -, ou uma postura de “estar na retranca”, como citado por uma técnica fazendo crítica à postura profissional quando se trabalha em situação de medo, como medo de sofrer uma violência por parte de usuário acompanhado em função de transtornos mentais.

Bourdieu (2002) descreve que estes esquemas sociais estão relacionados com formas de percepção, de avaliação e de ação, que constituem o *habitus*, ou seja, pré-disposições do comportamento que pressupõem determinada ordem e hierarquização social. Deste modo, segundo o autor, tal lógica prescindem das “consciências cognoscentes” (BOURDIEU, 2002) e se fundamenta aquém das decisões e dos controles da vontade.

Desta forma, o preconceito relatado pelos participantes se refere majoritariamente a situações de violência simbólica, “insensível e invisível”, como se refere Bourdieu (2002b, p. 10). O autor se refere a este tipo de dominação como aquela exercida “essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2002B, p. 10). Interessante a concepção das equipes no sentido de reconhecerem esta dimensão do racismo, enfatizarem o risco de incorrem nesta forma de preconceito de maneira ingênua e o esforço pela busca de determinada vigília quanto aos comportamentos e posturas - o que é expresso pelas falas da Técnica 1 do CRAS Rola Moça e do Técnico 1 do CRAS Capão:

Às vezes é um olhar, às vezes não precisa nem ser uma fala, mas às vezes é um olhar, uma forma de atender diferente, né, assim, isso é algo que a gente tem que se policiar o tempo todo. Nenhum de nós está isento disso, mas assim, eu acho isso o ponto que a gente precisa ter mais cuidado e mais atenção no momento do nosso atendimento. (Técnica 1 do CRAS Rola Moça)

Porque de vez em quando, porque a gente percebe, já percebi algumas situações aqui no CRAS, principalmente de pessoas que vem para cobrir alguma coisa, um olhar que às vezes é mais complicado. [se referindo aos substitutos dos porteiros e serviços gerais, que cobrem as funções dos trabalhadores da equipe em período de férias] Às vezes até expressam, não direto para a pessoa, mas comentam em algum lugar, mas a pessoa sente, mesmo que você não fala, ela sente com o olhar se a gente tem algum valor interno que disfarça. (Técnico 1 do CRAS Capão)

A gente sempre tem um valor... Mas se a gente não trabalhou ele, né, as vezes está baseado em um preconceito muito forte, uma visão mais extrema, mesmo que a gente não fala, parte de uma certa forma, né. (Técnico 1 do CRAS Capão)

Como discutido na seção 4.2 sobre a “Mulher negra: o Outro do Outro”, a pessoa negra cotidianamente é percebida como o Outro, ou ainda, o Outro do Outro como no caso da mulher negra (KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2017).

Haraway (1995) indica que esta distinção é estabelecida por aqueles que ocupam posições não marcadas como, segundo ela, o homem branco. A autora enfatiza em suas

reflexões *a visão e o olhar*, os quais são recorrentemente trazidos pelas equipes como uma maneira sutil de distinção, “um olhar, às vezes não precisa nem ser uma fala, mas às vezes é um olhar”, como referido pela Técnica 1 do CRAS Rola Moça. Haraway (1995) descreve que este olhar é aquele que “inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco” (p. 18).

Também neste sentido, Kilomba (2019) se refere ao olhar como aquele gesto que a coloca como “Outra” e reconhece que nestas situações está exposta a uma experiência de racismo e opressão. A respeito do olhar que a posiciona como Outra, Kilomba (2019) indica o seguinte:

Gestos me posicionam como “Outra” quando na padaria a mulher branca ao meu lado tenta ser atendida antes de mim. Ações me colocam como “Outra” quando sou monitorada pela polícia assim que eu chego a uma estação de trem. Olhares me colocam como “Outra” quando as pessoas olham fixamente para mim. Toda vez que sou colocada como “outra”, estou experienciando o racismo, porque eu não sou “outra”. Eu sou eu mesma (KILOMBA, 2019, p. 80).

Tal perspectiva será retomada, a seguir, na discussão a respeito das experiências relatadas pelas usuárias do CRAS Rola Moça se referindo às situações de racismo cotidiano - relacionadas a questões de raça, mas também atreladas ao gênero.

Faz-se interessante destacar a questão do reconhecimento também trazida pelas equipes de trabalho e que é de extrema importância do ponto de vista do enfrentamento aos preconceitos. Fraser (2001), discutindo as injustiças de reconhecimento, se refere ao fato de que para o enfrentamento das questões de raça se faz fundamental, além da redistribuição econômico-política, uma revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos de grupos sociais difamados. Deste modo, se faz necessária uma mudança cultural e simbólica, bem como a valorização positiva da diversidade, o que a autora denomina como reconhecimento. As falas dos trabalhadores indicam como aparecem no cotidiano dos atendimentos aspectos relacionados à raça e também questões afetas ao reconhecimento/falta de reconhecimento e valorização/desvalorização da raça enquanto dimensão importante na organização da vida e da sociedade.

Assim... antes ela já tinha comentado que ela se sentia incomodada, porque as pessoas tratavam ela diferente por ter aquela cor, mas que ela sabia que tinha, mas também não se reconhecia naquela cor de negra, de preta. Fico pensando como que tudo isso mostra que as pessoas tem um sofrimento nessas relações cotidianas e que não dão conta nem de falar disso. E estão no CRAS. (Técnica 2 do CRAS Capão)

A gente vê isso até nos formulários, quando a gente pergunta sobre raça/cor a gente vê que as pessoas tem muita dificuldade de dizer disso. As pessoas nem sabem que elas têm direito de se autodeclararem a cor delas, “o que você acha que eu sou”, né. E aí a gente explica que não somos nós que dizemos, mas é a própria pessoa que se declara. Então assim é o preconceito mesmo. Fora os preconceitos que elas vivem do cotidiano que são das mais variadas formas. E às vezes a dificuldade delas verem que isso é preconceito, às vezes elas tratam isso como algo normal, natural do dia-a-dia e a gente sabe que não é. (Técnico 3 do CRAS Capão)

Tô lembrando aqui, porque nem todas as pessoas se declaram, né, tem esse ponto... teve um atendimento que eu fiz e a mãe respondeu que a filha era parda. E a menina falou: “não, mãe, eu sou negra.” E eu achei até interessante porque ela era muito nova, devia ter uns 9 ou 10 anos. E às vezes a gente observa isso. A pessoa se declara parda ou até mesmo branca e visivelmente ela é negra. Isso traz esse aspecto, né assim, porque essa questão da raça pode trazer pontos de vulnerabilidade a ponto da pessoa não se assumir, não se identificar e não reconhecer os estigmas de discriminação e preconceitos. (Técnico 3 do CRAS Capão)

As falas apresentadas pelos técnicos nestes trechos identificam o sofrimento trazido cotidianamente por pessoas negras nos atendimentos, apontando como a violência simbólica relacionada ao racismo está naturalizada e presente no dia-a-dia dos usuários. Do mesmo modo, tais trechos revelam as dificuldades de autodeclaração e de reconhecimento enquanto agravantes das vulnerabilidades sociais e promotores de violência.

A respeito das violências sofridas pelas pessoas negras em função da raça, Kilomba (2019) cita Franz Fanon para enfatizar que aquele autor se utiliza da linguagem do trauma quando se refere a como a maioria das pessoas negras relatam suas experiências cotidianas de racismo. O autor, filósofo e psiquiatra, relacionando racismo e trauma, indica que, como em um colapso traumático, há na experiência do racismo um doloroso impacto corporal e a vivência de uma perda, “pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter” (KILOMBA, 2019, p. 39).

Tem-se em vista que o trabalho frente às violências materiais, subjetivas e institucionais relacionado às mazelas sociais, constitui-se de experiências difíceis de lidar e interpretar, pois estão, na maioria das vezes, além do repertório de vivências dos agentes públicos. O trabalho com tais experiências possibilitam, como descreve Carmona (2019a), “a construção de um saber que está além da formação técnica e acadêmica e por vezes para além do que pode ser transmitido na linguagem simbólica” (p. 104).

Neste sentido, ainda que tenha sido destacado pelos trabalhadores as dificuldades do enfrentamento desta realidade junto aos usuários do serviço, nota-se por parte das equipes a busca da construção de um saber que compreenda e faça crítica à noção de raça e ao racismo

institucional associados às organizações sociais e que repercute nas diversas dimensões do cotidiano do serviço.

6.1.1.2. O Outro do Outro

Nos parágrafos, a seguir, serão relatadas situações de preconceito trazidas pelas usuárias entrevistadas em que é patente o preconceito racial, sendo que nos relatos também se apresenta o intercruzamento de questões de gênero, raça e classe, o que será abordado posteriormente. As falas dizem respeito às situações identificadas pelas usuárias como racismo, sendo a primeira fala de Inocência, em que ela diz de uma situação em âmbito privado, que acontece diante de um amigo do pai de seu filho; enquanto, na fala seguinte, Regina destaca situação relacionada aos seus patrões e vizinhos de seus patrões, no seu trabalho como empregada. Tais trechos serão discutidos em seguida à luz das reflexões sobre subalternidade/opressão (MAYORGA E PRADO, 2010) e a partir dos apontamentos feitos por Grada Kilomba (2019).

Hoje você vê... umas coisas tão absurdas... já me avaliaram, assim em cima embaixo. Eu tenho um filho que era filho de empresário, tive um filho com ele. Ele registrou, eu levei na justiça ele deu pensão, poroporopororo. Um dia ele me apresentou para um empresário amigo dele. Essa foi questão bem racial mesmo. O cara olhou assim, “Bom, bonita ela não é não, mas a negrinha tem um corpo perfeito e fala bem”. Eu fui avaliada como as escravas mesmo daquela época, “a negrinha tem um corpo bem perfeito e conversa bem”, assim na minha cara, eu era tão boboca... avaliação, né, que eles [no período da escravidão] avaliavam bem assim (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

Antes da fala de Regina que se segue, a entrevistada explicou que era empregada doméstica na casa de pessoas alemãs e que sempre era pedido a ela que mediasse algumas situações com os vizinhos de seus patrões, devido as dificuldades do idioma. Por isso, havia sido pedido a ela que conversasse com a vizinha do andar de baixo sobre um vazamento – o que ela fez e acabou sendo tratada pela vizinha como “negrinha” e como mentirosa.

Eu falei com a dona [a vizinha], “Olha, tá havendo um vazamento, no banheiro tal...”. Ela falou, “Não, tá tudo bem, vê vê...”. Do jeito que a dona falou comigo, eu repeti [para a patroa]. Ela [a patroa] tava no andar de cima, eu repeti, mas não precisava. Me escutou, ficou calada, não falou nada. Entrei falei pra ela tudo direitinho. Depois a dona [a vizinha] foi e desmentiu, desmentiu... e falou assim, “Aquele sua negrinha, ela mentiu”. Ela [a patroa] falou assim, “Ela não mentiu, não, porque eu estava lá, escutei. O que ela repetiu foi as mesmas palavras que a senhora falou. Ela não mentiu porque eu escutei” (Regina, usuária do CRAS Capão).

É possível perceber que um dos aspectos de tais atos racistas relatados pelas usuárias é como estes se dão com a objetificação da pessoa negra e com o não reconhecimento de sua humanidade. Como discutido na seção a respeito da mulher negra enquanto Outro do Outro, os sujeitos racistas estabelecem uma relação instrumental e de submissão com as pessoas negras, inferiorizando-as por conta da raça. Além disto, segundo Kilomba (2019), em oposição ao sujeito branco, que escapa de sua historicidade de opressão e se constrói como “civilizado” e “decente”, pessoas negras são aqueles “incivilizadas/os” (agressivos) e “selvagens” (sexualidade).

O sujeito negro é percebido como um ou como outro, através das seguintes formas: Infantilização: O sujeito negro torna-se a personificação do dependente – o menino, a menina, a criança ou a/o serva/o assexuada/o – o que não pode sobreviver sem o senhor. Primitivização: O sujeito negro torna-se a personificação do incivilizado - a/o selvagem, a/o atrasada/o, a/o básica/o ou a/o natural -, aquele que está mais próximo da natureza. Incivilização: O sujeito negro torna-se a personificação do outro violento e ameaçador - a/o criminosa/o, a/o suspeita/o, a/o perigosa/o – aquele que está fora da lei. Animalização: O sujeito negro torna-se a personificação do animal - a/o selvagem, a/o primata, a/o macaca/o, a figura do “King Kong” -, outra forma de humanidade. Erotização: O sujeito negro torna-se a personificação do sexualizado, com um apetite sexual violento: a prostituta, o cafetão, o estuprador, a/o erótica/o e a/o exótica/o (KILOMBA, 2019, p. 79).

A objetificação, a infantilização, a incivilização e a erotização são evidentes nos relatos apresentados pelas usuárias e apresentam algo da construção dos sujeitos negros nas concepções das pessoas na sociedade brasileira. Mbembe (2014) denomina como a “consciência ocidental do negro” (p. 58) o conjunto de discursos e práticas que atuam cotidianamente “com o objectivo de fazer acontecer o Negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (MBEMBE, 2014, p. 58). Também neste sentido, Carneiro (2011), que, enfatiza além do aspecto de raça, destaca o gênero indicando que “são suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular” (p. 1). Como pode ser observado, tais relações se atualizam na contemporaneidade e conformam cenas como estas relatadas pelas entrevistadas.

Tais relatos também ressaltam um pouco das histórias de vida e vivências de subalternidade que carregam os sujeitos usuários da Política de Assistência Social e trazem as complexidades as quais os serviços precisam considerar para terem em vista os modos de vida destes sujeitos. Da mesma forma, do ponto de vista dos trabalhadores, tais falas representam as experiências e mazelas sociais trazidas pelos usuários e com as quais as equipes do serviço tem

que lidar cotidianamente no decorrer das atividades coletivas e atendimentos particularizados do CRAS.

6.1.1.3. Empregada doméstica

Serão apresentados mais alguns relatos de Regina quanto à suas experiências como empregada doméstica, que suscitam as discussões relativas aos processos de subordinação e de opressão das pessoas negras. Em seguida, serão descritos os processos de agenciamento e resistências, apresentados pelas participantes de forma atrelada aos relatos de situações de preconceito e violência, os quais representam posicionamentos no sentido do enfrentamento às hierarquizações e inferiorizações perpetradas pelo racismo.

O próximo trecho deste tópico apresenta a situação em que Regina é barrada ao sair do elevador e questionada quanto ao uso do elevador social, sendo ela empregada doméstica, traz ainda a discussão estabelecida entre seus patrões e a vizinha de seus patrões quanto a sua higiene.

[A vizinha a interpela na saída do elevador e fala] “Não é permitido que empregados usem a entrada pela garagem, muito menos passar pelo elevador social.” O dia que ela falou isso, ela não viu que o meu patrão tava dentro do elevador. Eu saí, meu patrão sempre tinha aquela gentileza de mandar as mulheres na frente, eu estava com meu patrão e ela foi e me barrou. E falou “empregados não é permitido andar dentro do elevador social.” Meu patrão perguntou, “Por que? Ela tá limpa.” Ele virou desse jeito para ela e falou: “Ela tá limpa.” [ênfatisando que o patrão a defendia] Ela virou e falou, “É porque alguns deixa cheiro no elevador”. Ela falou desse jeito. Meu patrão, ele não era muito de conversar com ninguém, ele era sério e falou “Minha emprega tá limpa”. Aconteceu isso, eu saí com ele, eu fui criada com ele. Toda vida respeitei a higiene, tomar banho, tudo direitinho, escova os dentes, eu sempre levava e ela foi e falou isso com ele. A partir daí ele me deu o controle da garagem. Ele falou, “Oh, já que você não pode passar pela entrada principal, você vai entrar pela garagem e aqui está o seu controle.” Que era o controle que ele usava. Aí foi que a mulher ficou com mais raiva. Então ele deixava, graças a Deus nunca entrou ladrão, e foi exatamente uma situação de preconceito (Regina, usuária do CRAS Rola Moça).

Tal relato de Regina traz à reflexão uma situação histórica da realidade brasileira a respeito das relações de trabalho e dos preconceitos vivenciados pelas empregadas domésticas. Situações estas que remontam o período da escravidão e as relações estabelecidas entre as mulheres negras escravizadas e as pessoas da casa grande, destacadas por Davis (2016) como “expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina” (p. 33). Segundo a autora, o trabalho doméstico representa a atualidade dos preconceitos sofridos por mulheres negras desde a escravidão, mas, ainda assim, como ressalta Davis (2016), é o trabalho

doméstico o alicerce por meio do qual foi possível a construção de certo grau de autonomia e liberdade pelas mulheres no decorrer da história.

No entanto, apesar do trabalho doméstico permitir determinado grau de autonomia às mulheres negras, o que ainda se destaca é a precariedade destas relações de trabalho - como indica a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2016), na qual 6,3 milhões de brasileiros trabalham em atividades domésticas. Do total, apenas 1,5 milhão está registrada com carteira assinada. Tal realidade evidencia a forte presença dos resquícios históricos relacionados a esta ocupação, além da manutenção da inferioridade social feminina em função da precariedade de tais relações trabalhistas.

Quanto ao fato do patrão ressaltar que Regina “estava limpa” - fala a qual a participante destaca enquanto uma tentativa do patrão de defendê-la, o que pode indicar que tal ofensa racista não foi considerado por Regina como um preconceito -, e a fala da vizinha quanto a proibição do uso do elevador por empregadas domésticas, porque estas “deixam cheiro”, Kilomba (2019) aponta que tais concepções se referem a uma construção social que busca associar a negritude com o que é repugnante, sujo e selvagem. Neste sentido, discutindo sobre as pessoas que a perguntam sobre se ela lava seus cabelos e as concepções sobre a higiene da pessoa negra, a autora aponta que a preocupação das pessoas brancas com a higiene da mulher negra revela o desejo branco de controlar o corpo negro e o medo branco de ser sujado por aquele corpo.

Como alguém ousa fazer tais perguntas para uma mulher, para uma mulher negra adulta, se ela se lava? O que tem na cabeça dessas pessoas? Eu não sei... Bom, eu sei, mas nem quero pensar nisso! (...) elas revelam uma associação da negritude com o que é repugnante; elas anunciam como mulheres negras no imaginário branco são de alguma forma fantasiadas como sujas e selvagens. Tanto a sujeira como a selvageria estão inscritas em cada pergunta: “Como você lava seu cabelo?”, porque ele está sujo, e “Você o penteia?”, porque ele parece indomável. Um alinhamento ofensivo de pensamentos coloniais: lavar/sujo; pentear/indomável (KILOMBA, 2019, p. 124).

Ainda explorando a fala trazida por Regina, se faz possível refletir sobre os mecanismos de hierarquização e inferiorização da pessoa negra, em especial a mulher negra (sobre a qual será melhor discutido na seção seguinte sobre gênero). Mayorga e Prado (2010) e Diniz (2013), abordando tais mecanismos indicam que há um ponto importante para a passagem das relações de subordinação para um movimento de resistência, consciência e enfrentamento em tais relações de poder. Tal passagem é denominada pelos autores como a passagem da lógica de subordinação para a lógica de opressão. Diniz (2013) relaciona essa virada à “passagem

possibilitada quando há uma consciência do agente social sobre a natureza impositiva e privativa da dependência e da hierarquia.” Segundo Mayorga e Prado (2010), nas relações de subordinação, tais impedimentos e privações são considerados como funcionais, cumprindo uma função de reciprocidade intersubjetiva entre “inferior” e “superior”. Na lógica da subordinação tal reciprocidade tem sua garantia de permanência, pois tais relações ainda não foram politizadas, ou seja, não foram compreendidas pelos atores sociais como relações de desigualdade e inferiorização social. Como ressaltam Mayorga e Prado (2010),

Na lógica da subordinação, a ordem social não é tomada como uma ordem historicamente construída e contingente à ação humana, portanto ela aparece como sendo consequência natural da organização social e da gestão classificatória dos corpos, mostrando-se como uma hierarquia necessária para a produção e reprodução da sociedade, fazendo com que alguma reciprocidade simbólica entre os agentes sociais seja garantida e mantida (p. 58).

A subordinação tem caráter pré-reflexivo, automatizado e a-histórico, como discutido a respeito do *habitus* e dos esquemas de disposições. Tais funcionalidades cumprem com o objetivo de perpetuação da organização e hierarquização social desigual. Para superação de tal condição, exige-se a passagem da lógica da subordinação para uma lógica da opressão, conforme indicam Mayorga e Prado (2010) e Bourdieu (2002).

Para a passagem à lógica de opressão faz-se necessária a historicização e a desconstrução de qualquer naturalização e legitimação de relações funcionais de desigualdade. Segundo Diniz (2013), essa passagem enquanto tomada de consciência das relações de desigualdade “é efeito, ao mesmo tempo em que é condição de possibilidade, das lutas democráticas por reconhecimento do último século” (p. 43). O autor indica que a ampla generalização na sociedade dos discursos sobre machismo, racismo, violência, corrupção, exploração, xenofobia, entre outros temas que problematizam relações antagônicas entre grupos sociais, caracteriza a virada discursiva da modernidade no sentido da passagem à lógica de opressão e suas respectivas formas de agenciamentos dos sujeitos.

No trecho citado, Regina parece não tomar consciência que, mesmo que o padrão aparentasse defendê-la, tentava fazê-lo a partir do uso de um discurso racista e hierarquizador. Interessante observar que imediatamente à fala de Regina a respeito dessa situação de racismo na saída do elevador, Inocência, trazendo os aspectos históricos do preconceito e do acesso aos direitos, enfatiza sua postura de resistência frente à lógica de opressão e busca acolher sua colega dizendo o seguinte:

Isso foi naquela época, Regina, hoje eles têm mais algum cuidado. Podem sentir, mas engole, porque aí sabe que a gente agora tem um pouquinho de esclarecimento e sabe que não vai se dar de bem. (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça)

A partir desta fala de Inocência é possível observar uma postura recorrente entre os entrevistados que é aquela de enfatizar suas formas de agenciamento e resistências frente às opressões, o que será melhor discutido a seguir.

6.1.1.4. Agência

Nestas falas em que são apresentados pelos participantes os posicionamentos no sentido dos enfrentamentos às opressões, como fez Inocência, são também destacadas as mudanças históricas com relação aos avanços das leis, o avanço das políticas públicas e a ampliação do acesso aos direitos, como indica Inocência no trecho a seguir:

Pessoal fala assim: “o mundo ficou muito ruim”. Eu falo, “não, não é verdade, o mundo não tá ruim. Tá mil vezes melhor, porque hoje a mídia joga para fora as coisas que existiam, as mazelas que eram encobertos, mas hoje a gente tem a delegacia de direitos da mulher, dos idosos, das crianças e dos adolescentes. Existia isso naquela época?! Lógico que não, os professores podiam espancar a gente - é lógico que as professoras hoje sofrem violência, é ao contrário... as crianças mal educadas em casa e tal e tal. Mas hoje a coisa inverteu. Tá melhor. As crianças não tinham direito algum, a gente apanhava, era espancada. Eu fui espancada demais na minha casa, na minha casa e na mão de professores. Eu era uma caixa de pancada. Sem saber. Eu nem tinha motivo para ser (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

E como enfatiza o porteiro do CRAS Rola Moça:

vão colocar o racismo de cor, o negro cada dia mais tá tendo mais orgulho de ser negro, de se expor como negro, “tô aqui, eu sou negro e vou ocupar esse lugar aqui como que você que é branco e tal”. E por outro lado, o racismo, com avanço da internet, das informações, ele tá cada vez mais claro, mais exposto que existe no Brasil (Porteiro do CRAS Rola Moça).

Inocência e Regina em suas falas sobre resistências às dificuldades de acesso aos seus direitos enfatizam aspectos geracionais e a necessidade de sempre ter que reclamar seus direitos como pessoas idosas. Neste sentido, antes de apresentar as falas propriamente ditas, cumpre discutir brevemente a respeito do inter cruzamento entre as discriminações geracionais, raciais e de classe, conforme aborda Akotirene (2019). Sobre o inter cruzamento de tais marcadores sociais, a autora enfatiza que “independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres

negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo” (AKOTIRENE, 2019, p. 22).

Segundo a autora, é a marcação de raça que irá garantir à mulher branca a seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, enquanto as mulheres negras atravessam diversas idades sem trabalho formal. Conforme indica Akotirene (2019), “raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido” (p. 22), de maneira que independentemente da idade, a mulher negra é tratada como “burro de carga”, e de forma infantilizada, sem vontade própria ou senso crítico, como se poderá observar nas falas apresentadas pelas usuárias que, para garantir o cumprimento de seus direitos diante das pessoas, precisam reclamá-los veementemente. Nestes relatos é também enfatizado o papel do CRAS na promoção deste empoderamento, assim como mediador do acesso à informação e aos direitos junto aos usuários.

Foi o CRAS que ensinou a gente a exigir isso, exijo isso em qualquer lugar agora. E tem uns que fala assim: “Você tem carteira de idoso?”; “Não, não tenho, aqui minha carteira de identidade que é que prova quantos anos eu tenho.” Aí ele se rendem diante de tamanha pressão [risos] (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

Eu recentemente fui fazer uma denúncia na delegacia dos idosos, primeiro recorri ao CRAS (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

Às vezes, eu tava até comentando com a coordenadora, para ir em shows, né, no interior, né, interiores aqui de Minas. A gente chega lá eu “falo eu quero pagar a metade, eu quero meu direito garantido”. “Ah, mas isso aqui é de Belo Horizonte” [se referindo a carteirinha do idoso]. Eu falo “Não, isso aqui é nacional e eu quero o meu direito.” Aí eles pegam minha carteira de identidade, leva lá para dentro, conversa, conversa, conversa... (...) Mas eu quero o meu direito e eu brigo pelos meus direitos em qualquer lugar, teatro, cinema, em todos os lugares (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

Falou que é do CRAS já impõe respeito. Teve um dia na rodoviária que eu tive que falar. Eu falei minha idade, aí a pessoa falou assim: “Ah não, mas é...” Eu falei assim: “Moço, eu participo do CRAS, eu sei” (Regina, usuária do CRAS Rola Moça).

A gente aprendeu muitas coisas aqui sobre direito do idoso, foi muito bom, porque a gente ficou mais por dentro. Hoje em dia ninguém passa a perna em nós, não. Isso não tem preço, né, isso de estar tranquilo com seus direitos, sentir que ninguém te passa a perna, isso não tem preço (Regina, usuária do CRAS Rola Moça).

Outra forma de agenciamento presente nas entrevistas e que se relaciona com o marcador social de raça, é apresentada por Tito quando relata sobre sua atuação na comunidade a partir da sua liderança frente ao congado. Tito enfatiza que a manifestação religiosa de matriz africana tem 82 anos de existência na comunidade, presta um trabalho social às famílias e trabalha na preservação da cultura e religiosidade de matriz africana. No livro “Histórias dos bairros” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2008), que conta a história dos bairros de

Belo Horizonte, relata que aquela região do entrevistado conta com um quilombo de mais de 100 anos, construído por descendentes de pessoas escravizadas e que foram para aquela região em busca de liberdade.

E esse congado e essa comunidade veio quando o Morro da Mina começou na época da tiração das pedras e algumas casas existiam, então o congado é bem perpétuo, é bem antigo pena que poucas pessoas valorizam o que tem dentro da comunidade (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Mbembe (2014) considera, a respeito das manifestações religiosas e culturais, que estas são para os povos negros fontes de resistência e fortaleza diante da morte e do aviltamento. Como aponta o autor, “para as comunidades cuja história foi sobretudo a do aviltamento e de humilhação, a criação religiosa e artística representou, muitas vezes, a derradeira fortaleza contra as forças de desumanização e de morte.” (MBEMBE, 2014, p. 290) Ribeiro (2017) também aponta que definir-se, como faz Tito na fala que se segue, é importante status de fortalecimento, pois demarca a possibilidade de transcendência da norma colonizadora e de se afirmar diante das diversas tentativas de invisibilização.

Vou te contar a história do início. O congado foi fundado dia 09 de Maio de 1937, há 82 anos. Eu vim participar no lugar da minha mãe que já faleceu faz 10 anos e eu tô seguindo a matriz de hierarquia. No congado a gente usa isso, quando o pai falece ou a mãe falece, que é responsável pelo congado, o filho mais velho assume a liderança no lugar dela. (...) Eu vim pra cá em questão de... eles [o congado] tavam terminando, eles estavam acabando, por falta de componentes, pessoas para tomar conta, assumir o cargo de liderança. Quando eu vim pra cá eu assumi a liderança, depois eu assumi como presidente, eu tenho vários cargos, sou presidente e capitão da irmandade (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Tais falas apresentadas pelos participantes ressaltam como foi possível a construção de estratégias de enfrentamento, resignificação e transformação das contingências sociais a partir de seus posicionamentos e de seus desejos como sujeitos de direitos (BUTLER, 2013; FURLIN, 2013). Destaca-se que tais dinâmicas microsociais se dão no interior de relações sociais marcadas pelo preconceito e pela desigualdade, no entanto, representam rupturas nas relações de poder hegemônicas e construções de novas relações e subjetividades. Como refere Furlin (2013) os sujeitos “além de serem constituídos pelo poder, ao mesmo tempo encontram nele as possibilidades de uma nova construção da subjetividade” (p. 400).

Em síntese, após a discussão dos achados relativos a como os profissionais entrevistados consideram presentes no cotidiano do trabalho as questões de raça e o racismo, foram apresentados os relatos sobre como o preconceito pode se dar de formas simbólicas na prática

profissional e foram descritas as experiências de racismo trazidas à pesquisa pelas usuárias do CRAS. Em seguida, buscou-se enfatizar como experiências de violência e preconceito apareceram nos relatos de maneira associada à posicionamentos de resistência e agenciamento frente as opressões, destacando-se, assim, algumas formas de enfrentamento ao racismo apresentadas pelos sujeitos pesquisados.

6.1.1.5. Concepções

Neste momento, serão apresentadas as discussões relativas às concepções dos técnicos a respeito das questões de raça, trazidas no grupo focal a partir das seguintes perguntas: “Para vocês, o que é raça?”; “Na opinião de vocês, de que forma as pessoas negras são atendidas?” e “Vocês percebem diferenças com relação ao atendimento de pessoas negras e brancas?”.

O que é trazido pelas equipes, como pode ser observado também nos trechos citados dos grupos focais, são concepções que consideram as questões de raça nas relações sociais e que apontam como fundamental a atenção a tal marcador social na vida cotidiana dos usuários e nas práticas profissionais no CRAS. Além disto, é possível observar que as equipes consideram as questões raciais a partir de uma lógica de opressão, ou seja, considerando a historicidade deste marcador e fazendo crítica às formas de organização social que estabelecem hierarquizações sociais e inferiorização das pessoas negras.

Se me perguntarem “o que é raça?”, eu só consigo imaginar brancos e negros. Entendendo que a gente vive nesse país impregnado de racismo... eu sou negra e, infelizmente, eu ainda sofro várias situações onde é negado atendimento, onde eu sou *olhada*, onde eu sou perseguida pelo segurança da loja por ser negra. E é difícil a gente falar disso e não emocionar, porque isso é muito triste, a gente viver essa realidade de mundo, de país, em que as pessoas te julgam pela cor de sua pele (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Eu acho muito impossível não discutir raça em um país como o Brasil que teve... 500 anos? Mas muitos anos, tempo significativo de escravidão que, para além disso, a gente tem repercussão disso até hoje. A abolição aconteceu, mas a gente tem reflexo disso cotidianamente, não tem como ignorar, não tem como ignorar o privilégio branco (Técnica 1 do CRAS Rola Moça).

É claro que a gente se propõe no atendimento a não ser preconceituoso, mas é claro que nós temos, cada um, os seus preconceitos cada um pra uma área. Então acredito que pode sim no nosso dia a dia ter atitudes preconceituosas e não perceber. (...) Mas é claro que todos nós temos nossos preconceitos e, é claro, às vezes esse usuário vai sair daqui sentindo algum preconceito nas entrelinhas, que talvez a gente não consiga nem mensurar, nem perceber assim. Eu imagino isso. Mas eu acho que é sem fim isso, a gente precisa ter muitas capacitações e conversas como essa (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

Como pode ser observado, as trabalhadoras enfatizam a importância da atenção às questões de raça, haja vista o contexto de racismo cotidiano que se apresenta no Brasil. Nestes trechos as trabalhadoras relacionam o atual cenário de preconceitos raciais com aspectos históricos da sociedade brasileira, como a escravidão, a abolição e a consequente situação de desproteção social das pessoas negras. Além disto, abordam como compreendem a existência de distinção no atendimento cotidiano do serviço, ainda que se esforcem constantemente para não incorrerem em atitudes preconceituosas. As trabalhadoras destacam que, não por uma atitude consciente e deliberada, mas por gestos e práticas difíceis de serem mensuradas e que se apresentam nas “entrelinhas” das interações, podem vir a cometer preconceitos em relação aos usuários.

Na fala que se segue a trabalhadora se refere ao racismo e aos preconceitos como “uma questão maior, algo maior”, aprendido e que, ainda que se policie e se faça um “esforço homérico”, está no nível das entrelinhas e na forma cotidiana de se portar. Ela exemplifica fazendo uma analogia às atitudes e comportamentos que mulheres, assim como pessoas negras, também precisam ter para se prevenirem de situações de preconceito e violência.

Mas respondendo sua pergunta, embora tenha tudo isso que a gente falou, do acolhimento e da não distinção, vai ser diferente... a gente quer, a gente se esforça pra não ser diferente, né, para não ter diferença, mas eu acho que é impossível, sempre vai ter diferença. Eu digo de uma questão maior, sabe, porque tem as nossas questões aí, e o esforço homérico que a gente faz para evitar, para reduzir, pra isso não aparecer, mas é algo muito maior... não tem como, porque a forma de chegar é diferente, porque é algo que parece que é aprendido, eu nunca vou saber como me portar... a gente enquanto mulher, que não é o lugar de fala de vocês homens, a gente se polícia para muita coisa. Quando vê qualquer homem, independente de raça, é homem a gente às vezes tem cuidado, se a gente tá no local, assim, só a gente, a gente vai tentar ficar perto de alguém, preferencialmente uma mulher... Então é isso, eu nunca vou saber, ter que me portar diferente, ter que chegar diferente em um lugar só pelo fato da cor da pele (Técnica 1 do CRAS Rola Moça).

Fala que é complementada por outra técnica e pelo auxiliar administrativo, ambas pessoas que se declaram negras, e que fazem coro a respeito dessa prática de tomar atitudes que tentam, de alguma forma, minimizar as chances de sofrer preconceitos.

Tem que escolher a roupa que vestir, porque senão você não é atendida (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Eu falo com a minha filha, “você vai no posto médico, veste uma roupa de festa, se possível põe até uma aliança no dedo”. Sinto muito, é diferenciado (Auxiliar administrativo do CRAS Rola Moça).

Como refere Bourdieu (2002), é a partir do *habitus* que a estrutura social com suas hierarquizações se materializa e inscreve nos corpos esquemas de percepção, pensamento e ação. Como discutido no capítulo sobre metodologia, o autor salienta que é o *habitus* que permite às pessoas se tornarem instituições de carne e osso, atuando em caráter pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo, por vezes reproduzindo preconceitos e violências, como discutidos pelos trabalhadores nos trechos citados. Conforme salienta Souza (2003 apud DINIZ, 2013),

O *habitus* é o passado tornado presente, a história tornada corpo, e portanto, “naturalizada” e “esquecida” de sua própria gênese. Precisamente por ser uma história naturalizada numa espontaneidade sem consciência, o *habitus* é o elemento que confere às práticas sua relativa autonomia com relação às determinações externas do presente imediato (Souza, 2003 apud DINIZ, 2013).

Minayo (2006 apud MENDES, 2018), referindo-se à violência institucional, indica que essa também reproduz as estruturas sociais injustas e se materializa por meio de regras, normas de funcionamento, relações de poder burocráticas e posturas adotadas por agentes públicos frente aos cidadãos. “É perpetrada por agentes que deveriam proteger os cidadãos garantindo-lhes uma atenção humanizada, preventiva e também reparadora de danos” (MINAYO, 2006 apud MENDES, 2018, p. 80). Neste sentido, a violência institucional pode vir a se materializar por meio de práticas profissionais que, como se referem Grossi *et al* (2019), produzem e reproduzem na esfera cotidiana as injustiças de base econômica e ideológica.

6.1.1.6. Racismo institucional

Entre as formas de violência institucional, os trabalhadores nos trechos a seguir enfatizam o racismo institucional como uma forma de preconceito presente nos serviços e às vezes reforçado pelos agentes públicos “nas entrelinhas”.

Não é só lá fora, ele tá aqui dentro [se referindo ao racismo], em todas as instituições públicas, não públicas. Eu acho que isso é muito importante, as pessoas realmente assumirem que existe, né, e não ficar tapando o sol com a peneira. “Não, não tem racismo”, né, existe, existe em todos nós por mais que a gente tenta fazer esse esforço de não ser, mas nós somos (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

Assim, é muito difícil lidar com pessoas e com uma sociedade que é muito racista e que tem isso entranhado em todas as relações e ver isso perpetuado em todo tipo de ambiente assim. Chega a ser assim constrangedor, sabe, imaginar que a gente ainda tem que discutir esse tipo de coisa. Se o Brasil tem preconceito ou não. Se no Brasil tem racismo ou não... é surreal (Técnica 1 do CRAS Rola Moça).

A gente sempre tem um valor... Mas se a gente não trabalhou ele, né, as vezes está baseado em um preconceito muito forte, uma visão mais extrema, mesmo que a gente não fala, parte de uma certa forma, né (Técnico 1 do CRAS Capão).

Então assim, eu não tenho esse lugar de fala para dizer que eu sofro racismo, eu nunca vou ter, mas é muito... é doloroso mesmo, é difícil às vezes lidar quando você vê uma situação às vezes muito clara de racismo, inclusive o racismo institucional que a gente não pode desconsiderar, né, existe e às vezes, como a Técnica 2 mesmo disse, às vezes a gente reforça, nas entrelinhas, né (Técnica 1 do CRAS Rola Moça).

Os trechos citados apresentam a preocupação dos trabalhadores quanto ao racismo institucional e apontam o reconhecimento de sua existência nas instituições e sua reprodução, inclusive nos atendimentos que desenvolvem, nas “entrelinhas” das interações com os usuários. Acerca do fenômeno do racismo institucional o Documento da Comissão for Racial Equality (1999 apud KALCKMANN *et al*, 2007) indica que o racismo institucional representa

O fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens às pessoas de minoria étnica (Documento da Comissão for Racial Equality, 1999 apud KALCKMANN *et al*, 2007, p. 147).

Segundo Grossi *et al* (2019), a utilização do referido conceito permite, além de uma compreensão ampliada sobre a produção e a reprodução das desigualdades raciais, a contribuição para o aumento das possibilidades de se efetivarem nas políticas públicas novas lutas para a desconstrução do racismo e para a promoção da equidade. Desta forma, a partir da noção de racismo institucional desloca-se do debate do plano exclusivo das relações interpessoais para situá-lo em um âmbito político e social. Interessante observar que o reconhecimento de sua existência nas “entrelinhas” dos atendimentos, enquanto “algo muito maior” e estrutural, pode representar um posicionamento de enfrentamento desta realidade por parte das equipes de trabalho e indica uma atenção ao fenômeno, além de um esforço de não reproduzir tal lógica no cotidiano do trabalho no CRAS.

Será abordado, a seguir, os relatos dos usuários participantes da pesquisa que descrevem, além das situações racistas no âmbito das relações privadas, familiares e trabalhistas discutidas anteriormente, situações que envolvem instituições públicas e privadas e que escancaram o racismo institucional e a convivência cotidiana com este tipo de violência por parte das pessoas negras no contato com as organizações sociais.

Inocência, que também relatou situação de racismo diante do pai de seu filho, no qual “foi avaliada como as escravas daquela época”, conta que sofreu recorrentes preconceitos quando criança na escola particular em que estudou com bolsa. Além desta vivência na escola, relata suas experiências de preconceito na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e no Fórum Lafayette/Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Da mesma forma, Tito, participante que é liderança do congado, também relata as situações de racismo que sofreu em função das dificuldades de inserir as manifestações culturais e religiosas do congado no calendário de atividades das políticas sociais.

Com relação às experiências de Inocência junto à escola, a participante relata:

Graças a Deus consegui meia bolsa para estudar no meio de rico. Eles falavam Sacré Coeur de Ensino, pra ficar mais chique. Lá onde é o Pitágoras. Estudava eu e a Dilma. A madre me descia o pau. Tinha aquelas régua de madeira... “Páá” [como se batesse a régua]. Eu também era o cão. Eu também quebrei não sei quantas régua dela. “Neguinha do olho arregalado. Páá”, me chamava de neguinha do olho arregalado, “Oh, neguinha do olho arregalado, Páá” (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

E tinha diferença dos uniformes da gente, né, das ricas. De quem era bolsista e quem não era. Você vê, era assim eles tinham uma gravatinha, né, listradinha e usava uma boina. A gente tinha gravatinha, mas não podia usar boina. Na hora da refeição deles, na hora do refeitório deles era um e o da gente era outro. Imagina negro numa escola de 1.000 pessoas brancas, riquíssimo e a gente negra, pobre, fuleira, levada ainda. Levada da breca... aí que o pau comia mesmo. A tal da Madre Pena, que foi até no Vaticano, ela tinha ódio da minha cara. “Responde aí neguinha do olho regalado”. Aí eu respondia e tomava um couro dela e outra em casa porque mandava bilhete para minha mãe e eu tinha que entregar (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

A situação relatada por Inocência na Junta Comercial, ainda que não tenha se dado de forma recorrente como na escola, foi muito marcante para a participante, conforme ela relata:

[A advogada a havia solicitado determinado documento a ser retirado na Junta Comercial]. Aí o cara vem de lá com o folheto desse tamanho, funcionário público lá de dentro, na Junta Comercial, não sei se ela ainda existe ali na Santos Dumont, perto do BH Resolve. Aí ele me deu um papel imenso assim para eu preencher. Primeiro, eu era mais tímida, a muitos e muitos anos atrás, eu tinha o quê, uns 30 anos. Eu ainda estava meio chateada, meia confusa com a morte do meu companheiro, embora a gente não vivesse junto, né, mas os meninos tava tudo pequeno e eu fiquei meio confusa tudo e tal. Aí eu peguei o papel e fui preenchendo, e eu não tava entendendo direito as coisas que tava escrito. Como tinha que preencher, eu errei duas vezes, na segunda vez um rapaz jovem assim igual a você levantou: “Você é burra, mulher, burra, burra, burra! Eu já te ensinei não sei quantas vezes, você é uma ignorante.” Menina, fez um escândalo comigo. A reação... se fosse agora... a reação que eu tive foi chorar, eu comecei a engasgar. Assim, eu já tava fragilizada com tudo que tava acontecendo, eu era nova, muito jovem, comecei a chorar, chorar e eu não consegui conter meu choro, chorando, chorando (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

Chorei... chorei... se é hoje o bagulho era outro, né, era outros 500 (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

A terceira situação relatada por Inocência envolvendo órgãos públicos e situações de racismo se deu no Fórum Lafayette/Tribunal de Justiça de Minas Gerais e se destaca como nesta ocasião, como “o bagulho ficou louco”, como ela mesma relata se referindo a como conseguiu reagir à situação de preconceito e se posicionou frente a pessoa racista.

A outra vez foi mais recente, aí o bagulho já ficou louco. A outra foi lá no Fórum Lafayette, fui pegar um papel lá para entrar com passaporte. Cheguei lá tinha uma mocinha, no Fórum Lafayette, uma mocinha lá fui lá perguntar para ela, “o fulano de tal”, falei o nome do cara, “deixou pra mim um documento” [“o fulano de tal” a havia deixado um documento para ser entregue, conforme combinado no atendimento anterior]. “Tá, a senhora espera aí um pouquinho”. Tá, esperei... aí chega os advogados, 2, 3 advogados, ela pôs na minha frente e eu tô lá esperando. Aí fui ficando lá, uma hora e meia, uma hora... aquele monte de advogado na minha frente, aquele monte de gente e ela me ignorou. E tá que atende o doutor, “doutor” para um lado, “doutor” pro outro. Só eu de negrinha, vamos dizer, e que não era advogado. Eu já falei, “Aqui, moça, por favor, tá rolando uma discriminação aqui?” Ela falou, “Como assim?”. “Como assim, minha filha?! Olha bem para minha cara, quanto tempo tem que eu tô esperando você apanhar o papel para mim aí”. O advogado que tava assim, falou “a senhora pode passar”. “Não, eu quero a resposta dessa moça aqui, foi ela que me pôs para esperar”. Apontando bem o dedo para ela. (...) Aí eu já passei para a grosseria, ela foi lá, pegou o papel que tava em cima da mesa, ele pegou o papel trouxe, me entregou “A senhora me desculpe”. Aí eu fiz um gesto para ela, que eu não vou repetir aqui porque eu fiquei enfoguetada. (...) Puro preconceito e outros mais que eu já sofri com parente, com próprio parente... (Inocência, usuária do CRAS Rola Moça).

Tratando-se das situações de preconceito em órgãos públicos, como nos casos da Junta Comercial e da Fórum Lafayette, ou de instituições particulares, como a escola particular frequentada por Inocência, o que se observa é a reprodução das hierarquizações sociais nas instituições, de modo a naturalizar relações de poder desiguais e interações sociais que promovem a exclusão dos acessos dos cidadãos a seus direitos. Como se refere o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), conceituando a violência institucional:

é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional. Ela pode ser expressa de diferentes formas, tais como: a) idas e vindas por diversos serviços até receber atendimento; b) falta de tempo e escuta para o usuário do serviço; c) frieza, rispidez, falta de atenção e negligência; d) maus-tratos motivados por discriminação, abrangendo questões de raça e etnia, idade, orientação sexual, gênero, deficiência física, doença mental; e) desqualificação do saber prático

e da experiência de vida diante do saber científico, entre outras (BRASIL, 2001, p. 21).

Inocência apresenta nas suas falas faces do racismo que se relacionam com a noção de violência institucional, dado o cerceamento ao acesso aos direitos e oportunidades em função dos preconceitos. Tal conceituação de violência institucional é bastante representativa das dificuldades que pessoas negras enfrentam na busca de atendimentos nas instituições, como evidenciam as falas das participantes. Na situação na Junta Comercial é patente os maus-tratos em função do racismo e a desqualificação promovida pelo agente público à cidadã. Já no Fórum, pode-se pensar que aquela já não era a primeira vez que Inocência passaria pelo atendimento, o que pode implicar na postura de solicitar idas e vindas à ela; situação esta que é seguida de “falta de tempo”, “frieza, rispidez, falta de atenção e negligência” (BRASIL, 2001, p. 21) por parte da trabalhadora do Fórum. Interessante destacar que diante desta última situação, por ser uma ocasião mais recente, como indica Inocência, “o bagulho ficou louco” e a participante se posicionou denunciando a atitude racista da agente pública e chamou a atenção de todos quanto à violência que estava sofrendo.

Já Tito traz em seu relato a exclusão do congado e de outras manifestações de matriz africana das ações socioeducativas das políticas públicas. Relatando suas tentativas de interação com a política de Saúde e com a política de Educação a partir do congado, Tito se diz triste por não ver contemplada essa expressão do patrimônio imaterial mineiro nos eventos e atividades dos equipamentos públicos. Ainda que ele descreva o CRAS como um importante parceiro do congado, de maneira geral, as políticas públicas “não tem aquela visão, não dão oportunidade”, conforme aponta o participante:

Acho assim, falta essa interação de povos e origens, pra que a cultura entranhe dentro do coração de cada um. Eu não quero contar a história novamente, eu quero pelo menos que a história seja contada de agora pra frente, mas que ela seja contada. Porque as escolas que eu frequento, que eu tive há mais tempo, a pessoa que trabalha lá no Escola Integrada não chama o congado pra participar, então assim, algumas pessoas não tem aquela visão, não dão oportunidade. Agora o CRAS não, o CRAS é um espaço que sempre que todo o projeto que tem aqui, se não convida o congado, me convida como integrante do congado pra participar. Qualquer outro projeto que tem aqui, só quando não dá pra mim comparecer, mas quando dá eu compareço em todos. Porque é uma via de mão dupla pra mim e pro CRAS, eu aprendendo com o CRAS e o CRAS aprendendo comigo (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Perguntado se considerava que a escola tem iniciativas que contemplem o congado, Tito responde o seguinte:

Poucas, poucas, poucas. Eu fico triste, como eu te disse no início da sua pergunta sobre a escola, hoje a escola não conta o que precisa contar, na verdade ela restringe algumas informações e não conta. O que eu disse antes, o que não é visto, não é lembrado (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Com relação ao Centro de Saúde que atende sua comunidade, Tito indica:

(...) eu já tive lá, porque a gente faz festa duas vezes no ano, a gente faz em Maio, final de Maio e faz em Setembro, o encontro dos congados. Eu tive lá pra colocar cartaz, nem o cartaz foi afixado. Foi com apoio com a secretaria de políticas raciais [Coordenadoria Municipal de Promoção de Igualdade Racial], foi feito por lá, o trabalho foi todo feito por lá [ênfatizando que a própria prefeitura havia produzido], eu trouxe pro cartaz divulgar na comunidade, comércio, onde o público tem acesso. Nem colocado foi (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Na verdade, como eu te disse no início, como eu te contei a minha história, o congado tá aqui a muito mais tempo que a pessoa que participa da diretoria do posto de saúde. O congado tem 82 anos de existência (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Tito enfatiza que o CRAS é um parceiro que estabelece uma relação recíproca de trocas e aprendizados, inclusive destaca em outras falas seu protagonismo junto à comunidade enquanto um mediador das informações repassadas pelo CRAS e ator que capta as demandas das famílias e as apresenta para os serviço - o que apresenta uma boa relação e um reconhecimento do equipamento quanto à importância da articulação com as lideranças locais e com as manifestações culturais e religiosas do território que preservam as tradições de matriz africana.

Tal posicionamento do serviço corrobora com a noção de Fraser (2001) de que o remédio para injustiça cultural relacionada à raça é uma mudança cultural e simbólica, que reconheça as identidades e produtos de grupos inferiorizados, e que promova uma valorização positiva da diversidade cultural. Segundo ela, “mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas” (p. 232).

Tais enfrentamentos ao racismo institucional e às injustiças culturais e raciais se fazem fundamentais, principalmente diante de uma realidade em que são evidentes as manifestações destes fenômenos, assim como se apresenta no relato de Tito. Sua dificuldade em ser considerado nas instituições, “ser visto e lembrado”, evidencia o racismo institucional, sobretudo no cerceamento à inserção do congado nas políticas sociais. Como se refere Ribeiro (2017), “não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços” (p. 36). A autora indica que tais sujeitos ocuparem espaços

públicos e poderem falar de si representa, na realidade, a consideração as suas existências, assim como tais cerceamentos indicam determinado desprezo por seus saberes e modos de vida.

Referindo-se às diversas formas de existência e de saberes, a autora faz crítica ao discurso hegemônico, que também se faz presente nas políticas públicas silenciando e deslegitimando determinadas vivências. Neste sentido, deveriam ser considerados, segundo a autora,

pensando num contexto brasileiro, o saber das mulheres de terreiro, das Ialorixás e Babalorixás, das mulheres do movimento por luta por creches, lideranças comunitárias, irmandades negras, movimentos sociais, outra cosmogonia a partir de referências provenientes de religiões de matriz africanas, outras geografias de razão e saberes. Seria preciso, então, desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa e debater como tais identidades foram construídas nesses contextos (RIBEIRO, 2017).

Segundo Ribeiro (2017), a hierarquização dos saberes a partir do privilégio social e racial tem como consequência a legitimação da visão de mundo eurocêntrica como superior, ou seja, o pensamento moderno ocidental é tomado como o conhecimento válido, universal e dominante, o que invisibiliza e deslegitima outras experiências de conhecimento, como os saberes das religiões de matriz africana e de outras manifestações culturais, religiosas e artísticas de grupos sociais subalternizados. Fraser (2001) a respeito do racismo cultural indica que se trata da “desqualificação generalizada das coisas codificadas como ‘negras’, ‘pardas’ e ‘amarelas’, paradigmaticamente – mas não só – as pessoas de cor” (p. 235).

Ainda que seja evidente o contexto de racismo institucional e racismo cultural apresentado pelos relatos de Tito, assim como apresentados por Inocência e Regina, destacam-se seus protagonismos na mediação das questões da comunidade junto ao CRAS e na divulgação das informações do serviço em vários espaços de suas circulações. Além disto, Tito ressalta que, apesar dos inúmeros percalços, o congado tem ganhado reconhecimento, inclusive com a promulgação recente de lei estadual que reconhece a manifestação religiosa e cultural como de relevante interesse para o Estado.

Todo o processo que me foi passado pelo CRAS Rola Moça foi divulgado [tratando especificamente do processo de acesso das famílias ao BPC] tanto para o morador da região daqui como de outras comunidade porque como eu trabalho no shopping, então eu lá encontrei muita gente com dificuldade de acesso e eu levei... por isso que eu falei que a gente tenta divulgar o trabalho sem distinção de religião, de sexualidade, ideologia, né, feminina, masculina... pra que a comunicação chegue (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Na verdade, hoje eu fico feliz porque nosso governador, ele proclamou que o congado hoje virasse lei, a folia de reis e o congado, dia 13 de Janeiro de 2020. Foi a lei 23.556 de 13 de Janeiro de 2020. Reconhece como de relevante interesse para a cultura do Estado a folia de reis e o congado, governador do Estado de Minas Gerais [lendo no celular]. É pra nós um grande passo. Porque o Estado de Minas Gerais tá reconhecendo que tem uma cultura rica, que pode ser uma porta de entrada de turista. Eu acho que o turista lá fora não conhece a nossa cultura. Infelizmente a gente tem essa questão do racismo, mais porque ninguém divulga. Eu acho que a intelectualidade das raízes de matriz africana, se forem bem organizada, discriminadas e bem comunicada, não perde a história e traz a origem de divulgar o trabalho que é o congado em qualquer estado, pro Brasil e pros outros países (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Tito considera um reconhecimento positivo aquele garantido pela lei e considera que, por meio da organização social envolvendo diversos atores, há possibilidades de perpetuar a história do congado e estabelecer as lutas de resistência às diversas formas de racismo.

A fim de concluir as discussões acerca das concepções e práticas sociais de trabalhadores e usuários relacionadas às questões de raça apresentadas na pesquisa, faz-se interessante ressaltar a perspectiva de Mbembe (2014) que considera raça o eixo central da organização social da humanidade desde a modernidade, de maneira, que se faz fundamental a problematização da hierarquização social mantida pelas instituições e agentes sociais com base no racismo institucional. Neste sentido, segundo Mbembe (2014)

Permanecerá inacabada a crítica da modernidade, enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgir do *princípio de raça* e com a lenta transformação deste princípio em paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação. Para se reproduzir, o princípio de raça dependerá de um conjunto de práticas cujo alvo imediato, directo, é o corpo do outro, assim como o campo de aplicação é a vida, na sua generalidade. Se, no início, estas práticas eram prosaicas, disparatadas, mais ou menos sistemáticas, iriam ser depois erigidas em costumes, incorporadas em instituições, leis e técnicas, de cujos vestígios, podemos historicamente seguir e descrever os efeitos (p. 102).

Como marcador social determinante para organização das sociedades desde a modernidade, a partir do mercado de escravos, dos fluxos migratórios causados pela escravidão e das relações de dominação impostas às pessoas negras, a raça se estabelece como quesito para hierarquização social e inferiorização a partir do racismo institucional e da negação do acesso a plenos direitos e proteções igualitárias (MBEMBE, 2014; FRASER, 2001; MAYORGA E PRADO, 2010). Como pode ser observado nos trechos destacados das entrevistas e grupos focais, as consequências do racismo são vivenciadas rotineiramente pelos usuários das políticas públicas em suas interações com os serviços e em suas vidas cotidianas. Enquanto por parte dos agentes públicos, ainda que se esforcem para superar os preconceitos em suas práticas

profissionais, reconhecem a existência e a convivência com o racismo institucionalizado no aparato estatal.

6.1.2. GÊNERO

Partindo para discussão a respeito da categoria social gênero e buscando compreender e analisar concepções e práticas sociais relacionadas a este marcador serão trazidas as falas dos trabalhadores e usuários que desenvolveram reflexões muito pertinentes sobre a temática no âmbito da Política de Assistência Social nas entrevistas e grupos focais.

6.1.2.1. Público usuário do CRAS

Corroborando as indicações de Carloto e Silvano (2008), Carloto e Nogueira (2018) e Carmona (2019b), que ressaltam que as mulheres compõe a parcela majoritária do público que acessa os serviços da Assistência Social, os participantes trazem de maneira muito marcante a presença da mulher nesta política, além de relatos de violências e desigualdades sofridas por elas e também pelo público LGBTQI+ no contato com as políticas públicas. Da mesma maneira, os participantes também apresentam ações afirmativas desenvolvidas nos equipamentos em relação às questões de gênero.

As falas, a seguir, são da Técnica 2 do CRAS Rola Moça e abordam a presença feminina, por meio do atendimento cotidiano às mulheres. Do mesmo modo, as técnicas destacam a violência contra a mulher com a qual se deparam cotidianamente nos atendimentos no equipamento.

A gente atende muitas famílias monoparentais femininas às vezes com muitos filhos (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

A gente vive a questão da violência contra a mulher. A gente atende muitos casos em que as mulheres estão sofrendo violência de familiar, principalmente dos companheiros. Muito casos de gravidez na adolescência, tivemos muitas meninas, muitas jovens grávidas (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

As falas trazem aquilo que também se observa nos documentos orientadores da política (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005; BRASIL, 2012), sobre as mulheres fazerem parte dos grupos que mais frequentam os serviços da Assistência Social, por estarem mais sujeitadas às situações

de vulnerabilidade social e violação de direitos. Rotineiramente são atendidas no CRAS mulheres, chefes de famílias, muitas vezes morando sozinhas com os filhos, sem renda e responsáveis pela manutenção da vida familiar – o que implica que tais mulheres são as mediadoras de suas famílias no acesso à escola, centro de saúde e ao CRAS. Estas mulheres frequentemente acessam os serviços de Assistência Social em busca de orientações, benefícios socioassistenciais, documentação civil e para demandas relacionadas a seus familiares, principalmente crianças e idosos (CARMONA, 2019b).

As publicações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005) apontam que a mulher é parte do público prioritário destinatário da segurança de sobrevivência, afiançada pelo SUAS para assegurar proteção social básica, por meio de benefícios continuados e eventuais às pessoas com fragilidade pessoal, fragilidade familiar e sem fonte de renda - dentre elas, mulheres chefe de família e seus filhos, idosos, pessoas com deficiência e vítimas de calamidades e emergências.

Como tem sido discutido neste trabalho, a feminização da pobreza está relacionada às estruturas sociais, econômicas e políticas associadas à desigualdade de gênero, que impõe desvantagens às mulheres de maneira que são elas que mais vivenciam situações de pobreza, riscos sociais e vulnerabilidade, de modo, a também comporem de forma majoritária o público dos CRAS (FRASER, 2001; BOURDIEU, 2002b; CARMONA, 2019b; CARLOTO; SILVANO, 2000).

6.1.2.2. Concepções e práticas

Tratando-se das concepções e práticas apresentadas pelos participantes na pesquisa a respeito de gênero, foi possível construir reflexões a respeito das relações estabelecidas entre as políticas públicas, as mulheres e o público LGBTQI+; reflexões a respeito das relações de gênero na sociedade; sobre formas de violências sofridas pelas mulheres e pessoas LGBTQI+; assim como foram trazidas à pesquisa muitas falas no sentido das resistências às opressões, principalmente com relação aos sujeitos LGBTQI+, apresentadas pela participante Nina.

Nos grupos focais as discussões com as equipes de trabalho partiram das seguintes perguntas: “Para vocês o que é gênero?” e “Para vocês o atendimento nos serviços é o mesmo para homens, mulheres e público LGBTQI+?”. Com relação aos usuários, as falas a respeito

das questões de gênero se apresentam, principalmente, diante das perguntas: “Você já vivenciou ou observou algum tipo de preconceito ou discriminação em um atendimento ou em um grupo do CRAS? Como foi?” e “Você já vivenciou esse tipo de situação com relação a algum outro órgão público?”.

As concepções sobre gênero apresentadas pelas equipes de trabalho trazem a dimensão da construção social das relações de gênero, apresentam aspectos da divisão social de gênero, bem como destacam as relações de poder relacionadas a tais arranjos sociais que naturalizam a inferiorização da mulher. Interessante notar que, assim como em relação aos aspectos de raça, as equipes articulam as vivências do cotidiano do serviço com dimensões estruturais da sociedade e da organização social que envolve o serviço e as famílias, além de trazerem à discussão fatos contemporâneos relacionados à temática de gênero, como o Projeto Escola Sem Partido.

Desta forma, a respeito da concepção sobre gênero, o Técnico 1 do CRAS Capão indica o seguinte:

O gênero, entendo que é construção social, que também serve pra isso, pra estabelecer espaços de poder e relações, muitas vezes ali verticais, e é construção social. Acho que tem suas importâncias, né. A gente está em um momento muito difícil da discussão de gênero. Ainda mais com a aprovação de uma lei, Escola Sem Partido (...) querem lutar contra a ideologia de gênero na escola. Então assim, é um termo que tem que ser debatido, com muito cuidado (Técnico 1 do CRAS Capão).

(...) porque quando você tem a família com o marido, geralmente oprimindo a mulher, é uma questão de gênero aí, vertical, opressora. Aí você tem as discriminações com os gêneros, que são gêneros minoritários, são aqueles que estão naquele espectro LGBTQI+ que acontece ainda mais, que é uma questão que eu vi em uma palestra. Acho que até uma capacitação da prefeitura, uma palestra na prefeitura da diretoria de gêneros [Centro de Referência LGBT], que é outra carga da homofobia, que é aquelas características, né, mais violentas do que com a mulher, que é muito grave (Técnico 1 do CRAS Capão).

A Técnica 1 do CRAS Rola Moça, destaca que considera gênero a partir dos pressupostos postulados por Butler, se referindo a performatividade do gênero e às expectativas sociais relacionadas a como cada gênero deve se portar na sociedade, pontos que serão discutidos a seguir:

Pra além dessa questão assim subjetiva, tem também a questão cultural. O gênero está muito relacionado à sociedade, os papéis esperados pra que cada gênero se comporte. Eu estudo Judith Butler, eu até prefiro falar da performatividade do gênero. É pra além do que você se identifica, mas o que é esperado dentro daquela sociedade. Não é tão simples quanto o azul e o rosa, são várias nuances de cores e de experiências (Técnica 1 do CRAS Rola Moça).

Como citado, os trabalhadores relacionam as questões de gênero às dimensões sociais mais amplas e se referem à existência de uma cultura machista e que propala a intolerância e a violência com relação às mulheres e outros grupos minoritários.

A gente que foi criado em uma cultura machista, então não tem jeito, aprendi com a Técnica 1, na cultura machista a gente faz muita coisa, comenta, eu costumo dizer que às vezes até sem maldade, porque é uma cultura, um costume. Então automaticamente eu posso observar que tá mudando, vai mudando aos poucos, vai ser demorado, vai. Porque essa foi a cultura em que praticamente todos aqui foi criado (Porteiro do CRAS Rola Moça).

Entendendo que a sociedade ainda, né... a gente enquanto pessoal, encontra relutâncias pessoais que precisam ser tratados e revistas, decorrente da sociedade que a gente vive também. E a gente vai precisar conversar mais vezes, se capacitar mais vezes, porque é uma coisa que não se esgota, porque enquanto a gente tiver essa intolerância e essa violência com o outro por conta da identidade de gênero, da orientação sexual que é escolha da pessoa a gente vai precisar rever as nossas ações. E profissionalmente a gente vai precisar rever também, porque profissionalmente isso impacta também, porque a gente vai precisar rever nossas posturas (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Nestes últimos trechos, os trabalhadores articulam a dimensão social mais ampla com as “relutâncias pessoais”, que dizem respeito à dimensão dos valores e crenças pessoais, apontando que tais dimensões interferem e impactam na atuação profissional, caso os agentes públicos não se disponham a rever práticas e posturas.

Judith Butler, autora citada pela Técnica 1 durante o grupo focal, indica justamente que práticas reiteradas cotidianamente cristalizam posições de gênero, tornando verdades absolutas normas sociais que perdem sua própria historicidade e contextualização. Segundo a autora, o gênero se materializa a partir de tais normas, que produzem inteligibilidade aos sujeitos por ela reconhecidos. Performatividade de gênero se refere, portanto, à constante atualização das normas de gênero por parte dos sujeitos, que atuam na realidade e assim constituem a possibilidade de reconhecimento e a legitimidade de suas existências (BUTLER, 2013; RODRIGUES, 2015).

Além disto, performatividade de gênero se refere à atuação performativa que reitera a heteronormatividade, ou seja, “a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero” (PRADO E JUNQUEIRA, 2011, p. 53). Quanto a heteronormatividade, Prado e Junqueira (2011) indicam que em sua base está a crença na existência natural de dois sexos, que automaticamente se traduziriam em dois gêneros complementares, que, por sua vez, apresentariam modalidades de desejos igualmente ajustadas à “heterossexualidade compulsória” – formando assim uma sequência normativa sexo-gênero-sexualidade.

Neste sentido, as normas tanto reconhecem e legitimam determinadas performances de gênero como humanas, como exclui experiências, tomando-as como menos legítimas, menos humanas, ou ainda, como se refere Butler, tomando-as como experiências abjetas. (BUTLER, 2013)

6.1.2.3. Quem mais acessa os serviços

Com relação à pergunta sobre o atendimento ofertado à homens, mulheres e público LGBTQI+, e sobre o possível tratamento desigual prestado a tais públicos, os trabalhadores respondem o seguinte:

Eu acredito que de uma forma geral não existe, o que existe talvez é a presença de uma parcela maior, que é do gênero feminino, né, e que a gente nos atendimentos percebe, que é um pouco o que o Técnico 1 falou, o quanto que elas têm no dia-a-dia os impactos da divisão social de gênero, que aí chega pra gente. Mas com relação ao CRAS no *olhar*, no atendimento não tem nenhuma diferenciação não (Técnica 2 do CRAS Capão).

O que eu acho que às vezes pode ter, que é efeito da discriminação, do que é contexto maior, é não termos o acesso desse público tão frequente ao serviço [se referindo ao público LGBTQI+]. Então assim, a gente pode contar quantas são as pessoas que acessam o CRAS, que chegam aqui e que conseguem dizer deste lugar, da sua identidade de gênero, são poucos, e alguns assim... é bem próximo da questão da violência. A gente no atendimento percebe algumas nuances, algumas questões, mas a pessoa não consegue trazer essas vivências ou o que ela tem passado em função de sua identidade de gênero. Eu acho que de uma forma geral, como as políticas públicas não está aberta para isso, a população também não se sente acolhida talvez pra chegar de uma forma mais aberta na busca do serviço e de qualquer outra coisa (Técnica 2 do CRAS Capão).

Eu acho que não. Nenhuma. Nem nesse primeiro contato [que diz respeito a acolhida/atendimento da pessoa a partir da portaria], nem no último com as meninas que tem um acolhimento (Porteiro do CRAS Rola Moça).

Nestas falas, os trabalhadores trazem a percepção de que não há diferenças no tratamento em relação ao atendimento à homens, mulheres e ao público LGBTQI+, no entanto, como descreve a Técnica 2, em função dos efeitos das discriminações sociais, determinados públicos não acessam frequentemente os serviços – e quando acessam não conseguem abordar demandas relacionadas às questões de gênero, como no atendimento ao público LGBTQI+.

É bastante emblemática a noção de que “como as políticas públicas não estão abertas, a população também não se sente acolhida”, trazida pela técnica citada. Como discutido nestes trechos, ainda que o tratamento prestado a todos os públicos que acessam o serviço seja baseado na busca por igualdade, tal fato não isenta os serviços e as políticas públicas de fazerem parte

de uma sociedade que se organiza a partir de hierarquizações sociais. Tais hierarquizações estão baseadas em injustiças sociais que ocasionam o não acesso ou o acesso restrito às políticas públicas por determinados grupos sociais. Estes grupos não conseguem ter suas necessidades específicas atendidas pelo poder público ou alcançam uma cidadania fragilizada (FRASER, 2001), como discutido no capítulo a respeito dos estereótipos das mulheres nas políticas públicas.

A respeito da discussão sobre igualdade e equidade, a publicação da extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo federal, aponta que há uma diferença do princípio da igualdade que, baseado na noção de cidadania, indica igualdade de direitos, e o princípio da equidade, baseado na ideia de justiça e que reconhece que “as desigualdades entre indivíduos e grupos demandam abordagens diversificadas como condição para a redução das diferenças existentes” (BRASIL, 2011, p. 10).

Ainda que a publicação verse sobre o racismo institucional no campo da Saúde, é possível estendermos tais entendimentos também para o âmbito da Assistência Social considerando outros marcadores sociais como o de gênero, por exemplo, quando ressalta que é da “dimensão programática” (p. 9) dos preconceitos, ou seja, é parte de seu mecanismo de funcionamento, a dificuldade em reconhecer certos problemas sociais enquanto determinantes de iniquidades e de dificuldades de acesso. Iniquidade, nesse sentido, se refere à “diferença, carregada de injustiça porque geralmente decorre de uma situação que poderia ser evitada por aqueles que têm o poder de decidir” (BRASIL, 2011, p. 11).

Obviamente, não se trata de responsabilizar os trabalhadores dos serviços pelo enfrentamento do cenário de iniquidades cometidas pelas políticas públicas em todos os âmbitos do Estado, tão pouco desconsiderar o importante papel destes agentes nessa complexa equação.

Interessa ressaltar que se faz necessário aos serviços implantar estratégias de enfrentamento dessa realidade. Sendo que, assim como aponta a referida publicação, a falta de investimentos em ações e programas específicos de identificação de práticas discriminatórias; a dificuldade na adoção de mecanismos e estratégias de não discriminação, enfrentamento e prevenção aos preconceitos; a ausência de informações adequada sobre as temáticas relacionadas à desigualdade, aos preconceitos e à diversidade; a falta de investimentos na formação específica de profissionais; e as dificuldades em priorizar e implementar mecanismos e estratégias de redução das disparidades e promoção da equidade são patentes expressões das

formas de produção de iniquidades cometidas pelo Estado (BRASIL, 2011). Neste sentido, a respeito de desigualdades e iniquidades, a referida publicação ressalta

Não consideramos adequado categorizar como desigualdade aqueles resultados de uma determinada ação ou política que apresentam diferenças significativas entre os grupos que deveriam se beneficiar ou que demonstram um evidente prejuízo para um dos grupos. Em situações como estas não há desigualdade; o que existe é iniquidade, descrita como a diferença, carregada de injustiça porque geralmente decorre de uma situação que poderia ser evitada por aqueles que têm o poder de decidir (BRASIL, 2011p. 11).

Neste sentido, é necessário se atentar para o risco em se defender o princípio da igualdade ao invés da equidade - o que faz parte do discurso cotidiano da área social e também se apresenta nas falas dos trabalhadores dos CRAS - e, por isso, se recusar a apoiar iniciativas de ações afirmativas (FRASER, 2001) que reduzam preconceitos e iniquidades.

6.1.2.4. Ações afirmativas – Olhar atento

Ainda que se faça muito presente este discurso em defesa da igualdade nas falas dos trabalhadores participantes da pesquisa, as equipes de trabalho apresentaram iniciativas afirmativas tanto com relação à raça – como nos trechos citados no tópico “Raça”, em que determinados relatos e reflexões estão relacionadas às atividades em referência à promoção de igualdade racial em Novembro no CRAS Capão - quanto com relação à gênero - como serão apresentados nos trechos a seguir com o TSF voltado para as discussões de gênero e diversidade sexual, ocorridas no CRAS Rola Moça:

A gente teve uma série de ações no ano passado. A gente teve um atendimento que gerou todas essas ações, que desencadeou. Uma determinada pessoa LGBT que tava precisando de algumas orientações e entendendo que o Centro de Referência LGBT, que atende especificamente esse público, e que essa pessoa ia ter esse atendimento mais qualificado, e nesse contato com o Centro de Referência surgiu essa ideia, “por que que a gente não senta e conversa melhor de quem é esse público hoje, como se dá?!” (...) a gente teve dois encontros do Centro de Referência aqui e neles surgiu esse treinamento, eu acho que foi treinamento a nível de regional (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Aí interessante porque partindo dessa capacitação, isso que a Técnica 3 falou, que nosso *olhar* ficou mais atento, mais sensível a isso... essa família não veio com questão nenhuma relacionada à identidade de gênero do jovem que era trans, a demanda era outra, mas como tava na minha cara, falei, “gente, eu preciso abordar de alguma forma...” Aí foi abordado com a mãe, com o jovem, enfim, o jovem tava sofrendo vários preconceitos por ser um jovem trans, principalmente por ser muito novo. Então assim, foi bacana assim, esse atendimento em conjunto trouxe um ganho enorme para família, um ganho enorme pra a gente enquanto equipe, saber de coisas que a gente não sabia, sabe. O *olhar* fica diferente mesmo (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

A gente teve uma atividade específica sobre a temática LGBT, que foi denominada Diversidade em Festa. Foi na época do carnaval, tem quase um ano. Que que a gente tem percebido, que o CRAS ficou mais visualizado, mais visível pra esse público e tem atendido mais esse público de pessoas trans, gays, homossexuais. Então as pessoas... houve uma identificação maior com o equipamento, sabe. Com essa qualificação, essa forma de abordagem inicial, com respeito ao nome social, o nome que quer ser chamado ainda que não tenha ainda a mudança no documento do nome social ainda. Então deu essa qualidade pro atendimento deste público e hoje a gente se sente mais preparado. Não que a gente não precise de mais capacitação, eu acho que essa é uma temática que não se esgota (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Ainda lançando mão da metáfora sobre o olhar, agora se referindo à noção de se “apurar o olhar” para as questões de gênero, a Técnica 2 relata que o olhar ficou “mais atento, mais sensível, fica diferente” após os contatos com o Centro de Referência LGBT e o treinamento que foi possível construir a partir das necessidades suscitadas pelo atendimento de um jovem trans.

Segundo Haraway (1995), “a visão pode ser útil para evitar oposições binárias” (p. 18), o que pode indicar que ter o olhar mais atento pode se referir, como disse a Técnica 1 no trecho citado anteriormente, sobre se atentar que “Não é tão simples quanto o azul e o rosa, são várias nuances de cores e de experiências.” Ou como se refere Haraway (1995), é necessário evitar oposições binárias. Haja vista que a partir de um olhar reducionista, experiências dos usuários no serviço podem vir a serem desconsideradas, encaradas simplesmente em relação à norma ou a partir de uma perspectiva heteronormativa – que será abordada a seguir.

A respeito das visões reducionistas do gênero e da desconstrução da lógica dicotômica em relação masculino-feminino, homem-mulher, Louro (1997) indica que, na contemporaneidade, as instâncias relacionadas à construção de gênero e sexualidade se multiplicam, fazendo-se necessário observar os diversos modos como se constrói e se reconstrói a posição da norma e a posição da diferença, bem como seus referidos significados na sociedade e nas políticas públicas. Segundo a autora, “a desconstrução da lógica dicotômica e polarizada de masculino-feminino é condição necessária para abertura da possibilidade para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente” (LOURO, 1997, p. 21).

O esforço em desconstruir tais visões reducionistas a respeito dos gêneros e reconhecer as injustiças cometidas em função de tais limitações, parece ser uma busca destas equipes, apesar das dificuldades estruturais relacionadas as questões de gênero e da necessidade do constante trabalho em nível pessoal e interpessoal para superação de tais desigualdades e

intolerâncias. O que se pode observar são iniciativas de caráter afirmativo, que, como indica Fraser (2001), são voltadas para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais, revalorizando identidades e elevando a autoestima dos membros de grupos cotidianamente desrespeitados.

Ainda que não seja possível alcançar a partir dos serviços iniciativas transformativas de tal realidade que, segundo a autora, seriam voltadas a abalar as estruturas sociais que engendram as desigualdade e injustiças, é bastante significativo o empenho de tais equipes em, a partir de suas atuações profissionais, incidirem nas comunidades de atuação no sentido da promoção da justiça social.

Ainda que sejam bastante significativos tais achados, ressaltam-se as limitações da pesquisa, de maneira que não se faz possível generalizar que as equipes de CRAS de Belo Horizonte tem sempre visões críticas e constantemente propõem ações afirmativas para o enfrentamento das iniquidades. O que se observa, na realidade, é a convivência de perspectivas engajadas e politizadas com perspectivas que alimentam práticas profissionais conservadoras e baseadas em estereótipos.

6.1.2.5. Violência

A respeito das situações de violência contra a mulher enfrentadas no cotidiano do serviço, os técnicos do CRAS Capão apontam como representa um desafio a ser enfrentado o atendimento às mulheres em situação de violência e apresentam um pouco de como se dão as relações de gênero no interior das famílias atendidas pelo serviço. A fala que se segue da Técnica 4 do CRAS Capão aborda a questão da violência contra a mulher no cotidiano dos atendimentos:

Tem alguns casos que eu já atendi de violência doméstica em que a mulher... Ela não quer fazer a denúncia, ela não dá conta de fazer a denúncia. Aliás, ela não dá conta nem de ser encaminhada ao Benvinda [Centro Especializado de Atendimento à Mulher]. (...) Ele não morava com ela, passou a morar e eu conversei com ela outro dia explicando sobre o Benvinda e da importância dela fazer a denúncia, ser encaminhada ao Benvinda. Mas ela, “não, não, às vezes ele fica só agressivo e depois eu saio de casa e ele acalma”. (...) Ainda mais eu mulher, a vontade é de pegar e levar, mas a gente não pode fazer isso, a gente tem que ter o limite do outro, mesmo sabendo do risco. Eu deixei claro para ela, “olha tudo que pode acontecer com você daqui pra frente se continuar dessa forma.” Mas ela ainda insiste que dá conta de resolver, aí eu me afasto um pouco, né, porque é o desejo dela. E sobrevive. E a gente vai sobrevivendo aqui, né Técnico 1, fazendo nossas análises nos corredores [se referindo a falta de espaços para esse tipo de discussão] (Técnica 4 do CRAS Capão).

Também sobre as relações de gênero e as situações de violência, segue o diálogo entre a Técnica 4 e o Técnico 1, ambos do CRAS Capão:

Em alguns casos elas até omitem que existe o companheiro... é uma estratégia, não só para concessão de algum benefício, mas também porque a gente percebe que são companheiros que não agregam, não ajudam, não colaboram. Então em muitos casos elas falam mesmo, “Ah, tá lá. Ele fica lá” (Técnica 4 do CRAS Capão).

É como se não estivesse, aliás, é pior do que se não estivesse. Às vezes contribui para o fenômeno da violência doméstica... com a fragilidade de renda, às vezes é alguém que tá lá, com a bebida, mais uma boca para estar alimentando, às vezes sem contribuição. O estranho é... A política entende que quando tem alguém masculino a família está mais protegida, mas às vezes é o contrário. (Técnico 1 do CRAS Capão)

Como tem sido discutido ao longo deste trabalho, valores culturais machistas e patriarcais embasam as relações sociais no país e estruturam o contexto para a recorrência das violências cometidas contra as mulheres. Do mesmo modo, tais valores estão associados às desigualdades de poder e de direitos enfrentados pelas mulheres na sociedade (BOURDIEU, 2002; SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2007).

Discutindo a dimensão da violência enquanto um aspecto das questões de gênero, Chauí (1984) indica que a violência se opõe à ética, pois, a partir da violência, mulheres são tratadas como seres irracionais, insensíveis, mudos e passivos. A violência, portanto, as colocam como seres desprovidos de razão e liberdade, coisificando-as e desumanizando-as.

É neste contexto em que se dá o trabalho técnico descrito pelos profissionais do CRAS nos trechos citados. Cabe a estes profissionais o trabalho com as mulheres, resgatando com estas a perspectiva de que elas são sujeitos dignos, racionais, sensíveis, dotadas de capacidades de se expressarem e de serem livres. Isto, enquanto também atuam na perspectiva da promoção da autonomia, do acesso aos direitos e do enfrentamento da violência.

Tendo em vista os pontos discutidos no capítulo sobre os estereótipos a respeito de mulheres e famílias, ressalta-se a crítica às políticas que deveriam visar a garantia da proteção social e que, no entanto, tem reforçado e reproduzido as desigualdades de gênero de formas tácitas e explícitas. A respeito de tal papel desempenhado pelas políticas públicas, Gasparotto indica que “as políticas sociais fortalecem, em seu desenho, a concepção tradicional de família, que atribui à mulher a função de provedora de cuidados dos membros familiares” (2017b, p. 93).

Os achados da pesquisa apontam que, assim como destacado por Carmona (2019b), apesar de transversal à política, a discussão de gênero é ainda incipiente no processo de

regulamentação e operacionalização do SUAS. Como discutem os técnicos nos trechos citados, ainda ocorre de discussões sobre machismo, racismo e violência contra as mulheres serem tratadas como “conversas de corredor”, que não conseguem alcançar a institucionalidade necessária para o efetivo enfrentamentos das desigualdades sociais por parte das políticas públicas.

Tais achados permitem a problematização das práticas cotidianas da Assistência Social com relação às questões de gênero e a promoção de equidade, principalmente, diante do risco de fixação dos papéis tradicionais de gênero de maneira prescritiva no trabalho social com famílias.

Considerando os achados da pesquisa, sustentam-se os argumentos que apontam a importância das discussões que contemplem aspectos de gênero, assim como destaquem os demais marcadores sociais, no âmbito da Assistência Social. Desta forma, tais achados indicam a importância da reflexão sobre as relações de poder e os estereótipos de gênero, bem como apontam como tal marcador social deve se apresentar de maneira transversal à política.

6.1.2.6. Interseccionalidades de Raça e Gênero

A seguir serão abordados trechos que, como sinalizado na seção sobre raça, articulam de forma muito patente os marcadores de raça e gênero. Faz-se importante tal discussão, dada a pertinência destes inter cruzamentos na vida dos sujeitos e em função destas concepções e práticas terem sido apresentadas na pesquisa tanto pelos trabalhadores quanto pelos usuários participantes. Como sinalizado de início, o desenho e delimitação das seções sobre raça, classe e gênero tem fins puramente didáticos, pois, na realidade, tais marcadores sociais discutidos em cada seção se apresentam articulados e são vivenciados de forma conjunta - como tem sido abordado ao longo desta pesquisa e como será aprofundado na categoria “Interseccionalidade e integralidade”.

Buscar reconhecer que as discriminações de raça e gênero não são fenômenos mutuamente excludentes é fundamental para construção de um modelo provisório para identificação das diversas formas de subordinação, bem como para reconhecer os efeitos interativos destas discriminações (GROSSI *et al*, 2018; MAYORGA; PRADO, 2010; RIBEIRO, 2017). Neste sentido, nos trechos apresentados na seção sobre raça, em que Inocência é avaliada “assim em cima embaixo” e em que o amigo do pai de seu filho diz “Bom,

bonita ela não é não, mas a negrinha tem um corpo perfeito e fala bem”, é explícito o machismo, além do racismo – ainda que Inocência identifique a situação dizendo “essa foi questão bem racial mesmo”. Ao que se refere à Regina, a situação se dá em relação ao seu patrão e à vizinha de seu patrão no âmbito do trabalho como empregada doméstica. Regina é interpelada pela vizinha do patrão como mentirosa, após tentar intermediar uma questão entre vizinhos - “Aquele sua negrinha, ela mentiu”; e em uma outra situação, é tomada como suja pela vizinha que a encontra ao sair do elevador - ocasião esta em que ela é “defendida pelo patrão”, que diz “Minha empregada tá limpa”.

Como indica Crenshaw (2002) a respeito de situações como estas, nas quais as entrevistadas se referem como situações “apenas” de racismo, as discriminações que se inter cruzam são muitas vezes desconsideradas ou apenas o aspecto mais imediato da discriminação é considerado. Segundo a autora, tal fenômeno se dá por serem o racismo e o sexismo discriminações estruturais e invisíveis, a ponto de parecerem fatos da vida. A autora aponta:

O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de receberem tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2002, p. 176).

Segundo Kilomba (2019), a vida das pessoas negras é de tal forma condicionada pelo racismo que a raça em muitas circunstâncias “é o único aspecto relevante de nossas vidas e a opressão de gênero torna-se insignificante à luz da realidade mais dura e atroz do racismo” (KILOMBA, 2019, p. 97). A autora indica que raça não pode ser separada do gênero, assim como gênero não pode se separar da raça. Conforme ressalta Kilomba (2019), “a experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo” (KILOMBA, 2019, p. 94). Desta forma, analiticamente é difícil determinar e detalhar o impacto específico de um marcador social ou outro, porque ambos estarão sempre entrelaçados, mas se faz fundamental se atentar para este inter cruzamento, bem como considerar os efeitos destas discriminações.

Neste sentido, se faz importante “o olhar atento” das equipes de trabalho quanto as lutas das mulheres negras contra as opressões de raça e de gênero. Tais lutas tem desenhado novos contornos para a ação política feminista e para a luta antirracista, de maneira que se faz fundamental que as políticas públicas se enriqueçam e promovam justiça social a partir tanto das perspectivas de gênero quanto das perspectivas de raça (CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2017).

6.1.2.7. Estereótipos de família

A seguir, serão apresentados alguns trechos trazidos à pesquisa por Nina, mulher trans, liderança comunitária na região do CRAS Rola Moça. Nina traz aspectos interessantes das questões de gênero quando discute os estereótipos de família construídos pelas políticas públicas; quando aborda os lugares e expectativas relacionadas a cada grupo social e às pessoas trans; quando discute o acesso de mulheres e pessoas trans nas políticas públicas; e quando relata preconceitos vivenciados, inclusive em relação ao CRAS e apresenta sua perspectiva da “pirâmide do preconceito acumulado”, que dialoga em grande medida com a perspectiva interseccional e com as noções de Rubin (1993) com relação às hierarquias da sexualidade e a pirâmide do preconceito.

As primeiras falas de Nina a serem destacadas são aquelas em que a participante ressalta os estereótipos com os quais trabalham as políticas públicas. A usuária critica a organização das políticas em torno de um determinado padrão da “tradicional família brasileira”, a partir de um viés “machista, patriarcal, binário e cisgênero”, conforme ela ressalta:

Políticas públicas elas têm que ser trabalhados para “to-dos” os cidadãos, não só cidadão de bem que compõe a tradicional família brasileira. Porque hoje a gente sabe que 90% das famílias brasileiras não entra nesse perfil, a gente sabe, família, pai e mãe e filhos, cachorrinho e periquito não existe mais, gente. Hoje muitas famílias são chefiadas por mães solteiras, e não são considerados famílias, principalmente pelo nosso governo federal, a gente sabe disso (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

A política pública tem que ser vista numa outra ótica para atender a todos. Todos os cidadãos, toda a população brasileira. Primeiro, porque o maior erro das políticas públicas é isso, não atender todo mundo. Sair do viés machista, patriarcal, binário e cisgêneros (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Os apontamentos de Nina quanto aos estereótipos adotados nas políticas públicas a respeito dos modelos de família, assim como discutido no capítulo sobre estereótipos da política sobre as famílias e as mulheres, se refere a tentativa de considerar a “tradicional família

brasileira” uma referência, um modelo idealizado que traz determinada ordem social e moral em sua concepção, e que acaba por gerar hierarquizações e preconceitos (BOURDIEU, 2002; ROSA, 2006).

Tal noção vai ao encontro da perspectiva discutida por Bourdieu (2002) quanto ao patriarcado público, que reforça prescrições do patriarcado privado no âmbito das famílias a partir dos serviços públicos e do Estado. Conforme ressalta Rosa (2006), há um modelo idealizado de família, que como indica Nina, é, além de heterossexual e monogâmico, patriarcal, binário e cisgênero. O que faz com que todas as outras famílias de arranjos diversos sejam consideradas em relação a este modelo, que conforme indica a autora, serve a uma forma de controle:

Existem diferentes arranjos familiares, porém há um modelo idealizado, que vemos desde criança nos livros escolares, nos filmes e propagandas da televisão: a chamada família nuclear, onde a divisão de papéis é bem definida, a mãe cuida da casa e dos filhos, e o pai é o chefe da família. É a tradicional família heterossexual, monogâmica e patriarcal. Esse modelo acaba servindo como sistema de controle, que gera classificações e preconceitos (ROSA, 2006, p. 7).

Ainda que valores conservadores possam vir a se transformar com o tempo, estes ainda convivem e se mantem de forma concomitante a outras concepções sobre famílias, já que tais modelos não se esgotam em seus tempos. Neste sentido, ainda que convivam perspectivas mais progressistas quanto às mudanças das famílias e perspectivas patriarcais conservadoras, é observado na literatura sobre Assistência Social uma autocrítica às ações e intervenções que, baseadas na noção de matricialidade sociofamiliar, adotam uma atuação moralista, acrítica e que podem vir a desconsiderar as contradições e relações de poder que se reproduzem no interior da dinâmica familiar e que estão relacionadas aos aspectos estruturais da sociedade (CARMONA, 2019b; CARLOTO; SILVANO, 2008; GASPAROTTO, 2017b).

Os documentos regulatórios da Política de Assistência Social tratam da centralidade familiar e denotam a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante e aspecto privilegiado para a organização das ações do SUAS. Nestes, assim como a família é reconhecida como um espaço indispensável de proteção, cuidados e socialização, o núcleo familiar é também considerado contraditório, demandando proteção e cuidado, principalmente a partir das fragilizações e contradições que vem sofrendo em função das transformações econômicas, sociais e de hábitos e costumes vinculadas ao modelo de sociedade capitalista.

Resquícios desta lógica conservadora quanto às famílias são evidentes quando, por exemplo, os serviços adotam perspectivas em que as mulheres são enquadradas exclusivamente

como mães, únicas representantes dos grupos familiares. Há também sempre o risco de que frente a famílias de baixa renda, seja implementada uma agenda moralista de controle e prescrição, ao invés de um trabalho voltado para a construção de acesso aos direitos e à promoção social (CARLOTO E SILVANO, 2008; GASPAROTTO, 2017a; GASPAROTTO, 2017b). Críticas a tais perspectivas são também observadas nas publicações que fazem discussões sobre a concepção familista da Política de Assistência Social, e que discutem o papel das mulheres nas famílias e a manutenção conservadora da lógica patriarcal, por parte das políticas públicas (CARMONA, 2019b; CARLOTO; SILVANO, 2008; CARLOTO & NOGUEIRA, 2018).

Como discutido inicialmente neste trabalho, é interessante ressaltar que a própria Política Nacional de Assistência Social admite em seu texto que “nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social” (BRASIL, 2004, p. 35). O que pode ser considerada uma concepção familista, pois tal perspectiva responsabiliza a família pela proteção e cuidado de seus membros, privatizando-se no âmbito familiar uma responsabilidade do poder público.

Segundo Gasparotto (2017a), a família, como integrante essencial das estratégias públicas para a proteção social dos cidadãos, acaba por ficar pressionada e sobrecarregada, enquanto cuida e protege seus membros e assume responsabilidades diante do Estado e da sociedade.

Desta forma, a matricialidade sociofamiliar tem importante função enquanto tentativa de superar a fragmentação dos atendimentos, superando a perspectiva que considera indivíduos descontextualizados de seus núcleos familiares e meios sociais. Além disto, busca se constituir enquanto estratégia de proteção social e de autonomia às famílias em situação de vulnerabilidade social. No entanto, há um risco de que tal princípio induza concepções no sentido familista, que busquem responsabilizar as famílias por suas mazelas sociais, bem como proponham um sistema de controle, normatizando e disciplinando as vivências familiares.

Diante deste contexto, é importante assinalar que, no interior das famílias, em função das concepções tradicionais e patriarcais, as atividades necessárias à garantia dos cuidados e proteção social recaem sobre as mulheres. Nos trechos a seguir, os trabalhadores de ambos os CRAS apresentam em suas falas as dimensões de normatização e controle das famílias, bem como apontam de forma crítica como é evidente a responsabilização, a sobrecarga e o disciplinamento, por parte das políticas públicas, em relação à mulher.

Eu tava lembrando de uma família que eu atendi que foi de auxílio trigêmeos. Primeiro auxílio trigêmeos pelo menos dos últimos anos, é raro, né. E assim, essa família que eu atendi de auxílio trigêmeos era uma família, muito entre aspas, estruturada, daquela família Dorianã pai e mãe, avó que toma conta, uma renda razoável e eu fiquei refletindo enquanto a gente estava conversando aqui... e se esse auxílio trigêmeos fosse para aquela mãe, monoparental feminina que já tivesse cinco filhos, que tivesse desempregada. Será que o meu pensamento seria o mesmo? Sabe, tipo assim, talvez meu pensamento seria assim, “nossa, trigêmeos, como é que engravidou...” A gente tem muito dessa fala, “nossa, mas já tem tantos filhos, né, vai arrumar mais filho” ... Isso não é uma fala, quando a gente diz isso, isso já não é um tratamento diferenciado? Porque essa família que veio aqui é uma família estruturada, que tem uma certa condição, o auxílio... “os trigêmeos é lindo, né, que lindo, que família linda!”. Agora se fosse essa mãe que já tem três filhos, desempregada, vivendo de Bolsa Família, provavelmente eu não teria esse pensamento. Então assim, eu já tô colocando a minha culpa nisso, porque a gente tem esse pensamento sim. Eu tô pensando exatamente nessa situação das mães sozinhas com muitos filhos... é um tratamento diferenciado. Eu pensar assim, querendo ou não, isso provavelmente vai mudar minha fala, minha postura, a minha forma de ser no atendimento (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

A questão do Centro de Saúde, se ela chega lá pra fazer um pré-natal, uma pessoa que tem uma estrutura, é diferente. Uma mãe solteira que tem vários filhos com vários homens, é diferente, vai chegar lá vão falar, “Nossa! Você tem três com três homens e ainda vai arrumar mais menino”. Pode ser que não fale, mas vai tratar ela diferenciada (Recepcionista do CRAS Rola Moça).

A questão de gênero, o gênero masculino como sempre bastante ausente... quando a gente chama, a família puxa... mas é aquela dificuldade de acesso. A dificuldade da mulher, é aquilo que a gente estava conversando aquele dia, a mulher é sempre colocada, até mesmo nos critérios do CadÚnico, aquela nossa conversa de corredor, ela acaba sendo mais sobrecarregada ainda... tem uma fala de empoderamento, mas ao mesmo tempo tem mais de responsabilização. Ela acaba respondendo por quase tudo que ocorre na família, às vezes com o companheiro em casa, mas ele não vem aqui, que é um público difícil de atingir, em todos os CRAS (Técnico 1 do CRAS Capão).

Conforme discutido, concepções críticas, como estas apresentadas pelos trabalhadores, que reconhecem a existência das perspectivas familistas e problematizam as práticas que desejam enquadrar as famílias a partir de modelos idealizados, convivem com concepções que reforçam visões estereotipadas da família, do lugar da mulher no grupo familiar e na sociedade. Neste sentido, faz-se necessário problematizar visões estereotipadas das famílias que, como salienta Carmona (2019b),

superestimam a capacidade das famílias de autopromoverem o cuidado; uniformizam as necessidades, as relações internas e produzem estereótipos acerca dos papéis familiares, desconsiderando a pluralidade, heterogeneidade, multiplicidade de significações e organizações da família atualmente (p. 84).

Neste sentido, os achados da pesquisa também apontam que ainda que a Política de Assistência Social reconheça a diversidade de arranjos familiares e suas variadas dinâmicas, as concepções familistas também se fazem presentes, buscando naturalizar, ignorar ou normatizar

o contexto social e histórico no qual os grupos familiares estão inseridos. Neste cenário, as famílias, e especialmente as mulheres, desempenham a proteção social dos membros mais frágeis da família, exercendo proteção, sustento, guarda, socialização, educação e cuidado, enquanto o Estado tem uma atuação limitada quanto as garantias de direitos socioassistenciais.

6.1.2.8. Público LGBTQI+

Outro aspecto muito presente nos achados da pesquisa, se refere à abordagem das políticas públicas quanto ao acesso do público LGBTQI+ aos serviços e aos seus direitos. Tal discussão é trazida por Nina em suas falas, de forma bastante elaborada e politizada, e será destacada, a seguir, nos próximos trechos. Destaca-se o fato de que, no que diz respeito à violação de direitos e à violência homofóbica, o Brasil é o líder mundial em assassinatos às pessoas transexuais (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019). Tal realidade é trazida à pesquisa a partir das falas de Nina, da seguinte maneira:

Todos os anos, eu não sei se você sabe desses dados, eu repito para que as pessoas tenham consciência disso, eu não gosto de ficar repetindo porque as pessoas acham que é mimimi, que é vitimização, não é. É um alerta, todos os anos o Brasil é o primeiro país do mundo no ranking de mortes de travestis e transexuais. É o país que mais mata travestis e transexuais e ninguém faz “na-da”. Todos de braços cruzados para isso, não só eles, os governantes, muitos trabalhadores, muitas pessoas estão de braços cruzados. Já saiu o último relatório de mortes de travestis e transexuais no Brasil feito pela Antra e pelo Instituto Brasileiro de Transeducação. Porque infelizmente nem no IBGE a gente existe. Você sabe que no último CENSO não tem gênero, nem orientação sexual, né, de 2010, o último.

E nos últimos censos tem sido feito isso, eles identificam quando a pessoa é travesti ou transexual, eles jogam como homens. Orientação sexual não tem o campo, “não se aplica”. Então é muito triste isso, negar nossa existência, negar que nós existimos, que a gente paga imposto.

Não vê a gente como cidadão... Para eles só são cidadão quem tá dentro da normalidade. Eles não reconhece... mesmo que a pessoa esteja em vulnerabilidade... (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Assim como destaca Nina, o Dossiê de Mortes e Assassinatos de Pessoas Trans também indica que, em 2018, foram 167 pessoas trans assassinadas no país, sendo o Brasil o líder do ranking mundial de assassinatos de Travestis e Transexuais com 47% das mortes notificadas no mundo. Quanto a faixa etária, 60,5% das vítimas tinham entre 17 e 29 anos e, quanto a raça, 82% dos casos foram identificados como se tratando de pessoas pretas e pardas – o que denota

o inter cruzamento de tais marcadores sociais quanto à maior exposição à violência (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019).

Tal como ressaltou Nina dizendo das especificidades das demandas das pessoas trans em suas interações com as políticas públicas e destacando a invisibilidade desta população para a sociedade, o fato de que o IBGE não considera em seu Censo as pessoas trans, é uma evidência alarmante desta situação. Em função desta iniquidade e invisibilidade social, foi necessário, em 2018, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) oficiar a Defensoria Pública da União (DPU), a fim de que essa se manifestasse junto ao IBGE quanto a inclusão de questões demográficas referentes à população LGBTQI+ no próximo Censo (ANTRA, 2020).

Quando envolve população LGBT, é o que eu falo quando eu vou nas reuniões, nas secretarias e tudo... Às vezes eu sou a única pessoa LGBT lá, né, aí eu falo assim, “gente, agora eu vou falar com vocês sobre a minha população. Porque eu entendo o problema de cada um, mas quando é com LGBT o buraco é bem mais fundo, bem mais embaixo e bem mais complicado porque tudo para gente é difícil. Tudo para a gente é muito mais difícil... que uma pessoa cis gênero não passa”. Então eles nem vão imaginar que isso acontece?! Nunca! (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Segundo Mendes (2018), as violências contra a população LGBTQI+ estão presentes nas diversas esferas de convívio social e na constituição das identidades dos indivíduos. De forma que, no âmbito familiar, na escola, no ambiente de trabalho, na justiça, na polícia e nas diversas esferas do poder público é possível identificar desigualdades sociais, iniquidades perpetradas pelo Estado e variadas formas de violência contra a população LGBTQI+.

Ela pode nascer filha do Silvio Santos, ela é travesti ou transexual, ela nunca vai ser privilegiada. Porque ela sempre vai ser vítima de violência, mesmo sendo rica, travesti e transexual. Eu ainda tenho o acesso, eu não vou dizer o privilégio, eu tenho acesso a um pouco mais. Eu tenho acesso às políticas que se compara as lésbicas, gays e bissexuais, LGB, eu acesso aí uns 45-50% o alcance dessas pessoas. Mas 90% das travestis e transexuais não alcança nem 25% dessas políticas (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Partindo-se deste trecho, será destacada a discussão estabelecida por Nina a respeito do acesso das pessoas trans a seus direitos junto às políticas públicas e, em seguida, serão ressaltadas situações de preconceito sofridas pela entrevistada nas interações com os serviços públicos, inclusive em uma situação relacionada a um CRAS. Esta seção será finalizada trazendo uma concepção apresentada por Nina, a respeito da noção de preconceito acumulado, que dialoga em grande medida com a perspectiva interseccional estudada no presente trabalho. Assim, a respeito de seu acesso ao SUS e ao SUAS, Nina indica o seguinte:

Eu não posso reclamar da Assistência [Social] e da Saúde, que são onde a gente tem mais direitos garantidos. Se eu for falar só dá Assistência, não, a gente já tem uns 50% de direito garantido, não vou ser injusta com a Assistência Social. Se a gente for falar de SUS a gente tá um pouco mais avançado que a Assistência. No SUS a gente tem 70% de direito, 70 é um exagero, 60% de direito garantido no SUS. Porque no SUS a gente tem muito mais leis que nos resguardam que no SUAS, entendeu. O SUAS precisa de melhorar muito para pelo menos chegar perto do SUS, entendeu, mas o SUAS e o SUS junto em comparação ao resto da sociedade, nós estamos muito bem. Nós estamos bem demais juntando SUS e SUAS, nós temos bastante direito reconhecido, somos muito respeitadas comparando com o restante de políticas públicas na sociedade (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Nina durante toda a sua fala enfatiza de maneira marcante sua atuação nas diversas frentes de defesas de direitos das pessoas LGBTQI+, inclusive como conselheira local de Saúde, e ressalta que a garantia de direitos para a população LGBTQI+ é resultado de considerável esforço político por parte dos movimentos sociais para conquistas de direitos básicos, como o nome social, que será discutido a seguir. Neste sentido, a participante quantifica e reconhece que a população trans tem 60% dos direitos garantidos no SUS e 50% no SUAS – indicando a necessidade de se avançar nas políticas públicas, principalmente no âmbito da Assistência Social, quanto à garantia de direitos das pessoas LGBTQI+.

Mello *et al* (2012), indicam que os problemas com os quais lida a população LGBTQI+ no que se refere ao acesso a serviços de saúde são particularmente dramáticos nos casos de travestis e transexuais, tendo em vista que, além do atendimento especializado para demandas que não se colocam para outros segmentos populacionais, como alterações corporais associadas ao uso de hormônios e silicone, enfrentam ainda a transfobia institucional que incide sobre esta população.

Também sobre o acesso à direitos de pessoas trans no SUS e no SUAS, Mendes (2018), pesquisando o acesso das pessoas trans a estas políticas, indica que as entrevistadas de sua pesquisa conheciam e acessavam os serviços, no entanto, a avaliação destas era que os serviços não estavam alinhados às suas necessidades específicas e às suas singularidades. Tais serviços, segundo a autora, acabavam por produzir e reproduzir violências por meio de regras e normas de funcionamento excludentes. Segundo ela, tal falta de reconhecimento da singularidade dos sujeitos trans é a “expressão da violência institucional que reproduz as estruturas sociais injustas e se materializam através das regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas” (MENDES, 2018, p. 85).

A autora então recomenda que para mudar tal realidade de exclusão e invisibilidade destes sujeitos nos serviços se faz necessário flexibilizar processos de trabalho, respeitar os

modos de vida desta população de maneira a não ampliar o leque de violações às quais este público está sujeito (MENDES, 2018).

6.1.2.9. Nome social

Um dos aspectos citados pelas mulheres trans pesquisadas por Mendes (2018), e que também é enfatizado por Nina, diz respeito ao uso do nome social, conforme se segue nas próximas falas da usuária:

Então são situações muito tristes que eu já fiquei sabendo de várias, várias. A principal é a negação da identidade das pessoas transexuais e travestis, entendeu. A principal. Por incrível que pareça, de gays eu quase não ouço reclamação de CRAS, lésbicas, entendeu. Mas pessoas trans e travestis tem muitos casos (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Eu já vim várias vezes no posto brigar com ela [gerente do Centro de Saúde] por causa disso. O meu cartão do SUS chegou com meu nome errado, aí eu vim aqui com ela e falei, “olha aqui, pa-pa-pá”. Mostrei tudo para ela e “você conhece essa lei?” Imprimi a lei para ela. Aí ela leu a lei, olhou para mim, falou, “olha, eu já ouvi falar dessa lei, mas ainda não foi passado para gente o que era para fazer frente a essa lei, não.”; “Quando sair uma lei, é uma dica que eu te dou: leia! Porque meu crachá, meu cartão SUS, meu prontuário, tudo... era pra estar com meu nome social, a minha tratativa, tudo tem que ser com meu nome social.” Antes da Coordenadora 1 [atual coordenadora] entrar aqui no CRAS eu também passei por isso, com a antiga gestão, eu também passei por isso. Na segurança pública, na Guarda Municipal, até um ano e meio atrás não tinha o respeito do nome social (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Por exemplo, eu já cheguei na UPA várias vezes para fazer visita ou até mesmo treinamento com o pessoal da UPA e o pessoal que é terceirizado, que trabalha na portaria, me tratar como “ele”, como “senhor”, antes da minha troca de documento. Então já passei por isso muitas vezes, então assim, tem casos extremos. Eu já ouvi... isso não aconteceu comigo... de travestis e transexuais denunciaram quando foram no CRAS e tratam elas com o nome masculino... e a gente tem uma lei que resguarda elas. Então assim, eu já ouvi situações de fazer o cartãozinho do SUS com o nome delas também assim (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Você não sabe a luta... melhorou muito aqui em Belo Horizonte. Muito! Hoje em dia é raríssimo uma transexual ou transsexual chegar lá na ONG, ou me ligar, “Olha, Nina, eu sofri transfobia no Centro de Saúde tal...”; “Nina, meu nome não foi respeitado lá na unidade de saúde tal...” É muito raro eu escutar isso hoje, mas há 3 anos atrás, eu escutava isso todo dia, todo dia! (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Assim como na pesquisa de Mendes (2018), em que as participantes enfatizaram a importância do uso do nome social e relataram que atualmente ele é respeitado com maior regularidade nos serviços que acessam, Nina também indica tal realidade de maior respeito ao nome social nos serviços acessados pelas pessoas trans, apesar de já ter enfrentado diversas situações de preconceitos e de enfrentamentos com agentes públicos por este motivo.

Tal direito é garantido às pessoas trans no SUS, a partir da Portaria 1.820/2009, que indica que é direito da pessoa atendida no SUS, além de atendimento humanizado, acolhedor e

livre de discriminação, a identificação pelo nome e sobrenome e campo para se registrar o nome social, independente do registro civil - sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas (BRASIL, 2009).

Como se refere Silva *et al*, “ao se sentir reconhecido, compreendido em sua identidade de gênero e, principalmente respeitado, o usuário sente-se confortável para acessar os serviços e usufruir de seus direitos em saúde” (p. 839). Também neste sentido, do ponto de vista dos profissionais, o uso do nome social pode representar um meio para promoção do acesso das pessoas transexuais e travestis ao serviço, pois favorece o acolhimento e o estabelecimento do vínculo profissional-usuário, o que pode influenciar a permanência e adesão do usuário no serviço e aos cuidados em saúde (MENDES, 2018).

Com relação ao SUAS, este é um direito garantido desde 2015, a partir de decisão da sociedade civil durante a 10ª Conferência Nacional de Assistência Social. A partir de Abril de 2016 foi publicado o Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016). A partir de então os serviços do SUAS se adequaram ao uso do nome social, inclusive o Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), no qual, desde 2015 conta com a alteração do campo “4.04 – Apelido” para “Apelido/Nome Social” (BRASIL, s/d).

Tal prática profissional de respeito ao nome social é valorizada por pessoas trans atendidas em serviços de Assistência Social, que indicaram, na pesquisa de Mendes (2018), que consideravam terem sido bem atendidas quando tinham seu nome social respeitado nos atendimentos.

Neste sentido, conclui-se que o nome social tem especial importância para as políticas públicas e para os agentes públicos, pois pode representar uma atitude inicial de acolhimento e escuta às demandas do público trans, além de representar um reforço à perspectiva relacional da produção do cuidado junto a este público vulnerável. Enquanto do ponto de vista do usuário, ter seu nome social respeitado é a garantia do cumprimento de um direito assegurado e da acolhida digna nos serviços.

6.1.2.10. Transfobia

Respondendo à pergunta quanto a já ter sofrido preconceito no CRAS ou em algum outro órgão público, Nina relata situações de transfobia sofridas no âmbito da administração pública municipal, em uma situação em que foi fazer uma entrevista de seleção de estágio em um CRAS e no tratamento recebido em uma ocasião em que foi realizar capacitações na Guarda Municipal - além daquelas já relatadas quanto ao desrespeito de seu nome social no âmbito da Saúde.

Já, já, eu mesmo já fui vítima de um. [...] Fui fazer a entrevista no CRAS aí eu fui, tal, tinha uma pessoa sendo entrevistada quando eu cheguei. Fiquei aguardando, me atenderam. Na época eu já era mulher trans, mas eu não tinha documento como Nina e nem meu sexo como feminino na documentação, meu nome era outro. Nome de homem e tal... aí a pessoa pegou, né, me chamou, não citou o nome... mas, me chamou, “você que tá aguardando entrevista?”; “é”. Aí me chamou lá dentro me perguntou, lá dentro fez uma entrevista comigo e tal. A entrevista mais foi sobre a minha vida do que sobre questões profissionais... sobre que eu esperava do Serviço Social, né, e tal. [...] Aí a pessoa pegou e falou assim, “nossa, seu currículo realmente é muito bom! Beleza a gente vai pegar e vai dar o retorno.” E eu tinha um amigo que era desse CRAS e eu não sabia que trabalhava lá. Que que aconteceu, fui lá fiz entrevista, né, aí essas pessoas pegaram e não me deram retorno (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Nina relata que entrou em contato com o CRAS e questionou o motivo de não ter uma resposta quanto a entrevista. O retorno que obteve foi de que não havia sido aprovada e quando questionou o motivo ouviu o seguinte:

“Porque você não se encaixa no perfil, você não é uma pessoa que tem perfil para trabalhar no CRAS”. Aí eu falei, “por que?”. Aí a pessoa nem respondeu, desconversou e desligou (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Em seguida, ela descreve a conversa que teve com seu amigo, trabalhador do referido CRAS:

Aí eu peguei um dia, meu amigo me ligou e falou “Nina, tudo bem? Eu tenho uma coisa para te falar que tá pesando muito no meu peito, eu tenho que te contar.” Ele falou, “Olha, você foi fazer entrevista na regional tal no CRAS tal, não foi? Pois é, Nina, não queria te dizer isso, mas já te dizendo e te alertando, uma coisa que você vai enfrentar de agora em diante... agora que você entrou no Serviço Social. Você tá em qual período?”; “no segundo... eu acho que eu não passei também porque eu estava no início e tal... Ele falou, “não, não é por causa disso, não, você não foi contratada porque é uma pessoa trans, não te contrataram por isso”. Eu falei, “como assim?” Ele falou, “olha, Nina, eu estava na sala ao lado e eu ouvi elas virando e falarem, “eu não vou colocar uma pessoa trans para fazer acompanhamento de perfil socioeconômico e acompanhamento em residência das pessoas, porque podem ter pessoas que não vão querer que ela não entre na casa delas, não é uma pessoa que eu vou arriscar de colocar pra trabalhar aqui porque pode ter pessoas que não vão querer ser atendidas por ela.” E aí eu fiquei muito, muito, muito chateada (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

A outra situação de preconceito relacionada ao treinamento na Guarda Municipal Nina descreve da seguinte maneira:

Aí dentro da prefeitura um dia dando treinamento para Guarda Municipal... aí você já pode esperar, né... aí eu passei por uma série de ações preconceituosas lá dentro. Me trataram como senhor, “ele”, mesmo eu tendo me apresentado como Nina. [...] E aí assim chegou um ponto de eu ter que me virar para o guarda, o cabo guarda municipal, “olha aqui, deixa eu te falar uma coisa, você é cabo e eu não estou te desrespeitando, o senhor não me desrespeite mais”. Aí ele ficou assim assustado. Peguei meu documento de identidade, joguei na mesa. “Olha aqui minha identidade está aqui, meu nome é Nina, meu sexo é feminino, e você vai me tratar por ‘ela’. Se você me chamar de ‘ele’ mais uma vez eu vou te processar, porque legalmente eu sou uma mulher.” Nossa! Ele ficou uma fera porque eu tava como funcionária pública, mas para eles não... (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Estas duas situações relatadas por Nina retratam a violência institucional que, a partir da homofobia, da transfobia, do machismo e da heteronormatividade, provocam sofrimento e restringem o acesso das pessoas trans aos espaços públicos e a seus direitos. Tais achados vão ao encontro dos resultados da pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, de 2008, que demonstraram que cerca de 90% dos entrevistados acreditava haver preconceito contra LGBT no Brasil; 26% admitiram ter preconceito pessoal contra gays, e 29% contra travestis (SEFFNER, 2011). Tais sujeitos participantes desta pesquisa, que admitem ter preconceito pessoal contra gays e travestis, assim como tais concepções que guiam esse tipo de posicionamento também estão presentes no âmbito do serviço público e embasam situações de transfobia, como as relatadas por Nina. Prado (2011) chama de sistema de humilhação, a dinâmica de naturalização de inferiorizações sociais, sistema este, no qual a homofobia se insere e se articula com outras formas de violência. Conforme indica o autor:

Enquanto elemento desse sistema de humilhação, a homofobia se aproxima de (e se articula a) outras formas de discriminação como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, pois consiste em considerar o outro (no caso, homossexuais e transgêneros) como desigual, inferior, anormal. Além disso, como qualquer outra forma de intolerância, a homofobia se articula em torno de emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo um instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e dominação de uns sobre outros (PRADO, 2011, p. 63).

Neste contexto de hierarquização social que inferioriza e toma como corpos abjetos as pessoas trans, as identidades de gênero não hegemônicas são alvo de violações de direitos e desproteção por parte do poder público e estão inseridas neste sistema de humilhação indicado por Prado (2011). A articulação de discriminações que compõe tal sistema de humilhações é também abordado de maneira muito bem elaborada por Nina, a partir da noção que ela denominou de pirâmide do preconceito acumulado.

Infelizmente tá surgindo um fenômeno na nossa sociedade que eu chamo de preconceito acumulado. Vamos dizer que a gente tem uma pirâmidezinha de preconceitos. [...] vamos dizer assim... que tem o ranking do preconceito. Por ser mulher eu já subo do ranking 6 pro 5. Tem a pirâmide, a base da pirâmide são as pessoas que sofrem menos, menos, menos preconceito E tá lá. Eu já subo pro cinco por ser mulher, eu já subo pro 4 por ser negra. Eu já subo pro degrau três por ser transexual e travesti... não, minto, três é por ser favelada, porque eu moro na favela, né. Já subo pro degrau dois por ser gorda, porque a sociedade é muito gordofóbica, ela é demais, né. E subo pro patamar número um, o hall supremo do preconceito, da discriminação, por ser transexual e travesti. Mesmo sendo branca, magrinha e tal tal tal... a pessoa quando é transexual e travesti ela é empurrada para o número 1, né. Muitas vezes ela consegue estar no 2, no 3, em algumas situações, muito raras, muito desconexas. Mas sempre ela vai ser alvo das mesmas violências de quem tá no hall um de preconceito e discriminação. Por isso que eu chamo de pirâmide do preconceito, que eu chamo de pirâmide do preconceito acumulado. Que é um fenômeno que tá surgindo, né. E eu ainda tenho vontade de escrever sobre isso, desenvolver uma tese sobre a pirâmide do preconceito acumulado. Então é isso, ao acúmulo... as pessoas estão fazendo o acúmulo... cada vez que junta uma dessas características, mais vulnerável a pessoa fica na sociedade (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Tal noção da pirâmide do preconceito acumulado, trazida por Nina, dialoga em grande medida com a perspectiva interseccional com a qual esta pesquisa busca trabalhar. Assim como a noção de interseccionalidade, o que Nina busca ressaltar são os efeitos das articulações das violências vivenciadas pelos sujeitos de grupos sociais subalternizados que acumulam posições sociais inferiorizadas. Neste sentido, para ela, ser mulher negra, favelada, gorda e transexual, a coloca no “hall supremo do preconceito”.

A perspectiva de uma valoração hierárquica que orienta a sociedade e as posições sociais privilegiadas e vivências inferiorizadas também foi concebida por Rubin (1993) para indicar um sistema hierárquico de valores sexuais. Neste modelo, também piramidal, ocupam os lugares de privilégio, no topo da pirâmide os heterossexuais, casados e reprodutores, em relacionamentos institucionalmente reconhecidos. Em seguida, estariam os heterossexuais monogâmicos não casados. Os casais estáveis de gays e lésbicas estão, como se refere a autora, nas bordas da respeitabilidade, enquanto homossexuais que tem vários parceiros estariam na base da pirâmide, um pouco acima daqueles que a autora nomeia como as castas sexuais mais depreciadas. Entre estes estariam transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadoras do sexo, profissionais da pornografia e, abaixo de todos, os pedófilos, cujo o erotismo transgride as fronteiras geracionais.

O que a autora indica com esta hierarquia sexual valorativa é que há um reconhecimento diferencial a indivíduos e grupos e que existe uma sexualidade melhor que as outras, a qual deveria ser seguida por todos. Neste sentido, forma-se também uma hierarquização

proporcional entre a prática sexual e o poder, o que a autora identifica como uma economia política da sexualidade.

Tal perspectiva ajuda a compreender as discriminações sofridas pelas pessoas trans e contextualizam as falas trazidas por Nina em relação aos preconceitos sofridos por ela nos serviços públicos. As hierarquizações sociais estabelecidas legitimam os preconceitos e violências, uma vez que determinados sujeitos são tomados como imorais, pervertidos, indignos, de maneira que a estes podem recair impunemente perda de apoio institucional, sanções econômicas, penalidades jurídicas, restrições na mobilidade e no acesso a direitos (PRADO, 2011; RUBIN, 1993).

Para fechar a discussão desta categoria de análise serão trazidas as falas de Nina, nas quais a participante questiona o lugar no qual as travestis e transexuais são colocadas em função de determinadas expectativas da sociedade em relação a estes sujeitos. Assim, como discutido nas noções de pirâmide do preconceito de Rubin (1993) e também como abordado por Nina, recorrentemente as hierarquizações sociais colocam pessoas trans como imorais, associadas à prostituição e à criminalidade de maneira que tais sujeitos não tem direito a voz, pois estão em um lugar no qual suas humanidades não são reconhecidas (RIBEIRO, 2017; BUTLER, 2013). Tratando desta discussão, Ribeiro questiona:

E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? (RIBEIRO, 2017, p. 44).

O que se pode observar na fala de Nina, que se segue, é que a participante critica esta organização social que desconsidera sua humanidade e destaca a importância do posicionamento de falar de si para além dos estereótipos e dos silenciamentos. Também neste sentido, Gonzales (1983) indica a relevância de falar de si, diante de um contexto social em que determinados sujeitos, como as mulheres negras e as pessoas transexuais, tem sido falados e infantilizados, “por não terem uma fala própria” (p. 225). Segue, portanto, a fala de Nina fazendo tal discussão:

Eu tava falando ontem com a menina, porque ontem eu fui entrevistada pelo Band Minas. [...] eu falando com ela sobre isso, “olha engraçado, né, você é a primeira repórter que me procura para poder falar sobre uma travesti, uma transexual que não se prostituiu. Porque todo mundo que me procura da reportagem, procura para eu poder falar sobre morte, sobre cadeia, sobre violência, discriminação”. E eu falei com

ela, “vocês já pensaram em um dia fazer uma reportagem com travestis e transexuais que não se prostituem, que não tá na cadeia, que não tá na rua, que não estão sofrendo violência? Pra mostrar que a gente também... se a gente tiver oportunidade, a gente tem uma vida como qualquer outra pessoa. Aí ela virou para mim e falou assim, “olha, nossa, que ponto de pauta interessante, eu nunca pensei sobre isso!” E olha que ela deve ser uma jornalista mais de 10 anos de profissão. Ela falou, “olha, é uma ideia sensacional, eu vou levar isso para a editora hoje”. É o sensacionalismo da mídia! Ninguém quer saber da travesti que tá dando aula aqui na escola atrás, do que que ela passou para tá ali, mas ela teve oportunidade de tá ali transformando a vida de várias crianças. E ninguém quer saber disso. Ninguém quer saber da travesti que se tornou delegada de polícia e que hoje tá prendendo bandidos ajudando a sociedade, ninguém quer saber da travesti que é enfermeira e tá diminuindo a dor medicando, tratando pessoas no hospital. Todo mundo quer saber daquela que está prostituindo e em violência muito triste (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

A dificuldade em considerar as vivências das pessoas trans como legítimas faz com que a sociedade, a mídia e as outras instâncias sociais lidem com os estereótipos construídos acerca destes sujeitos e nunca com suas reais necessidades, demandas e vivências. Segundo MAYORGA *et al* (2013), reconhecer a fala de tais sujeitos é fundamental para denunciar as opressões as quais estes estão submetidos e para colocar em disputa a construção de sistemas de significados e de subjetivação que fazem contraponto ao sistema dominante excludente.

O reconhecimento e respeito a tais pessoas como sujeitos de direitos é urgente e necessário para a dignidade destes e para o aprimoramento do aparato estatal, uma vez que reconhecidas as demandas específicas destes sujeitos, seus sistemas de significação e subjetivação, se faz possível a criação de uma nova cultura e de novas consciências - que comporão as instituições públicas e povoarão concepções e práticas sociais dos agentes públicos envolvidos com o Estado.

Neste sentido, faz-se fundamental a acolhida digna e respeitosa a essa população em todos os serviços, além de ofertas públicas específicas, quando este for o caso, de maneira a assegurar os direitos das pessoas trans e dos demais grupos subalternizados por questões de gênero. Para tal, assim como indica Mendes (2018), os achados da pesquisa apontam que é essencial o investimento em formação continuada dos agentes públicos e usuários em direitos humanos e diversidade sexual, a fim de favorecer o respeito e a promoção de direitos do público trans e dos diversos públicos vulneráveis.

6.1.3. CLASSE

Dando início à discussão dos achados da pesquisa relacionados às concepções e práticas dos participantes relacionadas à categoria social classe, cabe ressaltar que se tem em vista que o capitalismo nas sociedades modernas é o pano de fundo para a produção de quaisquer experiências sociais. Ao longo dessa seção será discutido como este modelo econômico subsidia e organiza as dinâmicas de trabalho, considerando que ele está relacionado à divisão sexual e racial do trabalho, embasa dinâmicas sociais de exclusão social, constitui hierarquias, processos identitários e dinâmicas de reconhecimento (BOURDIEU, 2002; SAFFIOTI, 2004; DINIZ, 2013).

Diversas disciplinas, como as Ciências Sociais, o Serviço Social e a Psicologia, tem se esforçado para compreender, a partir do modelo de economia capitalista, os processos de desigualdade instalados nas sociedades desde a modernidade e como estes processos estão relacionados à formação de uma estrutura social e política que ordena e distingue os sujeitos (BOURDIEU, 2002; MIOTO, 2004; MAYORGA E PRADO, 2010). Partindo-se da perspectiva estruturalista de tradição psicossociológica, tem-se que modelos econômicos subsidiam a (re)produção de desigualdades sociais e a divisão do trabalho, assim como organizam a sociedade em camadas distintas e antagônicas. Neste contexto, a redistribuição de riquezas é a possibilidade de transformação e emancipação dos sujeitos da história – neste caso, a classe trabalhadora. Tais pressupostos marxistas possibilitaram o desenvolvimento de diversas leituras sobre as sociedades, bem como desempenharam importante função na organização de uma resistência a tal modelo econômico com a proposição de projetos de transformação social (SOUZA, 2016; DINIZ, 2013).

A perspectiva economicista da realidade mantém sua importância e sua pertinência teórica e ideológica, contudo, como tem sido discutido ao longo deste trabalho, diferentes concepções sobre os processos de desigualdade tem sido desenvolvidas a partir de novos sujeitos políticos que tem pautado suas demandas e realizado seus enfrentamentos relacionados ao racismo, ao machismo, à homofobia, à xenofobia e outras formas de preconceitos e opressão.

Tais padrões de desigualdade e opressão se (re)produzem dentro e fora da classe trabalhadora, de maneira que estas “novas” tematizações e categorias sociais se fazem relevantes, assim como a classe, compondo de maneira articulada os sistemas sociais de ordenamento e hierarquização social (DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2017; DINIZ, 2013). Neste sentido, no decorrer da seção também serão abordadas discussões que cruzam classe e gênero,

e classe e raça, de forma a buscar considerar as articulações das opressões relacionadas a tais marcadores sociais e produzir reflexões mais próximas da complexidade da realidade trazida pelos participantes.

Com relação aos grupos focais e entrevistas, a discussão sobre classe foi suscitada a partir da pergunta “Vocês acham que pessoas pobres e ricas tem acesso aos mesmos direitos no Brasil? Vocês acham que pessoas pobres e ricas tem o mesmo atendimento no CRAS?” aplicada nos grupos focais; e nas entrevistas a pergunta foi aquela relacionada aos preconceitos e discriminação de maneira geral, “Você já vivenciou ou observou algum tipo de preconceito ou discriminação em um atendimento ou em um grupo do CRAS? Como foi?”.

Interessante observar que, assim como será destacado a seguir, prontamente à esta pergunta, a participante Ciça, usuária do CRAS Capão, respondeu se referindo ao preconceito que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) sofrem por serem famílias de baixa renda, beneficiárias de programa social de transferência de renda. Com relação aos trabalhadores, estes trazem nos grupos focais discussões interessantes sobre a condição socioeconômica das famílias atendidas no serviço restringir os seus acessos aos direitos; destacam o precário acesso da população atendida ao mercado de trabalho; e também discutem aspectos transgeracionais da pobreza e suas consequências nas diferentes faixas etárias.

Tais discussões estão relacionadas às concepções de pobreza, de exclusão social e as perspectivas sobre o papel do Estado frente a tais fenômenos. Como será apontado, não se tratam de conceitos estanques ou com suas definições pacificadas entre os autores, de forma que cumpre ressaltar que estes sofreram diversas mudanças ao longo do tempo, o que repercute consideravelmente nas formas de organização das políticas públicas.

6.1.3.1. Pobreza e exclusão

Considerando a discussão estabelecida por Carlotto e Nogueira (2018), relacionando as reflexões de Amartya Sen e Mauriel a respeito das concepções sobre as políticas públicas desde a década de 80, tem-se em vista que até este período dos anos 80 a pobreza era entendida em grande parte da América Latina como uma expressão da questão social. A pobreza era considerada de maneira relacionada a processos econômicos, sociais e políticos, de forma que as medidas de intervenção do Estado eram o principal recurso para amenização deste contexto.

No entanto, na década de 90, organismos financeiros multilaterais passam a orientar boa parte das políticas sociais na América Latina, de modo que, realizando diagnósticos sociais em países em desenvolvimento, tais órgãos financeiros passam a prescrever a criação de programas focalizados e seletivos como formas de superação da pobreza e da miséria.

Neste cenário, os autores ressaltam que houve um redimensionamento do papel do Estado, assim como se alteraram as formas de se ver e tratar a pobreza. Segundo Mauriel (2016 *apud* CARLOTO E NOGUEIRA, 2018), “sob a lógica liberal, a pobreza aparece como um conjunto de incapacidades individuais para levar a vida, e o indivíduo é entendido a partir de sua própria capacidade de ação” (p. 56).

Nestes termos, a pobreza e a miséria são passíveis de serem sanadas com o desenvolvimento e potencialização das capacidades dos indivíduos. De maneira que as carências e potencialidades individuais são enaltecidas como fatores primordiais para o entendimento dos motivos pelos quais as pessoas estão nas condições sociais em que se encontram. Retira-se desta maneira a responsabilidade pela determinação dos modos e condições de vida da população da estrutura do capitalismo, pois, segundo a Carloto e Nogueira (2018), “o foco analítico deslocou-se das estruturas para o indivíduo” (p. 57).

Tal contexto, conseqüentemente, alterou o direcionamento das intervenções do Estado no enfrentamento da questão social. Segundo Carloto e Nogueira (2018), as políticas públicas a partir de então “transformaram-se em instrumento trivial de compensação das desvantagens de capacidade, atuando caso a caso, grupo a grupo, onde a focalização funciona para tornar mais eficiente o uso dos recursos” (p. 56). Já Mota (1995), resalta que, diante deste cenário, novas categorias são criadas ou ressignificadas e conceitos como território e comunidade, inclusão e exclusão, empoderamento, desenvolvimento de capacidades, fortalecimento de vínculos, solidariedade e responsabilidade social, dentre outros, passam a vigorar com o objetivo de subsidiar e alimentar as iniciativas das políticas e programas sociais (MOTA, 1995).

Desta maneira, retira-se do debate sobre a pobreza as noções que a explicavam enquanto resultado das contradições da relação capital/trabalho. Do mesmo modo, desconsideram-se as perspectivas que apontavam para o enfrentamento dos problemas sociais a partir da redução das desigualdades sociais, da implementação de políticas públicas e de investimento do Estado. Perde-se de vista, conforme resalta Carloto e Nogueira (2018), que

no capitalismo a lógica é a de que a pobreza aumenta na mesma proporção em que a riqueza se concentra. Logo, sua superação não depende de “vontades” ou “incentivos”

individuais, mas sim da redistribuição igualitária daquilo que fora produzido coletivamente (CARLOTO E NOGUEIRA, 2018, p. 57).

Desta forma, passou a vigorar nas políticas públicas uma perspectiva de que a pobreza está relacionada a um “conjunto de carências individuais” (CARLOTO E NOGUEIRA, 2018, p. 56). Ressalta-se que os trabalhadores participantes da pesquisa demonstraram ter uma perspectiva crítica a essa noção de que a pobreza se relaciona a questões individuais ou familiares. Na realidade, os participantes apresentaram no grupo focal situações em que o precário ou nulo acesso aos direitos está relacionado à insuficiência das políticas públicas e à degradação do Estado enquanto garantidor de direitos à população.

Neste sentido, as falas, a seguir, apresentam as discussões dos trabalhadores em torno da categoria classe, destacando o acesso diferenciado dos públicos aos serviços a depender da condição socioeconômica. Tais trechos destacam também o esforço das equipes em prestar uma acolhida qualificada a todas as pessoas que acessam o equipamento, independentemente de fatores socioeconômicos – ainda que os agentes públicos reconheçam que “pessoas ricas” tem um acesso facilitado a seus direitos.

Vou falar, teve tanta mudança nesse tempo de crise que começou a entrar pessoal que eu sabia que não era do morro, que era pessoal de fora, do bairro, famílias que teve problemas financeiros... De início a gente estranha, a gente acha estranho, mas eu, sinceramente, questão do pessoal do administrativo, da recepção, das técnicas, eu sinceramente não vejo diferença no tratamento. A equipe é bem capacitada para isso, então já são acostumados, mas de começo houve estranhamento. Mas hoje tem muito mais procura pessoas de outras classes para benefícios sociais do que antes. Então eu acho que nesta questão de equipe não tem diferença de tratamento, não, a equipe está de parabéns (Porteiro do CRAS Rola Moça).

A gente tem preparo profissional pra fazer o atendimento igual você falou, atender quem seja, de classe, de etnia, de gênero. Agora, se a gente for pensar quem que é rico e quem que é pobre, se a gente for comparar uma família que não tem renda ou que vivem na informalidade, que é a maioria das famílias que a gente atende no CRAS e uma família, como a gente já atendeu aqui algumas vez, que tem uma renda de R\$ 5000, né, que vive com R\$ 5000 por mês, a gente pensa que é uma família que é “rica” [faz gesto de entre aspas]... Então assim, a gente faz atendimento da mesma forma, explica, esclarece as dúvidas, porque que ela buscou esse atendimento... isso acontece muito no cadastro quando a gente pega a composição familiar, “Ah, fulano trabalha, você trabalha, a sua renda é de tanto”. E a gente vai falando, tem pessoa que até diz, “ah, não, mas eu acho que tem gente que precisa muito mais que eu”, entendeu. Então, divergência de atendimento eu acho que aqui a gente nunca vai fazer, não tem como atender diferente quem é rico, quem é pobre, se é branco, se é negro, a gente atende do mesmo jeito. Eu acho que as próximas próprias pessoas entendendo melhor os serviços, elas não buscam, entendendo a realidade do país (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Com relação ao acesso diferenciado de pessoas ricas e pessoas pobres aos seus direitos, os trabalhadores apresentam dificuldades básicas de acesso aos direitos por parte dos usuários

que dependem, por exemplo, de recursos mínimos como tarifas sociais de transporte público para irem a consultas médicas e entrevistas de emprego. Os participantes destacam que tais circunstâncias apresentam o quanto a falta de recursos impossibilita a efetivação de direitos básicos, e como a questão de renda está associada a todas as demais necessidades e possibilidades das famílias, como será discutido a diante. Respondendo se consideravam que pessoas ricas e pobres tem o mesmo acesso a direitos e às políticas públicas, os trabalhadores do CRAS Capão, indicam o seguinte:

Na minha opinião não. Eu acho... eu acho não, eu tenho certeza, porque coisas tão simples... Esses dias eu vi uma senhora vindo aqui, foi até ontem, você atendeu aquele rapaz... Ele veio, chegou até atrasado, conversando com ele, tal. Ele falou que precisava de 4 tarifas. Duas para ir em uma entrevista de emprego e duas para ir fazer um exame, se não me engano. (...) O cara que é pobre, igual a mim mesmo, negro e outras coisas que, né, acho que nem cabe, não vamos tratar com diferença, mas tem outras minorias... ele precisava de duas tarifas. E aí?! E o rico... a diferença é gritante. Que dia que o rico vai vir no CRAS para pedir duas tarifas para ir no médico? (Porteiro do CRAS Capão).

Os técnicos 1 e 4 complementam o colega indicando o seguinte:

Que dia que ele [pessoa rica] vai deixar de ir no médico porque não tem tarifas. Mas é isso que o Porteiro falou, quando é que um rico perde consulta porque não tem como ir?! Acontece às vezes, “perdi a consulta”, às vezes consulta difícil e a pessoa não conseguiu em lugar nenhum o dinheiro para a passagem (Técnica 4 do CRAS Capão).

A realidade das pessoas pobres no acesso às políticas públicas, aos direitos é horrível e as política públicas, a qualidade é muito precária (Técnico 1 do CRAS Capão).

A respeito da maior facilidade de acesso a direitos por parte de pessoas ricas, os técnicos do CRAS Capão estabelecem o seguinte diálogo no grupo focal:

Técnica 2: E o rico tem muito acesso às políticas públicas, com mais facilidade que os pobres.

Técnico 1: Ele tem informação...

Técnica 2: Porque ele consegue falar a que veio de uma forma mais clara, exigir o que está na lei para garantir.

Técnico 1: Ele já é mais empoderado, né.

Técnica 2: “Está demorando por que?”, aí vai lá na Promotoria e sai rápido, né. (...) E quem tá aqui na ponta [do Centro de Saúde], que precisa de uma consulta especializada, vai ficar anos na fila porque a fila não passa, não anda, e realmente não vai andar (Técnicos do CRAS Capão).

Os trabalhadores apontam como o acesso às políticas públicas por pessoas pobres é precário e dificultado por falta de condições econômicas, além das dificuldades de acesso relacionadas à falta de informações. Enquanto isto, pessoas ricas não tem empecilhos relacionados a estes aspectos e tem acesso facilitado junto ao Estado. Neste sentido, como ressaltam Sawaia (1999) e Mendes (2018), não produzir renda significa não consumir, não acessar bens e serviços básicos necessários para o bem-estar e estar a margem da atual sociedade de consumo.

Da mesma maneira, também é trazido pelos participantes como é precária a inserção das famílias atendidas na Política de Assistência Social no mercado de trabalho. O que evidencia uma situação muito delicada já que, como se refere Sawaia (1999), o não acesso ao mercado formal de trabalho é um indicativo importante da exclusão social vivenciada pelos sujeitos. Também discutindo este contexto, Sposatti (1996 apud SAWAIA, 1999, p. 20) relaciona os sistemas de discriminação com a situação de exclusão social e aponta:

No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar, que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública (Sposatti, 1996 apud SAWAIA, 1999, p. 20).

A exclusão social, conforme indica Sawaia (1999), é um processo complexo, multifacetado e está relacionado às dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Como aponta a autora, a exclusão social “não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (p. 9)” A autora indica que não se trata apenas de ausência de renda, mas também de precário acesso aos serviços públicos e ausência de poder – tanto poder de ação, quanto de representação. Desta maneira, segundo ela, os excluídos não são simplesmente aqueles rejeitados física ou materialmente, não são apenas aqueles que estão fora do mercado e de suas trocas. De fato, são aqueles sujeitos que “todas as riquezas espirituais e seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural” (p. 17), associada à dimensão material e à baixa renda.

Sawaia (1999), discutindo as concepções de Robert Castel, aponta que os eixos integração/não integração no mundo do trabalho e no mundo das relações sociais estão associados. De maneira que, enquanto a precariedade e instabilidade dos vínculos no mundo do trabalho formal produzem contingentes populacionais desnecessários, no mundo das relações sociais a fragilização dos vínculos familiares, comunitários, de vizinhança e com as instituições também produzem rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão.

Nos trechos, a seguir, os trabalhadores do CRAS Rola Moça trazem algumas destas dimensões da exclusão social relacionadas ao desemprego - como os efeitos da precariedade de acesso ao trabalho nas diversas faixas etárias e entre as gerações, assim como trazem a deterioração dos vínculos familiares em função do não acesso ao trabalho:

Sobre a classe, né, o que eu lembrei, o alto número de pessoas desempregadas, a Técnica 3 até falou, muitos na informalidade, mas muitos não estão conseguindo se inserir nem neste mercado informal mesmo. Assim, desemprego altíssimo, causando várias questões: desestruturando a família toda. Porque aí você não tem acesso, às vezes até uma vaga de emprego que a pessoa vai acessar, ela precisa de vir no CRAS pra buscar tarifa, né, porque não tem como ir. Isso, sei lá, acontece muito de estar na informalidade ou fora mesmo do mercado do trabalho. E em função dessa informalidade a gente vai vendo desde o início, o jovem que não consegue entrar no mercado como jovem aprendiz, que como adulto só consegue empregos informais e idoso que não consegue um benefício, desculpa, não consegue aposentadoria, e fica dependendo de completar 65 anos pra tentar o acesso ao BPC, que é um benefício. Então o quanto essa inserção no mercado de trabalho impacta na família como um todo, assim, em todos os ciclos de vida daquela pessoa (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

E acaba se tornando um ciclo vicioso porque aí tem um pai problemático que não consegue emprego, uma criança que vai crescendo naquele ambiente que, automaticamente, a tendência é ela crescer daquela maneira (Porteiro do CRAS Rola Moça).

Conforme discutido e como pode ser observado nos trechos citados, a desigualdade social está relacionada à discriminação econômica, étnica, cultural e política e envolve dimensões materiais, subjetivas e relacionais, de forma que sujeitos estigmatizados, historicamente subalternizados e minorias sociais, que sofrem com violências e opressões, são aqueles que mais perceberão e sofrerão com as consequências da exclusão social, com a inserção social precária e com a desproteção por parte do Estado.

A discussão apresentada pelos trabalhadores está bastante relacionada àquela feita por Sawaia (1999) quanto a exclusão social e a crise do emprego. Tratando-se do acesso ao mercado de trabalho, a autora apresenta o conceito da nova pobreza, para designar os desempregados de longa duração, expulsos do mercado produtivo, e os jovens que não conseguem acessá-lo. Estes, que não são desempregados residuais nem temporários, formam um contingente populacional

crescente de sujeitos que não encontram lugar no mercado, composto por “camadas da população consideradas aptas ao trabalho e adaptadas à sociedade moderna, porém, vítimas da conjuntura econômica e da crise de emprego” (p. 19). Tais apontamentos dos participantes também evidenciam à pesquisa as condições de vulnerabilidade social enfrentada pelas famílias atendidas pelos serviços, que, como indica a PNAS, estão vivenciando “processos de exclusão social pela pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e ou fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras” (BRASIL, 2005).

Discutindo sobre as vulnerabilidades sociais, Bronzo e Prates (2012) indicam que estas se relacionam também com os ativos e as capacidades de respostas que tem os sujeitos. Segundo os autores, tais ativos são recursos tangíveis e intangíveis - humanos (saúde, aparência), físicos (posse de bens), financeiros (renda) ou sociais (educação, conhecimento) -, enquanto a capacidade de resposta dos sujeitos é a combinação entre os ativos disponíveis e as estratégias dos indivíduos, famílias e comunidades para acessar e fazer uso destes ativos e das oportunidades do entorno (BRONZO E PRATES, 2012).

Cabe ressaltar que, assim como indicam os autores, a efetividade e sustentabilidade do enfrentamento das vulnerabilidades, depende, necessariamente, da alteração positiva da estrutura de oportunidades de seu entorno, ou seja, a disponibilização de recursos, bens, serviços, programas e benefícios acessíveis aos públicos com diferentes níveis de vulnerabilidade. De maneira paralela, faz-se necessário o fortalecimento dos ativos dos sujeitos, sejam aqueles mais objetivos como possuir renda, alimentação, conseguir fazer uso dos serviços, etc., ou ativos psicossociais (como capacidade de resignação, resiliência, conhecimento, autonomia, acesso, etc.) (BRONZO E PRATES, 2012).

Como tem sido observado no presente trabalho, o CRAS tem a possibilidade de potencializar o uso de tais ativos pelos sujeitos, embora o serviço de maneira isolada não consiga promover alterações amplas na estrutura de oportunidades das famílias, as quais também são essenciais para a efetiva garantia de acesso de direitos.

6.1.3.2. Interseccionalidades de Classe e Raça

Como tem sido o objetivo desse trabalho, faz-se importante relacionar a categoria social classe com as categorias raça e gênero, que, como apresentado, se articulam e se entrelaçam

marcando as vivências dos sujeitos de maneiras diferenciadas a depender das posições sociais ocupadas por cada um.

Neste sentido, como destacam Mayorga e Prado (2010) e Akotirene (2019), racismo, machismo e classismo, operam a partir de dispositivos comuns de funcionamento, como o dispositivo de naturalização das desigualdades, e precisam ser enfrentados considerando tais articulações e mecanismos. Como discutido no capítulo sobre interseccionalidade e enfatizado por Davis (2011), não há dúvidas que classe é importante, no entanto, é preciso compreender que “classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. (...) E ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (p. 1).

Tratando do entrelaçamento das categorias raça e classe, e abordando o contexto da modernidade como período de grande ampliação do capitalismo a partir do uso da mão de obra escravizada, Mbembe (2014) considera a transnacionalização da condição negra escrava como o momento constitutivo da modernidade – e o Atlântico, “epicentro de uma nova concatenação de mundos” (p. 31), com seu intenso tráfico negreiro, a sua incubadora. O autor, discutindo a condição do negro tomado mercadoria no contexto de escravidão na modernidade, aponta o seguinte:

Produto de uma máquina social e técnica indissociável do capitalismo, da sua emergência e globalização, este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital (MBEMBE, 2014, p. 19).

Segundo o autor, foram nas “fontes baptismas da nossa modernidade” (p. 31) em que, pela primeira vez, o princípio da raça foi instaurado sob o signo do capital. Mbembe (2014) postula, acerca do papel central do negro no capitalismo, que o negro e o modelo escravocrata são os elementos centrais que “ao mesmo tempo que permitem criar uma das mais eficazes formas de acumulação de riqueza na época, aceleram a implantação do capitalismo mercantil, do trabalho mecânico e do controle do trabalho subordinado”. (p. 42) O autor destaca que é errôneo considerar que este sistema de sujeição das pessoas negras foi definitivamente superado – bastaria observar a raça daqueles sujeitos descritos pelos trabalhadores como permanentemente excluídos do mercado de trabalho, ou ainda observar quem são aqueles que ocupam as ocupações mais degradantes e os subempregos mais precários da sociedade (MBEMBE, 2014).

Também neste sentido, Grossi *et al* (2018) indica que as desigualdades sociais nasceriam da relação capital e trabalho, atingindo principalmente as classes mais frágeis economicamente por meio da não-distribuição da riqueza produzida socialmente. A autora faz esta discussão apontando que a mão de obra escrava contribuiu em grande medida para a acumulação do capital e, no entanto, não recebeu reparações aos processos de expropriação e servidão, aos quais foi submetida e que levaram a população negra contemporânea a compor a maior parte das classes fragilizadas economicamente.

6.1.3.3. Interseccionalidades de Classe e Gênero

Tratando-se das questões de classe e gênero, como abordado anteriormente, tem-se em vista que o modelo capitalista ordena a divisão racial e sexual do trabalho, de forma que, tanto raça quanto gênero, estão intimamente relacionados às condições socioeconômicas da população e à organização da sociedade. A Organização Internacional do Trabalho indica que mulheres, sobretudo as negras, jovens ou idosas e que vivem nas periferias, são as mais afetadas com as dinâmicas de exploração do capitalismo. Segundo a organização, “as mulheres têm recebido, na média global, salários 23% menores que os dos homens e quase 40% das que trabalham (em trabalho remunerado ou assalariado) não contribuem para nenhum sistema de proteção social” (OIT, 2016, p. 5). Outro dado apresentado pela OIT relacionado à discussão de classe e gênero, é aquele que indica que, apesar de quase todos os países manterem algum tipo de legislação de proteção à maternidade para as mulheres trabalhadoras, 60% delas não acessam esse direito (OIT, 2016).

Saffioti (2004) também faz essa discussão apontando que o capitalismo faz uso da tradição e do conservadorismo para justificar a marginalização de determinados grupos sociais, como no caso da inferiorização social da mulher a partir do gênero. Conforme indica a autora:

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

A autora aponta que as mulheres sofrem diversas desvantagens no capitalismo, como a subvalorização geral de suas capacidades, além de inserções subalternas e marginalizadas no sistema de produção. Desta maneira, Saffioti (2013) problematiza as análises feministas que consideravam que o capitalismo e a entrada das mulheres no mercado de trabalho possibilitariam a emancipação feminina.

Novellino (2004), estudando a feminização da pobreza, identificou que diversos estudos apontavam que famílias pobres chefiadas por mulheres – cuja a proporção vem aumentando continuamente – apresentam um risco maior de transmitir a pobreza de maneira intergeracional do que a família nuclear pobre. Segundo a autora, há precariedade da inserção das mulheres no mercado de trabalho e o fenômeno da feminização da pobreza estão relacionados com:

(a) uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal (Novellino, 2004, p. 3).

Por isso, os estudos sobre a feminização da pobreza e mulheres chefes de família, devem se atentar para indicadores que possam considerar a participação das mulheres no mercado de trabalho, suas fragilidades socioeconômicas, além das discriminações relacionadas ao racismo e ao machismo na vida delas.

O trecho, a seguir, traz à reflexão diversos dos aspectos discutidos nesta seção a partir do caso de uma senhora, mãe de dois filhos, chefe de família, que enfrenta agravos de saúde sem tratamento adequado e que está com o marido preso. Esta usuária é trazida à discussão, pois, ainda que enfrente variadas vulnerabilidades sociais, está sendo cobrada pela Política de Educação e pelo Conselho Tutelar quanto à frequência regular das crianças na escola, além de ter recebido recomendações médicas de evitar esforços, apesar das distâncias que a família precisa percorrer à pé por dificuldade de acesso à transporte. Segue, portanto, o relato feito pela Técnica 2 do CRAS Capão:

Hoje também teve um caso bem claro que fala da ineficiência nas políticas públicas que se dizem universais e que é garantida pra todo mundo. Uma usuária que eu atendi hoje, ela colocou que a filha está em descumprimento [das condicionalidades do Programa Bolsa Família – no caso condicionalidade relacionada à frequência escolar] porque uma vez na semana ela tem que visitar o marido no presídio. Ela não tem com quem deixar os filhos e leva os filhos para o presídio. Um outro dia na semana, uma vez no mês pelo menos, ela tem também que incorrer na falta de aula porque ela precisa levar o outro filho, que faz tratamento, e como é longe, não tem com quem deixar e tem que deixar a menina sem ir na escola porque ela vai acompanhada. E às vezes a menina simplesmente falta de aula porque quando ela tem que levar um que estuda numa escola, que não é próxima, e depois o outro na outra escola... Ela tem um

problema no pé, que já está com desgaste no osso, então leva um andando e quando ela volta, ela não tem condições nenhuma de levar o outro pra uma outra escola mais longe. Aí ela me mostra uma declaração do médico falando que ela está com desgaste no calcanhar e etc., etc., que ela tem que evitar muitos esforços. E uma declaração da Secretaria de Educação, do Conselho Tutelar, pedindo que a Secretaria de Educação auxilie na questão da escola. Ou seja, a Saúde tá ali dizendo, mas não tem muitos subsídios para garantir nada para ela. A Educação garante a escola, mas uma em um ponto totalmente oposto à outra, né. E aí é quando a gente fala, “a gente trabalha para a garantia de direitos”, né, mas assim... quais direitos são esses e como eles estão chegando para a população. Então assim, a população pobre e a população rica não têm direitos aos mesmos acessos. Então o aluno que está na escola que é de uma família rica não tem que andar... Se ela está com problema no calcanhar, imagina a criança daqui um tempo. E quem é que vai permanecer na continuidade dos estudos. Quem vai ter o melhor aprendizado, quem vai estar na frente para as oportunidades. Quem vai entrar na frente na faculdade pública. Então fica aí um exemplo. E com um detalhe, tem aí todas as vulnerabilidades, né (Técnica 2 do CRAS Capão).

Os colegas complementam:

Ela é negra, mulher, deficiente, tirando todos os percalços que ela teve de lado, ela é negra, pobre, esposa de presidiário, com dois filhos para cuidar, desempregada, deficiente. Então assim, é totalmente diferente (Técnicos do CRAS Capão).

É um exemplo que mostra que o direito tá lá, agora quem dá conta de acessá-lo... tem uma discrepância muito grande (Técnica 2 do CRAS Capão).

O caso apresentado pela equipe do CRAS Capão evidencia o acesso diferenciado às políticas públicas a depender: da condição socioeconômica, uma vez que a usuária não tinha condições de arcar com seu transporte e dos filhos; está relacionado a sua condição de mulher, que assume sozinha as responsabilidades dos cuidados com os filhos, inclusive as mediações junto às políticas sociais; além de, como indicado pelos trabalhadores, sua possibilidade de acesso aos direitos também está associada a sua condição de mulher negra e com deficiência, com agravos de saúde e que acompanhada o marido no sistema prisional.

Neste sentido, a desvalorização do capital simbólico relacionado à feminilidade, como indica Bourdieu (2002), que se soma aos agravos das questões raciais e às consequências da fragilidade socioeconômica associada à precária inserção no mercado de trabalho, compõem o cenário encarado pelas mulheres, principal público dos serviços de Assistência Social. É também este o cenário com o qual trabalham as equipes técnicas, que buscarão construir formas de enfrentamento às variadas situações de vulnerabilidade social apresentadas pelas famílias.

Para concluir as discussões desenvolvidas nesta seção, será apresentada a fala de Ciça, usuária do CRAS Capão, que enfatiza em seu relato o preconceito sofrido pelas pessoas de famílias beneficiárias PBF. Ainda que os estereótipos relacionados às famílias beneficiárias de

programas de transferência de renda estivessem em vista durante a pesquisa, foi interessante observar que a usuária aponta este como o preconceito observado por ela ao responder às perguntas “Você já vivenciou ou observou algum tipo de preconceito ou discriminação em um atendimento ou em um grupo do CRAS? Como foi?”, como se segue:

Em relação ao CRAS, não. Em relação à Assistência Social a gente, infelizmente, ouviu muita coisa, né. Principalmente quando se fala do Bolsa Família. Então as pessoas julgam muito, fala que Bolsa Família é para quem não trabalha, para quem tá aí à toa e não quer saber de trabalhar. É uma forma de preconceito também. Aqui na área eu não vejo, não, com relação aos outros CRAS eu não posso dizer que eu não conheço, mas aqui no território, quanto a relação da comunidade com o CRAS eu não vejo preconceito não, eu vejo preconceito em relação à Assistência, né, principalmente na questão do Bolsa Família que eu te falei (Ciça, usuária do CRAS Capão).

A participante esclarece que se trata de um preconceito em relação à Assistência Social e que abarca as famílias beneficiárias do PBF, que sofrem julgamentos por receberem dos programas de transferência de renda recursos para manterem os filhos frequentes nas escolas e as consultas de saúde em dia. Os preconceitos relacionados às famílias beneficiárias do PBF estão atrelados às ideias de que os beneficiários não trabalham ou que procuram ter cada vez mais filhos para receberem maiores valores do governo. Tais noções não se confirmam na realidade e não passam de noções do senso comum que evidenciam o preconceito e as tentativas de controle sobre as famílias pobres.

Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010), 75,4% dos beneficiários do PBF trabalham, ainda que ocupem subempregos com vínculos trabalhistas precários ou estejam na informalidade. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2014) Do mesmo modo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, de 2003 à 2013, apontou que o número de filhos de até 14 anos caiu 10,7% no Brasil. Ressalta-se que no recorte das famílias 20% mais pobres do país, a queda foi de 15,7% - justamente o estrato de famílias que fazem parte do programa. (AGÊNCIA BRASIL, 2019) Ademais, pesquisa recente, do início de 2019, indica que a frequência escolar dos estudantes de famílias beneficiárias do PBF teve os melhores índices desde 2007. Segundo a pesquisa, a taxa de alunos de famílias do PBF frequentes no primeiro bimestre escolar em 2019 chegou à 90,31%, enquanto, em 2007, alcançava 66,22%. (UNIVERSO ONLINE, 2015)

Não se trata de defender o programa diante dos ataques cotidianos do senso comum, no entanto, se faz importante reconhecê-lo enquanto importante estratégia de enfrentamento à pobreza e à extrema pobreza, que como discutido, tem efeitos em diversos âmbitos da vida dos sujeitos e impacta sobremaneira a possibilidade de acesso das famílias a seus direitos básicos.

Sawaia (1999) indica que “a estigmatização da pobreza funciona através da lógica que faz os direitos serem transformados em ajuda, em favores” (p. 26), e que tal transformação de direitos em favores reforça a exclusão social e a subalternização das famílias atendidas nas políticas públicas. Segundo a autora, trata-se de uma cultura da tutela e do apadrinhamento, enraizada no cenário brasileiro que, por vezes, se reproduz não só por meio do senso comum da sociedade, mas se apresenta no interior das políticas públicas a partir de práticas assistencialistas pouco preocupadas com a autonomia e o acesso à cidadania dos usuários. Como se refere a autora, “na prática, os serviços das diversas políticas públicas, ainda se apresentam aos excluídos e subordinados como um “favor” das elites dominantes” (p. 25).

A respeito das políticas de redistribuição econômica, Fraser (2001) traz importantes contribuições indicando que estas podem ser embasadas a partir de duas perspectivas distintas. Segundo a autora, as soluções afirmativas para injustiças socioeconômicas estão historicamente associadas ao Estado de Bem-estar liberal, e buscam lidar com a má distribuição de renda, sem, no entanto, enfrentar a estrutura econômico-política relacionada a origem do problema. Tais iniciativas serviriam para aumentar o consumo dos grupos economicamente desprivilegiados, sem se preocupar com a reestruturação do sistema de produção. Como indica a autora quanto às iniciativas afirmativas de redistribuição:

programas de assistência pública oferecem auxílios “focalizados” ao “exército de reserva” de desempregados e subempregados. Longe de abolirem a divisão de classes *per se*, esses remédios afirmativos sustentam-na e moldam-na. Seu efeito geral é desviar a atenção da divisão de classes entre trabalhadores e capitalistas para a divisão entre as frações empregadas e desempregadas da classe trabalhadora (FRASER, 2001, p. 238).

A autora ressalta que uma perspectiva alternativa é aquela relacionada às soluções transformativas das injustiças socioeconômicas, que resolveriam a distribuição injusta de riquezas transformando a estrutura econômico-política existente. Segundo ela, tal proposta combina programas universalistas de bem-estar social, impostos elevados, políticas macroeconômicas voltada para produção de pleno emprego, criação de um vasto setor público não mercantil, entre outras medidas que buscariam garantir a todos acesso ao trabalho. Fraser (2001) indica que essa perspectiva está historicamente associada ao socialismo e tem em vista a tendência de dissolver a diferenciação de classe.

O tratamento transformativo das questões socioeconômicas tenderia a redução das desigualdades sem criar classes estigmatizadas de “pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial” (p. 238). Enquanto na perspectiva afirmativa, tal como aparece na fala de Ciça, as políticas focalizam os pobres para ajudas materiais, sob o risco

de, atendendo de maneira focalizada os desprivilegiados, estigmatizá-los. Como se refere a autora a respeito dos remédios afirmativos para os problemas socioeconômicos e os estigmas das famílias pobres beneficiárias:

Embora essa abordagem vise a compensar a injustiça econômica, ela deixa intactas as estruturas profundas que engendram a desvantagem de classe. Assim, é obrigada a fazer realocações superficiais constantemente. (...) O resultado é marcar a classe mais desprivilegiada como inerentemente deficiente e insaciável, sempre necessitando mais e mais. Com o tempo essa classe pode mesmo aparecer como privilegiada, recebedora de tratamento especial e generosidade imerecida. Assim, uma abordagem voltada para compensar injustiças de distribuição pode acabar criando injustiças de reconhecimento (FRASER, 2001, p. 238).

A autora indica que as relações sociais associadas a cada uma das perspectivas se diferem, pois, enquanto na redistribuição transformativa, com a reestruturação das relações de produção, as interações sociais seriam baseadas na solidariedade e poderiam compensar algumas formas de não-reconhecimento, na redistribuição afirmativa os desprivilegiados poderiam sofrer estigmas que acrescentariam o insulto do menosprezo à condição de privação das famílias. Como se refere Fraser (2001, p. 239), “enquanto os remédios afirmativos podem ter o efeito perverso de promover a diferenciação de classe, os remédios transformativos tendem a embaçá-la.”

Além deste aspecto, relacionados aos estigmas com os quais sofrem as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, como o PBF, cabe ressaltar aquela discussão realizada sobre como os programas sociais responsabilizam a mulher pela efetividade da proteção social, especialmente em relação às famílias pobres.

6.1.3.4 Responsabilização da mulher

Como tem sido discutido ao longo do trabalho, a indicação da mulher como responsável familiar frente aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social está relacionada a uma tradição conservadora nas políticas públicas que reproduz papéis sociais que consideram a mulher a responsável exclusiva pelo cuidado da família e proteção de seus membros. Com relação aos programas de transferência de renda, também são as mulheres as responsáveis preferenciais pelo cumprimento das condicionalidades associadas ao acesso e manutenção do benefício.

Como indica Carmona (2019b), 95% das famílias beneficiárias do PBF contam com a mulher como a responsável legal para o benefício. Tal situação se justificaria, pois as mulheres administram melhor os recursos financeiros para proveito de toda família. Também neste sentido, a autora indica que, a partir, da inserção das mulheres no programa, elas se fortaleceram em suas famílias e comunidades, melhoraram sua autoestima e reduziram sua dependência econômica em relação aos parceiros.

Por outro lado, o que se observa é que reforçar papéis de gênero como aqueles relacionados aos cuidados e proteção das famílias enquanto responsabilidades das mulheres ampliam desigualdades e hierarquias socialmente consolidadas (GASPAROTTO E GROSSI, 2017a; MIOTO, 2004).

O que se observa com relação aos programas de transferência de renda, portanto, é esta tensão entre a promoção da autonomia e do acesso a renda, por meio de iniciativas afirmativas que, como discutido, não alteram as relações político-econômicas estruturais, mas dão suporte às mulheres e suas famílias; e o reforço de papéis tradicionais que relacionam a mulher a papéis conservadores e patriarcais ligados à reprodução, à vida doméstica, ao cuidado e à proteção das famílias diante de suas necessidades básicas e de suas demandas sociais relacionadas ao acesso às políticas públicas e aos direitos.

Neste sentido, como se buscou construir nessa seção, se faz importante relacionar em qual contexto econômico e social se dão as relações entre os sujeitos, a fim de que seja possível identificar de que maneira o neoliberalismo, as relações econômicas globais e a crise do emprego delineiam o desenrolar das relações sociais de raça, classe e gênero na contemporaneidade e formatam o acesso e a provisão das políticas públicas às populações fragilizadas socialmente por questões socioeconômicas e de reconhecimento.

6.2. AS PROTEÇÕES E DESPROTEÇÕES NO SUAS A PARTIR DOS VÍNCULOS ENTRE USUÁRIOS E TRABALHADORES

Tendo em vista os apontamentos dos participantes, durante as entrevistas e grupos focais, quanto à importância das relações e dos vínculos entre trabalhadores e usuários para a construção de estratégias para o acesso aos direitos sociais de grupos em vulnerabilidade social, a seguinte categoria abordará, entre outros elementos, o aspecto relacional do TSF e as relações entre usuários, trabalhadores e instituição desenvolvidas no âmbito do CRAS. Além disto, será

discutida a importância da acolhida enquanto elemento essencial no TSF; os desafios do trabalho relacional no campo dos vínculos familiares e da convivência; práticas profissionais que facilitam ou dificultam o estabelecimento de vínculos entre os usuários e trabalhadores; o papel e os limites dos trabalhadores enquanto operadores do aparato estatal; e a importância dos usuários enquanto protagonistas na política pública.

6.2.1. Os encontros e o protagonismo de usuários e trabalhadores

Busca-se aprofundar nesta categoria a dimensão da relação entre trabalhadores e usuários enquanto forma de produção do cuidado, ou ainda, produção da proteção social, como também será discutido na categoria sobre integralidade e interseccionalidade (MERHY, 2004; ROSENI, 2014). Tem-se em vista que, como indica Merhy (2004) e Carmona (2019a), a relação entre usuários e trabalhadores é um encontro intersubjetivo, que produz afetividade e transformação para ambos. Merhy (2004) se refere a este encontro enquanto um espaço de interseção entre usuário e trabalhador, a partir do qual pode se dar, de forma corresponsável e coparticipativa, a produção do cuidado.

Quando um trabalhador de saúde se encontra com o usuário no interior de um processo de trabalho dirigido à produção de atos de cuidado, estabelece-se entre eles um espaço de interseção que sempre existirá, em ato, em seus encontros. Portanto, no processo de trabalho em saúde há um encontro do agente produtor (com suas ferramentas - conhecimentos, equipamentos - e concepções) e do agente consumidor (com suas intencionalidades, conhecimentos e concepções). Desse modo, o agente consumidor é, em parte, objeto daquele ato produtivo, mas também é um agente ativo, que interfere no processo (MERHY, 2004, p.38).

Neste espaço de encontro estão incluídos os saberes, as expectativas do usuário acerca de ser cuidado, de ser acolhido e escutado nas suas demandas e singularidades, e a expectativa de contar com o trabalhador/serviço para alcançar seus direitos.

Da mesma maneira, se fazem presentes as expectativas dos trabalhadores em desenvolver o TSF, buscando assegurar os direitos garantidos pela política pública, compreendendo as necessidades e especificidades dos sujeitos, e atuando com vistas a se aproximar do contexto social do usuário (RIBEIRO E MIRANDA, 2019; CARMONA, 2019a; MIOTO, 2004). A partir daí, como se referem Ribeiro e Miranda (2019) e Bronzo (2009), os trabalhadores começam a compreender as capacidades de respostas do usuário diante das adversidades. Também neste sentido, Carmona (2019a) indica que o trabalhador, ao se dispor ao encontro genuíno com o usuário, passa a conhecer os limites, capacidades e estratégias de

enfrentamento das famílias/indivíduos. Como se refere a autora, “a construção desse saber no encontro com a alteridade permite ao trabalhador atualizar o seu conhecimento sobre si mesmo, seus limites, suas capacidades, seu processo de aprendizado” (CARMONA, 2019a, p. 110).

Segundo esta perspectiva, a produção do cuidado se relaciona ao protagonismo e responsabilização de ambos envolvidos, além de estar atrelada à autonomia e à disponibilidade ao diálogo (MERHY, 2004; ROSA, 2006; ROSENI, 2014; CARMONA, 2019a). E como destacam os autores, o modelo de assistência predominante atualmente é caracterizado pela “voz” dos trabalhadores e pela “mudez” dos usuários, de maneira que há perda considerável do potencial desta relação.

Importante considerar que, como ressalta Miotto (2004), os mais elevados graus de liberdade e autonomia dos sujeitos não estão desvinculados do pleno funcionamento e usufruto do aparato estatal que, por meio dos serviços públicos, tem primazia enquanto responsável pelo fortalecimento e ampliação da proteção social. A autora desnaturaliza, desta maneira, a noção de que o núcleo familiar é o principal responsável por sua proteção social. (MIOTTO, 2004; MIOTTO E DAL PRÁ, 2015). Do mesmo modo, as melhores relações entre trabalhadores e usuários - ou mesmo processos de educação permanente voltados para os agentes públicos - são insuficientes diante da inexistência de medidas estruturais para ampliação dos serviços e de iniciativas para consolidação e financiamento da política pública.

Neste sentido, a autora, discutindo os apontamentos de Merhy, indica que é necessário para a produção da proteção social centrada no usuário considerar a articulação de todos estes fatores relacionados tanto aos trabalhadores quanto aos usuários e, sobretudo, considerar que a intervenção profissional não se constrói *a priori*. Miotto (2004) indica que, pelo contrário, a relação e a intervenção profissional “se fazem no seu próprio trajeto e, esta construção depende não só do assistente social [e do psicólogo, como no caso dos CRAS], mas também dos outros atores envolvidos, especialmente do usuário” (MIOTTO, 2004, p. 8).

A relação estabelecida entre trabalhador e família, que se produz a partir do atendimento e da prestação do serviço, permite a compreensão de como se processam as relações intersubjetivas no interior deste núcleo familiar e de que maneira essa família estabelece relações com sua rede social e com outras esferas da sociedade, como o Estado e o mercado. (CARMONA, 2019a) Segundo Carmona (2019a), estar em interação com os sujeitos é o que permite ao trabalhador “o exercício de ampliação do seu olhar para a família/indivíduo e romper com a lógica reducionista que resume o usuário às violações e violências intersubjetivas presentes nas relações familiares” (CARMONA, 2019, p. 94).

Abordando a importância e complexidade dos vínculos entre usuários, suas famílias e trabalhadores, e também indicando os limites do TSF desenvolvido nos CRAS quanto ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o Técnico 3 do CRAS Capão indica o seguinte:

E eu acho que este objetivo do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários é muito complexo, né, a gente não tem um benefício para isso... você não tem algo concreto, demanda esse trabalho técnico que é muito grande. E ele é maçante. Quando a gente atende uma demanda que é mais voltada para a vulnerabilidade relacional, a gente sai assim [passa a mão na testa, indicando suor/cansaço] ... ele é árduo. Demanda capacitações, até tempo para você discutir mais, planejar as intervenções, estudar os casos, até fazer atendimento conjuntos para que um olhar complementa o outro, seja interdisciplinar ou até mesmo da mesma disciplina. Então assim, eu acho que há uma lacuna, uma dificuldade diante de toda essa conjuntura de realmente a gente conseguir fazer o trabalho social com famílias preventivo, proativo (Técnico 3 do CRAS Capão).

Também sobre os aspectos relacionais do trabalho social na Assistência Social, os trabalhadores do CRAS Rola Moça relatam que, quando conseguem propiciar uma interação acolhedora nos atendimentos individuais ou em grupos, recebem retornos muito positivos, ainda que a atenção prestada não envolva nenhum ganho material ou benefício socioassistencial.

Às vezes a pessoa não sai com nenhum benefício material, mas ela sai, “nossa!...” (...) É muito engraçado quando a pessoa se sente acolhida e atendida, ela agradece tanto que é quase como se fosse um favor que ela tá recebendo. Muitas vezes ela não entende que é o direito dela ser bem atendida. Mas eu acho que muitas vezes sair sem benefício material, mas sair bem do atendimento, sair agradecendo, eu acho que é um retorno subjetivo pra a gente que é por aí, sabe, que a acolhida realmente é fundamental (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

Essa acolhida, esse resultado, é perceptível nos grupos de convivência, quando a gente faz o grupo elas agradecem tanto e às vezes eles não enxergam que esse é o nosso trabalho. E quando a gente se doa mesmo, vai pra além do nosso trabalho, a gente gosta muito e a gente comenta muito isso. E o retorno é sempre agradecimento, “obrigado por hoje, eu tava triste quando eu cheguei e no final eu já mudei a minha autoestima, subiu, eu tô mais feliz.” Esse é o retorno que a gente tem. A gente não vai conseguir suprir tudo, nem nos atendimentos, nos grupos, nem nas atividades, mas que pra elas tem um valor muito importante tem (Educadora Social 1 do SCFV do CRAS Rola Moça).

A respeito destas falas, cabe a discussão sobre aquilo que Malta e Merhy (2003) e Merhy (2004) indicam como o trabalho em serviço, o qual está relacionado à construção do processo de proteção social a partir da relação construída entre trabalhador e usuário, e que articula simultaneamente a produção e o consumo do serviço – no caso a promoção da proteção social ou a promoção do cuidado. O trabalho em serviço nos trechos citados, se refere justamente às

relações e interações sociais construídas entre usuários e trabalhadores do CRAS, na dimensão cotidiana e prática da vida e que viabilizaram acesso às informações e direitos, além de se referirem às intervenções socioassistenciais realizadas com vistas à proteção das famílias, ao fortalecimento de vínculos e da convivência familiar e comunitária. Como refere Carmona (2019a, p. 94), “no contexto do TSF, o trabalho em serviço é o elemento que congrega simultaneamente a produção e o consumo do serviço, presumindo assim a dimensão relacional do TSF que se processa no encontro entre o prestador e o usuário.” E que gera resultados, em sua maioria, intangíveis ou não palpáveis no nível das relações (CARMONA, 2019a; BRONZO E PRATES, 2012).

Ainda sobre este aspecto da produção da proteção social a partir dos vínculos e relações estabelecidas entre trabalhadores e usuários, Merhy (1997) indica a perspectiva do “fazer a saúde”, a partir de um certo “saber fazer” e um “ir fazendo” que, conforme ele se refere, dão sentido às práticas profissionais a partir dos encontros e das relações estabelecidas com os demais atores relacionados ao serviço (Merhy, 1997). Apesar do autor abordar em suas reflexões o campo da Saúde, é possível inferir que estes são apontamentos importantes também à Assistência Social. Neste sentido, a respeito dos aspectos do espaço de encontro entre trabalhador e usuário e os tipos de tecnologias empregadas na produção do cuidado, Miotto (2004) indica o seguinte:

Além dos saberes estruturados, suas ações [dos trabalhadores] implicam tecnologia de relações, de encontros de subjetividades. Nessa perspectiva, as tecnologias referentes ao trabalho em saúde são classificadas em dura (caso de equipamentos tecnológicos, normas, estrutura organizacional), leve-dura (caso de saberes bem estruturados que operam no processo de trabalho em saúde, como a clínica médica, a clínica psicanalítica, o taylorismo, fayolismo, a epidemiologia) e leve (caso das tecnologias de relações do tipo produção de vínculos, autonomização, acolhimento, gestão como uma forma de governar processos de trabalho) (MIOTTO, 2004, p. 9).

Tomando como referência a Política de Assistência Social é possível considerar que as ações dos profissionais se dão no âmbito das tecnologias leve-duras e, principalmente, no âmbito das tecnologias leves, relacionais, que se referem a produção de vínculos e acolhimento entre usuários e trabalhadores (MERHY, 1997; MIOTTO, 2004; CARMONA, 2019a).

6.2.2. Assistência Social: baixa programabilidade e alta interação

Soma-se a essa discussão outro aspecto que aumenta a complexidade da prática profissional no âmbito da Assistência Social, que é o nível de programabilidade das tarefas nessa política. Como discutido anteriormente na seção sobre discricionariedade do burocrata

do nível de rua, a Assistência Social se caracteriza por uma baixa programabilidade das tarefas, pela alta interação entre técnicos e usuários e pela dependência da criação de vínculos de confiança entre os sujeitos para que seja possível o acesso aos direitos e para o alcance de mudanças de concepções, comportamentos e valores (COSTA, 2016). Tal perspectiva do trabalho da política reconhece a heterogeneidade do público atendido e de suas demandas, o que exige dos profissionais procedimentos não muito padronizados, que, no entanto, como indica Costa (2016), produzem resultados incertos.

Martinez Nogueira (1998 apud COSTA, 2016) indica que trabalhos que contam com estas características relacionadas à baixa programabilidade e à alta interação são iniciativas cujas ações estão desenhadas em função das necessidades e situações particulares dos receptores, sejam eles grupos sociais ou pessoas. O autor indica que tais ações apresentam um caráter particular de baixa formalização e uma racionalidade discursiva relacionada justamente ao nível de interação e aos vínculos estabelecidos entre os sujeitos. Em função deste contexto e, de muitas vezes, contar com resultados incertos, tais práticas acabam por suscitar conflitos e divergências sobre as concepções que as sustentam e os meios mais adequados de operacionalizá-las.

Tendo em vista tais conflitos e divergências quanto às concepções e práticas no interior da política pública e, como apontou o Técnico 3 do CRAS Capão no primeiro dos trechos citados, diante da complexidade inerente ao TSF que envolve todos estes fatores discutidos, é compreensível a percepção relatada pelo trabalhador de que se trata de um trabalho maçante, que demanda tempo, planejamento e olhares interdisciplinares para que seja possível efetivar uma proteção social preventiva e proativa.

6.2.3. A prática profissional individualizante técnico-burocrática e a prática profissional crítica e emancipatória

Ainda acerca dos aspectos relacionais do TSF, destacam-se as formas de abordagem das famílias e formas de construção das relações trabalhadores-usuários que, como indica Miotto (2004), fazem parte de conjuntos de proposições teórico-metodológicas e ético-políticas dos serviços de Assistência Social. Neste sentido, segundo a autora, as ações profissionais com famílias se definem a partir de dois eixos, o eixo da normatividade e estabilidade e o eixo do conflito e transformação. Em relação ao eixo normatividade e estabilidade, a autora indica que

as ações profissionais neste contexto estariam vinculadas a modelos clássicos de intervenção: o modelo técnico-burocrático – a partir do qual a família é um problema a ser enfrentado pelo serviço, por meio de atendimentos que estão diretamente condicionados aos objetivos das instituições e pouco relacionados às necessidades apresentadas pelas famílias – e o modelo psicossocial-individualizante – em que as ações estão atreladas às perspectivas de patologização e de diagnósticos das famílias, sendo que aspectos disfuncionais das famílias precisam ser tratados buscando-se o alcance de um funcionamento normal ou ideal.

Em ambas perspectivas o contexto social no qual a família se insere e as especificidades das vivências dos usuários não são considerados. Segundo Miotto (2004), a partir destas perspectivas as intervenções profissionais se dão no sentido de desconsiderar “os pólos de conflito dos quais decorreram os problemas e de resgatar a família para o estado anterior àquele em que eclodiu a crise, através da reativação de valores e com a ideia de um mundo fixo e imutável” (p. 11).

Bruno, usuário do CRAS Capão, ressalta em sua fala um aspecto das práticas dos profissionais das políticas públicas que é a postura de “cumprir a função” ou “fazer sua obrigação”, ou seja, cumprir com seu expediente, atender o que lhe é demandado e cumprir estritamente o que lhe é prescrito. Tal postura profissional seria similar à aquela indicada por Miotto (2004) em relação ao modelo técnico-burocrático, em que o agente público tem um foco nos aspectos de seu trabalho e em resolver o seu problema, ou seja, a demanda da família. Neste modelo o trabalhador se volta para os objetivos, normativas e limites da instituição, enquanto se distancia da proposta de um trabalho centrado no usuário, engajado e sensível. Como se refere o participante:

É essa questão, pelo o que eu vejo da Educação, eu vejo que as escolas estão preocupadas a cumprir a função... tipo da mesma forma que é o Posto de Saúde para mim um lugar de cumprir a função. O professor vai cumprir a função dele de professor, ensina a matéria ali que tem que ensinar e pronto assim. Falta engajamento com o aluno pra além do que já acontece na escola (Bruno, usuário do CRAS Capão).

Não só tratar como, “eu sou um trabalhador do CRAS; eu sou um professor, eu tenho que cumprir minha função; eu sou médico, eu tenho que cumprir minha função”. Tipo, ter esse olhar mais próximo, sabe (Bruno, usuário do CRAS Capão).

Porque se for pensar, para ter um bom funcionamento do Posto de Saúde é necessário ter pessoas qualificadas para isso e pra ser qualificado para isso ela tem que ter passado pela escola, pela faculdade, passar por tudo aquilo para chegar em um atendimento desses. Se a escola funciona sem essa sensibilidade, como é que a pessoa vai chegar no Posto de Saúde com essa sensibilidade. Se não partir dela, não vai partir de lugar nenhum. Eu acho que tinha que ter uma reformulação total, veí (Bruno, usuário do CRAS Capão).

Em contrapartida aos modelos técnico-burocrático e psicossocial-individualizante, Miotto (2004) ressalta as propostas para a prática profissional relacionadas ao eixo conflito e transformação, alinhadas com as vertentes crítico-dialéticas do Serviço Social. As práticas profissionais nesta perspectiva estão vinculadas às ações direcionadas às famílias enquanto sujeitos de direitos, nas quais os agentes públicos são mediadores da construção da cidadania e da defesa de direitos dos sujeitos atendidos. Como se refere a autora, “dessa forma, as condutas, dificuldades e problemas expressos pelas famílias enquanto grupo ou pelos seus membros são interpretados como expressão de conflitos instaurados no contexto de uma dinâmica familiar” (p. 11). Neste sentido, é fundamental a noção de que as dinâmicas familiares e as condições sociais a elas relacionadas, decorrem de um histórico em que as estruturas familiares são profundamente marcadas pelas contradições da sociedade e pelas posições sociais ocupadas por seus membros com relação à raça, classe e gênero.

Como indica Miotto (2004), neste contexto, faz-se necessária uma visão crítica da realidade e uma prática profissional que articule questões estruturais/conjunturais e as demandas colocadas cotidianamente pelas famílias nos atendimentos do serviço. De maneira que as políticas públicas possam contribuir com a construção de autonomia e com a produção de novos projetos de vida que potencializem as respostas e as possibilidades de ação das famílias frente às vulnerabilidades sociais (ANDRADE, 2018; RIBEIRO E MIRANDA, 2019; MIOTTO, 2004). Neste sentido, Miotto (2004) indica a respeito da prática do assistente social – e que pode ser estendido aos profissionais da Psicologia do SUAS - que é necessário “resgatar a dimensão emancipatória da instrumentalidade do exercício profissional, pois é através dela que a profissão poderá superar o seu caráter eminentemente operativo e manipulatório dado pela condição histórica de seu surgimento (MIOTTO, 2004, p. 5).

Tendo em vista esta perspectiva crítica voltada para transformação social, para a construção de cidadania e para o acesso aos direitos por meio da prática profissional e do trabalho realizado pelos serviços, serão destacados, a seguir, alguns trechos em que usuários do CRAS Capão e CRAS Rola Moça enfatizam a importância da relação que estabelecem com os CRAS enquanto equipamentos de garantia de direitos, promotores da cidadania e do acesso às demais políticas públicas.

Olha, o CRAS para mim é um instrumento de garantias de direitos, né, ele tá aqui, apesar de ser do poder público, ele tá aqui para garantir que o cidadão tenha o máximo ao que é dele de direitos, isso não muda (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

O CRAS é uma peça fundamental no aglomerado, onde que você consegue receber as informações que vem dos órgãos públicos e eles tentam disseminar essas informações

com as lideranças que tem aqui. É esporte, cultura, lazer, a 3ª idade, então eles divulgam sempre os eventos que eles fazem aí nos eventos sociais aí do CRAS, eles sempre tentam divulgar, às vezes emprego, cursos profissionalizantes, às vezes cursos para idosos, cuidador de idosos, o CRAS divulga muito (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Pelo o que já é, já é maravilhoso. É um ponto de encontro também da comunidade, onde a comunidade se encontra e troca informações sobre aquilo que deseja para o bairro... vê tipo quê que o bairro tá precisando. (...) Eu acho que é isso tudo ao mesmo tempo, eu acho que é um aparelho técnico, mas é também humano, principalmente, os trabalhadores daqui... tratam a gente bem (Bruno, usuário do CRAS Capão).

O CRAS é um espaço de garantia de direitos, né, quem procura o CRAS aqui é porque tá vivendo uma situação que precisa ser melhorada, né... de uma atenção maior, né, quem é atendido aqui é porque na maioria das vezes é uma situação vulnerável, de desproteção social mesmo, né. É um espaço de garantia de cidadania. Apesar que muitos desconhece qual que é o verdadeiro papel do CRAS. Muitos chega aqui, eu imagino, que chega querendo encontrar a lâmpada do Aladim e que não é assim, né (Ciça, usuária do CRAS Capão).

Corroborando os achados de Ribeiro e Miranda (2019), que abordaram em sua pesquisa o papel do CRAS enquanto agente que incrementa o acesso dos cidadãos às informações e que possibilita maior acesso da população à proteção social, os participantes da presente pesquisa trazem de maneira muito patente a importância do equipamento enquanto mediador do acesso aos direitos sociais e enfatizam a importância do papel do serviço em divulgar informações pertinentes à comunidade.

6.2.4. As relações institucionais entre os CRAS e as famílias

Ribeiro e Miranda (2019) em seu trabalho, em que foram apresentados achados convergentes aos da presente pesquisa, buscaram compreender se o CRAS seria uma instituição capaz de neutralizar o baixo capital social de famílias em situação de vulnerabilidade social e se o equipamento facilitaria o acesso das famílias aos serviços públicos. E o que os pesquisadores observaram foi que o CRAS ocupa uma importante função de conexão entre os equipamentos públicos e as famílias em vulnerabilidade social, propiciando vantagens de acesso aos seus usuários quanto às informações e quanto ao funcionamento dos demais serviços – horários, formas de acesso, documentação necessária, etc. Inclusive, o referido trabalho indica que o CRAS lidera enquanto fonte de informações mais importante para os pesquisados - superando a rede de vizinhos e os associativismos comunitários. Como se referem os autores, o CRAS está localizado dentro de um buraco estrutural da rede de proteção social e por isso conta com tamanha relevância para as famílias.

Analisando as redes sociais de solidariedade, as associações e aspectos relacionais vivenciados por famílias em situação de pobreza, os autores indicam que as redes sociais da população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade “possuem menos “nós” (tamanho da rede), maior homofilia (maiores relações entre indivíduos com características similares, inclusive redes similares) e maior localismo (conta com indivíduos do local de moradia)” (RIBEIRO E MIRANDA, 2019, p. 83). Neste sentido, em função de tais características, haveria necessidade de um serviço que fosse um mediador do acesso às informações e aos demais serviços públicos, e que pudesse fazer a ponte entre as famílias e tais serviços, preenchendo buracos estruturais da rede.

Tal perspectiva, diante das dificuldades da população em ter acesso à informação, justifica o papel do CRAS como “porta de entrada” da Assistência Social e da proteção social, além de também justificar as falas dos usuários entrevistados, que enfatizam em diversos momentos das entrevistas a importância do CRAS enquanto mediador de informações relevantes.

Neste sentido, o CRAS é capaz de gerar ganhos às famílias atendidas, superando seu baixo capital social, já que as famílias buscam o serviço para se inserirem na rede de proteção social, para alcançarem benefícios disponíveis para seus membros e para procurarem informações e direitos que se traduzam em melhoras nas suas condições de vida. Desta forma, o CRAS ocupa para as famílias o lugar de uma relação institucional, ou seja, relação que não é parte da rede de relacionamentos pessoais dos membros das famílias e que cobre buracos estruturais na rede de proteção social, transferindo vantagens dessa posição às famílias atendidas no serviço. (RIBEIRO E MIRANDA, 2019)

Curiosamente, assim como ocorre no trabalho de Ribeiro e Miranda (2019), ainda que sejam citados pelos participantes da presente pesquisa a importância do CRAS enquanto equipamento que favorece e fortalece os vínculos familiares e comunitários, se destaca a menção ao CRAS enquanto mediador, ponte ou “patrocinador” - como referem os autores - de informações relevantes às famílias em situação de vulnerabilidade na comunidade. Como indicam Ribeiro e Miranda (2019):

De fato, a literatura aponta para a transmissão da informação como ponto chave para o acesso a serviços. No entanto, o CRAS vai além de repassar informações básicas como a localização dos serviços, as técnicas agem como “intermediárias” entre CRAS e outros serviços, como tradutores das informações. Além disso, o Centro também “cria” nas famílias demandas por serviços, mesmo quando elas não estão em busca. (...) No CRAS, as famílias aprendem onde, como e quando acessar aos serviços

públicos, o que facilita e reduz os custos de vida. Parece, portanto, que há um trabalho do Centro de tradução das informações de outros serviços para os usuários (p. 88).

Neste sentido, foi possível identificar a partir das entrevistas com usuários que os participantes estabelecem processos continuados de trocas de informação com o CRAS, tendo em vista as demandas e necessidades de suas famílias e da comunidade. Os usuários indicam que tais trocas de informações ocorrem a partir dos atendimentos técnicos, mas também a partir de convites para participação em atividades, como oficinas, palestras e eventos diversos. E são os técnicos os principais agentes mediadores das informações e do acesso aos diversos serviços relacionadas às demandas dos cidadãos.

Desta forma, destaca-se a importância dos laços entre agentes públicos e pessoas atendidas para a circulação das informações e para a promoção do acesso à proteção social. Como se refere Ribeiro e Miranda (2019), “se por um lado, demandas específicas são formuladas pelas famílias, por outro, os agentes públicos mobilizam as pessoas para ter acesso às oportunidades que melhor se encaixam aos perfis de seus familiares” (p. 90).

Destaca-se, neste sentido, que os agentes públicos não se apresentam como atores passivos que simplesmente atendem às demandas colocadas pelos usuários, pelo contrário, os profissionais tem um papel ativo diante da comunidade. É também evidente nas falas dos usuários participantes a relação próxima entre os usuários e trabalhadores, o que favorece que as famílias se sintam à vontade e exponham seus problemas e necessidades. Em muitas ocasiões, como indica Ribeiro e Miranda (2019), em função dos contatos diretos e sistemáticos, a relação institucional se transforma em laços de amizade entre os agentes públicos e as famílias atendidas.

Tais aspectos também apontam para como as relações estabelecidas entre trabalhadores e usuários neste contexto da Política de Assistência Social se fazem importantes para o trabalho social com famílias. Ainda que os achados da pesquisa não consigam mensurar a qualidade do conjunto dos vínculos entre trabalhadores e usuários nos CRAS, se tem evidências de que se tratam de relações positivas construídas.

Contudo, destacam-se as limitações da pesquisa e da amostra estudada, que contempla apenas 2 CRAS em um universo de muitas dezenas de serviços socioassistenciais. Ressalta-se ainda que, mesmo que as posturas profissionais apresentadas indiquem relações de qualidade entre agentes públicos e usuários, nada impede que estes mesmos profissionais participantes também apresentem em determinadas ocasiões práticas menos acolhedoras ou posturas

estereotipadas frente às demandas específicas. De maneira que mesmo profissionais qualificados e politizados possam incorrer na atitude de “se fazer a obrigação” em alguma ocasião, como destacou Bruno, usuário do CRAS Capão.

Lotta (2012) discute que as relações entre profissionais e usuários, que se tornam amigáveis, ou que se dão para além dos contatos advindos do trabalho, permitem uma melhor adaptação das políticas públicas à realidade local do território e das famílias, uma vez que os profissionais conhecem os usuários para além dos vínculos profissionais. A autora chama esse fenômeno relacional de “sobreposição de vínculos” (LOTTA, 2012, p. 230). Tal perspectiva é evidenciada por Bruno e Nina, usuários do CRAS Capão e CRAS Rola Moça, respectivamente, quando estes indicam que diversos profissionais da rede de serviços trabalham na comunidade há muito tempo e isso dá diferentes características para a atenção prestada nos serviços:

Essa gerente do Centro de Saúde que tá aqui, ela já tá aqui há 40 anos, já tem 40 anos que ela vem fazendo o trabalho. A gente não pode reclamar dela, é uma excelente gestora, ela tira leite de pedra, ela já tirou leite de pedra neste Centro de Saúde. Hoje a comunidade tem um carinho, uma coisa muito grande com ela. Ela tá até perto de aposentar e a comunidade já tá até chorando. Mas assim, ela tem uns 30-40 anos que ela tá aqui (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Pelo o que eu vejo dos trabalhadores mesmo do CRAS, do aparelho, é uma galera bem aberta, bem de boa, recebe as pessoas bem (Bruno, usuário do CRAS Capão).

Pelo que eu vejo no bairro, pelos trabalhadores do bairro já estarem aqui há um tempo e tal... os trabalhadores do posto de saúde já têm algum tempo trabalhando lá... os rostos do bairro acabam sendo conhecidos, as pessoas que trabalham no Centro de Saúde conhece a pessoa ali até por nomes. É uma troca muito legal. Isso é uma das coisas que não dá tanto vazão a esse preconceito, mas acaba que rola sim. Mas isso impede um pouco esse preconceito, né, porque tem toda essa questão racial, étnica, por ter essa proximidade deixa de existir isso de alguma forma. Não importa a aparência da pessoa, a classe da pessoa, ela é tratada com humanidade que ela merece. Assim que eu vejo (Bruno, usuário do CRAS Capão).

Com essas discussões os referidos participantes levantam pontos importantes para o presente trabalho, quando abordam a importância dos vínculos entre usuários e trabalhadores para acesso à informação e aos direitos. Assim como, quando Bruno faz uma interessante discussão relacionada ao estabelecimento de vínculos entre trabalhadores e usuários como um indicativo de relações mais horizontais, pautadas pelo respeito e pelo reconhecimento. Segundo o usuário, tais vínculos possibilitariam relações menos preconceituosas e menos estereotipadas.

Apesar do participante reconhecer que os preconceitos persistem nas políticas públicas, segundo ele, os vínculos estabelecidos entre usuários e trabalhadores tem reduzido a chance de

se darem nos atendimentos relações calcadas na discriminação e na hierarquização social - o que, conseqüentemente, favorece o acesso dos sujeitos às informações e a seus direitos.

Como indicam Mendes (2018), Carmona (2019a) e Ribeiro e Miranda (2019) e os achados aqui discutidos, a produção do cuidado e da proteção social, se baseia, fundamentalmente, na perspectiva relacional entre usuários e trabalhadores.

6.2.5. Estrutura de oportunidades e trabalho relacional

Neste sentido, o trabalho que se realiza no âmbito relacional e da subjetividade tem importante papel no desenvolvimento da autonomia, no acesso às informações, na promoção da capacidade de reflexão e análise de si e de seu contexto, além de favorecer o exercício de escolhas, tomadas de decisões e a concretização de projetos de vida (CARMONA, 2019a). No entanto, é importante destacar que para a superação de vulnerabilidades sociais e violações de direitos, se faz fundamental a oferta de recursos objetivos e estruturais por parte do Estado, de maneira a garantir aos usuários a acesso a seus direitos de saúde, educação, moradia, trabalho, saneamento básico, segurança pública, etc. Desta maneira, Miotto e Dal Prá (2015) ressaltam que

O desenvolvimento de graus mais elevados de liberdade e autonomia do usuário não está desvinculado do pleno usufruto dos aportes de serviços públicos e, no campo da assistência social, isso significa investir no fortalecimento e ampliação da proteção social das famílias, desnaturalizando a ideia de que o núcleo familiar é o principal responsável por sua proteção social (p. 95).

Principalmente por se ter em vista o público mais frequente nos CRAS composto por mulheres, mães, negras e desempregadas, assim como identificado pelos participantes, e se tratando deste público de sujeitos que sofrem com os inter cruzamentos de diversas posições sociais e suas respectivas opressões, se faz essencial abordagens estruturais que contemplem as diversas dimensões das desigualdades. Abordagens estas que precisam considerar as condições sociais que se inter cruzam na vida dos sujeitos, produzindo agravamento e reincidência de vulnerabilidades, além de inferiorização e exclusão social.

Como refere Bronzo (2009), é fundamental uma alteração positiva da estrutura de oportunidades de maneira concomitante ao desenvolvimento do trabalho relacional e subjetivo. De forma que um conjunto de recursos, bens, serviços, programas e benefícios estejam à disposição das famílias para superação de seus diferentes níveis e tipos de vulnerabilidades –

sejam elas de renda, alimentação, acesso aos serviços públicos, vulnerabilidades relacionais, entre outras. Favorecendo, desta maneira, o desenvolvimento da capacidade de respostas das famílias diante de suas dificuldades.

6.2.6. As insuficiências do Estado e os desafios do trabalho cotidiano

Por fim, faz-se interessante destacar que os trabalhadores participantes reconhecem a complexidade na qual se insere o TSF ofertado pelos CRAS e a prática profissional desenvolvida por eles. Os agentes públicos trazem à discussão o fato de reconhecerem o contexto estrutural, bem como os limites e as necessidades de respostas do TSF que alcancem a dimensão estrutural dos problemas apresentados pelas famílias. No entanto, ressaltam o quanto o trabalho do serviço é limitado, tendo em vista as grandes desigualdades, as estruturas e hierarquias sociais que embasam a sociedade brasileira.

Os trabalhadores do CRAS Capão se referem de maneira muito interessante a esta discussão dizendo que o Estado é falho no seu papel de garantidor de direitos, e nega cotidianamente o acesso das famílias aos direitos, no entanto, quem na prática se depara com as mazelas sociais, a insuficiência do Estado e dá negativas à população quanto a garantia de seus direitos, são, na realidade, os agentes públicos. Tal aspecto do trabalho se apresenta no seguinte diálogo da equipe, se referindo às negativas do atendimento porque, por exemplo, naquele dia os horários estavam todos ocupados, ou quando, apesar da demanda, a família não se enquadra nos critérios para concessão de determinado benefício:

- Eu só queria falar que a parte mais difícil pra gente é a de falar não para a pessoa, né. Igual ontem mesmo veio uma senhorinha, ela deve ter seus 78 anos por aí. Ela veio justamente atrás da cesta básica. Você olha para pessoa, você vê que ela realmente está clamando porque ela precisa mesmo e pra você falar “não” é muito difícil. Você fica contornando. Você vê que a pessoa, para ela é tão dóido, a gente também sente na hora. (...) Pra mim a impressão que fica é que aquilo que eu falei para ela é um não e até por questão dela se sentir envergonhada ela nem volta, sabe. Aí você fica imaginando, “Meu Deus, e aquela senhorinha, não tem condição de trabalhar mais, às vezes ela até tem direito a algum recurso, mas ela não volta mais.” Acho que ela entende aquilo como um não, entendeu. Para mim pode ser um vale transporte, né, mas você falar um não é muito difícil, dependendo da situação, é muito difícil (Porteiro do CRAS Capão).

- E quem fala não, não é o Estado, né, a cara que tá lá é a nossa... (Técnico 1 do CRAS Capão).

- Exatamente (Porteiro do CRAS Capão).

- O gestor está lá... (Técnico 1 do CRAS Capão).

- Naquele momento você representa o Estado, o Estado fala “não” o dia inteiro para a população através das nossas bocas (Técnica 2 do CRAS Capão).

- Como diz meu amigo e companheiro, Técnico 1, o Estado é o maior violador (Técnica 4 do CRAS Capão).

- Porque a gente tem a questão do vínculo, e vínculo é interessante porque você constrói ele nesses contatos, desde o primeiro contato. Então na falta de um anteparo, de uma coisa imediata - é lógico que a gente entende que tem caso que não é pra gente dar o que a pessoa está pedindo - dependendo dessa falta de estrutura, falta de suporte, você acaba perdendo o momento de pescar essa pessoa, conversar com essa senhora, de ver realmente a situação dela, às vezes você não consegue alcançá-la, às vezes chamá-la de novo em outra ocasião pra atender. É muito problema... (Técnico 1 do CRAS Capão).

- E realmente a pessoa vai embora e a gente não sabe... (Técnica 4 do CRAS Capão).

- A falha do Estado é sistêmica, né, o Estado falha o tempo todo enquanto provedor. O problema do Estado no Brasil, não é o problema da falta de recursos, é o que deixa a gente mais triste de pensar. É um país rico, mas é extremamente desigual. (...) Tem uma escravidão, que é o racismo... porque a gente tem uma cultura escravagista. O Brasil é um país que não alforriou os escravos dele. A gente tem a bola de ferro invisível no pé, que é a falta de acesso aos direitos, que impede informação das pessoas, que impede os direitos fundamentais (...) e você fica com esse peso nas costas de todos, né (Técnico 1 do CRAS Capão).

Ainda que se trate de um trecho longo de diálogo do grupo focal dos trabalhadores do CRAS Capão, ele sintetiza muitos aspectos discutidos ao longo deste trabalho, além de abordar pontos que não foram possíveis discutir e que são muito relevantes – como é o caso do acesso da população às políticas públicas por meio de agentes públicos terceirizados, com vínculos empregatícios precários, e que através de sua atuação possibilitam ou inviabilizam o acesso do cidadão aos seus direitos.

Neste trecho, o Técnico 1, além de relacionar a prática profissional com o contexto estrutural de precariedade das políticas públicas na promoção do acesso aos direitos; cita o quanto os agentes públicos ficam em uma posição de fragilidade diante deste contexto de insuficiência do poder público, enquanto é a “cara” e a “boca” (ou o corpo) deles que dizem “não” o dia inteiro à população em nome do Estado; e relaciona tais problemas do TSF, à precariedade das ofertas do Estado e ao histórico de escravidão no país, se utilizando da metáfora da bola de ferro no pé para se referir ao fato de que, historicamente, o Estado brasileiro cerceia direitos à determinadas populações, o que impacta diretamente a prática cotidiana do trabalho nos CRAS e nos demais serviços públicos, colocando “esse peso nas costas de todos”.

Concluindo, destaca-se o trecho da fala da Técnica 1 do CRAS Rola Moça, em que a trabalhadora enfatiza a especificidade e riqueza do trabalho do CRAS, enquanto equipamento

que atua no âmbito dos vínculos e da convivência social e comunitária, a partir da presença no cotidiano dos territórios atendidos.

Nesse sentido, assim, trabalhar no CRAS, eu acho que é algo assim... mas não só em relação às outras políticas, mas na nossa política... é diferente, realmente é particular estar no território, ter esse contato, é o que você disse, tá no cotidiano, na vida e poder ser esse mediador. Eu acho que não tem lugar melhor, mesmo com tanta falta de estrutura com tantas dificuldades, é muito bom (Técnica 1 do CRAS Rola Moça).

Como discutido, a Assistência Social, como política pública fundamental para a garantia da proteção social, deve buscar atuar compreendendo os processos sociais e mecanismos institucionais que tornam cidadãos e grupos sociais desprotegidos e expostos a riscos sociais. Desta maneira, assegurar em um âmbito macro serviços, programas, projetos e benefícios que garantam a proteção social, a convivência e fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários se faz essencial. No entanto, é também fundamental que a prática profissional, baseada no trabalho relacional, tenha em vista o enfrentamento dos riscos sociais, advindos de processos de preconceitos, como racismo, homofobia, machismo, entre outras formas de hierarquização dos sujeitos. Neste sentido, sempre que precariedades do lugar, da situação vivida ou das posições sociais dos sujeitos afetarem suas vidas, de suas famílias e de grupos sociais historicamente inferiorizados, caberá uma ação da Assistência Social a partir de sua responsabilidade pública e coletiva.

6.3 DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERSECCIONALIDADE E INTEGRALIDADE

Dando início a discussão sobre a categoria acerca dos desafios das políticas públicas, considerando as noções de interseccionalidade e integralidade, será apresentado o conceito de integralidade para, em seguida, relacioná-lo com as falas trazidas pelos participantes que apontam a importância de um olhar dos agentes públicos e das políticas públicas que contemplem uma visão integrada dos sujeitos, suas necessidades, vulnerabilidades, bem como suas potencialidades. Da mesma maneira, integralidade será relacionada com interseccionalidade, intersetorialidade e participação, enquanto aspectos fundamentais para sua efetivação.

Será enfatizado o quanto a noção de integralidade se faz fundamental como um olhar para os sujeitos usuários das políticas públicas que considere suas múltiplas determinações sociais e opressões pelas quais são atravessados. Neste sentido, a integralidade também indica

o quanto é essencial considerar as potencialidades e capacidades de resposta dos sujeitos frente as situações de opressão. Como refere Carmona (2019a), vulnerabilidade e resiliência são faces do mesmo processo de superações de situações de adversidades.

No entanto, integralidade não se refere somente a estes aspectos relacionados a consideração das capacidades e possibilidades de ação dos sujeitos diante das vulnerabilidades. O princípio da integralidade indica uma concepção que busca uma ampliação do olhar sobre os sujeitos, famílias, grupos sociais e comunidades assistidas, de forma que todos possam ser identificados e atendidos nas suas mais diversas necessidades (CARMONA, 2019a; SILVA, 2017). Nesta perspectiva compreende-se os sujeitos como seres reais, que produzem sua história e que se posicionam diante da realidade (PINHEIRO, 2014; ROSA, 2006). Segundo Pinheiro (2014), a partir desta perspectiva se faz necessário considerar e respeitar o saber das pessoas, “saberes históricos que foram silenciados e desqualificados, que representam uma atitude de respeito que possa expressar compromisso ético nas relações gestores/profissionais/ usuários” (p. 14).

Neste sentido, Bronzo e Prates (2012), Ribeiro e Miranda (2019) e Carmona (2019a) destacam que a integralidade busca assumir o caráter multidimensional e multideterminado dos sujeitos, que são atravessados por questões sociais, territoriais, econômicas, históricas, culturais, biológicas e subjetivas. Desta forma, compreender os sujeitos e suas realidades por uma ótica que é, ao mesmo tempo, ampliada e focalizada em relação a suas demandas e singularidades é um árduo exercício de integralidade.

6.3.1 O compromisso do Estado e a indivisibilidade dos direitos

É também a partir do princípio da integralidade que as políticas públicas buscam estabelecer um compromisso estatal com a garantia do acesso dos cidadãos aos serviços públicos, onde suas necessidades deverão ser atendidas nas diversas políticas, conforme suas demandas, singularidades e direitos (SILVA, 2017). A partir desta perspectiva, assume-se o compromisso de que a proteção social não é obrigação exclusiva das famílias e de que a integração entre as políticas públicas é um imperativo para o alcance dos direitos sociais (SEN, 2010 apud CARMONA, 2019a). Segundo Schütz e Mito (2011), os direitos sociais se referem à proteção social provisionada pelo Estado, que deve superar arranjos institucionais e posturas

profissionais estanques e ineficientes para o enfrentamento coletivo e integral das desigualdades estruturais:

Estes [os direitos sociais] se referem a provisão das necessidades sociais por um sistema de proteção social por parte do Estado. Os direitos sociais contêm, portanto, a ideia de que as dificuldades enfrentadas pelos homens serão assumidas coletivamente pela sociedade, com supremacia da responsabilidade de cobertura do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas. Para garanti-los, as necessidades sociais devem ser contempladas por estas políticas de forma integral, ou seja, em sua totalidade. Por esta razão, o atendimento dessas necessidades por estruturas institucionais e posturas profissionais estanques é ineficiente (p. 3).

Neste sentido, a garantia dos direitos sociais está relacionada a processos de amplo acesso da população às diversas políticas públicas, que necessariamente precisam interagir entre si para promover o atendimento das necessidades e singularidades da população, conforme suas histórias de vida, sua raça, classe, gênero, geração, entre outras condições sociais dos sujeitos.

Desta forma, não é possível conceber a proteção social dos sujeitos, sem a garantia do acesso aos direitos à assistência social, à saúde, à educação, ao lazer, ao saneamento básico, à habitação, entre outros direitos sociais. Contudo, é insuficiente a atuação das políticas públicas que mediam tais direitos a partir de iniciativas setorializadas e isoladas (SCHÜTZ E MIOTO, 2011). Neste sentido, as estruturas setorializadas tendem a enxergar o cidadão de forma fragmentada, com ações públicas que, ainda que se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo território, são tomadas isoladamente e de maneira desarticulada:

A professora vê que seu trabalho perde efetividade se a criança que está sob seus cuidados além de não ter nutrição adequada, mora em condições adversas, não tem acesso a serviços de saúde, atividades de cultura, esportes e lazer, não é protegida de riscos e violências. O médico e a enfermeira também se afligem ao perceber que os agravos e riscos à saúde de determinado grupo não são superados porque sua moradia não tem saneamento, porque há depósito de lixo nas proximidades etc. Só que nem a professora nem o médico têm, nas organizações tradicionais setorializadas, condições de encaminhar efetivamente esses problemas, de canalizar essas necessidades e demandas, que são de áreas distintas da administração pública (SCHÜTZ E MIOTO, 2011, p. 4).

Assim, cada política pública busca encaminhar de sua maneira uma solução, sem, no entanto, considerar o cidadão em sua totalidade e nem mesmo a ação das outras políticas sociais. Da mesma maneira, Ciça, usuária do CRAS Capão, aponta, se referindo a maneira como as

vulnerabilidades estão interrelacionadas e dependem de um enfrentamento articulado por parte do Estado, a dificuldade da aprendizagem e da educação escolar em um ambiente rodeado de desproteções sociais e violações de direitos. Da mesma forma Bruno, usuário do CRAS Capão, se refere à escola como local de expressão dessa (des)articulação dos direitos, quando aponta as crianças que não conseguem aprender em função de situações de violência que estão vivenciando.

Olhando para o meu território, aquele aluno que dava problema na escola tinha muito do que ele vivia em casa. Porque eu conheço muitas famílias do território que convive com violência de todo tipo. Violência verbal, física até. (...) Conseguir que aquela criança vá pra frente e transmitir a questão dos valores. Então se o menino chega na escola sem nenhuma referência, nem paterna - porque o menino vive só com a mãe, só com avó - e o menino vive todo tipo de violência em casa, situação de miséria, pobreza, isso vai refletir aquilo em algum lugar. Eu penso, não sou psicóloga, mas eu penso que pode ser isso. E aí o espaço que ele tem pra refletir isso é na escola, né, e ele ali descarrega tudo, e aí vem as dificuldades (Ciça, usuária do CRAS Capão).

Às vezes o menino tá passando um monte situação dentro da casa dele, o pai bate na mãe. Acontece muito assim, briga todo dia e o menino não consegue estudar direito e a escola só julga o menino porque não consegue dar uma bomba nele. É uma coisa que está lá... Sabe, às vezes, se ouvisse ali, se tentasse trabalhar mais próximo dele melhoraria (Bruno, usuário do CRAS Capão).

Como se refere Schütz e Miotto (2011), a inclusão social depende da satisfação de um conjunto de direitos inter-relacionados, de maneira que é ineficaz o modelo de atuação setorizado e fragmentado das políticas públicas no país, que isolam planejamentos e ações, sobrepondo intervenções muitas vezes antagônicas junto aos usuários. Neste sentido, ter um olhar para os diversos aspectos e dimensões da vida do usuário possibilita perceber o conjunto de vulnerabilidades que sustentam o processo de exclusão e dificultam a elaboração de respostas.

A estrutura governamental é segmentada por saberes e conhecimentos, de forma que a prestação de serviços públicos adota uma visão e um modo de atendimento que não contempla o usuário “como totalidade de uma realidade mais ampla” (p. 5) (SCHÜTZ E MIOTTO, 2011). Neste contexto, as autoras apontam que o aparato governamental é atravessado por jogos de interesse antagônicos, pela verticalização, pela hierarquização, pela burocratização e pelo corporativismo. Segundo as autoras,

tal configuração, forjada historicamente, atende interesses de grupos hegemônicos. Como consequência, o aparato governamental constitui-se de forma hierárquica e verticalizada. Assim, as decisões tomadas neste espaço tornam-se distantes da população (p. 6).

As autoras ressaltam o loteamento político-partidário e a lógica competitiva no interior do Estado, que representam relações de poder e grupos de interesses divergentes que o compõe. Segundo as autoras, “assim, as estruturas verticalizadas e hierarquizadas são permeadas por interesses contraditórios que tornam desigual a própria distribuição de recursos entre políticas sociais, serviços e departamentos” (p. 6). Soma-se a este cenário, como discutido, a cultura política nacional carregada de pressupostos clientelistas, paternalistas, personalistas e patrimonialistas que se introduziram no Estado, embaralham os limites entre o público e o privado e perpetuam desigualdades sociais.

Segundo Schütz e Miotto (2011), foram estes elementos que conformaram um aparelho estatal excludente, tanto do ponto de vista da participação nas decisões quanto na contribuição para a redistribuição de riquezas. Tal modelo de organização, tende a se materializar a partir de iniciativas públicas com propostas assistencialistas que não se relacionam com acesso aos direitos, pois consideram os problemas sociais como carências individuais. Conforme ressalta Inojosa (1998), “essas políticas assistencialistas não visam à transformação da sociedade, mas à manutenção de seu equilíbrio para a própria preservação dos interesses hegemônicos” (p. 40).

Na fala que se segue o Técnico 1 articula em seu discurso alguns destes elementos ressaltados por Inojosa (1998) e Schütz e Miotto (2011), enfatizando como a política pública pode servir a fins alheios àqueles para os quais ela foi criada e pode colocar impedimentos institucionais que dificultam o acesso dos sujeitos a seus direitos.

E a gente tem uma dificuldade maior, tava até pensando isso em casa, como que a política hoje tá, porque a política macro, a política micro aqui do município... a falta de, sei lá, assim de organização... eu sou novo na política pública e eu percebi assim, o quanto que a culpabilização, porque a falta de recurso, na verdade é a falta de, vão falar que é experiência? Não, falta de se responsabilizar pelo o que tem que ser feito mesmo. Os que estão lá em cima governar para quem precisa mesmo – não ser só o lema do prefeito, né. Na articulação de todas as políticas, que que acontece?! A gente tem uma sobrecarga do serviço aqui, isso que eu acho que é o mais grave...(...) E a gente... uma coisa que a gente sofre muito, que são os impedimentos institucionais que atrapalham, impedem nosso serviço. Porque a gente tem família para acompanhar, mas nunca tem tempo de acompanhar a família. Aí você tem pressão porque vai chegando um monte de demanda – muitas vezes tem interesses eleitores, ainda mais que está chegando agora. Estas coisas têm feito, assim, a gente ficar preocupado, porque mesmo que você atenda muitas pessoas, não adianta você dar um benefíciozinho, um aqui, outro ali, a fome vai bater de novo, o benefício acaba daqui algum tempo, né. E o trabalho realmente de fortalecimento das pessoas, de construção de autonomia ou de humanidade, que a pessoa perde um pouco em algumas situações, o que é o ser humano. Isso é muito difícil (Técnico 1 do CRAS Capão).

Tal contexto trazido pelo Técnico 1 ressalta como a política pública pode estar relacionada a uma atuação limitada, voltada para aplacar necessidades imediatas que não vão

além de “um benefíciozinho, um aqui, outro ali” (sic) e que não atacam a complexidade das desproteções sociais e o restrito acesso dos cidadãos aos direitos sociais. Neste sentido, se a política não está voltada para, como se refere o Técnico 1, o fortalecimento das pessoas, a construção da autonomia, considerando os cenários micro e macro políticos no qual ela está inserida, ou seja, se as políticas públicas não estão engajadas com a transformação social, estão, portanto, a serviço de um aparente equilíbrio social que sustenta interesses hegemônicos.

6.3.2. Integralidade na organização dos serviços e renovação das práticas profissionais

A noção de integralidade também está relacionada à organização de serviços e políticas públicas, como ocorre na organização dos serviços em níveis de complexidades e sistemas. Tanto a política de Saúde quanto a de Assistência Social se organizam por sistemas e consideram níveis de complexidade para buscar viabilizar abordagens adequadas às necessidades e especificidades dos sujeitos, garantindo a integralidade da atenção ofertada. Como se refere Carmona (2019a):

O indivíduo/família pode passar por todo o sistema, dependendo das suas necessidades e situação específica em cada momento e pode haver ainda o encaminhamento do indivíduo/família de um nível de proteção para outro. Nesse caso, o encaminhamento do sujeito pode ser um referenciamento (quando é encaminhado para um nível de complexidade menor ou igual) ou pode ser um contrarreferenciamento (quando é encaminhado para um nível de complexidade maior). O funcionamento do SUAS como um sistema e a perspectiva da integralidade implicada é reconhecida pelos trabalhadores como condição essencial para uma oferta abrangente e adequada de proteção social aos usuários da política de assistência (p. 112).

Como refere a autora, esta organização a partir de níveis de complexidade, embasada na perspectiva da integralidade, é a condição para a construção de uma política pública voltada para a proteção social, diante de um cenário de profundas vulnerabilidades e de necessária articulação intra e interinstitucional.

Da mesma maneira, o princípio da integralidade também se relaciona com a orientação e renovação das práticas profissionais por parte dos agentes públicos (SILVA, 2017; PINHEIRO, 2014; CARMONA, 2019a). Segundo Carmona (2019a), esta é uma perspectiva que implica na recusa do reducionismo e que afirma a necessária abertura do diálogo entre profissional e usuário. Pinheiro (2014) se refere à importância da integralidade na política de

Saúde enfatizando a construção de uma proposta de cidadania do cuidado, a partir das práticas profissionais centradas nos usuários atendidos:

Desta forma, ‘integralidade’ existe em ato (...) sendo reconhecida nas práticas que valorizam o cuidado e que têm em suas concepções a ideia-força de considerar o usuário como sujeito a ser atendido e respeitado em suas demandas e necessidades. Essa ideia-força constitui o cerne da cidadania do cuidado (PINHEIRO, 2014, p. 11).

A noção de cidadania do cuidado para a autora, se relaciona justamente com a disponibilidade do profissional em atuar em um plano aberto de possibilidades, a partir de uma prática que se constitui e se materializa por meio dos encontros – muitas vezes conflituosos - entre os diversos sujeitos, profissionais, usuários, gestores e entre instituições. Tal perspectiva dos encontros que “produzem” proteção social e saúde foi também discutida na categoria de análise anterior na abordagem das relações entre usuário e trabalhadores.

É um diferencial importante desta perspectiva da integralidade e da produção de uma cidadania do cuidado o fato destas se darem a partir de uma interação democrática entre profissionais, usuários e instituições, que reconhece especificidades, complexidades e saberes a partir de um compromisso ético-político entre os sujeitos. Conforme destaca Pinheiro (2014),

A integralidade como fim na produção de uma cidadania do cuidado se dá pelo modo de atuar democrático, do saber fazer integrado, em um cuidar que é mais alicerçado numa relação de compromisso ético-político de sinceridade, responsabilidade e confiança entre os sujeitos, reais, concretos e portadores de projetos de felicidade (p. 9).

Desta forma, a integralidade tem em sua concepção a proposta da participação democrática de todos os atores envolvidos na construção do cuidado e da proteção social, de maneira que trabalhadores e usuários devem estar implicados nos processos de responsabilização, acolhimento e construção de vínculo, tendo os usuários participação efetiva nas decisões na saúde e cuidados que deseja obter.

Neste sentido, segundo Fiocruz (s/d), a ação integral, na perspectiva dos usuários está frequentemente relacionada ao tratamento respeitoso, digno, com qualidade e acolhedor. É interessante notar que estes aspectos do tratamento prestado aos usuários no atendimento são também enfatizados pelos trabalhadores e usuários entrevistados e se apresentam enquanto elementos importantes do trabalho cotidiano nos CRAS pesquisados.

Trazendo as complexidades relacionadas às demandas e aos sujeitos usuários do CRAS, a Técnica 3 do CRAS Rola Moça se refere às práticas profissionais que atendem as necessidades imediatas das famílias, por meio de “coisas imediatistas”, e também destaca os desafios que

representam uma prática profissional voltada à consideração das diversas dimensões dos sujeitos e à uma atenção ao “o que é a realidade de vida dessas pessoas”.

O que as pessoas trazem é muito mais que uma tarifa [tarifa social de transporte público], a vinda dela aqui tem a ver com a história de vida dela lá atrás, que ela não teve pai, que ela não teve uma mãe. Ou que ela não tem um pai ou uma mãe presente agora, que ela sofre violência dentro de casa agora, então não vai dar conta. Nós enquanto seres humanos, a nossa necessidade ela é mental, social, espiritual, física, isso tudo é o ser humano, isso tudo. E tem um monte de coisa dentro dessas quatro coisas. Isto tudo se reflete no atendimento social aqui. Então assim, a gente vai atender uma coisa imediatista, por trás disso tudo, eu não vou conseguir atender o que é a realidade de vida dessas pessoas. O CRAS não vai conseguir, mesmo que se aumente o benefício, mesmo que aumente a capacidade técnica, a gente não consegue esgotar essa demanda do ser humano que nos traz aqui uma problemática. Porque não é só da Assistência, que tem coisa relacionada com a Saúde, que é um outro problema, a Saúde hoje no país a gente sabe como é que tá...(...) A gente tenta fazer o que é da nossa alçada, né, a gente tenta suprir o que a pessoa tá nos demandando naquele momento, mas a resposta que a gente tem a dar pra ela não vai ser suficiente para ele sair daqui, “ótimo, tive toda minha situação resolvida”. Você vê que as pessoas acham que... procura o CRAS, achando que a gente vai resolver tudo. Mas a gente não resolve. Uma coisa ou outra, a gente tenta fazer o atendimento de uma forma que a pessoa sai daqui um pouco mais aliviada. Eu acho que acolhida, acho que ela não sai daqui sem essa acolhida (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Às vezes a necessidade dela do dia não é nem tanto um benefício, é mesmo um afeto, que ela consegue enxergar, sente isso, através da acolhida que a gente oferece. Eu vejo gente sair daqui super contente com carinho que a gente atende a pessoa, que era só isso que ela precisava, carinho que às vezes ela não tem, às vezes, no dia a dia dela. A gente já teve algumas reflexões relacionadas à nossa comunidade, foi citado aqui hoje, como que a nossa comunidade é carente de afeto. Questão de um toque um com o outro, sabe, incômoda muito isso. E não é só na comunidade, a nossa sociedade como um todo é assim, a gente enxerga muito isso nas pessoas que a gente atende. Então, às vezes, é isso, ela precisa de um carinho, um sorriso, às vezes, um abraço e pronto, já sente bem por isso (Técnica 3 do CRAS Rola Moça).

Da mesma forma como enfatizou a trabalhadora do CRAS Rola Moça, se referindo aos limites da política pública, que dificilmente conseguirá sanar as desproteções apresentadas nos atendimentos, a equipe do CRAS Capão também aponta as dificuldades da Assistência Social frente às violações de direitos, contudo, também enfatiza o acesso dos usuários à segurança de acolhida e à informação quando são atendidos pelo serviço. Neste sentido, a equipe do CRAS Capão aponta da seguinte maneira como tais direitos são garantidos aos usuários que acessam o serviço:

Apesar de tudo, às vezes eu ainda penso... até pra motivar o trabalho, eu acredito que na Política de Assistência Social, que tem a porta aberta, esses usuários acessam um dos direitos que é o da informação, por mais que não consegue ter acesso ao direito propriamente dito (Técnica 3 do CRAS Capão).

Outros: E o da acolhida também.

Que é um pouco do que a Técnica 3 falou, o usuário sempre recebe a informação, às vezes a gente não vai ter toda informação... a gente entende a necessidade e busca.

Você acha que nos outros espaços eles tem mais acesso aos direitos do que no CRAS?! Eu não sei dizer se sim, eu sei dizer que aqui no CRAS os usuários que vem, pelo menos eles têm acesso a estes direitos, que é o da acolhida e da informação (Técnica 2 do CRAS Capão).

A segurança de acolhida e o direito ao acesso à informação são enfatizadas por ambas equipes quando estas destacam que todos usuários que acessam aos serviços, por mais que possam encontrar dificuldades para a efetivação de seus diversos direitos e atendimento de suas necessidades, recebem acolhida digna e tem seu acesso às informações garantidos.

Tratando-se da acolhida, o documento de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014) a caracteriza como uma segurança socioassistencial e como uma aquisição importante a ser alcançada pelos usuários por meio dos serviços socioassistenciais. A referida publicação descreve que segurança de acolhida envolve os seguintes aspectos:

Ser acolhido em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo; Ser estimulado a expressar necessidades e interesses; Ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violações e riscos sociais; Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; Ser orientado e ter garantida efetividade nos encaminhamentos (p. 14).

Com relação ao acesso à informação enfatizado pelas equipes, é possível relacionar tal discussão com as aquisições esperadas a partir da segurança de autonomia, que envolve, entre outros aspectos, “alcançar autonomia, independência e condições de bem estar; Ser informado sobre seus direitos e como acessá-los; Ter acesso a experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites; (...) Ser ouvido para expressar necessidades e interesses” (BRASIL, 2014, p. 14). Portanto, apesar das dificuldades descritas pelas equipes, o alcance das seguranças de acolhida e de autonomia representam passos fundamentais no sentido da construção da integralidade da proteção social na Assistência Social

Em síntese, assim como se apresenta como uma noção conceitual importante, a integralidade é um dos aspectos que embasa a organização das políticas públicas em sistemas e níveis de complexidade, além de ser uma perspectiva que orienta práticas profissionais para um “olhar mais atento” às singularidades, complexidades e saberes dos usuários. Neste sentido, a integralidade é uma perspectiva que está relacionada ao reconhecimento da complexidade da condição humana e dos fenômenos que atravessam as vidas dos sujeitos. Tal perspectiva se materializa nas práticas profissionais a partir da valorização e da atenção aos diversos saberes e condições sociais que marcam as vidas das pessoas. Desta maneira, a integralidade se constrói e se atualiza a partir de uma atuação profissional atenta aos atravessamentos estruturais e às

condições sociais dos sujeitos, assim como se constrói a partir de atuação calcada na democracia, na participação do usuário, no diálogo e na ética (CARMONA, 2019a; BRONZO, 2010).

6.3 Intersetorialidade e integralidade

Como apontado anteriormente, a noção de intersectorialidade dialoga diretamente com a perspectiva da integralidade, haja vista que ambas noções se referem à garantia de uma atenção integral aos sujeitos e a suas demandas por meio de ações múltiplas do poder público. É a partir da intersectorialidade que se pressupõe a articulação das diversas políticas públicas, dos diversos setores, de maneira a assegurar a promoção da qualidade de vida dos cidadãos considerando os diversos âmbitos da realidade dos sujeitos.

Neste sentido, a intersectorialidade se apresenta como uma ferramenta essencial para um diálogo efetivo entre as políticas públicas diante das complexidades dos sujeitos e dos fenômenos que vivenciam. Obviamente as demandas sociais não se apresentam de maneira setorializada ou fragmentada, no entanto, é assim que comumente o poder público considera as necessidades dos sujeitos - como partes com as quais setores específicos devem lidar -, enquanto a complexidade da vida dos sujeitos é negligenciada.

A intersectorialidade inclusive extrapola o campo das políticas sociais e conecta-se às variadas relações estabelecidas entre os sujeitos em seus territórios. Nesta discussão Carmo e Guizardi (2017) enfatizam, sobretudo, a dimensão da participação e do engajamento social dos atores sociais das comunidades atendidas, os quais precisam ser considerados no planejamento, implementação e avaliação das políticas sociais. Neste sentido, as autoras apontam que “o desafio seria, ainda, incorporar à agenda pública as demandas vocalizadas pelos próprios interlocutores” (CARMO E GUIZARDI, 2017, p. 1279). Tal aspecto da intersectorialidade enquanto estratégia para alcance à integralidade é trazido pela usuária Nina por meio da seguinte fala:

A política pública deve ser trabalhada, deve ser construída, primeiro, junto com o povo, com todos os cidadãos, “gente, nós vamos fazer uma política pública aqui no CRAS de atendimento para auxílio moradia. A gente quer saber como a gente vai instituir essa política aqui na favela. Vamos chamar o pessoal da comunidade para participar, a mulher, o homem, o negro, a quilombola - aqui do lado tem um quilombo. Vamos chamar o pessoal LGBT?! Vamos! Vamos chamar a galera do movimento hip hop, a juventude, movimento hip hop, movimento funk, que se relaciona com a comunidade?!” Não tem isso! São homens brancos, mulheres brancas, dentro do perfil

da tradicional família brasileira que faz as políticas. E por isso que as políticas não atendem a população, porque o que eles têm de referencial de sociedade, de vida, não é o modo de vida da maioria do brasileiro. É isso que eu acho que precisa de mudar (Nina, usuária do CRAS Rola Moça).

Desta forma, a intersetorialidade busca transcender a lógica de fragmentação das políticas públicas e construir estratégias de atenção e proteção integral aos sujeitos, considerando inclusive a dimensão da participação e as contribuições dos próprios sujeitos atendidos pelas políticas. Tratando-se das formas de se materializar a noção de intersetorialidade no campo da Assistência Social, Couto *et al* (2010 *apud* GASPAROTTO, 2017) indicam que

a intersetorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais. Neste sentido, transcende o caráter específico de cada política e potencializa as ações por elas desenvolvidas, ampliando a possibilidade de um atendimento menos compartimentado aos cidadãos que dela se utilizam (COUTO *et al*, 2010 *apud* GASPAROTTO, 2017, p. 30).

É interessante ressaltar que, como indicam Schütz e Miotto (2011), ainda que a intersetorialidade busque transcender a lógica da fragmentação e o reducionismo dos sujeitos a partir dos setores das políticas públicas, tal noção não nega a setorialidade. Como indicam as autoras, é a partir da intersetorialidade que se faz possível o encontro dos diversos acúmulos setoriais, a partir do reconhecimento de domínios temáticos específicos de cada setor - para que mais à frente sejam construídas sínteses que demonstrem a insuficiência da intervenção setorial isolada e a importância da articulação de saberes setoriais. Segundo as autoras, “a intersetorialidade não anula a singularidade do fazer setorial pela instituição de uma polivalência impossível; ao contrário, reconhece os domínios temáticos, comunicando-os para a construção de uma síntese.” (p. 23) Neste sentido, busca-se com a intersetorialidade um atendimento à população considerando suas diversas necessidades a partir da realidade concreta das vidas dos cidadãos.

Contudo, como indicam diversos autores, há uma inconsistência na construção de estratégias pautadas pela intersetorialidade e uma ausência de espaços de diálogo eficazes entre os diversos setores estatais. De maneira que a construção da intersetorialidade recai sobre as

iniciativas de nível local, as quais são insuficientes para sua concretização (SCHÜTZ E MIOTO, 2011; CARMONA, 2019a; BRONZO, 2010).

Diante desta dificuldade de articulação intersetorial, além de recair ao nível local o trabalho de interlocução entre as políticas públicas, tal articulação também fica a cargo das famílias, as quais são responsabilizadas pelas construções interssetoriais que necessitam. Exemplo desta responsabilização das famílias diante da necessidade de construções interssetoriais se apresenta no caso relatado pelos trabalhadores do CRAS Capão em que a mulher chefe de família articula suas demandas de saúde, com as necessidades de educação dos filhos, enquanto vivencia cotidianamente a insuficiência da política urbana de transporte, haja vista os grandes deslocamentos realizados pela família e os problemas da política de defesa social, que não fornece subsídios às famílias com membros no sistema prisional.

Outros exemplos decorrentes desta falta de intersetorialidade e da dificuldade de articulação entre as políticas públicas do território são apresentados na fala de Ciça, usuária do CRAS Capão, que discute a questão da inserção da juventude no mercado de trabalho:

Eu não posso falar muito porque a gente não conhece o trabalho da escola. Mas assim, as escolas daqui tem uma abertura, mas quando você chama, por exemplo, para um trabalho na comunidade... eles não aparece, igual teve uma oficina aqui no final do ano passado, o pessoal lá da Rede Cidadã... Onde tem mais grupo de jovens para ser inseridos no mercado? Não é a escola!? Então a escola foi convidada, o CRAS fez o convite, aqui do lado, a escola estadual que tem mais jovens, um número maior de jovens, né, que tem Ensino Médio... e não apareceu nenhum, nenhum. Só apareceram os jovens do ProJovem, que o próprio CRAS mobilizou. E eles não vieram, porque eles não dão importância. Se o jovem, se o aluno está inserido no mercado de trabalho, ele tem outros horizontes. Se ele quer, ele vai ter lá na frente outros horizontes. E aí ele vai deixar de entrar na criminalidade (Ciça usuária do CRAS Capão).

Em seguida, também abordando as consequências da falta de articulação entre as políticas, a usuária aborda o quanto as políticas sociais se beneficiariam se considerassem, de maneira intersetorial, as questões relacionadas ao meio ambiente:

Dada a importância da questão do meio ambiente a escola não seria a principal agente de transformação, de conscientização da importância de preservar o meio ambiente? Nós já tivemos várias ações na área do Campo Alto e não aparece um aluno da escola, tem duas professoras que participam desse grupo, do Novo Campo Alto, mas não consegue despertar nos alunos o interesse de participar também, de ajudar a proteger aquelas nascentes, porque elas são importantes. Também proteger a área do parque, porque tá virando um lixão lá e a maioria dos alunos são moradores do conjunto, entendeu. Então não dão muita importância para essas coisas. O negócio dele é mesmo dá as disciplinas e pronto acabou. Porque tem tudo a ver. Porque se a área é preservada, não tem lixo, tem menos doença, vai ter menos pessoas procurando os Centros de Saúde, os alagamentos que a gente está vivendo por causa, em razão que eles estão jogando lixo no córrego. O córrego que passa lá embaixo a gente fez um trabalho de colocar manilha pra impedir a passagem de carroceiro. Eles tiraram as

manilhas. Então quem mora ali no local... aí vem as enchentes, enche as casas e vai parar aonde? Na Assistência [Social] porque fica sem lugar de morar. Joga sofá lá dentro... tudo está interligado, né (Ciça usuária do CRAS Capão).

Como enfatiza a usuária, a articulação entre as diversas políticas públicas é fundamental para a construção de iniciativas que atinjam os variados âmbitos da vida dos sujeitos, que, no exemplo citado, envolve elementos da educação, da saúde, do meio ambiente, do saneamento básico, da moradia e da assistência social. Neste sentido, a intersectorialidade relaciona-se diretamente com a integralidade como uma perspectiva que busca considerar os sujeitos em sua totalidade, inseridos em suas realidades complexas e contraditórias. Portanto, como aponta Ciça, é importante que se tenha em vista que a vida está relacionada, entre outros aspectos, com o meio ambiente, o território e a qualidade do acesso aos direitos das famílias daquela localidade.

6.3.4 Assistência Social e Integralidade

Tratando-se especificamente da Política de Assistência Social, pode-se considerar que as perspectivas da integralidade e da intersectorialidade fundamentam as ofertas da política, como quando se discute proteção integral e Seguridade Social brasileiras. Como se pode observar, desde os preceitos constitucionais os princípios da integralidade e da intersectorialidade balizam a construção de políticas públicas no país. Gasparotto (2017), Schütz e Mito (2011) e Carmona (2019a) indicam que a integralidade e a intersectorialidade se constituem como condições fundamentais para a materialização e efetivação da proteção social à população.

Nesse sentido é relevante considerar que, dada a sua complexidade, os fenômenos da violência e da desproteção social não são problemas e objeto de atenção apenas da Política de Assistência Social. Não por acaso, a seguridade social no Brasil foi pensada e instituída na Constituição Federal como um sistema, que congrega diferentes políticas públicas, já presumindo a necessária dimensão da intersectorialidade (CARMONA, 2019a, p. 119).

A autora se refere à importância de, no âmbito da Assistência Social, não se reduzir os usuários às suas vulnerabilidades sociais ou ao seu histórico de situações de violência e violação de direitos. Desta forma, como um exercício da integralidade, é fundamental que os profissionais não busquem fragmentar os usuários em partes objetiváveis para que seja possível pinçar uma ou outra parte, diante da qual seriam possíveis respostas padronizadas e que digam

respeito a aspectos isolados da vida dos sujeitos. Pelo contrário, a partir da integralidade e da intersectorialidade se faz fundamental considerar a multidimensionalidade e a multideterminação das desproteções vivenciadas pelos usuários, bem como se atentar para o potencial de respostas e fatores de proteção que os sujeitos apresentam diante da realidade.

Como indicam Schütz e Mito (2011), faz-se necessário avançar na perspectiva da indivisibilidade dos direitos e da proteção social integral dos sujeitos. Desta maneira, como indica as autoras, se faz necessário enfrentar o desafio da integração das políticas públicas, considerando o prisma da transversalidade e indivisibilidade dos direitos sociais. Neste aspecto, é interessante notar que Bruno e Tito, usuários do CRAS Capão e CRAS Rola Moça, respectivamente, trazem impressões sobre os CRAS que apontam para como o equipamento consegue materializar em suas ofertas este aspecto da indivisibilidade dos direitos e consegue alcançar aos diversos âmbitos da vida dos usuários.

Eu vejo o CRAS como um equipamento de apoio para o bairro, né, focado na Assistência Social, mas vai muito além disso. É um equipamento que ajuda a trazer essa cultura mesmo que eu disse para cá, é um equipamento que ajuda nas questões sociais do bairro, né (Bruno, usuário do CRAS Capão).

É um lugar desse encontro, né, é um lugar que a comunidade se encontra para poder conversar sobre as demandas do bairro, levar de alguma forma para o poder público, pro Estado. Eu acho que é isso tudo ao mesmo tempo, eu acho que é um aparelho técnico, mas é também humano, principalmente, os trabalhadores daqui... tratam a gente bem (Bruno, usuário do CRAS Capão).

CRAS é esporte, cultura, lazer, a 3ª idade, então eles divulgam sempre os eventos que eles fazem aí nos eventos sociais aí do CRAS, eles sempre tentam divulgar, as vezes emprego, cursos profissionalizantes, às vezes, cursos para idosos, cuidador de idosos, o CRAS divulga muito (Tito, usuário do CRAS Rola Moça).

Ainda que se trate de concepções que precisam ser mais desenvolvidas e implementadas nas práticas profissionais, os CRAS estudados apresentam evidências importantes da busca por iniciativas intersectoriais que tenham como horizonte a integralidade. Tais posturas profissionais, na verdade, cumprem com os preceitos da política que indicam na Norma Operacional Básica do SUAS que a garantia da proteção social socioassistencial compreende, entre outros aspectos, a “reafirmação da assistência social como política de seguridade social e a importância da intersectorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social” (BRASIL, 2015, p. 18).

Concluindo a seção, é importante ressaltar o aspecto da participação social e a relevância da sociedade civil na construção da intersectorialidade. Como indicam Carmo e Guizardi (2017), é fundamental introduzir a sociedade civil nos processos de atuação intersectorial, tendo em vista

que a fragmentação e a redução dos sujeitos criam silenciamentos que devem ser enfrentados. Neste sentido, a intersectorialidade enquanto estratégia para realização da integralidade, envolve construções coletivas que ganham forma e expressão no espaço do encontro de diferentes atores implicados na produção da proteção social.

Desta forma, um posicionamento no sentido da integralidade não significa ignorar todo o conhecimento setorial produzido acerca dos fenômenos de vulnerabilidades sociais e violência, mas sim fazer uso destes conhecimentos a partir de uma visão abrangente das necessidades dos sujeitos, que considera o diálogo e a construção coletiva da proteção social integral. Como indica Carmona (2019a), “processos de superação [de vulnerabilidades sociais e de violações de direitos] não se reduzem à dimensão subjetiva e relacional no interior da família/indivíduo, passam também por questões sociais, econômicas e políticas que afetam essa família/indivíduo” (p. 122) e precisam ser consideradas como mutuamente determinantes.

Neste sentido, uma visão de totalidade que contemple os processos sociais em suas múltiplas dimensões, pressupõe a formulação de políticas públicas universais, que partam do reconhecimento das especificidades dos sujeitos, das complexidades dos fenômenos, bem como reconheçam as desigualdades de classe, gênero e raça e os seus intercruzamentos, para assim buscar a eliminação de barreiras e a construção coletiva de oportunidades para grupos socialmente subalternizados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que este trabalho represente um esforço de reflexão e análise sobre Assistência Social e interseccionalidade, a produção de conhecimento relacionado às práticas sociais nas políticas públicas ainda é escassa diante da dimensão da temática. Além disto, ressalta-se aquilo que Minayo (2010) aponta acerca dos limites do trabalho de pesquisa: “a finitude do compreender representa as limitações da consciência histórica do investigador (ou de qualquer sujeito)” (MINAYO, 2010, p. 333).

Desta maneira, ainda que diversos estudos abordem os pressuposto ético-políticos do trabalho na Política de Assistência Social, existem poucas iniciativas que contemplem as práticas profissionais, tendo em vista o cotidiano do trabalho e as rotineiras interações sociais estabelecidas entre trabalhadores e usuários no âmbito dos equipamentos públicos (MIOTO, 2004). Ademais, são poucos os estudos que se voltam para a compreensão e problematização da reprodução de preconceitos e hierarquizações sociais nas vidas dos usuários das políticas públicas, e são ainda menos recorrentes os trabalhos que se voltam para identificação e análise da reprodução de preconceitos e desigualdades no interior das instituições públicas (MINAYO, 2010; BOURDIEU, 2002a). Destaca-se ainda, como indica Minayo (2010), a escassez de trabalhos que partam do ponto de vista dos sujeitos sociais, abrangendo as relações de produção e de poder nas instituições.

Neste sentido, a produção de conhecimento em um campo de estudos ainda pouco explorado envolve desafios teóricos e metodológicos importantes a serem enfrentados. No entanto, se impõe enquanto alternativa a construção de abordagens integrais e perspectivas amplas de compreensão sobre os sujeitos e suas realidades. Daí a proposta de uma abordagem teórico-metodológica que considere as diversas opressões que se inter cruzam e afetam as vidas dos sujeitos, bem como o trabalho com perspectivas que considerem as capacidades de respostas e estratégias de superação das adversidades dos sujeitos em suas realidades.

A partir deste trabalho, foi possível ter em vista a pertinência das discussões acerca da interseccionalidade dos marcadores sociais na vida dos sujeitos, na produção de desigualdades sociais e de discriminação social. Tais discussões e análises demonstram-se ainda mais relevantes quando se considera a Política de Assistência Social, na qual se destacam as mulheres negras, chefes de famílias, mães, moradoras de vilas e favelas, enquanto a maior parcela de seu público atendido.

Desta forma, a presente pesquisa, com seu objetivo de analisar as concepções de usuários e trabalhadores acerca das questões de raça, classe e gênero, buscou compreender as práticas sociais de usuários e trabalhadores, as relações estabelecidas entre trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social, além de analisar as relações estabelecidas entre usuários e as diversas instituições. Tendo em vista tais marcadores sociais, foi possível observar em diversas ocasiões relatadas, o intercruzamento das posições sociais dos sujeitos, que expunham estas pessoas a situações de discriminação, com agravamento da vulnerabilidade social, a partir de situações de racismo, homofobia e machismo, vivenciadas de maneira simultânea.

Assim, foi importante considerar a perspectiva de que os sujeitos, a partir de suas posições na estrutura social e de seus grupos sociais, compartilham concepções, visões de mundo, valores, crenças e atitudes. Ainda que cada ator social conheça os fenômenos sociais a partir de sua singularidade e tenha vivências peculiares, como indicam Minayo (2010) e Bourdieu (2002a), é a partir da constelação de informações individuais, vivenciadas em comum por determinado grupo, que se torna possível compor um cenário global das estruturas e relações que formam um modelo cultural ou que indicam certa lógica de funcionamento das instituições.

Como ressaltam Minayo (2010) e Bourdieu (2002a), tem-se em vista que o pensamento individual se integra no conjunto da vida social quando se considera as posições sociais de raça, classe e gênero, de maneira que “é preciso buscar o que há de comum no grupo e o que há de específico do discurso individual” (MINAYO, 2010, p. 208).

Desta maneira, as concepções apresentadas pelos trabalhadores e usuários participantes refletem um caráter geral do presente momento histórico, assim como aspectos específicos de grupos sociais aos quais fazem parte, além de concepções particulares cultivadas a partir de suas histórias pessoais, que compõem a complexidade de suas realidades sociais. Daí decorre a possibilidade de análises da prática social e das concepções de tais sujeitos de pesquisa, uma vez que estes fazem parte de grupos e ocupam determinadas posições sociais, relacionadas a condições objetivas similares e que representam uma totalidade. Como se refere Minayo (2010),

Toda investigação social precisa registrar a historicidade humana, respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos. As pesquisas contemporâneas precisam também compreender a simultaneidade das diferentes culturas e dos diferentes tempos num mesmo espaço, como algo real e que enriquece a humanidade. Isso significa compreender o global e o local, convivendo e sendo, ao mesmo tempo, mutáveis e permanentes. Pois o ser

humano é autor das instituições, das leis, das visões de mundo que, em ritmos diferentes, são todas provisórias, passageiras, trazendo em si mesmas as sementes de transformação (p. 40).

Neste sentido, a presente atividade de pesquisa buscou compreender e analisar as concepções e práticas de trabalhadores e usuários da Assistência Social, considerando seus sistemas simbólicos, suas verdades contextuais e seus significados diante das interações entre usuários-trabalhadores. Buscou-se sempre ter em vista as maneiras pelas quais os marcadores sociais impactaram as vivências dos sujeitos e de que forma tais marcadores se articularam no agravamento de situações de vulnerabilidade social e de opressões.

A partir das entrevistas e dos grupos focais foi possível contar com relatos e reflexões bastante pertinentes a respeito do racismo estrutural; do intercruzamento das posições de raça, classe e gênero na vida dos sujeitos; das opressões às mulheres negras na sociedade e a sua presença nas políticas públicas; discussões a respeito da homofobia; da hierarquização social que sofrem os indivíduos e a precariedade do acesso aos direitos a depender da posição social ocupada; os efeitos do reconhecimento e do não reconhecimento das identidades e complexidades dos sujeitos nas políticas públicas; as limitações e possibilidades do trabalho social com famílias desenvolvido nos CRAS; o reconhecimento da importância das perspectivas da interseccionalidade, da integralidade e da indivisibilidade dos direitos nas políticas sociais; além de reflexões muito pertinentes a respeito da centralidade das relações entre usuários e trabalhadores para promoção ou cerceamento do acesso aos direitos sociais.

Diversas orientações técnicas e diretrizes para a Política de Assistência Social (BRASIL, 1993; BRASIL, 2005; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b) enfatizam a importância da atuação desta política no sentido da defesa da diversidade e da equidade, indicando que se faz essencial a oferta de serviços com qualidade e que conheçam as necessidades coletivas e as posições sociais de gênero, raça, classe, orientação sexual, geração, regionalidade, entre outras, que distinguem os grupos e delineiam demandas coletivas e individuais relacionadas aos usuários da Assistência Social.

Reconhecer tais marcadores sociais e a maneira como se dão as articulações dos mesmos no cotidiano da vida dos sujeitos e da prática profissional se apresenta como fundamental e de uma complexidade imensa. Tal esforço envolve compreender as instituições, seus paradoxos e suas contingências históricas, já que nelas, como indicam Mayorga e Prado (2010), tanto a hierarquia como a lógica de subordinação, a partir da articulação das categorias sociais se

apresentam como “sementes fundantes de seu próprio funcionamento” (p. 58). Como indicam os autores, é possível que as instituições sejam relativamente democráticas quando revelam a sua contingência histórica e assumem para si a importância de repensar as relações de poder que se dão no seu interior. Como ressalta a Técnica 2 do CRAS Rola Moça, repensar tais relações envolve o constante trabalho de reflexão e tomada de posição por parte dos trabalhadores diante das desigualdades.

Por mais que não seja um objetivo da pesquisa, é muito rico a gente enquanto equipe tá conversando sobre isso porque... o preconceito contra mulher, contra o negro, contra o idoso, contra pessoa com deficiência, quanto ao público LGBT, ele tá aí, ele tá instalado, existe, e a gente tem que estar trabalhando o tempo todo internamente (Técnica 2 do CRAS Rola Moça).

Neste sentido, compreender as hierarquizações sociais, subordinações e preconceitos reproduzidos no interior das instituições e analisar as práticas profissionais enquanto formas de desconstrução ou reafirmação de discriminações foi um grande esforço desta pesquisa. Assim, um interessante trabalho de reflexão (e possível revisão) de como se dão as práticas profissionais no cotidiano dos CRAS foi realizado por parte das equipes e se tornou um relevante produto desta pesquisa, ainda que não fosse este um objetivo explícito a ser alcançado.

Destaca-se, assim como indica Carmona (2019a), que trabalhadores e usuários são ambos seres sociais, relacionais, desejantes, reflexivos e atravessados pela realidade circundante, portanto, vivenciam, ainda que, de diferentes formas, os efeitos dos intercruzamentos das posições sociais, das discriminações, privilégios e hierarquizações sociais. Desta maneira, as relações que tais sujeitos estabelecem entre eles, com a política pública e que estabelecem consigo mesmo, formam, junto com os aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos, o esteio no qual a política pública irá se desenvolver.

Diante desta realidade, Govender *et al* (2007), a partir de uma revisão sistemática sobre preconceito de gênero nas interações interpessoais para cuidados de saúde, propõem alguns pontos, também pertinentes para a presente reflexão sobre os marcadores de raça e classe. Os autores sugerem uma ampla revisão das legislações e normativas relacionadas às políticas públicas a partir de tais marcadores sociais, de maneira a integrá-los às diversas ações das políticas sociais. Além disso, sugerem integrar raça, classe e gênero aos treinamentos dos trabalhadores das políticas sociais, relacionando tais discussões com a prática profissional cotidiana. Segundo os autores, é possível ainda incorporar as perspectivas de raça, classe e gênero no monitoramento e auditoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Neste sentido, é uma importante iniciativa integrar tais marcadores sociais no cotidiano das políticas sociais, buscando conscientização e capacitação dos profissionais – pois, como aponta Govender *et al* (2007), muitas vezes é negligenciada nas capacitações dos trabalhadores a reflexão sobre como os marcadores sociais moldam suas próprias vidas.

Além disto, os autores sugerem a formação dos usuários das políticas, para que estes abordem as problemáticas relacionadas às desigualdades de raça, classe e gênero nas interações com os agentes públicos – uma vez que “a capacitação de pacientes é uma maneira importante de melhorar a dinâmica de poder nas relações entre pacientes e provedores” (GOVENDER *et al*, 2007, p. 3 - tradução do autor). Da mesma maneira, Bandeira (2014) aponta que é essencial a qualificação adequada dos agentes públicos para que estes possam “perceber os processos de opressão a partir dos grupos vulneráveis, assim como os mecanismos concretos que introduzem e reproduzem as desigualdades” (p. 453).

Desta forma, o trabalho de formação dos atores envolvidos com as políticas públicas é também essencial para fundamentar a prática profissional e o exercício discricionário dos trabalhadores. Costa (2016), considerando que os agentes públicos também constroem ideias, valores, regras e relações interpessoais por meio de suas interações cotidianas, indica que os espaços organizacionais podem (e devem) fornecer referenciais para o desempenho do trabalho para os agentes públicos, de maneira a complementarem ou desconstruírem os referenciais construídos exclusivamente a partir das trajetórias individuais.

Assim, fatores individuais, relacionais e institucionais estão atrelados ao processo de formação dos profissionais e às suas atuações nas políticas sociais, de maneira que se faz fundamental integrar formação e conscientização quanto aos aspectos de raça, classe e gênero como temáticas essenciais de educação permanente dos profissionais.

Tal apontamento acerca da importância da formação dos trabalhadores é explicitado em vários momentos nos grupos focais em ambos os CRAS. Os trabalhadores enfatizam que há uma lacuna ou apenas iniciativas pontuais no sentido da formação dos agentes públicos. Os trabalhadores nestas discussões destacaram, principalmente, a importância de capacitações voltadas para os trabalhadores terceirizados, os quais estão diretamente voltados aos atendimentos dos usuários, sem, no entanto, contar com oportunidades de qualificação que destaquem as especificidades do TSF, a importância da acolhida dos usuários nos serviços ou que contemplem discussões relacionadas aos marcadores sociais e aos preconceitos vivenciados pelos usuários.

Importante destacar que o SUAS conta com uma Política Nacional de Educação Permanente/PNEP que visa contribuir com a profissionalização da política, com a formação de

gestores, trabalhadores e usuários com conhecimentos, habilidades e atitudes mais qualificadas e comprometidas com um projeto emancipatório de sociedade e com as necessidades da provisão dos serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2013).

Nesta perspectiva, a Prefeitura de Belo Horizonte conta com um Plano Municipal de Educação Permanente e com o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS/BH - que teve seu regimento publicado recentemente em 05 de Julho de 2018 - que vem implementando importantes iniciativas de Educação Permanente no âmbito dos serviços do SUAS na cidade. Ainda que se trate de iniciativa de fundamental relevância, o que se observa nos relatos dos participantes é que ainda há uma dificuldade a ser trabalhada no campo da formação dos trabalhadores, principalmente daqueles terceirizados que atuam nos CRAS, e especialmente quanto aos marcadores sociais de raça, classe e gênero, bem como seus inter cruzamentos (BELO HORIZONTE, 2018).

Como pode ser observado nos achados da pesquisa, se faz essencial, por parte dos trabalhadores, um olhar atento para as diversas posições sociais e seus inter cruzamentos; assim como é fundamental, enquanto papel do Estado, a oferta de estruturas objetivas, como equipamentos, serviços, programas e projetos que possam colaborar com o aumento da capacidade de resposta dos sujeitos diante das adversidades e do alcance dos direitos destes; além de ações sistemáticas para o enfrentamento do racismo, do machismo, da homofobia e de outras formas de opressões. Desta forma, os enfrentamentos das desigualdades e violências, a desconstrução das hierarquias sociais e a promoção da justiça e da proteção social se constituem enquanto responsabilidades estatais e demandas prioritárias a serem trabalhadas pela Assistência Social, por meio de todos os agentes envolvidos com a política, gestores, trabalhadores e usuários.

Tomando a perspectiva de Fraser (2001) quanto à complexidade das lutas por justiça social e equidade, é necessário que se tenha em vista que estas precisam contar tanto com iniciativas no sentido da redistribuição - sem se restringir a uma lógica exclusivamente economicista -, assim como precisam contar com iniciativas no sentido do reconhecimento - sem, no entanto, ficarem enquadradas em uma lógica exclusivamente culturalista. O que traz às políticas públicas e à Assistência Social considerável complexidade, além da necessidade de uma perspectiva mais ampla e que cruze os múltiplos eixos da diferenciação social (MARIANO, 2009). Mariano (2009), sintetizando tal perspectiva da autora, indica que

A autora defende a necessidade de articular demandas redistributivas e reivindicações por reconhecimento. Aqui o princípio de igualdade não é abandonado, mas conciliado com o princípio de reconhecimento das injustiças culturais e simbólicas. (...) Mudar a

hierarquia de *status* da sociedade é o objetivo geral de uma luta por reconhecimento que não se confunde com simples reivindicações identitárias. Essa mudança só pode ser efetivada, contudo, em conjunto com mudanças na estrutura econômica. De um lado temos uma agenda política da diferença e de outro uma agenda da igualdade. Só a combinação das duas pode contribuir para a promoção de justiça social (p. 45).

A perspectiva trazida pela autora, considerando as questões de gênero e raça como ambivalentes, pois acumulam os dois tipos de injustiças - ou seja, os sujeitos precisam lutar tanto por redistribuição quanto por reconhecimento - aponta a necessária ampliação do olhar quando se trata do trabalho com estes marcadores sociais.

Também neste sentido, acumula injustiças a população pobre. A autora aponta que ainda que esta demande de maneira mais direta a redistribuição, “déficits distributivos são frequentemente (talvez até sempre) acompanhados por déficits de reconhecimento” (FRASER, 2001, p. 256). O que inclusive é trazido à pesquisa por Ciça, usuária do CRAS Capão, quando destaca o preconceito que ocorre nas políticas públicas e na sociedade contra as famílias beneficiárias do PBF.

Neste sentido, o enfrentamento das injustiças se reveste de considerável complexidade, uma vez que a justiça de reconhecimento implica, para gênero e raça, a afirmação de suas diferenças, enquanto para as populações pobres o que se busca é a superação da pobreza, ou seja, a eliminação dessa situação e não sua afirmação (MARIANO, 2009).

Considera-se que tal perspectiva de Nancy Fraser se aproxima da perspectiva interseccional de Crenshaw (2002) em que os múltiplos eixos de opressão são considerados de maneira articulada e as diversas posições sociais dos sujeitos estão relacionadas às situações de injustiça vivenciadas por eles. Como pode ser visto nas falas das participantes da pesquisa, a partir da interseccionalidade é possível se considerar, por exemplo, que o racismo determina as hierarquias de gênero, como nas falas de Inocência e Regina, usuárias do CRAS Rola Moça, ou que a homofobia está necessariamente articulada com o racismo e o classismo, como muito bem explicita Nina, usuária mulher trans do CRAS Rola Moça.

Tais perspectivas trazem aspectos da complexa realidade social com os quais a Política de Assistência Social tem que lidar e que demandam, além de iniciativas estruturais do Estado, um olhar atento e ampliado por parte dos trabalhadores para com os sujeitos e seus contextos de vida.

Os achados da pesquisa indicaram que os trabalhadores dos CRAS estudados apresentam uma visão crítica da realidade e articulam nas entrevistas aspectos

estruturais/conjunturais e situações relacionadas aos seus cotidianos de trabalho. Tal postura profissional se aproxima daquela denominada por Mioto (2004) de prática crítica e emancipatória, também identificada por ela em sua pesquisa com assistentes sociais na cidade de Florianópolis/SC.

Ressaltam-se as limitações da pesquisa, que contempla apenas duas equipes de CRAS, de modo que não se faz possível generalizar que as equipes de CRAS de Belo Horizonte tem sempre visões críticas e engajadas com o enfrentamento das iniquidades. Da mesma maneira, não se faz possível concluir que tais equipes estão imunes a incorrerem em práticas profissionais preconceituosas ou interações com os usuários que representem reprodução de desigualdades. Como discutido, tem-se em vista que perspectivas conservadoras convivem com práticas profissionais críticas voltadas para a construção da justiça social.

Ademais, foi possível estabelecer com as equipes de profissionais discussões que contemplaram tanto questões técnico-operativas, quanto aspectos das bases do projeto ético-político destes trabalhadores, além de análises sobre os processos de construção de suas práticas profissionais. As equipes apresentaram relevantes análises que compuseram esta pesquisa e que abordaram conhecimentos específicos relacionados ao fazer profissional nos âmbitos dos CRAS, considerando, por exemplo, as dimensões estruturais das questões sociais, a discussão a respeito da garantia de direitos por meio dos serviços públicos, além das dificuldades de acesso da população aos serviços e a reprodução de práticas preconceituosas, ainda que de maneira simbólica, no cotidiano dos equipamentos públicos.

Como se refere Toso (1998 apud MIOTO, 2004) a respeito da complexidade das ações profissionais, estas se dão a partir de um conjunto considerável de fatores, de maneira que tal gama de fatores tornam as práticas profissionais altamente variáveis, imprevisíveis e sujeitas às contínuas transformações (MIOTO, 2004; COSTA, 2016).

Dentre estes fatores estariam: os tipos de demandas que requerem modalidades operativas flexíveis e personalizadas; a quantidade e a multidimensionalidade dos problemas sociais dos quais emergem sempre novas demandas e necessidades; a multiplicidade de contextos institucionais em interação, com os seus constantes conflitos de competências e coordenação; a incerteza em relação aos recursos, devido à variabilidade da disponibilidade dos recursos públicos; a complexidade das respostas somada à incerteza sobre seus efeitos, decorrente do grande número de variáveis intervenientes e da dificuldade em controlá-las (TOSO, 1998 apud MIOTO, 2004).

Como se refere o Técnico 3, do CRAS Capão, toda essa gama de situações que caracteriza o TSF no âmbito da Assistência Social, por muitas vezes torna o trabalho maçante,

difícil ou mesmo impossível. Ou, como se referem os colegas do Técnico 3 do CRAS Capão, exigem que os trabalhadores lidem diariamente com a insuficiência do Estado e com todas as negativas que as políticas públicas dão à população “através de suas bocas”.

Soma-se a este contexto a situação conjuntural de difusão do ideário neoliberal e avanço do desmonte do Estado, na qual os agentes públicos tem sido enfraquecidos por mudanças na categoria ocupacional, precarização das condições de trabalho, falta de recursos que criam furos e insuficiências do Estado (CARMONA, 2019a; SCHÜTZ E MIOTO, 2011; BRONZO, 2010). Como destacam Schütz e Miotto (2010), “o enfraquecimento dos trabalhadores dificulta abertura de canais capazes de articular setores e entes federados, esferas nacional, estadual e municipal” (p. 7), o que gera um impasse na execução articulada das políticas públicas. Consequentemente, como indicam os trabalhadores dos CRAS entrevistados, persiste uma sensação de tarefa impossível e de trabalho maçante, inesgotável, além de sentimentos de frustração e incapacidade.

Diante de toda essa complexidade e de aspectos estruturais que repercutem no cotidiano dos serviços, é fundamental se ter em vista que, como indicam Miotto (2004), Schütz e Miotto (2010) e Pinheiro (2014), o processo de intervenção profissional, não se constrói *a priori* e o TSF exige de usuários e trabalhadores engajamento, corresponsabilização, protagonismo e autonomia. De maneira que se fazem essenciais relações democráticas, centradas nos usuários, que garantam acolhida e escuta, além de reconhecimento dos diversos saberes dos agentes envolvidos nos processos de produção da proteção social.

Da mesma forma, se faz fundamental a instauração de relações entre usuários e trabalhadores para a construção coletiva de projetos de sociedade e de políticas públicas que garantam às populações em situação de vulnerabilidade social o acesso à cidadania e aos seus direitos, de maneira livre de preconceitos institucionais e que considere as formas de opressão relacionadas às posições sociais dos sujeitos. Como refere Ribeiro (2017), trata-se de um debate estrutural a respeito do papel do Estado como garantidor do acesso aos direitos sociais, em um contexto, no qual condições sociais permitem ou não que determinados sujeitos e grupos sociais acessem lugares de cidadania.

A discussão sobre a responsabilização das famílias, principalmente das mulheres, também foi trazida pelos participantes que destacaram o público de mulheres negras, desempregadas, chefes de família, como a principal parcela de pessoas atendidas nos CRAS. Este aspecto foi abordado pelas equipes a partir da problematização da insuficiência do Estado

e do reconhecimento das estratégias que estas mulheres constroem para prover, por conta própria, a proteção social de seus familiares e a sua própria proteção - inclusive articulando diferentes políticas e produzindo elas mesmas a intersectorialidade das políticas para alcance de seus direitos.

Por fim, ressaltamos os apontamentos de Mbembe (2014) que destaca a necessidade de processos de reparação, restituição e justiça que, segundo ele, partem “da noção de que cada ser humano é intrinsecamente depositário de uma parte da Humanidade” (p. 304). Sendo que essa parte irredutível, que pertence a cada um, torna, simultaneamente, diferentes e semelhantes uns aos outros. Contudo, como indica o autor, para o alcance da justiça universal se faz necessário um caminho de restituição e reparação.

Para construir este mundo que é o nosso, será necessário restituir, àqueles e àquelas que passaram por processos de abstracção e de coisificação na história, a parte de humanidade que lhes foi roubada. Nesta perspectiva, o conceito de reparação, para além de ser uma categoria econômica, remete para o processo de reunião de partes que foram amputadas, para a reparação de laços que foram quebrados, reinstaurando o jogo da reciprocidade, sem o qual não se pode atingir a humanidade. Restituição e reparação estão, portanto, no centro da própria possibilidade da construção de uma consciência comum do mundo, ou seja, do cumprimento de uma justiça universal (p. 304).

Neste sentido, como refere Mbembe (2014), restituição, reparação e justiça são condições indispensáveis para a escalada coletiva em termos de humanidade. E ainda que diante de um contexto amplamente desfavorável, os grupos sociais inferiorizados ao longo da história, principalmente as mulheres negras, tem construído um caminho de mobilização, luta por representação e autodeterminação política. E como destaca Carneiro (2011), o que impulsiona esta luta é a possibilidade de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário. “Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (p. 5).

Neste contexto, as políticas públicas, em especial a Assistência Social, tem papel fundamental no processo de construção de justiça social. Para isto se fazem essenciais a defesa da centralidade do Estado enquanto provedor da proteção social aos cidadãos e a construção de uma visão de totalidade que apreenda os sujeitos e os processos sociais em suas múltiplas dimensões e determinações. Tal perspectiva, em primeiro lugar, depende da participação e do engajamento da sociedade civil, além de pressupor envolvimento sistemático de todas as esferas do Estado. É premente a formulação de políticas públicas que partam do reconhecimento da transversalidade das desigualdades de raça, classe e gênero nas vidas dos sujeitos para que seja

possível alcançar a eliminação das barreiras que impedem o acesso daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social aos seus direitos e à justiça social.

Espera-se que o presente trabalho possa trazer contribuições às equipes de profissionais do SUAS, complementando saberes, colaborando na compreensão das dimensões e determinações dos processos sociais. Da mesma maneira, tem-se a expectativa que esta pesquisa possa contribuir no sentido da visibilidade e reconhecimento dos sujeitos que mais são atingidos com a reprodução de situações de opressão e desigualdade social, de modo a potencializar suas formas de agenciamentos e enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, A.L. et al. O pesquisador IN-MUNDO e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. In: GOMES, M.P.C.; MERHY, E.E. (Orgs.). **Pesquisadores In-Mundo: Um estudo da produção do acesso e barreira em Saúde Mental**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2014. p.155-170.

AGÊNCIA BRASIL. 03/06/2019 EM https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019_06/frequencia-escolar-dos-beneficiarios-do-bolsa-familia. Acesso em 29/08/2020.

AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Soc. estado. Vol.15, no.2, p.303-330. Dez. 2000.

AKOTIRENE, C. **Intersecciona** . São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.

ALMEIDA, S. (org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.

DE ANDRADE, J. L. P. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um espaço social para construção de autonomia?. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2018. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B94JPF>. Acessado em 02/02/2020

ANTRA. **ANTRA oficial DPU e esta envia recomendação ao IBGE sobre a população trans no CENSO 2020**. 16/05/2018. Disponível em <https://antrabrasil.org/2018/05/16/antra-oficial-dpu-e-esta-envia-recomendacao-ao-ibge-sobre-a-populacao-trans-no-censo-2020/>. Acesso em 30/08/2020.

AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serv. Soc. Soc. [online]**. n.103, pp.576-590. 2010.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, 29(2), 449-469. 2014.

BELO HORIZONTE. **PORTARIA SMASAC Nº 077/2018**. Torna público o Regimento Interno do Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS/BH. Belo Horizonte: 2018.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 2019

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1891>. Acessado em 27/12/2019. 2002a.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena. Kühner. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b. 160p.

BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado de <http://www.ritmodeestudos.com.br>, 2010. Acesso em: 10/10/2020

_____. (1993) Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 8.742**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de dez, 1993. [pdf] file:///C:/Users/Alfredo/Downloads/Lei%208.742%20-%2007.12.1993.pdf. Acesso em 03/02/2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, DF, 2001. (Cadernos de Atenção Básica, n. 8). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em 05/05/2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Aprovada pela Resolução nº 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>. Acesso em 20/08/2020.

_____. CapacitaSuas Volume 2. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol2_%20desafiogstao.pdf. Acesso em 01/06/2020.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009**. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, 2009a. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html#:~:text=1%C2%BA%20Dispor%20sobre%20os%20direitos,tratamento%20e%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20sa%C3%BAde. Acesso em 03/02/2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, MDS, UNESCO, 2009c. 424 p. ISBN: 978-85-7652-092-4. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protectaosocial.pdf. Acesso em 03/02/2019.

_____. **Racismo como determinante social da saúde**. SEPPPIR. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.sepppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/racismo-como-determinante-social-de-saude-1>. Acesso em 01/02/2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 12.435**. Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de jul, 2011a. [pdf] file:///C:/Users/Alfredo/Downloads/Lei%2012.435%20-%2006.07.2011%20-%20Altera%20a%20LOAS%20(1).pdf. Acesso em 02/02/2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOBSUAS)**. Brasília, MDS/SNAS, Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.

2012a (Primeira versão publicada em 2005). Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em 20/03/2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF. Volume 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** 1º Edição, Brasília, 2012b. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em 01/03/2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF. Volume 1. O Serviço e Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** 1º Edição, Brasília, 2012c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: **Garantia da Utilização do Nome social para pessoas travestis e transexuais.** Cartilha. S/D

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS Nº 4, de 13 de Março de 2013.** Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf. Acesso em 03/02/2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** (2009) Brasília. Reimpressão:2014.

BRASIL. **Balanco 10 anos – Ligue 180.** 2015. Disponível em http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Balanco_Ligue180_2015_10meses.pdf. Acesso em 06/06/2020.

_____. Presidência da república. **Decreto nº 8.727/2016, de 28 de Abril de 2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em 03/02/2020.

BRONZO, C. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.35, jul/dez. 2010. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/200/0>. Acesso em 05/02/2020.

BRONZO, C. Sistema de proteção social integral com foco em direitos e suas implicações para a integração entre benefícios e serviços na proteção social não contributiva no Brasil: uma reflexão exploratória. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** Brasília, 2016.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, Empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva**

no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 171-201. 2019. Disponível em <https://docplayer.com.br/12456317-Vulnerabilidade-empoderamento-e-metodologias-centradas-na-familia-conexoes-e-uma-experiencia-para-reflexao-carla-bronzo-12-08-2007.html>. Acesso em 03/02/2020.

BRONZO, C.; PRATES, I. Tocando o Intangível: Explorando Efeitos de Programas Sociais nas Dimensões Menos Tangíveis da Pobreza. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 17, n. 60, jan. 2012. ISSN 2236-5710. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4030>>. Acesso em: 08 Set. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v17n60.4030>.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. **EM PAUTA (RIO DE JANEIRO)**, v. 42, p. 49-64, 2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39407>. Acesso em 02/08/2019.

CARLOTO, C. M.; SILVANO, M. A. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. **Sociedade em Debate**. Universidade Católica de Pelotas, v. 14, n. 2, p. 153-168. Jul/dez. 2008. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/341440427_A_Familia_e_o_Foco_nas_Mulheres_na_Politica_de_Assistencia_Social_Family_and_the_focus_on_women_in_Social_Assistance_Policy. Acesso em 02/08/2019.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1265-1286, 2017. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373312017000401265&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 02/04/2020.

CARMONA, D. S. **A abordagem da violência e sua superação na política pública de Assistência Social: concepções e práticas dos profissionais do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI**, 2019a; 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2019a. Acesso em 02/12/2019.

CARMONA, D. S. G. Transversalidade de gênero e mulheres na política de Assistência Social: uma análise documental. **Revista Sociais e Humanas**, 32(2). 2019b. doi:<https://doi.org/10.5902/2317175834700>. Acesso em 02/04/2020.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Disponível em https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=EAJaIQobChMIIJeR1Irn6QIVDoaRCh0BMw2wEAAYASAAEgJr4fD_BwE. Acesso em 02/04/2020.

CASTILHO, C. de F. V.; CARLOTO, C. M. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, 2010. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.CleideCastilho.pdf>. Acesso em 02/04/2020.

CENSO, IBGE. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 29/09/2020, v. 23, 2010.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher. Sobre mulher e violência**. n. 4, Rio de Janeiro: Zahar, 1984. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/14976/13116>. Acesso em 02/04/2020.

COSTA, E. C. R. **A implementação de serviços socioassistenciais: uma análise da PAIF e seus desafios para a garantia das seguranças sociais**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2016. Disponível em <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/368>. Acesso em 02/08/2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806-9584. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 07/08/2020.

DAVIS, A. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/?gclid=EAIaIQobChMkvHp_drK6QIVTJyzCh0BtgfcEAAYASAAEgKB6_D_BwE Acesso em 03/06/2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DETONI, P. P.; QUARTIERO, E. T.; NARD, H. C. A prática das políticas assistências articuladas às questões de gênero. **Congresso Internacional Interdisciplinar Em Sociais E Humanidades**. Niterói, RJ: Setembro. 2012. Disponível em <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT02%20Gest%C6o,%20pol%20ticas%20p%20A3blicas%20e%20sociais/A%20PR%B5TICA%20DAS%20POL%D6TICAS%20ASSIST%D2NCIAS%20%20ARTICULADAS%20%B7S%20QUEST%E5ES%20DE%20G%D2NERO%20-%20trabalho%20completo.pdf>. Acesso em 02/08/2019.

DINIZ, A. G. R. **Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas**. Dissertação de mestrado. 2013.

FIOCRUZ. Site. S/D. **PenseSUS**. Disponível em <https://pensesus.fiocruz.br/integralidade>. Acesso em 02/08/2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em 02/08/2019.

FURLIN, N. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, v. 16, n. 2, 2013. Disponível em <https://revistas.ufg.br/fcs//article/view/32198>. Acesso em 02/08/2019.

GASPAROTTO, G. P. **As seguranças sociais e a perspectiva de gênero no Sistema Único de Assistência Social**. Tese de doutorado. 2017b. Disponível em <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7257>. Acesso em 02/08/2019.

GASPAROTTO, G. P., GROSSI, P. K. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. **O Social em Questão**, n. 38. Mai a Ago. 2017a. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_11_Gasparotto_Grossi.pdf. Acesso em 02/08/2019.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, 1983. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20-%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em 02/08/2019.

GOVENDER, V.; PENN-KEKANA, L. Gender Biases and Discrimination: a review of health care interpersonal interactions. **Paper prepared for the Women and Gender Equity Knowledge Network of the World Health Organization's Commission on the Social Determinants of Health**. 2007. Disponível em https://www.who.int/social_determinants/resources/gender_biases_and_discrimination_wgkn_2007.pdf. Acesso em 02/08/2019.

GROSSI, P. K.; OLIVEIRA, S. B.; OLIVEIRA J. L. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas**. 2018; 22:929-47. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9825/5781>. Acesso em 02/08/2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 7-41. 1995. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 02/08/2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INOJOSA, R. M. A intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, mar./abr.1998, p 35-48. Disponível em http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/interseccionalidade_configuracao_novo_paradigma_organizacional.pdf. Acesso em 02/08/2019.

IPEA. **Atlas da Violência no Brasil 2019**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 02/04/2020.

KALCKMANN, S.; SANTOS, C. G. dos; BATISTA, L. E.; CRUZ, V. M. da. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? **Saúde soc.** [online]. 2007, vol.16, n.2, pp.146-155. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000200014>. Acesso em 02/04/2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: **Implementação de Políticas Públicas, teoria e prática**. FARIA, C. A. P. de. Org. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012. LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em <https://perguntasapo.files.wordpress.com/2014/06/pend-08-gabriela-s-lotta-2-revisado-2.pdf>. Acesso em 03/02/2020.

MALTA, D.C.; MERHY, E.E. A micropolítica do processo de trabalho em saúde - revendo alguns conceitos. **Rev. Mineira Enferm.**, v.7, n.1, p.61-6, 2003. Disponível em <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/786>. Acesso em 03/02/2020.

MARIANO, S. Debates feministas sobre direito, justiça e reconhecimento: uma reflexão a partir do modelo teórico de Nancy Fraser. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 34-51, 2009. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4506>. Acesso em 03/02/2020.

MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. Democracia, instituição e a articulação de categorias sociais. In: MAYORGA, C. (Org.). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 46-70.

MAYORGA, C. et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 463-484, 2013.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014. Tradução de Marta Lança. 1. ed.

MEDRADO, B; LYRA J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Rev Estudos Feministas**; 16(3):809-840. 2008. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 03/02/2020.

MELLO, L; BRITO, W; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu** nº 39, Campinas julho-dezembro de 2012:403-429. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014. Acesso: 30/08/2020.

MENDES, L. G. **Proteção Social e produção do cuidado a travestis e mulheres trans em situação de rua do município de Belo Horizonte/MG**. Dissertação de mestrado. 2018. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019001300107. Acesso em 04/03/2019.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: A micropolítica do trabalho vivo em saúde. **Práxis em salud: Un desafio para lo publico**. Buenos Aires: lugar editorial, São Paulo: Hucitec, 1997, p. 71-112. Disponível em https://digitalrepository.unm.edu/lasm_pt/145/. Acesso em 03/02/2020.

MERHY, E.E. O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde. In: BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde**. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, p.108-137, 2004. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2103.pdf>. Acesso: 03/02/2020

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. rev. e aprim. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2002. 80p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. 20/05/2014. Blog do Planalto - Ministério do Desenvolvimento Social EM <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R.. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**, p. 147-178, 2015.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo direitos e cidadania: contradições da política social**. Cortez Editora, 2015.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2004.

MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90. In: **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90**. 1995. p. 248-248. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-198775>. Acesso em 03/02/2020.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **Trabalho apresentado no XIV Encontro da ABEP**, 2004 Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf. Acesso em 02/03/2020.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Mulheres no trabalho: tendências 2016. Genebra: OIT, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/okwShd>. Acesso em 02/03/2020.

OLIVEIRA, Antônio. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores de políticas públicas. Rio de Janeiro. **Revista Administração Pública**. 46(6):1551-73, nov./dez. 2012. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-76122012000600007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 03/02/2020.

OTA, M. E. **Gênero na teoria crítica e nas políticas públicas: a dicotomia público/privado em perspectiva**. 2014. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5871/1/000458198-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em 01/02/2020.

PINHEIRO, R. Integralidade. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/intsau.html>. Acesso em 25/03/2020.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: **Síntese de Indicadores 2015**. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 01/02/2020. 2016.

PRADO, M. A. M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-71

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Histórias dos bairros**. 2008. Disponível em http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/. Acesso em 02/08/2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. SMASAC. **Informações socioterritoriais e dos serviços socioassistenciais para o Plano de Ação da Proteção Social Básica**. Belo Horizonte, 2019.

RIBEIRO, A. C. A.; MIRANDA, C. B. D. S. Capital Social e o Acesso à Proteção Social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 1, p. 79-91, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5327>. Acesso em 02/03/2020.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**. 2016 Disponível em <https://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/>. Acesso em 02/02/19.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112p. (Feminismos Plurais)

RIOS, R. R.; SILVA, R. da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 11-37, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03/06/2020.

RODRIGUES, T. **Concepções de violência e interseccionalidade: análise de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência**. Dissertação de mestrado. 2015

ROSA, E. T. S. A centralidade da família na política de assistência social. In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100011&lng=en&nrm=abn. Acesso em 03/02/2020.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo. 1993.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

SCHÜTZ, F.; MIOTO, R. C. T. **Intersetorialidade na Política social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais**. DIPROSUL. Pelotas, 2011.

SEFFNER, F. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras. In: PRADO, M. A. JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. Fundação Perseu Abramo. 2011.

SILVA, L. K. M. da; SILVA, A. L. M. A. da; COELHO, A. Alves; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis [online]**. 2017, vol.27, n.3, pp.835-846. ISSN 1809-4481. Disponível em <https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n3/835-846/>. Acesso em 03/03/2020.

SILVA, N. S. da. **Integralidade e intersetorialidade no serviço de proteção e atendimento integral à família: estudo de caso de um município da região centro sul do Estado de Rio de Janeiro**. 2017, 91 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2017

SOUZA, J. **Crack e Exclusão Social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TORRES, A. S., & GOUVEIA, M. J. (2013). **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em 03/02/2020.

UNIVERSO ONLINE NOTÍCIAS. 01/04/2015 EM <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/01/queda-de-natalidade-e-maior-entre-beneficiarios-do-bolsa-familia-diz-ibge.htm>

APÊNDICES

ROTEIRO PARA GRUPOS FOCAIS

1. Quais são os maiores problemas sociais identificados no território?
(Quais as situações de vulnerabilidade ou quais fenômenos sociais mais recorrentes no serviço/território, no qual vocês atuam?)
2. Quais as características da população atendida?
(Vocês percebem características/perfis comuns relacionadas aos usuários e as famílias atendidos nesta política? Como tem sido abordadas tais características/perfis?)
3. Qual foi a situação mais difícil que vocês enfrentaram num atendimento? Ou no território?
4. Para vocês o que é gênero?
5. Para vocês o atendimento nos serviços é o mesmo para homens, mulheres e público LGBT? Por quê?
6. O que é raça?
7. De que forma as pessoas negras são atendidas na sua opinião? Vocês percebem diferenças com relação ao atendimento dos outros públicos?
8. Vocês acham que pessoas ricas e pobres tem acesso aos mesmos direitos no Brasil?
9. Ao observar o trabalho realizado no CRAS, o que você mudaria para melhorar o atendimento a diversidade do público atendido?
10. Você considera que as demandas das famílias são atendidas pelas ofertas providas pelo Estado?

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1. Fale-me sobre você.
2. Como você descreve o lugar onde mora?
3. Quais são as coisas boas do lugar onde você mora? E as ruins?
4. O que é CRAS?
5. Qual o papel do CRAS na sua vida?
6. Você acha que o CRAS colabora para acesso à direitos? De que forma?
7. Você já vivenciou ou observou algum tipo de preconceito ou discriminação em um atendimento ou em um grupo do CRAS? Como foi?
8. Você já vivenciou esse tipo de situação com relação a algum outro órgão público?
9. Em que medida você percebe que as necessidades e demandas das famílias são atendidas pelo o que é oferecido no CRAS?
10. E com relação aos outros serviços públicos? Em que medida que as necessidades das famílias são atendidas?
11. O que você acha que precisa melhorar no CRAS para atender as necessidades das famílias?
12. O que você acha que precisa melhorar nas políticas públicas em geral?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 01

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Profissional do CRAS

TÍTULO DA PESQUISA: A interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários de Centros de Referência de Assistência Social do município de Belo Horizonte

Prezado(a) Sr.(a)

Por meio deste instrumento, venho torná-lo(a) ciente da pesquisa cujo título está referido acima, e convidá-lo(a) a participar voluntariamente da mesma. O objetivo da pesquisa é conhecer as concepções dos profissionais e usuários da Política de Assistência Social sobre as questões de gênero, raça e classe relacionadas a esta política, além de verificar como tais concepções são transmitidas e se apresentam no desenvolvimento das atividades de dois Centros de Referência da Assistência Social de Belo Horizonte.

A pesquisa é coordenada pela Profa. Dra. Alzira de Oliveira. E a coleta de dados será desenvolvida a partir da realização de análise documental de normativas, orientações e legislações relacionadas à Política Nacional de Assistência Social a fim de compreender qual discurso sobre gênero, raça e classe é produzido nestes referenciais; além disto, se buscará conhecer, por meio de grupos focais e entrevistas semiestruturadas, a perspectiva e concepções de profissionais e usuários da Política de Assistência Social, assim como os discursos produzidos sobre gênero, raça e classe no cotidiano profissional de trabalhadores de nível superior e de usuários.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa, por ser um(a) profissional do CRAS _____. Convidamos você a participar de uma Entrevista ou Grupo Focal respondendo a questões sobre suas concepções sobre a Política de Assistência Social, a Proteção Social e o trabalho cotidiano no CRAS.

Para isto, é necessário esclarecê-lo (a) em relação a alguns procedimentos:

- A entrevista será áudio-gravada para garantir a reprodução fidedigna das suas opiniões sobre as questões perguntadas.
- Os riscos identificados no desenvolvimento da pesquisa referem-se a possíveis desconfortos para responder à entrevista ou grupo focal. Caso não se sinta confortável você deve relatar ao pesquisador imediatamente para a suspensão da entrevista/grupo focal.
- Serão garantidos aos participantes anonimato, privacidade e sigilo absoluto em relação às informações e declarações prestadas verbalmente e/ou por escrito antes, durante e depois da realização da pesquisa.
- Será garantido o acesso, em qualquer etapa do estudo, à Profa. Dra. Alzira de Oliveira Jorge, telefone: (031) 3409-9804. Para maiores esclarecimentos sobre a ética da pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG - Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Unidade Administrativa II, 2º andar. CEP: 31270-91. Tel.: (0xx31) 3409-45 2. E-mail: coep@prpq.ufmg.br.
- As informações obtidas não serão utilizadas em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, prestígio e/ou econômico-financeiros. As gravações estarão seguras e serão inutilizadas após a pesquisa.
- Será garantida a liberdade de interromper a pesquisa a qualquer momento sem prejuízos para o participante.

- Não haverá despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.
- Os benefícios da pesquisa se referem à possibilidade da produção do conhecimento sobre a temática e as possibilidades de definição e aprimoramento das políticas públicas.
- Concluída a pesquisa, seus resultados serão divulgados e ficarão acessíveis a qualquer pessoa.

Caso participe, em qualquer momento poderá pedir informações ou esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa, bem como sair da mesma e não permitir a utilização de seus dados, sem prejuízo algum.

Agradecendo sua colaboração, solicitamos ainda a declaração de seu consentimento livre e esclarecido neste documento.

Atenciosamente,

Alzira de Oliveira Jorge
Coordenadora da pesquisa

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim. Eu discuti com o pesquisador _____ sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

_____, _____, _____ de 20 ____.

Nome/ assinatura do participante

Data ____/____/____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 02

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Usuários dos CRAS do SUAS BH

TÍTULO DA PESQUISA: A interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários de Centros de Referência de Assistência Social do município de Belo Horizonte

Prezado(a) Sr.(a)

Você está sendo convidado(a) para participar voluntariamente desta pesquisa, por ser um(a) usuário do CRAS _____ . Gostaria de realizar com você uma Entrevista.

Sua participação é muito importante para conhecermos como tem sido desenvolvidos os trabalhos com as famílias no âmbito da Política de Assistência Social e como as pessoas dos diversos gêneros, raças e classes têm sido acolhidas nesta política pública.

O objetivo da pesquisa é conhecer as concepções dos profissionais e usuários da Política de Assistência Social sobre as questões de gênero, raça e classe relacionadas a esta política, além de verificar como tais concepções são transmitidas e se apresentam no desenvolvimento das atividades de dois Centros de Referência da Assistência Social de Belo Horizonte.

Este termo apresenta algumas informações da pesquisa, e venho por meio deste torná-lo(a) ciente da pesquisa.

A pesquisa é coordenada pela Profa. Dra. Alzira de Oliveira. E a coleta de dados será desenvolvida a partir da realização de análise documental de normativas, orientações e legislações relacionadas à Política Nacional de Assistência Social a fim de compreender qual discurso sobre gênero, raça e classe é produzido nestes referenciais; além disto, se buscará conhecer, por meio de grupos focais e entrevistas semiestruturadas, a perspectiva e concepções de profissionais e usuários da Política de Assistência Social, assim como os discursos produzidos sobre gênero, raça e classe no cotidiano profissional de trabalhadores de nível superior e de usuários de 2 CRAS de Belo Horizonte.

Caso o(a) senhor(a) aceite participar, convidamos você a participar de uma Entrevista respondendo a questões sobre suas concepções sobre a Política de Assistência Social, a Proteção Social e suas experiências nos seus contatos com o CRAS.

A seguir, esclareço algumas questões:

Como será feita a pesquisa?

Será feita uma entrevista com você, a qual será áudio-gravada para garantir a reprodução das suas opiniões sobre as questões perguntadas de forma clara e adequada.

As informações obtidas não serão utilizadas em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, prestígio e/ou econômico-financeiro. As gravações estarão seguras e serão inutilizadas após a pesquisa.

Existe riscos para o participante?

Os riscos identificados no desenvolvimento da pesquisa referem-se a possíveis desconfortos para responder à entrevista. Caso não se sinta confortável você deve relatar ao pesquisador imediatamente para a suspensão da entrevista. Será garantida a liberdade de interromper a pesquisa a qualquer momento sem prejuízos para o participante.

O participante terá despesas?

Não haverá despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.

A privacidade do participante é garantida?

Serão garantidos aos participantes anonimato, privacidade e sigilo absoluto em relação às informações e declarações prestadas verbalmente e/ou por escrito antes, durante e depois da realização da pesquisa. As informações obtidas não serão utilizadas em prejuízo das pessoas.

Será garantida a liberdade de interromper a pesquisa a qualquer momento sem prejuízos para o participante. Caso participe, em qualquer momento poderá pedir informações ou esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa, bem como sair da mesma e não permitir a utilização de seus dados, sem prejuízo algum.

Onde posso me informar melhor sobre essa pesquisa?

Será garantido o acesso, em qualquer etapa do estudo, a professora Doutora Alzira de Oliveira Jorge, telefone: (031) 34099804. Para maiores esclarecimentos sobre a ética da pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG - Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Unidade Administrativa II, 2º andar. CEP: 31270-91. Tel.: (0xx31) 3409-4592. E-mail: coep@prpq.ufmg.br.

Qual a importância de ser um participante voluntário?

Os benefícios da pesquisa possibilitarão a produção do conhecimento sobre a Política de Assistência Social, o aprimoramento desta política, bem como o desenvolvimento de uma relação mais próxima e cooperativa entre usuários e trabalhadores(as) desta política pública.

O resultado da pesquisa será divulgado?

Concluída a pesquisa, seus resultados serão divulgados e ficarão acessíveis a qualquer pessoa.

Agradecendo sua colaboração, solicitamos ainda a declaração de seu consentimento livre e esclarecido neste documento.

Atenciosamente,

Alzira de Oliveira Jorge
Coordenadora da pesquisa

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim. Eu discuti com o pesquisador _____ sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

_____, _____, _____ de 20__.

Nome/ assinatura do participante

Data ___/___/___